



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUILHERME OLIVEIRA LEMOS

**No Dilacerar do Concreto:
As histórias dos *apartheids* entre as satélites de Brasília e as *townships* de
Joanesburgo (1955 - 1971)**

BRASÍLIA,
FEVEREIRO DE 2022

GUILHERME OLIVEIRA LEMOS

**No Dilacerar do Concreto:
As histórias dos *apartheids* entre as satélites de Brasília e as *townships* de
Joanesburgo (1955 - 1971)**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Cultural, Memórias e Identidades

Orientador: Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva

BRASÍLIA,
FEVEREIRO DE 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

OL557d Oliveira Lemos, Guilherme
No Dilacerar do Concreto: As histórias dos apartheids
entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo
(1955 - 1971) / Guilherme Oliveira Lemos; orientador
Anderson Ribeiro Oliva. -- Brasília, 2022.
264 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em História) -- Universidade
de Brasília, 2022.

1. apartheid no Brasil e na África do Sul. 2. cidades
satélites e townships. 3. raça e racismo. 4. capitalismo
tardio. 5. lutas contra-coloniais. I. Ribeiro Oliva,
Anderson, orient. II. Título.

GUILHERME OLIVEIRA LEMOS

**No Dilacerar do Concreto:
As histórias dos *apartheids* entre as satélites de Brasília e as *townships* de
Joanesburgo (1955 - 1971)**

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade de Brasília para obtenção do título
de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Cultural, Memórias e
Identidades

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva
Universidade de Brasília – UnB

Profª. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto
Universidade de Brasília – UnB

Profª Dra. Gabriela Leandro Pereira
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Guilherme Moura Fagundes
Princeton University

BRASÍLIA,
FEVEREIRO DE 2022

Dedico este trabalho à todas e todos que vieram antes de mim, ancestrais.

Agradecimentos

Em cinco anos de pesquisa essa lista não poderia ser menor. Gostaria de agradecer um por um:

Aos meus ancestrais, que encontram formas de existir em minha memória e corpo.

Às minhas avós, Lúcia e Maria Eustáquia. Ancestrais em vida que possibilitaram meus caminhos.

À minha mãe, Gláucia, por seu cuidado, carinho e amor. Por sua dedicação em minha criação e alfabetização, por abrir mão de sua adolescência, sem você nada seria possível.

Ao meu pai, Róger, historiador, que com amor, carinho e cuidado plantou em mim o gosto pelo estudo, o apreço pelo trabalho e uma formação ética.

Aos meus irmãos, Gabi, Benjamin e Miguel. Suas existências são fundamentais na minha vida.

Aos meus respectivos padrasto e madrastra, Renato e Michele, com quem partilho momentos de alegria familiar.

Ao meu orientador, Anderson Oliva que, desde o fim da graduação em 2012, teve paciência e sabedoria para guiar minhas pesquisas em história e pensamento africanos. Sua presença é fundamental no departamento de história.

À Ana Flávia Magalhães Pinto, pelos projetos em conjunto, as horas de conversa no telefone. E, sobretudo, por incentivar uma perspectiva da liberdade na narrativa da história negra.

Ao wanderson flor, Tata Nkosi Nambá, por suas intervenções cirúrgicas no texto de qualificação, pelas conversas informais e por compartilhar saberes e histórias que estão além da pesquisa acadêmica.

À Tereza C. Kirshner, suas aulas de teoria da história, ainda no mestrado, fundamentaram parte das perspectivas em minha trajetória acadêmica.

À Antonádia Borges, professora do departamento de antropologia da UnB que, com cuidado, orientou e mudou os rumos da minha pesquisa. Sem você não seria possível conhecer e me aprofundar no ambiente sul-africano, muito obrigado.

À Maria Fernanda Derntl, professora da FAU-UnB. Pelos e-mails, trocas e indicações.

Ao Alan Mabin, professor aposentado da faculdade de arquitetura da Wits. Pela atenção fora de série, pela orientação informal e indicações de bibliografia totalmente desconhecidas por mim. Alan, você é excelente.

Ao professor Richard Pithouse, que me acompanhou durante as pesquisas na Wits-WiSER.

À todo grupo da WiSER. Em especial à professora Sarah Nuttall, por abrir as portas do instituto com ânimo. À Najibha Deshmukh, pela presteza nos assuntos burocráticos. A Keith Breckenridge, pelas indicações bibliográficas sobre a história de Joanesburgo. A Achille Mbembe, pelos curtos momentos conversas e trocas sobre as respectivas pesquisas e vivências.

A toda equipe do *Historical Papers Research Archive* da Wits. Em especial à Gabriela Mohale, à Elizabeth Marima e a Mphonyana Taulela.

A toda equipe do Arquivo Público do Distrito Federal. Em especial ao Elias por compartilhar tamanho conhecimento dos documentos do arquivo.

Estes agradecimentos não estariam completos se não lembrasse os(as) colegas, amigos e amigas, irmãos e irmãs que me deram força, compartilharam momentos de alegria e tristeza, ouviram e me apoiaram.

Começando pelo lado de lá do Atlântico agradecendo aos que primeiro me receberam em 2017 e cultivaram amizade em 2018-2019. Obrigado Sake, por todas as conversas, hospitalidade, carinho e cuidado. À família do *Rovin Bantu Kitchen*: Ashley, Sifiso e Che. Pelas comidas deliciosas, pelos passeios, pelas conversas descontraídas, pelas noites de música congoleza. Obrigado por tornar Brixton minha segunda casa.

Agradeço à Amanda J. Hall e Doug Jones, colegas que fiz durante as pesquisas no arquivo da Wits. Obrigado pelas trocas, conversas e momentos de descontração fora do arquivo.

Ao Rob, pelos momentos de alegria, pelas festas com músicas incríveis.

À Anesu C. Chigariro, pela sabedoria, carinho, afeto, amor e amizade. Por me apresentar pessoas e lugares inesquecíveis. Por fazer da minha passagem em Joanesburgo um ponto de convergência da vida...

À Koketsu, pelas risadas e conversas. Por me narrar histórias de Soweto em geral e Pinville, em particular.

À Keitu Gwangwa, pela sabedoria compartilhada nos momentos de alegrias e nas celebrações de *umsebenzi*.

À todo grupo de pedalada das terças à noite. Em especial ao Siviwe, ao Bruno, ao Button, à Jess e ao Scotty. Obrigado pelas voltas em CBD à noite, pelas paradas em restaurantes e bares, por toda diversão que era pedalar com vocês de Soweto a Joanesburgo.

Do lado de cá, agradeço à toda família do Tumba Nzo Jimona Dia Nzambi. Em especial ao Tata Nguzentala, à Kota Ndanda Kitulo, à Kota Talamungongo, à Iyá Odé Kundê, ao Lombonzamê, ao Tata Muxilemba, à Makota Talala, ao Tata Muene Nsaba, ao U'azelê Mazenza, ao Tata Kibuko Mugongo, ao Tata Kaiango Ngunzo, ao Mukualê, ao Ndelemburá, Kota Kwajenan, Makota Kiluanji e Makota Roxi Mutaledi, ao Paulo e à Thaty. Vocês me ensinam, na coletividade, a construir alternativas ao mundo concreto.

Ao Lucas Farage, Gregório, Cláudio, Lucas Marques, Olavo, Rodolfo, Gui Moura, Dina, Tiago, Luiza Carvalho, Déia, Beatriz e todos os amigos das ciências humanas e sociais. Obrigado pelos carnavais, parcerias e incentivos que acompanham essa tese desde o início.

Aos meus amigos de infância, Cleberson e Anibal, referência no anseio do saber e que serviram de modelo na busca por condições melhores de vida.

À Iara e ao seu filho Nilo, o amor, carinho e cuidado de vocês me ajudam a seguir.

À Mari Mesquita pelas trocas, leituras atentas e verificação das fontes nas horas de conversa por telefone. Você é incrível.

À Scarlett, minha amiga desde o primeiro semestre da graduação. Nossas conversas nas paradas de ônibus lá em 2009 motivaram parte dessa tese.

Ao Leandro Bulhões pelas parcerias em momentos acadêmicos e da vida noturna. Por me ensinar que a vida é curta e que pior é gastar com remédio.

A todos do Coletivo Calunga. Mas especialmente ao Muha Bazila e à Raquel Freire. Raquel, sem você partes essenciais dessa tese não aconteceriam. Meu profundo agradecimento não só pelos mapas, mas pelo cuidado, afeto e pelas discussões profundas sobre arquitetura e urbanismo.

Marcos Santos, obrigado pela amizade que se estendeu nas práticas de pesquisa. Você vai longe demais! Conte comigo.

À Enize e Yasmin, grandes amigas que me ajudaram a lidar com as ansiedades em conversas divertidas.

Ao Léo Araújo e à Lorraine Dias. Essa reta final seria muito difícil sem vocês. Lô, obrigado pelo carinho, cuidado, afeto e amor.

RESUMO

LEMOS, Guilherme Oliveira. *No Dilacerar do Concreto: As histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 - 1971)*. Brasília: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2022.

Em Joanesburgo um modelo de segregacionismo urbano, existente no início do século XX, foi aperfeiçoado nas décadas de 1950 e 1960. O bairro de Soweto – cujo nome advém da abreviação *South West Townships* (Distritos do Sudoeste) – foi projetado para realocar famílias migrantes e originárias residentes nas áreas centrais e resulta da reconfiguração das políticas segregacionistas. No mesmo período, observamos no Brasil, o fenômeno da expansão urbana na região Centro-Oeste do país com a transferência da nova capital. A construção de Brasília estimulou um fluxo migratório e mobilizou famílias pretas e pardas da segunda geração pós-abolição. Os projetos anteriores ao de Lúcio Costa previam a fixação dessas famílias na nova capital em “satélites”, mas os reajustes feitos no planejamento de Costa surgiram das políticas de realocação dos assentamentos na região central de Brasília (DERNTL, 2019). Taguatinga (1958) e Ceilândia (1971) são dois exemplos elencados na tese. Assim, o presente trabalho propõe primeiramente uma análise da arquitetura e do urbanismo modernista, as conexões nos entre dois pontos do Atlântico, as ligações estéticas do movimento com os princípios eugênicos (LÓPEZ-DURÁN, 2018) e os usos do concreto como artefato que garante a eficiência do capitalismo tardio. Em seguida, traça uma relação histórica de raça, racismo e racialismo nos dois países (ZUBERI, 2001). Depois, compara os planejamentos regionais e urbanos de ambos os locais, refletindo sobre as promessas de solução da pobreza urbana (SANTOS, 1978). E, por fim, analisa como, em meio ao surgimento das *satélites* e *townships*, os indivíduos irrompem os limites da colonização que tenta limitá-los no ciclo da *escravidão*, do *colonialismo* e do *apartheid* (MBEMBE, 2014).

PALAVRAS-CHAVE: *apartheid no Brasil e na África do Sul; cidades-satélites e townships; raça e racismo; capitalismo tardio; lutas contra-coloniais.*

ABSTRACT

LEMOS, Guilherme Oliveira. *Under Lacerating of Concrete: histories of apartheid between Brasília's satellites and Johannesburg's townships (1955 - 1971)*. Brasília: Thesis (PhD) – University of Brasília (PPGHIS/UnB), 2022.

In Johannesburg a model of urban segregation, existing since the early 20th century, was improved during the 1950s and 1960s. The neighbourhood of Soweto – whose name comes from the abbreviation South West Townships – was designed to relocate migrant black families and resident in the central areas as a result of the reconfiguration apartheid policies. In the same period we observed in Brazil the phenomenon of urban expansion in the Center-West region of the country withing the transference of the new capital. The construction of Brasília stimulated a migratory flow and mobilized black, indigenous and coloured families which ware the post-abolition second generation. Projects prior to Lúcio Costa's foresaw the fixation of these families in the new capital on “satellites”, but the adjustments made in Costa's planning arose from the policies of relocation of settlements in the central region of Brasília (DERNTL, 2019). Taguatinga (1958) and Ceilândia (1971) are two examples listed in the thesis. Thus, this work first proposes an analysis of modernist architecture and urbanism, the connections between two points of the Atlantic, the aesthetic links of the movement with eugenic principles (LÓPEZ-DURÁN, 2018) and the uses of concrete as an artifact that guarantees the efficiency of late capitalism. Then, it traces a historical relationship of race, racism and racialism in the two countries (ZUBERI, 2001). Afterwards, it compares the regional and urban plans of both places, reflecting on the promises of solving urban poverty (SANTOS, 1978). And, finally, it analyses how, in the midst of the emergence of satellites and townships, individuals break through the limits of colonization that tries to limit them in the cycle of slavery, colonialism and apartheid (MBEMBE, 2014).

KEYWORDS: apartheid in Brazil and South Africa; satellite cities and townships; race and racism; late capitalism; counter-colonial struggles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2 – Prédio da Administração da Universidade de Pretória.....	45
Figura 1 - Espaço Oscar Niemeyer em Brasília.....	45
Figura 3 - Ensaio de Samuel Veloso e Alice Leite no Memorial dos Povos Indígenas (Brasília) ..	48
Figura 4 - A Grande Cadeia do Ser.....	97
Figura 5 - Arbor Saeculorum.....	115
Figura 6 – Os Três Imãs (The Three Magnets).....	121
Figura 7 – Grupo de Cidades sem Fumaça e Favelas (Group of Slumlees Smokeless Cities).....	124
Figura 8 - Jornal Rand Daily Mail em 1952.....	138
Figura 9 - Matéria no jornal The Star em 1952.....	168
Figura 10 - Placa da Inauguração da Torre em Homenagem às Remoções e a Sr. Ernest Oppenheimer.....	171
Figura 11 – Manchete no Jornal Star em 1956.....	171
Figura 12 - Torre em Soweto Inaugurada em Homenagem a Sir. Ernest Oppenheimer.....	172
Figura 13 – Centro de Treinamento Vocacional [Vocational Training Centre] em Dube (Soweto), 1969.....	173
Figura 14 – Centro de Treinamento Vocacional [Vocational Training Centre] em Dube (Soweto), 1969.....	173
Figura 15 – Casas para Não- Europeus nos modelos N.E. 51/6 em Dube (Soweto).....	174
Figura 16 - Reprodução da Planta Baixa do Complexo Habitacional do Realengo no Diário de Norman Eaton em 1945.....	175
Figura 17 - Planta baixa do modelo NE51/6.....	179
Figura 18 - Operação Retorno em 1964.....	213
Figura 19 Família Removida do IAPI Reconstruindo Casa em Ceilândia.....	226
Figura 20 - Móveis de Famílias Removidas no Terreno em Ceilândia.....	226
Figura 21 - Capa do Jornal A Voz da Ceilândia.....	230
Figura 22 - Ordália Melo em Escola na Comunidade de São Domingo (Paracatu).....	239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de Ouro por Região em Witwatersrand (1887-1955).....	162
Tabela 2 – Relevância do Setor Imobiliário Urbano no Rio de Janeiro (1797 – 1840)	192
Tabela 3 - Dados do valor médio do aluguel e as médias características dos imóveis	222
Tabela 4 - Dados das características ambientais por Região Administrativa	222

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição Racial e Faixa de Renda no Distrito Federal em 2010.....	30
Mapa 2 - Distribuição Racial e Faixa de Renda na Região Metropolitana de Joanesburgo em 2011	32
Mapa 3 - Densidade Populacional do Distrito Federal em 2010.....	33
Mapa 4 - Densidade Populacional na Região Metropolitana de Joanesburgo em 2011.....	34
Mapa 5 - Triângulo do Vaal em Relação à Joanesburgo	154
Mapa 6 - Produção Ourífera no PWV.....	160
Mapa 7 – Produção Mineradora no Planalto de Witwatersrand em 1956.....	164
Mapa 8 - Faixa de Segurança Sanitária.....	215
Mapa 9 – Distribuição da População Branca do Distrito Federal em 2010.....	220
Mapa 10 - Distribuição da População Negra (Pretas e Pardas) no Distrito Federal em 2010.....	223

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAUP	<i>Architecture Archives at the University of Pretoria</i>
AHI	<i>Afrikaanse Handelsinstituute</i>
ANC	<i>African National Congress</i>
ArPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
ASSIMOC	Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia
BCM	<i>Black Consciousness Movement</i>
CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CIAM	<i>Congrès Internationaux d'Architecture Moderne</i>
CLNCF	Comissão de Localização da Nova Capital Federal
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
COMASA	Construtora Martins Almeida S.A.
CSIR	<i>Council of Scientific and Industrial Research</i>
DF	Distrito Federal (Brasil)
DTA	Departamento de Terras e Agricultura (Distrito Federal)
ESB	Escritório de Engenharia Civil e Sanitária Francisco Saturnino de Brito
ESCOM	<i>Electricity Supply Commission</i>
FAK	<i>Federasie van Afrikaanse Kultuurverenigings</i>
FSAW	<i>Federation of South African Women</i>
HNP	<i>Herenigde Nasionale Party</i>
HPUW	<i>Historical Papers Research Archive of the University of the Witwatersrand</i>
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
ISCOR	<i>Iron and Steel Corporation of South Africa</i>
MK	<i>uMkhonto we Sizwe</i>
NASA	<i>National Archives of South Africa</i>
NBRI	<i>National Building Research Institute</i>
NRDC	<i>Natural Resources Development Council</i>
NUSAS	<i>National Union of South African Students</i>
PAC	<i>Pan-Africanist Congress</i>
PWV	<i>Pretoria-Witwatersrand-Vereeniging</i>
SAAR	<i>South African Architectural Record</i>
SAAU	<i>South African Agricultural Union</i>
SABRA	<i>South African Bureau of Racial Affairs</i>
SACP	<i>South African Communist Party</i>
SASM	<i>South African Students Movement</i>
SASO	<i>South African Students Organization</i>
SASOL	<i>Suid Afrikaanse Steenkool en Olie</i>
SFAU	<i>Société Française des Architectes Urbanistes</i>
SFU	<i>Société Française des Urbanistes</i>
SHURMS	<i>Section d'Hygiène Urbaine et Rurale do Musée Social</i>
SHIS	Sociedade de Habitação de Interesse Social
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
UCM	<i>University Christian Movement</i>

UP	<i>United Party</i>
UPA	<i>University of Pretoria Archives</i>
VESCO	<i>Vanderbijlpark Estate Company</i>
Wits	<i>University of the Witwatersrand</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
Capítulo 1 - Necrópoles: concreto negro, fachadas brancas e calcinação nas cidades modernas de Brasília e Joanesburgo	36
Cotidiano e evento na economia da dor e da vida.....	36
O ornamento dispensável.....	42
Cimento, tecnosfera e necrópolis: corpo-espacos fracionados.....	53
Da <i>biopolítia</i> à <i>necropolítica</i> : os centros urbanos e suas dinâmicas raciais.....	65
Planejamento Territorial: as ilusões desenvolvimentistas e a importância das migrações	69
Capítulo 2 - Laboratório dos Delírios: histórico da raça, do racismo e do racialismo entre Brasil e África do Sul.....	75
Colonização, Raça, Racismo e Racialismo	75
Raça Como Desdobramento das Identidades Nacionais da Europa Moderna.....	82
A Separação Como Mistura.....	88
O Século XIX: A Reificação Negra na Ciência e Investimentos na Manutenção da Condição Social.....	95
Investimentos nos delírios raciais.....	110
Capítulo 3 - Utopias Eugénistas Consolidadas nos apartheids	112
Traduções da Eugénia no Planejamento Urbano Inglês: Patrick Geddes e Ebenezer Howard	114
Urbanismo francês e eugénia no fluxo dos trópicos	126
Capítulo 4 - Tecnologias Coloniais do Capitalismo Tardio: o Planejamento Regional e Urbano no Planalto de Witwatersrand.....	140
Colonização, Capitalismo e Segregação Racial no Planalto de Witwatersrand.....	141
Nacional-Desenvolvimentismo Sul-Africano, <i>Apartheid</i> , Urbanismo e Planejamento Regional	149
O Dilacerar nas Townships.....	180
Capítulo 5 - Tecnologias Coloniais do Capitalismo Tardio: Planejamento Regional e Urbano no Planalto Central Brasileiro	187
Colonização, Capitalismo e Segregação Racial no Planalto Central Brasileiro	187
Nacional-Desenvolvimentismo Brasileiro, <i>Apartheid</i> , Urbanismo e Planejamento Regional ...	199

O Dilacerar nas Cidades-Satélites.....	224
Considerações Finais	234
REFERÊNCIAS.....	243

INTRODUÇÃO

A história retratada aqui é, como todo exercício historiográfico, permeada de limites e lacunas. Mas não deixa de ser, também, um processo intersubjetivo que pode nos aproximar de experiências humanas no passado, ocultas nas ruínas das cidades modernas. Sobretudo experiências que atravessam o autor de algum modo. Uma vez que ninguém pode “entrar na filosofia, assim como na vida, senão misturados de uma história que nos precede e enredados em histórias que se tecem em torno de nós” (BIDIMA, 2002: 1).

Contar essa história, das conexões entre Brasil e África do Sul, desde do Distrito Federal (DF) até Joanesburgo, é assumir o risco dessas frestas à medida que se tecem possibilidades de compreensão de um mundo globalizado. Logo, o leitor que tenha uma experiência mais concreta a partir de Joanesburgo poderá sentir as ausências na narrativa e, portanto, está convidado a preenchê-las.

De todo modo, o que me traz até esta tese é o fato de ter crescido no Planalto Central e vivenciado experiências que me trouxeram às percepções que desembocaram no tema dessa pesquisa. E, se há um espaço onde elas podem ser tranquilamente destacadas, é nas pontas deste texto.

Me situo entre a primeira e a segunda geração de pessoas nascidas nesse território após as migrações para construção da nova capital. Filho de um casamento interracial, minha família materna, de pessoas brancas e embranquecidas pelo processo histórico nacional, tem uma origem variada: de Nova Lima - MG à União dos Palmares - AL. Já a minha família paterna, de pessoas pretas e pardas, vem exclusivamente da região mineradora de Paracatu - MG. O encontro dessas duas famílias se deu nos limites entre Taguatinga e Ceilândia (DF) no final dos anos 1980, quando essas duas satélites ganhavam lentamente infraestrutura e recebiam, entre uma e outra, remoções forçadas como a da Chaparral.

Meus pais se conhecem nesse lugar, mais precisamente da QNL 23, a última rua de Taguatinga com divisa para Chaparral. A família da minha mãe, que havia ganhado o direito de permanência e cultivo de uma terra muito próxima ao Plano Piloto, planejou uma mudança temporária para a QNL até que a casa adquirida pela SHIS fosse vendida e eles pudessem comprar um apartamento melhor em uma região mais valorizada. Meu avô materno, porém, gastou todo o dinheiro da venda obrigando a família a morar de aluguel na mesma casa que haviam vendido, prolongando a estadia na QNL. Já minha família paterna se assentou no bairro desde a chegada de Minas Gerais.

Vivi ali pelo menos até os meus 10 anos de idade e minhas memórias são permeadas pela primeira vez que andei de bicicleta sem rodinhas, pelas pipas e “ratinhas”, pelo bater do vidro para fazer cerol, pelos saquinhos de Cosme e Damião, em setembro, que eu comia escondido, pelo Monza ocre do meu pai, que um dia foi roubado e capotado. Da infância também, lembro das vezes que íamos ao Plano Piloto, seja porque o primeiro emprego do meu pai como técnico em eletrônica nos levava para o centro, ou porque visitávamos meus tios-avós maternos na chácara próxima à Ponte do Bragueto — que há época não entendia como parte do Plano, já que as visitas eram sempre pontuais e nunca andávamos no centro da cidade.

Essa relação da vida na satélite, para além das raras idas ao Plano Piloto, foi marcada por muita distância e só passei a frequentar diariamente o espaço central do Distrito Federal quando consegui meu primeiro emprego como estagiário em um órgão público aos 16 anos. Antes disso eu não sabia me situar em Brasília, tão pouco entendia que as quadras de centenas ímpares eram sempre acima dos eixos W e as de centenas pares abaixo dos eixos L. Aprendi depois de me perder e me atrasar para a primeira entrevista pegando o “baú” errado para a 511 Norte.

Entrar no mercado de trabalho, sendo ao mesmo tempo estudante, me obrigou a reconhecer a dura dinâmica deste território: fazer deslocamentos de 30 km em 40 min dependendo do transporte público. Eu deixava a escola em Taguatinga às 12h30 para estar às 13h30 no final da Asa Norte pronto para o estágio. Fazer esse trajeto em curto espaço de tempo só foi possível graças

às vans da finada FECOTAB (Federação de Cooperativas de Transportes Autônomos de Brasília) que lucravam de acordo com a quantidade de trajetos feitos no dia e, por isso, voavam sem muita segurança pela Via Estrutural para conseguirem cumprir o maior número de corridas possíveis.

O segundo momento de maior contato com o Plano Piloto foi a entrada na Universidade de Brasília (UnB), proporcionada pelo programa de cotas do governo Lula em 2004. Fruto de uma luta histórica do movimento negro no Brasil, eu e minhas outras duas únicas colegas negras da turma de História do segundo semestre de 2007 éramos a realização do sonho de muitas daqueles que disputaram espaço para que a população negra do país pudesse acessar a universidade. Antes disso eu nunca havia colocado meus pés na UnB, por mais que os professores dos cursinhos preparatórios mencionassem, essa sigla era uma palavra sem forma em minha cabeça.

Logo depois de nossa entrada, descobrimos que acesso não significava permanência e que se ela fosse feita, seria mais uma vez rompendo os limites impostos pela estrutura dada por uma cidade nascida para segregar. Os deslocamentos diários entre Taguatinga e a UnB me custavam quatro horas diárias, somando ida e volta, reduzindo o tempo de estudo e descanso. O ônibus de número 339 que saía do terminal do P Sul (Ceilândia) já chegava lotado no Taguacenter e o trajeto de ida até a UnB era feito em pé. Éramos obrigados a cortar das nossas rotinas qualquer tempo extra caso quiséssemos o desenvolvimento escolar próximo aos de nossos colegas “plano-pilotenses”.

Mas, essas experiências não constituem sozinhas os elementos de reflexão sobre a reconfiguração segregada desse território. As histórias de meus pais e avós e suas lutas por permanência no Distrito Federal são também fatores importantes na motivação deste trabalho. Minha avó paterna, Maria Eustáquia, mulher negra, normalista, chega ao Distrito Federal para assumir seu primeiro emprego como pedagoga na Secretaria de Educação nos anos 1970. Ela me introduziu muitas das histórias vividas por ela e por meu avô Antônio durante a construção da capital. Meu avô, por exemplo, contava a ela e a meu pai como ele havia escapado da Chacina da Pacheco Fernandes se escondendo embaixo da cama do dormitório, provavelmente o motivo de

sua resistência em voltar para Brasília nos anos 1970 para acompanhar minha avó. Já Maria Eustáquia lembra com carinho das possibilidades de existência nesse território através do ofício como professora. Ali, na sala de aula e nos eventos escolares, ela encontrava uma forma de se reinventar através da arte, dando uma nova leitura ao mundo e a uma realidade difícil (abordaremos nas Considerações Finais).

Com essa bagagem de experiências e histórias familiares, junto das leituras e conversas na universidade, passei a refletir sobre as relações aproximadas dos dois símbolos de eventos raciais no mundo: Brasil e África do Sul. De um lado o símbolo da suposta integração, o país meta-racial. De outro, o símbolo de segregação total, o país do *apartheid*. Através dos textos de história, filosofia e estudos africanos no mestrado passei a aproximar esses pontos no Atlântico que evidenciam o colonialismo-capitalismo e as estratégias históricas de existência nesses espaços.

A ideia da comparação me veio precisamente depois da leitura de *Necropolítica*, em 2016, nas passagens em que Mbembe referencia Fanon para falar das *townships*. Logo em seguida, em 2017, já como doutorando, vivenciávamos o início do fim do ciclo do governo de centro-esquerda petista e as mobilizações estudantis resistiram aos cortes de investimentos em educação pelo governo federal. Daí a ocupação de salas de aula por estudantes de graduação e a formação do movimento Quilombo-UnB fomentou conversas e ciclos de debate sobre espacialidade na perspectiva da Beatriz Nascimento que se somaram às leituras que vinha realizando.

No fundo, essas histórias e leituras se cruzam com um aspecto central da tese que é o questionamento da suposta ausência de uma legislação segregacionista no Estado brasileiro. Ideia fomentada e assumida pela tese do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e que foi adotada como política de Estado, tanto por Brasil quanto por Portugal, para legitimar o continuum colonial do século XX (PINTO, 2009). Portanto, entendemos essa pesquisa como a sequência das críticas à democracia racial e ao luso-tropicalismo elaboradas desde os anos 1970 por nomes da intelectualidade negra brasileira, como Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento. Destacando Brasília como a concretização da ideia do Brasil moderno luso-tropical.

Ao mesmo tempo, a comparação com Joanesburgo e suas *townships* - especialmente Soweto como símbolo da política de reordenamento territorial - nos fez refletir sobre alguns pontos. Primeiro, contribuir com a tese amplamente aceita pela historiografia de que o *apartheid* sul-africano dependia de um fluxo controlado, ou seja, de que a segregação não era nem poderia ser total uma vez que o sistema capitalista assionava concomitantemente dispensabilidade/indispensabilidade das pessoas transformadas em *commodities* na cidade moderna (Capítulo 4). Depois, pensar que, mesmo em uma sociedade estruturada através de um rígido sistema legal de segregação, as interações e casamentos interracializados não deixaram de acontecer. Ou seja, constituía-se uma sociedade por intermédio de uma *inclusão disjuntiva*, assim como a brasileira. Por fim, o fato de o *apartheid* sul-africano ter sido finalizado legalmente com nova constituição, não cessou o exercício das mesmas lógicas racistas de origem colonial que alimentam o capitalismo na África do Sul — uma vez que mudanças estruturais como a distribuição de terra não foram afetadas.

Lançando mão da história da arquitetura e urbanismo para essa comparação, foi impossível não tangenciar aspectos das memórias que constituem esses espaços. Isso porque, esse saber técnico se tornou um dos elementos mais importantes para manutenção das estruturas coloniais na segunda metade do século XX. Portanto, no Capítulo 1, debati as bases ideológicas dessa arquitetura e urbanismo modernista em ambos os lados do Atlântico a despeito da suposta diferença de estilos provenientes da Europa (britânico e francês). Logo, entendemos por movimento moderno um conjunto de textos e projetos, produzidos no *milieu* do pensamento urbano e arquitetônico desde o final do século XIX, que se estabeleceu com o movimento modernista nos anos 1920-1930 e se aprofundou nos anos 1950 com o capitalismo tardio. Com trânsitos, fluxos e refluxos entre fontes diferentes, entendemos que não há apenas uma única influência e, tão pouco, uma determinante presença desse ou daquele estilo quando se fala de uma arquitetura globalizada e em constante diálogo transatlântico.

Ainda no Capítulo 1, abordamos o uso do concreto como o material pretensamente universal que possibilitou o desenvolvimento da tecnosfera no Antropoceno. Compreendemos

como suas implicações na vida das pessoas racializadas e nas memórias das cidades coloniais modernas reafirmam a obliteração. Essas reflexões vinham sendo feitas em conjunto com leituras das teorias antropológicas de Veena Das, Elizabeth Povinelli e Lesley Green, realizadas durante as aulas de uma disciplina cursada em 2017. Para minha surpresa, durante minha estadia na África do Sul para a pesquisa arquivística, Achille Mbembe me apresentou em 2019 parte de seus escritos mais recente que partiam do empréstimo do Brutalismo, com vertente da arquitetura modernista, para analisar a atual situação política e o processo que transforma o poder em força geomórfica.

Mas as comparações entre Brasil e África do Sul não poderiam ser realizadas sem ambientar o leitor nos processos de ocupação territorial e modelos coloniais em ambos os espaços. Certamente, a colonização lusitana no Brasil e a colonização holandesa e depois inglesa na África do Sul guardaram suas particularidades. Foi necessário trabalhá-las para compreender como, em um período colonial posterior, as aproximações poderiam ser feitas. Assim, no Capítulo 2 apontei como esses dois espaços se constituem na colonização e se tornam, no século XIX, laboratórios para as teorias racialistas em curso na Europa. De modo que a introdução do racismo como nova ciência adaptou o racismo dos primeiros momentos coloniais à situação contemporânea.

Logo, o urbanismo que surge na Europa do final do século XIX se constitui também nesse ambiente. Não é por acaso que Galton, o pai da eugenia, propõe a utópica *Kantsaynhere*: uma cidade que gira em torno de uma faculdade eugênica e de um sistema de pontos que segrega os cidadãos (Capítulo 3). As relações de Patrick Geddes e Ebenezer Howard, fundadores dos preceitos urbanísticos modernos, com a Sociedade Eugênica Britânica foram amplamente abordadas pela historiografia e não seria possível dar continuidade à pesquisa sem remontar esses estudos.

Uma vez estabelecidas essas relações, analisamos o conceito central de cidade-jardim elaborado por Howard e que fundamentou muitas, senão todas, as cidades modernas no século XX. Apesar da extensa bibliografia sobre o tema, retomamos um aspecto pouco abordado pela historiografia, a saber, as conexões entre o argumento ambientalista e a eugenia presente na teoria howardiana (Capítulo 3). Dado que essa mesma argumentação, da suposta preservação ambiental,

é retomada nos planejamentos regionais e urbanos da segunda metade do século XX como artifício da segregação (Capítulos 4 e 5).

Partimos, então, para as análises específicas e a delimitação do tema. O ano de 1955 é elencado como ponto inicial tanto para Brasília como para Joanesburgo, já que os planos de reordenamento territorial e urbano foram lançados nessa época. Começando pelo outro lado do Atlântico, apontamos as relações intrínsecas do projeto capitalista após a Segunda Guerra e os estudos para o Plano de Pretória, Witwatersrand e Vereniging, região hoje conhecida como PWV. Sendo Joanesburgo o grande centro do desenvolvimento capitalista sul-africano desde o início do século XX graças a mineração e, estando localizada no Planalto de Witwatersrand, entendemos as políticas que levaram ao *apartheid* e as remoções forçadas na década de 1950 como uma consequência dessa história (Capítulo 4).

O ano de 1955 é fundamental para Brasília porque, mesmo antes do concurso para sua construção em 1957, os planos regionais e até mesmo as obras de infraestrutura já haviam começado (Capítulo 5). Assim, deslocamos o foco da fundação de uma cidade inteiramente nova, construída de um “espaço vazio” como pressupõe todo discurso modernista mobilizado pelos pioneiros. Brasília é entendida como o projeto de extensão colonial que vem desde o século XVIII, tomando forma no século XIX, para se concretizar no século XX. Daí nossa definição de cidade colonial moderna. Fundada para apagar a presença quilombola e indígena recriando um novo Brasil e uma nova raça brasileira dada pela mistura.

Aqui é preciso ambientar o leitor sobre a aproximação entre os conceitos de cidade-satélite e *township*, favelas e *slums* que aparecem nas análises. Na verdade, os termos técnicos usados pelos relatórios em Joanesburgo apontam as *townships* como *satellites cities* (Capítulo 4) e a influência da teoria britânica no urbanismo consolidou também o termo em Brasília (Capítulo 5). Já a correspondência entre favelas e *slums* se dá pelas definições de assentamentos urbanos desordenados e espontâneos que a literatura urbanística apontava desde de o final dos anos 1920 (Capítulo 3).

O ano de 1971, por sua vez, é escolhido por representar um momento das lutas pela permanência e das novas remoções durante mais uma crise no capitalismo global. Lutas que se desdobram até os anos 1980. No Distrito Federal assistiu-se o maior movimento de remoção já realizado através da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), fazendo surgir a satélite mais populosa da região: Ceilândia. Como o processo de expulsão para as fronteiras do não cessou, as pessoas se mobilizaram mais uma vez pela premência em seus territórios por meio de associações de moradores resistindo à especulação imobiliária impulsionada pela relação Estado e capital. Em Ceilândia, por exemplo, a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC) iniciou um processo contra a Terracap para garantia dos preços iniciais dos lotes, além de promover ações culturais e a publicação de um jornal comunitário (Capítulo 5).

Já em Joanesburgo, o início dos anos 1970 marcam mobilizações promovidas por estudantes nas *townships* — especialmente as de Soweto. O movimento do *Black Consciousness* e as articulações com os agentes comunitários para o fomento de uma educação contra-colonial e um ensino voltado para liberdade desembocou na criação do *South African Students Organization* (SASO). A nova organização rompeu com o *National Union of South African Students* (NUSAS) argumentando a falta de gerência de estudantes negros no comando da organização. Ao mesmo tempo, a conexão entre o SASO e o *South African Students Movement* (SASM), formado por estudantes secundaristas, promoveu ações de alfabetização de base comunitária — sob influência de Fanon e Freire — resultando no Levante de Soweto (*Soweto Uprising*) em 1976 (Capítulo 4).

Portanto, buscamos evidenciar a impossibilidade de falar da segregação urbana no Sul Global tendo por espectro apenas o viés social. Uma vez que o social foi alimentado pelo viés biológico, hierarquizando concomitantemente as diferenças raciais e de gênero (OYÉWÚMÍ, 2017). Até aqui, boa parte das teoria crítica sobre Brasília desde de Evenson (1973) e Epstein (1973), passando por Holston (2010) e Paviani (1996), compreenderam os aspectos segregadores exclusivamente pelo viés social — com exceção dos trabalhos de Paulo Henrique Santarém (2013)

e de Mariana Bomtempo (2016). Como desdobramento, encontramos ainda hoje nas produções sobre a capital brasileira o termo *apartheid social* (CAMPOS, 2007; SANTIAGO, 2018), como se o histórico de segregação racial brasileira muito se diferenciasse de outros *apartheids* pelo globo como na África do Sul e Estados Unidos.

Quando a mais completa crítica à Brasília, feita por Holston, foi combatida por Gorelik (2005), este último o fez resgatando o suposto aspecto integrador do ideal de Brasil moderno e das aproximações entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre.

Gorelik entende Costa como um dos idealizadores do projeto homogeneizador da brasilidade, pouco diferente de Gilberto Freyre, e que mantém uma questão fundamental sobre qual seria a melhor e mais eficiente forma de alcançar o Brasil e o brasileiro moderno. As diferenças entre eles seriam entendidas dentro do mesmo debate sobre o melhor caminho para representar e construir a nação (GORELIK, 2005: 163). E, até esse ponto, concordamos que há uma estreita aproximação entre Costa e Freyre nos projetos de Brasil.

Contudo, Gorelik usa essa perspectiva (de um Brasil integrado e meta-racial) para elaborar sua crítica à Holston no sentido de que suas análises “sociológicas” consideram Brasília um contínuo da arquitetura modernista no mundo, uma “utopia fracassada”. Gorelik se pergunta então “o que significa fracasso? Por acaso, que após a construção de Brasília seus habitantes não constituíram essa comunidade feliz, uma sociedade “liberada”, ou quem sabe “igualitária” que o urbanismo modernista prometera?” (GORELIK, 2005: 170). Nesse sentido, para ele a crítica de Holston seria vazia porque desconsidera as nuances do que foi o movimento moderno. A partir daí Gorelik evoca a crítica de Jane Jacobs para situar o desconhecimento de Holston em relação ao contexto modernista:

não estava dirigida tanto (ou tão somente) contra o urbanismo “progressista” em que se instala Brasília (para Holston, a linha da “utopia modernista”), mas contra o urbanismo “culturalista” da “cidade jardim”, de forte impacto na América do Norte por meio da prédica organicista e descentralizadora de Lewis Mumford, e que presidiu o conjunto das

operações de maior sucesso urbanístico no imediato pós-guerra: as New Towns inglesas (operações contra as quais se recorta Brasília) (GORELIK, 2005: 171).

Ou seja, para Gorelik, Brasília nada teria em comum com os projetos ingleses das cidades-jardins. Já que para ele a “função simbólica de Brasília dificilmente poderia ser levada em conta a partir das colocações “organicistas”, e nesse aspecto é evidente a polêmica do Plano Piloto de Costa com essa linha mestra urbanística modernista que mencionamos, o organicismo anglo-saxão” (GORELIK, 2005: 172).

Contudo, Gorelik parte da premissa equivocada de que o plano de Costa foi o único que viabilizou a construção de Brasília quando, na verdade, houve pelo menos quatro grandes estudos sobre a área e que colocavam diretrizes do “organicismo anglo-saxão”. Como se fosse evidente que o “concurso do Plano Piloto não previu o crescimento da cidade e [...] não determinou a necessidade de um plano regional que racionalizasse esse crescimento”. (GORELIK, 2005: 174).

Pesam contra esse argumento dois fatores: primeiro, de que o plano da Comissão para Localização da Nova Capital, presidida por Albuquerque em 1955, utilizada por técnicos como Saturnino de Brito, considerava as remoções forçadas para cidades satélites uma necessidade (Capítulo 5). Depois, os conselhos do sul-africano William Holford como consultor do concurso mostrando a necessidade do planejamento dos núcleos satélites, como apontou Maria Fernanda Derntl (2020). Assim, nossa comparação com Joanesburgo, uma cidade fundada sob o “organicismo anglo-saxão” que também recebe influências do urbanismo francês por meio de Maurice Rotival (Capítulo 4) se torna mais uma evidência de como as nuances do modernismo não alteram substancialmente seu caráter segregacionista.

Além disso, a de se concordar que Brasília não é um projeto “fracassado” se pensarmos que seu objetivo é, desde o princípio, a segregação e que de fato ela sintetiza um projeto de nação homogênea apagando toda identidade forjada na luta contra-colonial no Goiás (Capítulo 5).

Gorelik não faz nenhuma crítica a esse projeto de nação, ele antes o abraça para constituir seu combate à perspectiva de Holston. A pergunta que fazemos não é “o que significa fracasso?”,

mas o que significa “utopia” e para quem ela se dirige? O modernismo foi e continua sendo entendido como numa visão “progressista” do mundo, como se a “revolução” proposta por Le Corbusier e outros expoentes representasse uma alternativa de um mundo mais igualitário quando, na verdade, o mundo mais igualitário de Le Corbusier é eugenista e segregacionista por essência como bem apontou López-Durán (2018) (Capítulo 3).

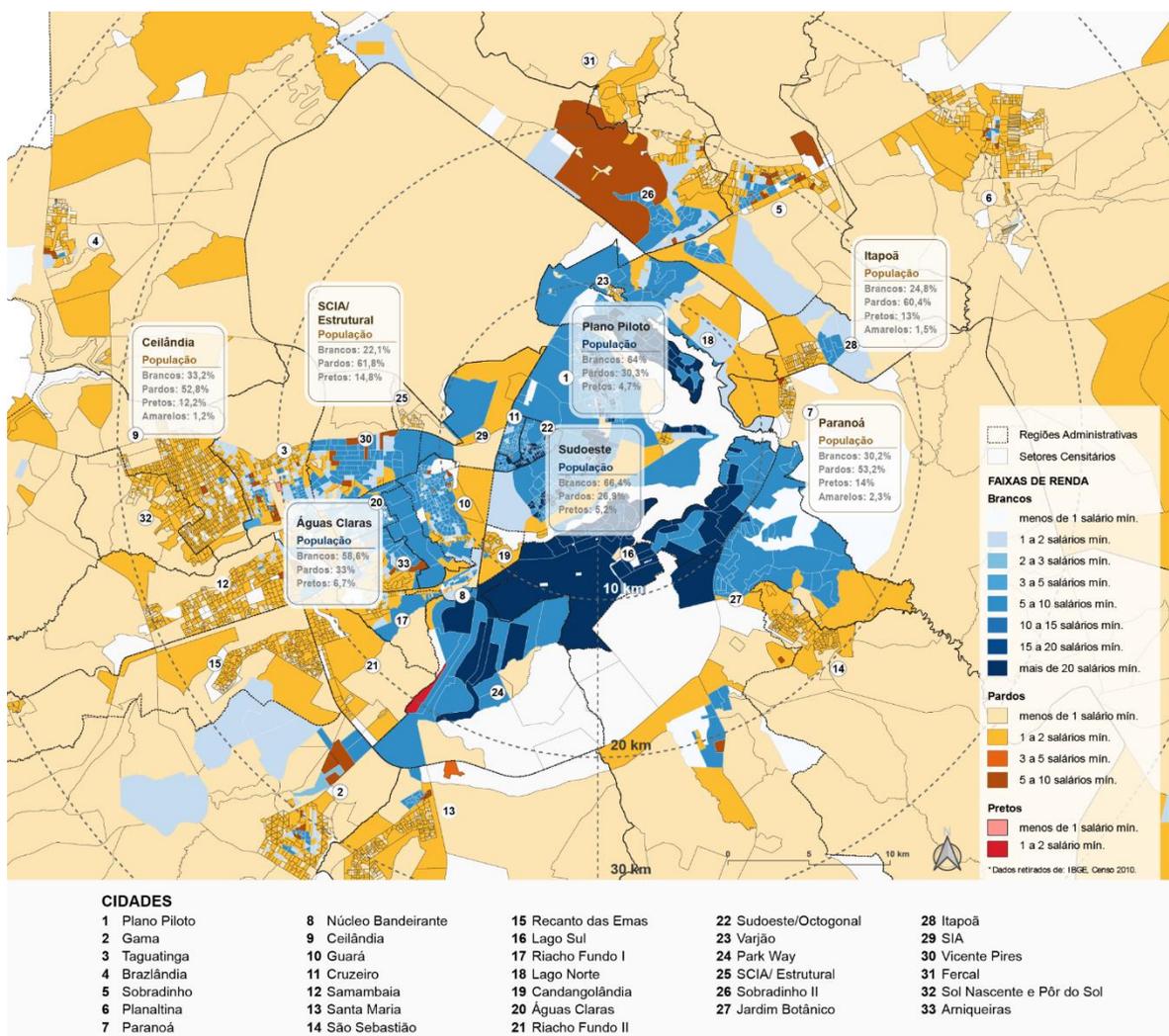
Tanto Holston quanto Gorelik pecam pela ausência de crítica ao projeto de Brasil moderno levantado por Freyre e Lúcio Costa. Holston desliza por não compreender que as divisões no país não são apenas ordem social, mas também raciais. Gorelik, por sua vez, na ânsia de defender Brasília como síntese de um país integrado, abraça totalmente a interpretação de uma nação harmônica a ponto de considerar as cidades-satélites como lugares de “maior qualidade relativa, especialmente, se pensamos nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo” (GORELIK, 2005: 174).

Se olharmos para um período mais recente através do relatório apresentado pela OCDE em 2018, veremos que as cidades brasileiras, estadunidenses e sul-africanas figuram como as mais segregadas do mundo — sendo Brasília a cidade com maior índice de segregação entre todas as analisadas. A capital brasileira fica à frente de Emufuleni (cidade próxima à Veneering e a mais segregada da África do Sul) e Memphis (a mais segregada dos Estados Unidos). Para os relatores não há dúvidas:

Entre todas as cidades observadas, cidades no Brasil e África do Sul possuem o mais alto nível de segregação [...] bem como históricos de segregação (Christopher, 2005; Telles, 2006). Essa combinação de segregação histórica e desigualdade explica em parte porque os Estados Unidos, que compartilha essas características, tem níveis de segregação mais altos do que outros países da OCDE (OCDE, 2018: 29)

Se associarmos esses dados com uma análise dos últimos dados censitários para raça e renda em Brasília e Joanesburgo¹, perceberemos a necessidade de traçar o panorama histórico para os processos que mantêm essas duas cidades com espaços racialmente segregados. No Brasil os dados do último censo do IBGE 2010, quando analisado por geoprocessamento, apontam um centro fortemente embranquecido rodeado de satélites com maioria da população negra:

Mapa 1 - Distribuição Racial e Faixa de Renda no Distrito Federal em 2010



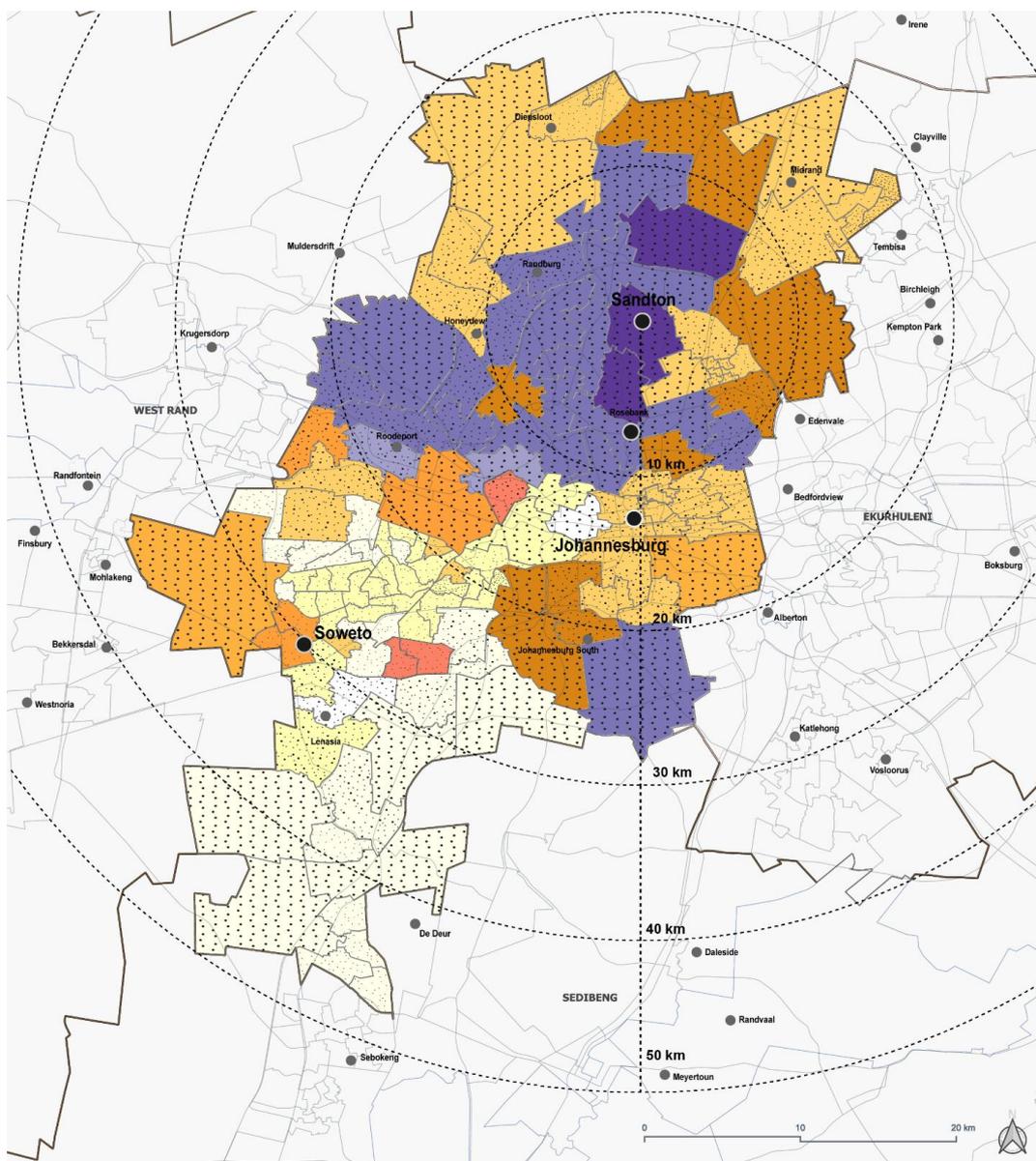
Fonte: Raquel Freire, 2021. Sistemas de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000 UTM 23-S. Bases Cartográficas: SEGETH, 2019. Base de Dados: IBGE, 2010. Escala: indicada.

¹ Todos mapas produzidos para essa tese foram trabalhos realizados junto à arquiteta e urbanista Raquel Freire. Para o caso do Distrito Federal, utilizamos como base de dados o censo do IBGE 2010 e bibliografias específicas como as de Mariana Bomtempo (2016). No caso da região metropolitana de Joanesburgo, utilizamos os dados censitários oficiais da *Statistics of South Africa* do último censo realizado em 2011. A construção dos mapas por geoprocessamento foi realizada através do programa QGIS.

Observa-se que, recentemente, as regiões projetadas para serem os cinturões verdes da Faixa de Segurança Sanitária (Capítulo 5) passaram a ser ocupadas por setores brancos mais abastados do Distrito Federal. Este fato indica como a especulação imobiliária na região se dá através da gerência do Estado que abre mão do argumento da preservação ambiental a depender de quem a ocupa — como foram os casos de Águas Claras e Sudoeste, surgidas nos anos 1990. Além disso, observa-se também que as diferenças de renda entre as regiões majoritariamente negras e brancas são altas. Enquanto a população negra atinge no máximo de 5 a 10 salários mínimos, a população branca chega aos 20 salários mínimos ou mais.

Fazendo um paralelo com Joanesburgo, vê-se algo semelhante, a região transformada em símbolo do *apartheid* pelas mobilizações das *townships* de Soweto, apresenta um nível de segregação racial similar ao do Distrito Federal. Ali, contudo, a criação de um novo centro financeiro deslocou os investimentos imobiliários do *Central Business District* (CBD) no final dos anos 1970 (MABIN, 2013: 49) para a região de Sandton, hoje a área mais valorizada da região metropolitana. Nesse sentido, à medida que o sistema político do *apartheid* ia apresentando novas configurações, o antigo centro foi ocupado por pessoas negras enquanto o novo centro, cuja área estava prevista para o cinturão-verde (Capítulo 4), foi ocupado por pessoas brancas.

Mapa 2 - Distribuição Racial e Faixa de Renda na Região Metropolitana de Joanesburgo em 2011



LEGENDA

- Rodovias
- Vias
- Setores censitários

DENSIDADE DEMOGRÁFICA*

*Em Habitantes por Hectare (Hab./Ha.)

- Alta Densidade (>150 ou mais)
- Média Densidade (50-150)
- Baixa Densidade (15-50)
- Baixíssima Densidade (0-15)

FAIXAS DE RENDA**

**SETORES CENSITÁRIOS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE RESIDENTES DE COR/RAÇA:

- Branca (White)**
- R800 a R1 600
 - R1 600 a R3 200
 - R3 200 a R6 400
 - R6 400 a R12 800
 - R12 800 a 25 600
 - R25 600 ou mais

- Parda (Coloured)**
- R800 a R1 600

- Preta (Black African)**
- R1 a R400
 - R800 a R1 600
 - R1 600 a R3 200
 - R3 200 a R6 400
 - R6 400 a R12 800
 - R12 800 a 25 600

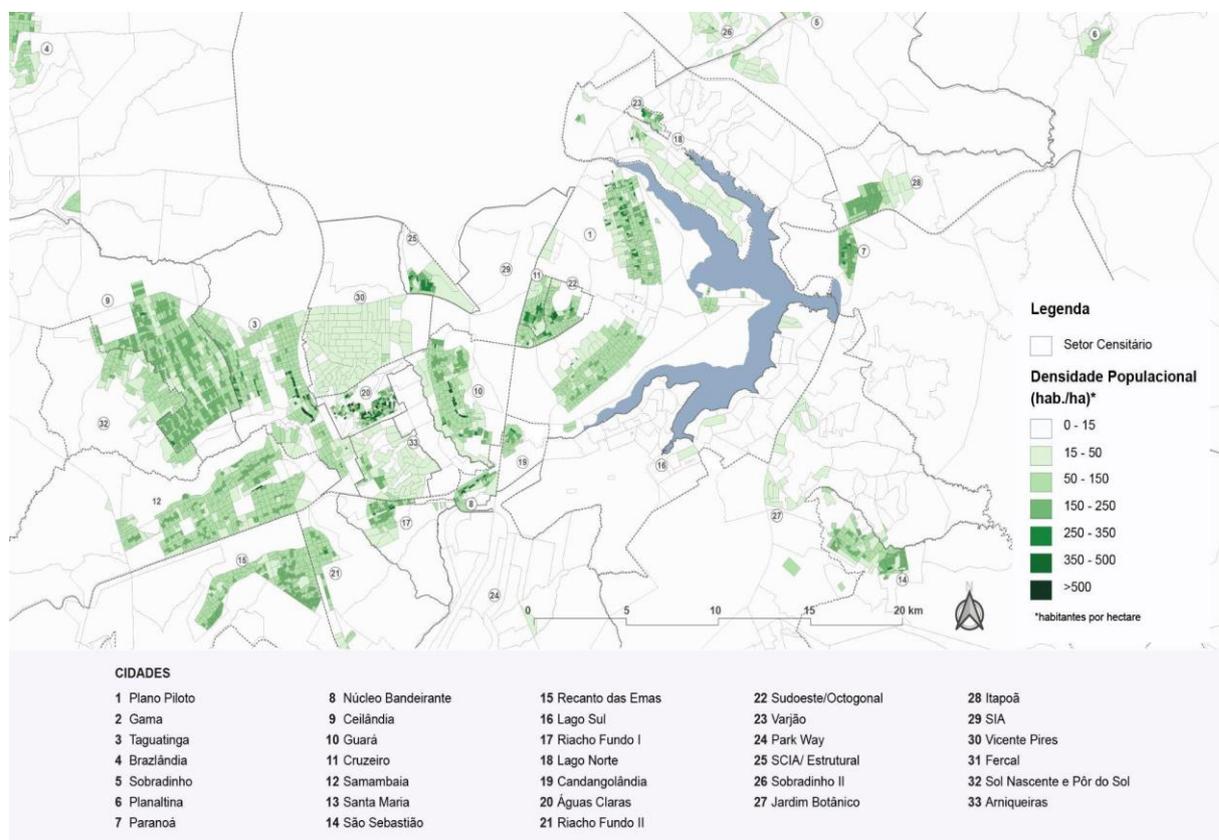
**FAIXAS DE RENDA MÉDIA MENSAL EM JOANESBURGO, DE ACORDO COM O RELATÓRIO PMI (PEOPLE MONTHLY INCOME - 2011); RENDA BAIXA: R1 a 400, R400 a R800; RENDA MÉDIA BAIXA: R801 a R1 600, R1 600 a R3 200; RENDA MÉDIA ALTA: R3 200 a R6 400, R6 400 a R12 800, R12 800 a R25 600; RENDA ALTA: R25 600 ou mais.

Fonte: Raquel Freire, 2021. Sistemas de Coordenadas Geográficas: WGS 1984 UTM 35-S. Bases Cartográficas: MDB - Republic of South Africa, 2010. Base de Dados: Stats South Africa, 2011. Escala: indicada.

Mas as comparações não param por aí. Quando se pensa em especulação imobiliária, é necessário pensar que coisas, pessoas e espaços são inseridos na lógica de dispensabilidade e indispensabilidade para produção do lucro. Nesse caso, os espaços vazios e “estoque de pessoas” são constituintes da cidade moderna (Capítulo 4 e 5).

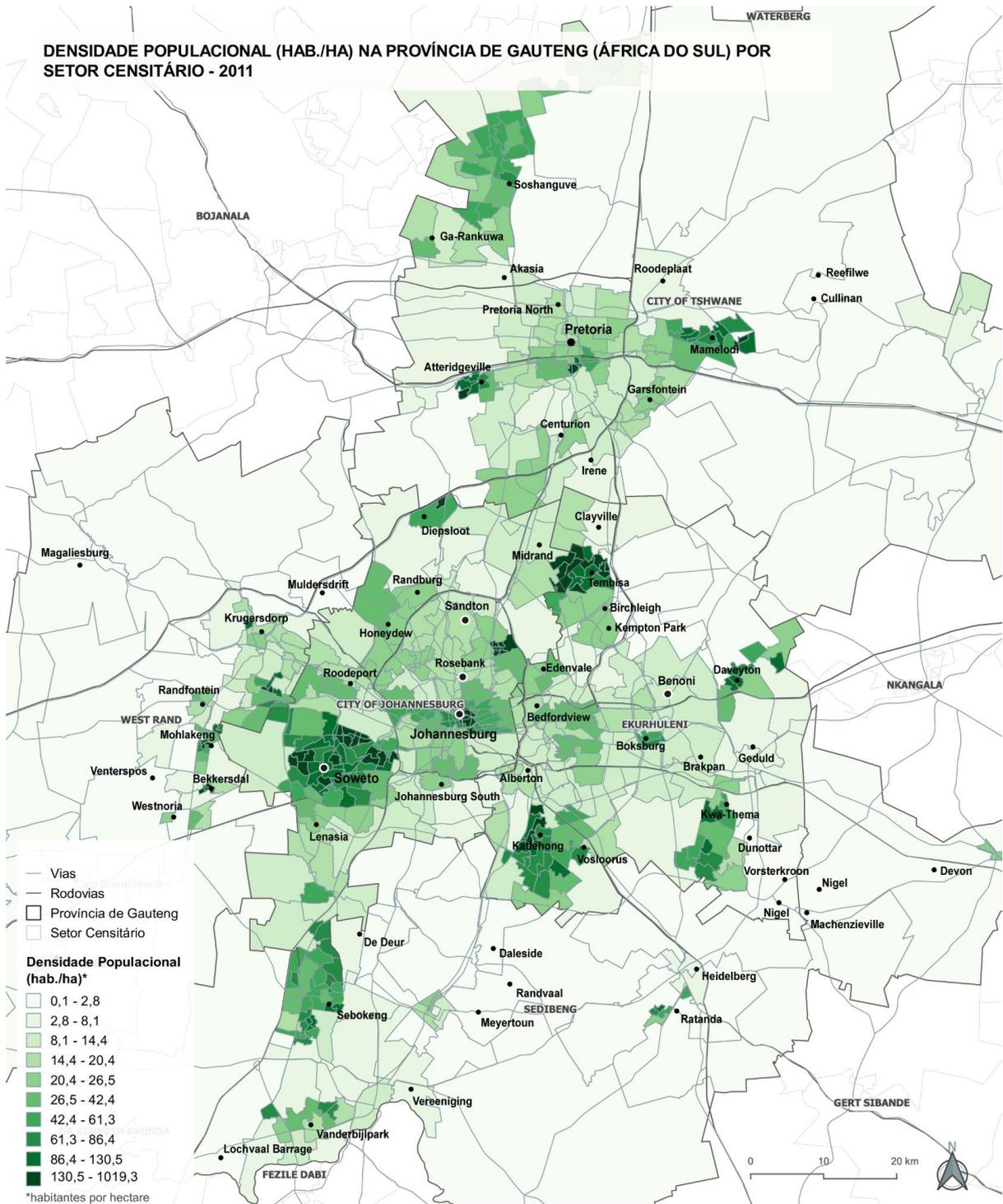
Portanto, não há como analisar os dados de raça sem destacar que as regiões com presença negra são as que apresentam, também, maior densidade populacional graças à ordem de confinamento, aprofundado por uma lógica moderna. Como se vê nos dois mapas seguintes sobre a densidade populacional do Distrito Federal e região metropolitana de Joanesburgo:

Mapa 3 - Densidade Populacional do Distrito Federal em 2010



Fonte: Raquel Freire, 2021. Sistemas de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000 UTM 23-S. Bases Cartográficas: SEGETH, 2019. Base de Dados: IBGE, 2010. Escala: indicada.

Mapa 4 - Densidade Populacional na Região Metropolitana de Joanesburgo em 2011



Fonte: Raquel Freire, 2021. Sistemas de Coordenadas Geográficas: WGS 1984 UTM 35-S. Bases Cartográficas: MDB - Republic of South Africa, 2010. Base de Dados: Stats South Africa, 2011. Escala: indicada.

Apesar de não ser o foco desta tese, essas observações sobre um período mais recente dessas duas regiões são necessárias como ponto de partida para uma análise histórica. Em

determinado ponto da pesquisa, quando cursava Seminário de Pesquisa que consistia na análise dos projetos, foi afirmado por um colega que não havia necessidade de comparação entre esses dois espaços. Sua leitura era de que a análise da “gentrificação” para o Distrito Federal era completa, mas uma comparação com Joanesburgo com foco nos artifícios raciais de segregação não pareciam ser profícuas. Como resposta, apresentei os últimos dados censitários do IBGE em relação às cidades-satélites do Distrito Federal e perguntei “afinal, o que explica essa divisão racial?”, pergunta nunca respondida.

Por fim, por mais que essas estruturas estejam dadas, elas não impossibilitam as mobilizações que acontecem no dilacerar do concreto. A vida insiste em brotar por meio da reinterpretação das realidades. A arte, a educação e uma postura ativa diante da colonização não impedem que os indivíduos apresentem alternativas para suas formas de ser e existir nesse espaço que insiste em compartimentar, comprimir e condensar.

Capítulo 1 - Necrópoles: concreto negro, fachadas brancas e calcinação nas cidades modernas de Brasília e Joanesburgo

*“[...] matéria é uma casa que habita a gente no
finito da jornada, mesmo que cimento
prometa eternidades, é de mariô y
barro a lembrança da acolhida*

*(palha, ou clorofila morrida, y
tecnologia de terra muito molhada
que a primeira deusa, velha, lenta, macerou).”*

Tatiana Nascimento, taipa, 2018

Cotidiano e evento na economia da dor e da vida

O formato e a reorganização das cidades modernas nas primeiras décadas do século XX obedeceram a ordem do concreto, da cal e da estética “clean”. Nos territórios metropolitanos, coloniais e pós-coloniais, as inovações da arquitetura e do urbanismo modernista proporcionaram mudanças profundas nos espaços. As veias do capital apreenderam e permearam os limites da vida com aplicação do concreto armado, por mais distinto que fossem os impactos da reorientação dos espaços a depender das relações de valor moral, histórico e social estabelecidas entre corpos: mulheres, homens, negros, brancos, pardos, povos originários.

Na cidade moderna colonial², a disposição dos corpos deu continuidade à taxonomia que insere seres humanos racializados numa economia perversa do visível-invisível, valor-desvalor. Assim, as condições históricas da contemporaneidade permitiram a perpetuação de lógicas segregacionistas que por sua vez “facilitaram o mecanismo de expansão do capital no espaço através do uso das formas” (SANTOS, 1977).

² Aqui falamos em “cidade moderna colonial” na medida em que a colonização não teve fim com a mudança no status jurídico dos países antes colonizados. O que se observa é que as práticas urbanas continuaram exercendo uma colonialidade espacial necessária ao aprimoramento do capitalismo contemporâneo.

Engenharia, arquitetura e urbanismo – alinhadas a outras ciências como a medicina, a sociologia, a história, a estatística e a antropologia – deram origem a espaços cindidos, regulados através das lógicas coloniais e racistas. Por meio desses saberes seccionam-se territórios e criam-se formas para estabelecer os corpos apropriados a cada lugar. Essa cisão, contudo, não opera apenas na ordem dos seres vivos, mas se torna potente devido a inclusão de alguns seres humanos como matérias geológicas entre outras matérias geológicas. Vejamos o caso cimento.

Desde o início do século passado esses saberes se apoiaram na técnica do concreto armado, naturalizando de tal modo o uso desse material que até hoje poucos especialistas desenvolvem projetos com outros sistemas construtivos. Depois, nenhum outro sistema construtivo tem mais espaço nos currículos de arquitetura e engenharia como o do concreto. Existem, inclusive, diversas disciplinas dedicadas exclusivamente a aplicação do material: Resistência, Estabilidade, Sistemas Estruturais, Cálculo de Concreto Armado. Mesmo nas disciplinas de desenhos técnicos, o concreto aparece subentendido nos projetos como pressuposto de todas as construções. Os prejuízos da hegemonia desse material são variados e vão da degradação ambiental à desqualificação dos trabalhadores e ao risco ao qual são submetidos.

Pensar sobre esse uso é refletir a respeito dos eventos que ele proporcionou. Seja a construção de Brasília e as remoções forçadas para as cidades-satélites³, seja a modernização de Joanesburgo sob o apartheid e o surgimento de Soweto, também resultado de remoções (LEMOS, 2018). É, também, pensar na relação que se cria entre vida e “não-vida” e como o concreto é capaz de estabelecer os limites entre vidas desprezíveis e vidas desejáveis em suas *inclusões disjuntivas*⁴ no capitalismo hodierno.

³ Por mais que hoje, no Distrito Federal brasileiro, essas cidades sejam conhecidas como Regiões Administrativas (R.A.), nós utilizaremos o termo corrente até a década de 1990. Esse debate é melhor abordado no Capítulo 5 quando evidenciamos as conexões do planejamento britânico com os planos de Brasília, seguindo a linha da professora Maria Fernanda Derntl (2020).

⁴ Tomamos emprestado o conceito de uma das reflexões de Mbembe sobre as dinâmicas raciais em Johannesburgo (NUTTALL & MBEMBE, 2008).

Este capítulo é atravessado pelo esforço, recorrente nas ciências sociais e humanas, em questionar as máximas dualistas de natureza e cultura. Indagações vinculadas a tantos outros dualismos como sujeito/objeto, orgânico/inorgânico, saber/não-saber... Aqui, sob a influência das antropólogas Veena Das (1995) e Elizabeth Povinelli (1995, 2016), refletiremos outras séries: evento/cotidiano – vida/não-vida.

No âmbito da teoria da história europeia, o tema cotidiano e evento é recorrente no final do século XVIII, segundo Koselleck (2006). O surgimento dos diferentes conceitos alemães *historie* e *Geschichte* na formação da história como disciplina, no contexto da modernidade europeia, proporcionou uma fratura entre espaço de experiência e horizonte de expectativa.

Na modernidade a expectativa se volta ao futuro e não mais a um tempo cíclico deslocando as histórias cotidianas (*historie*) para a grande história conjunto de tantas outras, unificada num evento ou grandes eventos (*Geschichte*). O ocidente moderno, portanto, molda-se na secularização da escatologia cristã deixando de ser orientado pelo *profectus* para vislumbrar o *progressus* (KOSELLECK, 2006: 316).

Veena Das aponta a dualidade evento e cotidiano nas etnografias. Grande parte de sua obra se atém aos traumas do rapto de mulheres durante a Partição na Índia e no Paquistão (1947). Voltando-se para as consequências do dito e não-dito, Das procura definir uma antropologia da dor. Em *Critical Events* (1996), ela analisa os efeitos a Partição e o acidente químico de Bhopal em que, em ambos os casos, o discurso profissional produzido por assistentes sociais, juízes e médicos, mesmo quando arriscam dizer em nome das vítimas, não fornece a estrutura pela qual as vozes possam ser dadas a elas. Essas ciências promovem uma transformação profissional do sofrimento e roubam a vítima da sua voz, distanciam a imediação da sua experiência (DAS, 1995: 77). Os cientistas sociais e humanos também não escapam desse processo, seus dilemas estão intimamente

conectados com participação ativa nessa distorção de vozes na medida em que dão uma definição exclusivamente cultural ao sofrimento.

Partindo do pressuposto de que a dor, fonte do sofrimento, só pode ser sentida em um corpo, Das amplia a percepção de corpo para indicar as possíveis mutilações narrativas que, por sua vez, suprimem as vozes das pessoas que passaram por eventos traumáticos. Segunda ela, a imputação da dor no corpo social foi interpretada de duas maneiras no pensamento europeu: tanto no surgimento de um senso moral comunitário, com Durkhiem e Clastres, quanto na criação de um senso de pessoa estritamente condicionada à imagem de devedora da comunidade que reivindica o direito sobre o corpo, ou seja, relacionando corpo à memória voltada ao futuro, na medida que tem a função de lembrar constantemente a injúria do credor, como em Nietzsche. Das se orienta por ambas as formas interpretativas para relacionar dor, memória e narrativa nos eventos indianos.

As mulheres que passaram pela experiência dos estupros durante a Partição entre Índia e Paquistão caíram na posição de “devedoras” quando a ordem da sociedade da família foi alterada. Assim: “cada um procurou punir não apenas infligindo dor um ao outro, mas, também, e mais especificamente, nas mulheres do outro grupo, para que as memórias das indignidades nunca deixassem de assombrar o futuro” (DAS, 1995: 186). Essas dores, que deixam marcas para a recorrência do sofrimento, manifestam-se em cicatrizes identificadas nas diversas formas de silêncio. Sendo assim, as narrativas que tomaram as vozes sobre o eu (*self*) são fundamentais para a manutenção do terror.

Nesse caso, o sofrimento se torna inexprimível pelo muito falar das narrativas técnicas ou etnográficas – narrativas forjadas sem que se convidasse para serem ouvidas as mulheres violentadas e os homens perpetradores (DAS, 1995: 192-194). Todavia, o silêncio de todo um conjunto de mulheres não impediu que elas encontrassem, no próprio silêncio, formas de

comunicarem dores na constituição de suas subjetividades (DAS, 2011: 15). A dor permanece subentendida e a convite de compreensão mesmo no silêncio: “eu sinto dor”.

Mas, afinal, como pode uma narrativa compartilhar as dores sem que, ao fazê-la, silencie as mesmas vozes que pretendem evocar? No nosso entender, a resposta de Das é questionar a crença *a dor que sinto é minha*: “Sempre quando uma dor é infligida cruelmente e sem nenhuma razão aparente destruindo a minha relação amigável com meu corpo, isso não pode ser tratado simplesmente como uma experiência pessoal” (DAS, 1995: 194). A força de uma antropologia social da dor estaria não em consolidar-se enquanto disciplina, mas em deixar ser tocada pelas vozes das vítimas, para que a dor possa ser experimentada em outros corpos (corpos literários, nesse caso). Seguindo o pensamento wittgensteiniano, Das entende que uma dor só pode ser compartilhada quando, no máximo, submetemos nosso corpo aos flagelos da mesma ação fonte da dor em outros corpos. Nesse sentido, a Antropologia como um corpo de escrita deve ter a habilidade de receber uma dor, nunca clamando a dor do outro, mas deixando que seu *corpus* literário receba a dor de outros ferimentos (DAS, 1998: 192).

Interessante notar que, ao abrir espaço para outras formas de comunicar a dor, essa antropologia pode deslocar experiências de dor em múltiplos corpos. Não se atendo ao evento em si e a uma só dor, mas às dores cotidianas que permeiam diversos corpos. Dessa forma, Das se volta ao tema evento/cotidiano e às dores tidas como desprezíveis ou importantes.

Na ordenação que habituamos a dar ao dia a dia, temos a impressão de a vida seguir “normalmente” e de eventos repentinos nos atravessarem, sequencialmente, para a fronteira da morte. Para Elizabeth Povinelli, as dualidades evento/cotidiano são tão questionáveis quanto as fronteiras vida e não-vida, ambos os pares inclusive estão em constante relação. Suas reflexões só foram possíveis através das vivências de dois casos em que a interferência do Estado australiano atuou na discussão jurídica sobre autonomia aborígine e exploração de rochas por empresas

australianas: primeiramente com os *Beyuen* na *Cox Peninsula* e, depois, na *Aboriginal Areas Protection Authority*.

A primeira situação narrada no artigo *Do Rock Listen? The Cultural Politics of Apprehending Australian Aboriginal Labor* (1995) apresenta o discurso de Betty Billawag. Ao explicar para as autoridades estatais quão importante era a *Old Man Rocks* – uma formação rochosa na região, Billawag dizia que elas escutavam, cheiravam e vivenciavam as demais atividades da comunidade (POVINELLI, 1995: 507). A segunda situação, presente no capítulo *Do Rock Die? Life and Death inside Carbon Imaginary* (2016), descreve a disputa jurídica pela exploração do manganês nas rochas conhecidas como *Two Women Sitting Down*, rocha portadora do sangue de duas importantes ancestrais locais.

Em ambos os casos, a questão pertinente para Povinelli é a incapacidade dos comissários e advogados em crer na vivacidade das rochas, conseqüentemente, uma implicação da criação de uma marca da “diferença autêntica sem mudanças fundamentais na metafísica da lei” (POVINELLI, 2016: 17). A partir daí ela estabelece um diálogo com as “dobradiças proposicionais” de Wittgenstien na perspectiva de que elas são os eixos pelos quais toda a máquina de conhecimento prático do mundo se estrutura. Se Das contorce a possibilidade de compartilhar a dor, Povinelli investe nos limites impostos pela fronteira da vida e não-vida na sua proposta do Carbono Imaginário: “região de cicatrizes pulsantes entre vida e não-vida – uma dor que nos faz prestar atenção a uma cicatriz que, por muito tempo, permaneceu entorpecida e adormecida, o que não significa que não fosse sentida” (POVINELLI, 2016: 23).

Povinelli toma caminhos diferentes para um debate ontológico, ela vai romper as cercas das ciências experimentais fundamentais – geociência e biociência, geoquímica e bioquímica, geologia e biologia – para a percepção de que, as rochas, por exemplo, não podem morrer. Utilizando a linguagem desses campos, mostrando a linha tênue na divisão das reações redox entre

orgânico e inorgânico, ela aponta como marcas diferenciais do metabolismo biológico e geológico são imiscuídas no sistema capitalista contemporâneo através do que ela denomina *geontopoder*.

Mas como podemos levantar questões referentes aos eventos na dinâmica do Carbono Imaginário onde “vida e não-vida inspira e expira”? Ao desejar o fim da sequência “clássica” biológica da vida (nascimento, crescimento, potencial de reprodução e morte) trazendo a não-vida para a vida no *milieu* dos entes da geosfera, os eventos podem ser entendidos não na sua universalidade, mas na sua cotidianidade. Os resíduos de manganês das *Two Women Sitting Down* (o evento) retornam aos pulmões de crianças chinesas (o cotidiano), o *geontopoder* do liberalismo tardio produz um regime de morte realocando a vida das rochas nos corpos específicos da fronteira do não-ser.

Por meio dessas leituras alinhadas à pesquisa historiográfica e de arquivo, elaboramos duas questões centrais: a) “O que torna o *apartheid* sul-africano um evento à parte enquanto as dores do racismo cotidiano ao redor do globo passaram, de certo modo, despercebidas? Por que, mais uma vez, o continente Africano se torna o colosso do mundo e um lugar ímpar na própria experiência da raça no século XX?”; b) “Como os corpos sobre os signos do Negro são dispostos junto a outras *commodities*? Como na cidade moderna esse corpo-objeto é mais um entre outros materiais tais como carbonato de cálcio e água?”

O ornamento dispensável

A arquitetura modernista de expressão *brutalista* tem no concreto sua matriz⁵. Veremos como esse concreto se refere à matéria física de composição dos edifícios e à estrutura do Estado

⁵ O concreto em sua forma pura foi e continua sendo a matéria-prima para os edifícios modernistas. Em *The New Brutalism*, publicado por Reyner Banham em 1955, estão apresentadas as novas diretrizes do movimento modernista em sua renovação *brutalista*. Um dos imperativos morais do Movimento Modernista seria a “honestidade na estrutura e no material” (BANHAM, 1955: 22). Contudo, utilizamos brutalismo aqui em seu sentido arquitetônico e político, uma vez que esses dois campos estão no cruzamento entre o material e o imaterial como aponta Mbembe (2020: 8). Sobre o tema deixamos registrado o agradecimento ao professor pela conversa durante a visita para desenvolvimento da pesquisa na University of the Witwatersrand. Naquele momento, fevereiro de 2019, o livro *Brutalisme* (2020) ainda

nas cidades modernas coloniais. Ou seja, uma força capaz de condensar e calcinar corpos, sobretudo, daqueles forjados na modernidade como inferiores sob o estigma da raça. Mas, afinal, quais as ideias e os entes relacionados e conectados aos pilares das construções modernistas?

Por exemplo, os prédios de Brasília são grandes modelos do modernismo. Desenhados por Oscar Niemeyer, carregam quase sempre os cinco pontos de Le Corbusier: plantas livres, fachadas livres, pilotis, janelas em fita, terraços-jardins. Os edifícios atestam a ampla utilização do espaço, a livre circulação dos pedestres e belas vistas para o ambiente fora dos edifícios. Sem excesso de ornamento interno e externo, a estética moderna garante que nenhum vestígio do passado desponte nas obras. Brasília teria sido erigida de um “deserto de não-vida” e “sem qualquer história”, projetada para criar espaços do novo homem brasileiro do século XX, síntese do melhor de todas as raças, conforme os anseios de Gilberto Freyre⁶.

Esse aspecto novo e inventivo impressionou inclusive Le Corbusier que, ao subir pela primeira vez as rampas do Congresso, dizia “aqui há invenção” - relata Niemeyer em artigo comemorativo dos 50 anos da capital (NIEMEYER: 2010).

No ideário modernista, o ornamento era tido como crime, os excessos completamente dispensáveis. A “limpeza”, ponto de conexão entre os estilos de Adolf Loos e Le Corbusier, foi destacada por esse último: “Loos varreu de baixo de nossos pés, era uma limpeza homérica – exata, filosófica e lógica. Com isso, Loos influenciou nosso destino arquitetônico” (LE CORBUSIER apud RISELA, 1988: 19). Inclusive, o artigo *Ornamento e Crime* (1908) de Loos foi publicado na

não havia sido publicado e algumas reflexões sobre política neoliberal e brutalismo enriqueceram as propostas da tese para além daquelas até então elaboradas.

⁶ A ideia de modernização do Brasil, assumida por políticos e intelectuais desde a década de 1930, expressa seu continuum na construção de Brasília (COUTO, 2013). Essa ideia, contudo, não se desvincula dos objetivos raciais do início do século XX. Ela se atualiza em versão mais “apropriada” às lógicas de branqueamento da população brasileira, como já alertava Abdias do Nascimento (2016). A nova capital deu materialidade para esse novo homem moderno (RUBINO, 2010: 302). Isso fica evidente em um dos discursos proferido por Freyre às Nações Unidas, ironicamente realizado em Brasília, em 1966, comparando o apartheid sul-africano com a realidade brasileira, ele atestava: “O Brasil é talvez a única projeção multirracial, em escala vastamente continental, na qual, em sociedade moderna, não se produz uma estrutura em que subgrupos multirraciais vivem à parte existências paralelas, apenas tolerando-se uns aos outros” (FREYRE, 2003: 346).

famosa revista *L'Esprit Nouveau*. Esse artigo é tido como um dos textos fundadores do modernismo na arquitetura. Nele encontramos os princípios estéticos de Loos aliados à interpretação biologizante da sociedade, apontando, com isso, os caminhos para a estética modernista.

Loos faz uma comparação típica do pensamento racista, o arquiteto estabelece uma metáfora entre o desenvolvimento humano e a história das civilizações em hierarquias racializadas: “nascemos com a percepção de cachorro, aos dois anos vemos como um papua⁷, aos quatro como um germânico, aos seis como Sócrates e aos oito como Voltaire”. A criança e o papua eram vistos como imorais por natureza, “o papua devora seu inimigo e, por sua inocência isso não é crime nenhum, mas na visão do homem moderno isso é sinal de degeneração” (LOOS, 1908: 1).

Na narrativa de Loos, essa sociedade primitiva utiliza de ornamentos em excesso: no corpo, nas embarcações, no remo, em tudo o que pode alcançar. O anseio por ornamento é o “primórdio das artes plásticas”. O que difere o homem primordial e a criança do homem moderno, sobretudo o europeu, são suas manifestações ornamentais. Nem a cruz escapou do seu julgamento, erotizada e, por isso, símbolo de excesso, Loos via nela uma mulher deitada penetrada por um homem (1908: 2). Seria, assim, possível medir o nível de uma civilização e de um país observando a quantidade de ornamento que se apresentam em suas paredes. A criança e o papua naturalmente ornamentam as paredes com símbolos eróticos, mas o que é natural a eles seria a degeneração para o moderno homem branco, bastava observar a quantidade de corpos tatuados nas prisões no início do século XX. Diante dessa constatação ele comunica, enfim: “evolução cultural equivale a eliminação do ornamento nos objetos usuais” (1908: 2). Segundo ele mesmo, uma afirmação rejeitada por seus contemporâneos.

Os pares do tempo de Loos questionavam sobre a incapacidade de produzir novos ornamentos: “como nós, homens do século XIX, não sabemos o que qualquer negro sabe, o que

⁷ População de traços negros na Nova Guiné

todos os povos de épocas anteriores têm sabido?” E a resposta dele para esse questionamento é simples, “[...] o que consiste na grandeza de nossa época é a incapacidade de realizar novos ornamentos! Nós vencemos o ornamento!” e completa “[...] chegará o tempo em que as cidades brilharam como muros brancos. Como Sião, a cidade santa, a capital do céu [...]” (1908: 3).

Figura 1 – Prédio da Administração da Universidade de Pretória



Fonte: University of Pretoria Archives, institutional repository, Administration Building: Autor Desconhecido 2016.

Figura 2 - Espaço Oscar Niemeyer em Brasília



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Podemos tirar algumas lições dessa elucubração sobre a natureza do ornamento, as potências das imagens e as ilusões presentes no artigo de Loos.

Primeiro podemos perceber uma episteme ocidental centralizada no olhar e na experiência do mundo dada, quase exclusivamente, pela visão. Não por acaso que os termos *cosmovisão* e *visão de mundo* são utilizados corriqueiramente para atestar a experiência e a compreensão de algo. Oyèwùmí (1997) contesta a eurocentricidade dessa forma de experiência do mundo. Uma forma diferente da *cosmossensação*, quando a experiência do mundo é sentida de várias formas, com vários sentidos.

O prejuízo de um caminho único para a experiência humana no mundo centrada no olhar é a ordem dualista. Tratou-se de opor o corpo, aquilo que é visível, ao espírito. No pensamento dualista cartesiano o corpo foi visto como uma armadilha da qual qualquer pessoa racional deveria escapar. O corpo, portanto, seria o excesso para Loos. Mais ainda, sendo o corpo construído social e biologicamente como signo do excesso, o Outro, deveria ser desprezado⁸.

A segunda lição que Loos nos apresenta sobre estética ocidental modernista é a relação do corpo negro com o excesso. O papua, o tipo negro da guiné oriental, é fruto e perpetuador de exageros. É, sobretudo, um corpo já marcado na pele através do sentido histórico que a modernidade lhe atribuiu. Esse corpo-monumento, hipersexualizado, é um corpo supérfluo para estética modernista. Figura em excesso entre outras figuras e, por isso, não figurável em qualquer superfície, o corpo e o signo Negro serão sempre imunes ao espírito (MBEMBE, 2014: 28). A “raça”, essa força que suscita o poder da imagem, do visível e do ilusório, não consiste apenas na

⁸ A crítica de Oyèwùmí é ainda mais contundente. Para ela, mesmo que as ciências sociais e humanas tenham se afastado drasticamente da frenologia do dezenove, essas continuam operando análises onde a centralidade são os corpos: suburbanos, trabalhadores, criminosos, negros, mulheres e uma série de tipos específicos que, ao final das contas, acabará por trazer um senso comum e cotidiano de raça. Opondo o sujeito que analisa ao sujeito objetivado (OYÈWÙMÍ, 1997: 39).

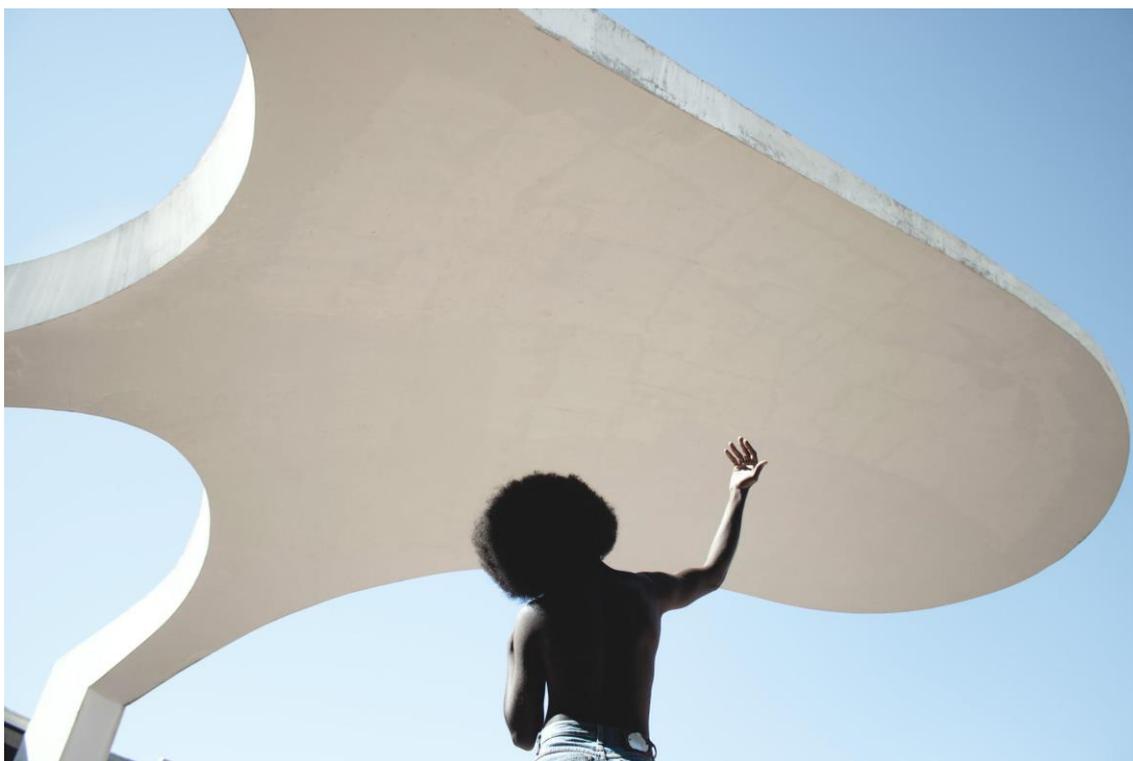
formação de uma figura de ausência. Não é apenas, também, as práticas que consistem em quanto tal.

Podemos considerar que, para Loos, suscitar a raça e seu racismo no contexto do ornamento é criar um duplo, uma manta que encobre o sujeito: o “papua” nada mais é do que o excesso da natureza e, sendo eu a razão, não posso ter relação alguma com esse ser. Afinal, “para o racista, ver o negro é não ver que ele não está lá; que ele não existe; que ele mais não é do que o ponto de fixação patológica de uma ausência de relação” (MBEMBE, 2014: 66).

Essa economia de imagens inventadas suscita outro problema sobre a realidade das aparências e as aparências da realidade. No processo Atlântico escravista, a transformação das pessoas de origem africana em Negro e, por isso, corpos a serem explorado, seguiu lógicas de transformação de pessoas em minerais. África era o lugar onde o mineral era extraído, as Américas o local de fundição para, enfim, a conversão em lucro europeu. No pensamento ocidental, “o negro não é apenas o protótipo do sujeito envenenado e carbonizado. É aquele cuja vida é feita de restos calcinados”, essa transformação e passagem do “*homem-mineral* ao *homem-metal* e do *homem-metal* ao *homem-moeda* é uma dimensão estruturante do primeiro capitalismo” (MBEMBE, 2014: 78).

Essa imagem inventada na contradição não poderia ser figurável na brancura dos “muros de Sião” e dos prédios da cidade modernista. Forjado pela ideia de excesso, animalidade e instintividade numa longa narrativa da mitologia ocidental que atravessa desde o século XV aos nossos dias, o corpo Negro será expelido da estética moderna ao mesmo tempo em que é fundamental como mão de obra nas construções.

Figura 3 - Ensaio de Sierra Veloso e Alice Leite no Memorial dos Povos Indígenas (Brasília)



Fonte: Acervo pessoal da modelo Sierra Veloso, 2019

Mas, certamente Loos não é o único dentro da história da arquitetura e do que viria a ser o Movimento Moderno com o qual podemos conectar modelo estético e sociedade. Existem ainda outras relações, sobretudo miméticas, entre as colônias e as metrópoles ainda no século XX. Os arquitetos do sul, filhos e filhas das elites colonizadoras, fascinados com os padrões europeus, reverberaram essa estética na formação das cidades coloniais. Do Brasil à África do Sul, esses jovens arquitetos buscaram conexões com o velho mundo, pediram seus conselhos e replicaram de forma incisiva os conceitos em suas obras. No Brasil, são conhecidos os nomes de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Na África do Sul, podemos destacar John Fassler, Helmut Stauch, Norman Eaton e Willian Holford. Todos eles colaboradores do Movimento Moderno e admiradores de outros importantes nomes no cenário da arquitetura e do urbanismo europeu, como Le Corbusier, Patrick Geddes e Ebenezer Howard.

As conexões entre arquitetos dos dois lados ao sul do Atlântico passaram pelo roteiro europeu. Le Corbusier foi um desses pontos de convergência. Sua fama como símbolo do modernismo atraiu interesses e investimentos no período pós-guerra. Ao sul do globo sua influência é sentida direta e indiretamente de Brasília à Chandigarh⁹. A ideia de “estilo internacional” (*international style*) nas obras modernistas é o cerne dessas conexões.

Por outro lado, esses vínculos à Europa criaram uma outra relação entre Brasil e África do Sul quanto ao estilo arquitetônico. Os estudos das professoras Marguirete Pienaar (2018), Maria Fernanda Derntl (2019) e o professor Arthur Barker (2018) revelam isso. A influência é tal que a crítica “cunhou a denominação *Little Brazil* para se referir aos edifícios afinados com o modernismo carioca que se espalharam por Pretória, Joanesburgo e Cidade do Cabo” (DERNTL, 2019).

Encontramos os sinais dessas mimesis, por exemplo, nos diários de Norman Eaton durante sua visita ao Brasil na década de 1940, momento em que os arquitetos buscaram referências para o que seriam as cidades modernas no pós-guerra.

Em 1945, Eaton e um grupo de arquitetos seguiram em excursão por diversos lugares do mundo. A viagem teve início na Cidade do Cabo e partiu até América do Sul onde visitaram as cidades de Buenos Aires, Rio de Janeiro e Fortaleza. Depois, seguiram para América Central e do Norte. A volta para o continente africano passava por Londres, Cairo, Cartum, Kwasumi, Kitale, Deckham e Moçambique até à África do Sul. O intuito era estabelecer contatos com outros modelos de arquitetura modernista e os registros estão disponíveis no diário de Eaton no Arquivo da Universidade de Pretória (PIENAAR, 2018: 164).

No Brasil, a visita de Eaton foi marcada pelo encontro com outros arquitetos. O estilo moderno brasileiro já se notabilizava, principalmente após o Museu de Arte Moderna de Nova

⁹ Capital dos estados indianos de Punjabe e Haryana, a cidade foi inteiramente planejada por Le Corbusier e fundada em 1947 após os eventos da Partição. Lahore, a antiga capital Punjabe, ficou sob o domínio paquistanês.

Iorque publicar “Brazil Builds” em 1943. Em agosto de 1945, Eaton conheceu Niemeyer pessoalmente e na ocasião o brasileiro mostrou-lhe os planos para Belo Horizonte, provavelmente o complexo da Pampulha. As influências do movimento modernista brasileiro na arquitetura de Eaton vêm sendo estudadas pela professora Marguarite Pienaar (2018). Ela destaca alguns edifícios sob essa influência como o Netherlands Bank em Pretória (1954) e a Greenwood House (1948-1951).

Além de Eaton, o arquiteto Hellmut Ernst Stauch – imigrante alemão radicado na África do Sul – produziu trabalhos cuja influência modernista brasileira é incontestável. De acordo com Arthur Barker, o edifício Meat Boart (Pretória) exemplifica a busca pelo *international style*. Stauch também visitou o Brasil e o escritório de Niemeyer em 1948. A intenção de conferir os prédios do livro “Brazil Builds” levou Stauch ao Rio de Janeiro, mas, aparentemente, houve uma decepção em relação as imagens e a realidade:

[...] Estávamos no Rio de Janeiro em 1948 quando o livro “Brazil Builds” acabara de ser publicado e fomos conferir, especialmente, os vários trabalhos mencionados nesse livro e quando fomos para os endereços dificilmente encontramos os prédios porque, o que na foto era um belo trabalho branco, afiado e limpo, tinha agora listras cinzas, ferrugem e marrom sobre eles, rachaduras e trepadeiras cresciam sobre os telhados de ferro [...] Então, conhecemos Oscar Niemeyer e perguntamos a ele suas opiniões. Ele disse que não era tão importante como os prédios se aparentariam em dez anos, o importante era o impacto que eles produziam inicialmente (NATION, 1985: 106 apud BARKER, 2018: 156).

O testemunho de Stauch, além de sinalizar os vínculos entre Brasil e África do Sul, denota o que era esperado de um estilo modernista: branco, afiado e limpo. Podemos combinar esses adjetivos com os conceitos de estrutura, forma e função para apontar como as cidades modernas se pretendem: brancas na estrutura, afiadas na forma e limpas na função.

Por mais interessante que sejam as ligações entre os arquitetos nos dois lados do Atlântico – uma pesquisa aberta para exploração – focaremos na tradução da estética modernista para o

planejamento urbano das cidades de Brasília e Joanesburgo percorrendo as conexões do racismo europeu e as inspirações para as transformações urbanas na década de 1950 (Capítulo 3).

Análises que relacionam a estética modernista e pensamento político-social na arquitetura não são inéditas. Sobre Le Corbusier, por exemplo, Simone Brott faz um exercício para além da explícita relação do arquiteto com os movimentos fascistas e o colaboracionismo na França de Vichy (BROTT, 2013: 127). Para ela esses contatos são sintomas da radicalização e o modo como Le Corbusier entendia e aplicava o conceito “revolução”. Brott traça um histórico dos usos na obra do arquiteto francês para elaborar as similaridades com o discurso fascista.

Em 1922, Corbusier anunciava em carta a pretensão de lançar seu “primeiro maior livro” sob o título de “*Architecture et révolution*” (BROTT, 2013: 146). Por sugestão de amigos, o título foi sofrendo alterações até se transformar em *Vers une architecture* em janeiro de 1923. Para ela, a alteração do título não parece ser algo trivial se considerarmos o desaparecimento e reaparecimento do conceito na obra. E, apesar de encobrir o termo, Le Corbusier fez de *révolution* a palavra-chave do projeto. Como percebeu Brott, curiosamente o livro termina com os seguintes dizeres:

A sociedade deseja violentamente uma coisa que obterá ou não. Tudo está nisso; tudo dependerá do esforço feito e da atenção dada a esses sintomas alarmantes.

Arquitetura ou revolução.

A Revolução pode ser evitada. (LE COURBUSIER apud BROTT, 2013: 147)

Para parte da historiografia, o final do livro sinaliza a tentativa de evitar uma revolução através de uma arquitetura moderna sob influência do socialismo utópico. Para Brott, no entanto, esses dizeres representam o desejo pela violência no qual os movimentos fascistas se debruçaram e para onde Le Corbusier se alinhou. Seja quando das relações com George Valois e Hubert Lagardelle ao se tornar editor do jornal sindical *Prélude*¹⁰; ou ainda, quando ministrou aula em Roma

¹⁰ O jornal é vinculado a tais figuras sindicais e políticas colaboracionistas ao nazifascismo. Trazia questões sobre política, arquitetura e planejamento urbano (BARIEL, 2017).

em 1934 a convite de Mussolini; e, por fim, o mais importante, quando colaborou com Vichy nos anos 1940 (BROTT, 2013: 147; LÓPEZ-DURÁN, 2018: 171).

Para além das relações com o fascismo, Fabíola López-Durán (2018) salienta as estreitas conexões do pensamento arquitetônico modernista com as teorias eugenistas, sobretudo do neolamarckianismo crente dos efeitos do meio sobre indivíduos e suas raças. Com cartas e documentos inéditos de Le Corbusier à Alexis Carrel¹¹, a arquiteta aponta os vínculos tenebrosos das ideias sobre arquitetura modernista com o pretenso aperfeiçoamento racial humano via transformação do meio.

É válido lembrar que Le Corbusier e Loos não foram os únicos arquitetos e urbanistas que vislumbravam em termos raciais a cidade do homem moderno. A tradição do urbanismo inglês, cuja influência é perceptível do Brasil à África do Sul (DERNTL, 2020), também investiu na eugenia galtoniana, ajustando estatística social às diretrizes de ocupação do espaço. Patrick Geddes e Ebenezer Howard foram, provavelmente, os nomes de maior inspiração para seus pupilos britânicos do início do século XX. Eles materializaram a cidade eugênica e utópica de Kantsaywhere elaborada por Francis Ganton (WELTER, 2002: 187-191; VIGOT, 1989).

De todo modo, o culto à violência no Movimento Moderno com expressão mais sintomática no *brutalismo* apresenta-se na estética e na ética. Brutalismo não é apenas uma referência ao concreto utilizado nas obras, é também uma postura que orienta a vida moderna na sua impetuosidade. O brutalismo do edifício moderno enquanto estado da arquitetura se confunde com a arquitetura do Estado: enrijecimento de fronteiras, compressão de corpos em satélites e

¹¹ Médico e biólogo francês, ganhador do Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1912 por sua técnica anticoagulante na transfusão de sangue. Também conhecido por seu colaboracionismo ao governo de Vichy e defesa ampla à eugenia, extermínio e castração da população considerada desviante. Suas opiniões eugênicas estão presentes no livro *O Homem, esse desconhecido* (1935), umas das obras que orientou Le Corbusier na formulação do modelo do “novo homem” (LÓPEZ-DURÁN, 2018: 158-172).

townships e os artifícios usados pelos poderes estatais/privados para a contenção e manuseio desses corpos nos centros urbanos.

Cimento, tecnosfera e necrópolis: corpo-espacos fracionados

Essa estética clara e branca, externa aos prédios modernistas, não denota a massa escura do concreto interior das vigas intransponíveis pela luz. Desvelando, encontraremos o rompimento dos limites da vida e não-vida no ciclo do carbonato de cálcio ($CaCO_3$), principal matéria química do calcário utilizado no concreto. A origem da matéria está nas conchas de crustáceos (vida) dos antigos oceanos do período Pré-Cambriano. A exploração do calcário para utilização de $CaCO_3$ envolve uma vasta rede: da indústria do papel à alimentícia, do tratamento de esgoto à construção civil. É na última atividade, contudo, sua maior utilização. Hoje a fabricação mundial de cimento é da ordem de 1,7 bilhões de toneladas ano, o equivalente a um $1m^3$ de cimento por pessoa. Com exceção da água, nenhum outro material é consumido pela humanidade em tamanha quantidade (SANTOS, 2008: 15). Seu processo de fabricação se dá através da queima da cal ($CaCO_3$) liberando CO_2 na atmosfera:



Uma das críticas ao uso de cimento é sobre a liberação do CO_2 na atmosfera. Mas, vejamos outra capacidade química desse artefato: o condensamento da água – 42% da sua massa é a soma de água não evaporável e água absorvida (FARIA, 2004: 9).

A água absorvida é constituída pelas primeiras camadas de moléculas de água submetidas ao campo das forças elétricas superficiais das partículas de $C-S-H$, onde $C-S-H$ representa os hidratos de silicato de cálcio hidratado. A água quimissorvida varia muito pouco nesse processo e

se dá via ligação química real com as moléculas do absorvente, uma ligação que implica transferência de elétrons.

Esses elementos (água, dióxido de carbono, hidrogênio, carbonato de cálcio, oxigênio) fracionados e rearranjados para favorecimento da tecnosfera humana convertem-se em matérias de valor, entram no ciclo do prescindível e imprescindível. No lugar da reciprocidade teremos mercantilização dos elementos, como destaca Lesley Green:

A criosfera (esfera de gelo), cujas temperaturas são um efeito das relações carbono-oxigênio na atmosfera, que são um efeito do consumo e produção de gás da rizosfera (raízes, rizomas e vida do solo), que depende da cosmosfera (energia solar, sistema solar e universo mais amplo) para sustentar a biosfera (plantas e seus predadores), que por sua vez dependem dos solos gerados a partir da litosfera (rochas e sedimentos) em relação ao ciclo da água da hidrosfera, que, dependendo da relação entre todas as esferas, pode se tornar parte da criosfera. A expansão da tecnosfera humana modifica isso: baseada em mercadorias, requer a extração de elementos de cada esfera e transforma as relações entre elas. Dobrando o tempo geológico em si mesmo, a tecnosfera extrai dos sedimentos da litosfera os restos da energia solar de antigas eras, liberando-a para atmosfera. Dobrando a história humana em si mesma, a tecnosfera extrai dos sedimentos dos arranjos políticos o trabalho dos corpos desvalidos: corpos de cor, corpos de mulheres, corpos despossuídos. Uma necropolítica, para usar um termo de Achille Mbembe: a substituição da reciprocidade pela mercantilização entre os seres humanos e entre relações humanas e geosfera. O efeito geológico de uma necropolítica tecnosférica, em escala planetária, é o Antropoceno (GREEN, 2015: 4).

Chegamos, portanto, em um tempo onde os impactos da presença humana no planeta serão observados em milhares de anos, na escala do tempo geológico passamos do Holoceno para o Antropoceno. O termo, usado primeiramente pelo biólogo Eugene F. Stoemer, na década de 1980, foi popularizado pelo químico Paul Crutzen para se referir a intensidade da ação humana na Terra e suas consequências para daqui milhares de anos.

Fruto de um impacto “urbano-agro-industrial” de escala global, acompanhado de um crescimento populacional sem precedentes, essa nova era geológica é marcada não só pelo homem, mas pelas tecnologias dele provenientes. Forças autônomas de um capitalismo onde os impactos são sentidos em diferentes níveis a depender das relações de valor entre os entes.

Na ordem conceitual, o Antropoceno foi agenciado pela antropologia como uma alternativa para o fim da bifurcação natureza e humanidade – quer dizer, se não cair nas armadilhas que são, de um lado, a “construção social da natureza” e, de outro, uma “visão reducionista dos humanos feitos de carbono e água, forças geológicas entre outras forças geológicas” (LATOUR, 2014: 12). Ou seja, existe o mesmo perigo de recair na operação lógica já realizada pelo capitalismo.

Marisol De La Cadena propõe, alternativamente, o termo “*anthropo-not-seen*” fazendo referência aos entes invisíveis no curso do Antropoceno (CADENA, 2016: 225). Significa dizer que, desde o século XIV com o movimento de expansão europeia, tem-se promovido uma guerra contra mundos dos quais não se operam a divisão natureza e humanidade. Ao mesmo tempo, esse “não-visto” se refere não só aos entes “vivos”, mas também à capacidade destrutiva dessa força “invisível” (colonial) considerada sempre construtiva.

Esse desejo de findar com os muitos mundos e produzir um único (universal) se adapta, ganha traduções e novos ecos. Em séculos anteriores a vontade de Deus era evocada para aniquilar diversos tipos de experiências dos mundos, agora, esta vontade é aliada do progresso e da tecnologia que se convertem nos bastiões da luta contra o atraso.

Da construção de barragens em terras Tuxás no interior da Bahia (CRUZ, 2017) até a transposição do rio São Francisco; dos muros na Palestina às fraturas hidráulicas para extração de gás natural na África do Sul; é a ordem do cimento que impera. Criam-se espaços na não-vida regulando o sistema planetário, impondo regimes de valor e, conseqüentemente, restringindo acessos aos entes enquadrados na ordem do não-ser.

Composto de carbonato de cálcio e água, esse grande artefato mágico da modernidade transforma líquido em sólido. Mantém formas de vida/não-vida nos ciclos da colonização e do capitalismo. Regula e divide os acessos, cria paisagens fraturadas que oferecem “imunidade ao

tempo geológico, aos fluxos da física às forças da história humana”. A fé no cimento confere aos seres humanos e sua tecnosfera uma fratura entre economia e ecologia (GREEN, 2015: 7).

No planejamento das cidades modernas, cimento e concreto são elementos fundamentais. Esses elementos evocam um dilema a respeito do estado da matéria (do líquido para o sólido) à matéria do Estado (da vida para o lucro com a morte). Percebendo o concreto armado como o material que dita as formas urbanas dessas cidades, relembremos que Milton Santos já havia salientado a importância das formas como ferramenta do capital.

Em *A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais* (1977), ele aponta os novos avanços tecnológicos como produtores de objetos cuja estrutura técnica abriga potencialidades. Através da articulação “forma e intencionalidade” as coisas ganharam um poder que nunca haviam possuído antes. Conseqüentemente, o mecanismo de planejamento tornou-se mais imperceptível. “Os povos dos países envolvidos, que têm passado da lavagem cerebral das teorias ocidentais acerca do crescimento e do espaço ou que se encontram indefesos perante elas, podem nem sequer suspeitar dos efeitos do planejamento” (SANTOS, 1977: 32).

O planejamento urbano nos territórios coloniais cumpre uma função específica aos interesses do capital, produzir seres calcinados, corpos dispensáveis-necessários. Faz-se como progresso e melhoria, aplica-se como perversidade (SANTOS, 2001). Opera-se na estética e nas formas da arquitetura através de um capitalismo global, sustentado historicamente pelo racismo.

No espaço Atlântico, pia batismal da modernidade onde o ser africano recebeu o signo Negro, inicia-se esse processo que dispõe à mobilidade do capital os entes terrestres em favor da tecnosfera. Aquilo que, muito recentemente, Malcolm Ferdinand chamou de *negroceno* uma vez que “a escravidão colonial negra seria um elemento entre muitos na transformação ecológica do sistema de *plantation*” (FERDINAND, 2019: 66).

De África para América e de novo para África, da senzala para o quilombo, do quilombo à favela e assim por diante (NASCIMENTO 1985: 47; 1988). Esse corpo, recriado e inserido na sociedade ocidental onde a experiência do mundo se dá quase sempre pela visão, foi circunscrito à dinâmica perversa do ser e não-ser, da *perda de imagem*: “Corpo de repente aprisionado pelo destino dos homens de fora. Corpo-mapa de um país longínquo que busca outras fronteiras que limitem a conquista de mim” (NASCIMENTO, 1988, 35:48 min).

Decompondo novamente o concreto armado das vigas, pilotis e paredes da arquitetura modernista, encontramos esse corpo específico coberto por calcário: pessoa negras, povos originários e candangos concretados na fundação das vigas, as quais não podiam ser removidos sem comprometer a estrutura das obras e o tempo de serviço (VIDESOTT, 2009: 287; RIBEIRO, 2008).

Em Brasília, o candango¹² fixado como operário “mulato” na historiografia e no discurso dos idealizadores da cidade teve sua imagem reinventada e (re)visitada para mobilização de uma identidade comum ao moderno brasileiro.

¹² Candango tem origem na palavra ka-ndongo, usada primeiramente na língua kimbundu, falada pelos Mbundu no sudoeste da Angola para se referenciar ao português como “pequenos”, “desprezíveis”, “vís”. No kimbundu o prefixo “ka” flexiona os nomes no diminutivo enquanto “ndongo” é uma referência à região homônima (CHATELIAN, 1888: 8). No século XVII, as invasões portuguesas na costa angolana empreenderam guerras sem precedentes para captura de pessoas para escravização. Entre 1605 e 1641, “comunidades inteiras desapareceram e as guerras começaram a despovoar o Ndongo a um ritmo alarmante” (BIRMINGHAM, 1965: 34). Após a invasão portuguesa, os mbundu passaram a designar de forma depreciativa os portugueses como os “pequenos que vêm do Ndongo”. Com o passar do tempo, a palavra adquire variáveis como cangongo, na Bahia (AURÉLIO, 1948) e vai designar alguém que vem de fora numa relação do interior/litoral sem deixar o viés depreciativo. No Dicionário da Língua Portuguesa de Augusto Morenno Cardoso (1945), encontramos definições como: “Candango, s.m. Bras. Nome com que os Africanos designavam os Portugueses || Gir. Tipo desprezível ou defeituoso”. Outras palavras similares também se aproximam do sentido de desprezível: “Candongo, adj. Provinc. Mal feito” (CARDOSO, 1945).

Ora, se pensarmos no espaço Atlântico, na formação do Brasil enquanto maior perpetrador do sistema escravista e no desembarque de quase dois milhões de escravizados no litoral brasileiro apenas no século XVIII (ALENCASTRO, 2001), podemos considerar uma inversão e delimitação de quem são os provenientes do Atlântico. Se para os mbundu, kandongo eram os portugueses que vindos do mar causaram destruição, aqui, desse lado, os candangos são o resultado de pessoas africanas transformadas em mercadorias, atravessadas no oceano, vendidas nos portos e com valor humano menosprezado.

A imagem inventada do candango une a ideia de ser sub-humano, contribuinte da construção, como as matérias-primas: os titãs de aço. O nome, antes sinônimo de desprezível, foi ressignificado ao mesmo tempo em que os humanos transformados em objetos dessa significação foram postos à disposição da massa de cimento. No discurso de sua nomeação como prefeito, Israel Pinheiro afirmou: “felizmente, os candangos, que até então eram pejorativamente conhecidos, são realmente titãs de aço, em cuja energia e vontade o Brasil pode confiar sua redenção”¹³.

O candango, transformado por “mil detalhes, anedotas, relatos” (FANON, 2008: 105), foi a base do projeto do Brasil moderno, que por sua vez implicou na castração das suas potências.

Nas proximidades do branco, no alto os céus se desmantelam, debaixo dos meus pés a terra se arrebenta, sob um cântico branco, branco. Toda essa brancura me calcina... (FANON, 2008: 108).

Na construção da Universidade de Brasília, a angústia de Fanon supera a metáfora para Expedito Xavier Gomes e Gildemar Marques. O primeiro prédio da universidade, que possibilitou essa tese, foi erguido sobre os corpos desses homens negros, soterrados duplamente na vida e na história. Dado que a homenagem da “tragédia” não carrega seus nomes, ela antes os reifica como Dois Candangos¹⁴.

O soterramento ocorreu devido às trepidações de máquinas de terraplanagem que operavam nas proximidades da obra e interferiram em sua estrutura. Expedito e Gidelmar que trabalhavam na escavação do subsolo para instalação de um ar-condicionado tiveram, assim, suas vidas interrompidas. Ambos eram segurados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) - órgão essencial tanto na garantia das aposentadorias, como nos investimentos

¹³ ArPDF, Fundo Novacap, *Brasília*, ano IV, maio de 1960, n° 41, p. 23

¹⁴ O Correio Brasiliense na edição de 5 de maio de 1962 noticiava: “O auditório da Universidade de Brasília se chama ‘2 Candangos’, como homenagem do Reitor aos 2 anônimos que morreram na sua construção. Em homenagem diremos seus nomes: Gildemar Marques, de Bom Jesus, Piauí, 19 anos e Expedito Xavier Gomes, de Ipu, Ceará, 27 anos.”

em habitação popular no Brasil da Era Vargas à Ditadura Civil-Militar (Capítulo 3). E só conseguimos reconstruir parte dessa história por um documento até hoje não explorado pela historiografia sobre Brasília¹⁵.

Expedito Xavier deixou quatro filhos e sua esposa, Antônia Rodrigues de Souza. Em agosto de 1962, quatro meses após a morte do marido, ela ingressou com uma das primeiras disputas jurídicas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Nos autos do processo nº 1383, a viúva requeria a pensão devida e relativa aos pagamentos debitados do salário pela Construtora Martins de Almeida S.A. (COMASA), empresa que contratou o Expedito.

Depois de um ano, Antônia recebeu apenas metade da pensão devida sob a alegação por parte do IAPI de não cumprimento do tempo total do segurado. Este, contudo, é o final do processo e nos diz sobre como a burocracia e a dificuldade no pagamento das pensões preservava, ao final, dinheiro no caixa do IAPI - um capital constantemente revertido na construção de habitação popular (Capítulo 3).

Para o debate desse momento, relativa ao apagamento das identidades desses indivíduos, chama atenção o início do documento. Isso porque, os “Dois Candangos”, foram massificados no imaginário da cidade apenas como “trabalhadores”, “operários” ou “proletariados”. Uma categoria identitária que não revela a complexidade da história brasileira, mas, antes, oculta as origens históricas das desigualdades de um país que entrava no pós-abolição.

Por requerimento do juiz, foram anexados, no começo do processo, os autos do inquérito policial. Com as fotos e os laudos de necropsia dos acidentados, duas informações chamam atenção¹⁶. A primeira é a descrição da cor da pele de ambos: Gidelmar descrito como pardo,

¹⁵ Arquivo do TJDFT, 2º Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, cx. 89, S3066/62.

¹⁶ Optamos por não reproduzir a foto de Expedito e Gidelmar mortos. É sintomático que, quando tratamos da história de pessoas negras, não temos a possibilidade de acessar tantas fotografias sem o atravessamento da violência. Assim, uma vez que esse trabalho objetiva ressignificar as imagens que retroalimentam a realidade, não há necessidade da reprodução da imagem. Uma vez que ela é pública e de fácil acesso por pesquisa no arquivo do TJDFT.

Expedito como moreno. A segunda é a *causa mortis*: asfixia por soterramento¹⁷. As cidades modernas, construídas sob uma estrutura colonial, imprimem objetiva e subjetivamente a asfixia dos sujeitos colonizados. Contudo, essa calcinação não é um projeto completo. Isso porque pessoas negras e povos originários insistem em ressignificar suas realidades por meio de outras leituras do mundo.

Mercadoria, metal, moeda e minério. A divisão da narrativa histórica – escravidão, colonialismo e *apartheid* (MBEMBE, 2001: 196), separou esses eventos do cotidiano, criou ilusões de um passado aterrador contra um presente “menos pior” ou, ainda, criou exemplos deslocados geograficamente que tornam aceitáveis regimes de desvalor dos sujeitos tidos como *infra-humanos* e despossuídos de seus corpos. Nas cidades com antecedentes coloniais, esses corpos funcionam pelas vias do capital, onde a dinâmica do supérfluo e do necessário operam um fluxo constante, motor da própria cidade.

Assim como Brasília, Joanesburgo funciona sobre o espectro da superfluidade. Mas diferente da capital brasileira, o centro industrial de Gauteng foi palco para o *evento*, o colosso do mundo, o *apartheid*. Falar da superfluidade não quer dizer que a cidade exista apenas pelo excesso, as arestas “aparadas” são peças importantes desse sistema. Superfluidade refere-se à “dialética do indispensável e do dispensável, trabalho e vida, pessoas e coisas” (MBEMBE, 2001: 38). As cidades modernas são reescritas de maneira a replicar o inconsciente colonizador. Inventando algo novo ao mesmo tempo em que replicam similaridades com as metrópoles e de onde suas principais características advêm, sobretudo, do capitalismo.

¹⁷ Arquivo do TJDF, 2º Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, cx. 89, S3066/62, fl. 28 - 40.

No Distrito Federal brasileiro, o capital aparece atrelado ao desenvolvimento urbano e construção civil cuja origem está ancorada na transição do comércio escravista para formas legais de ganhos no Brasil do século XIX¹⁸. Já em Joanesburgo o capitalismo industrial chegou pelos campos diamantíferos de Kimberley e pela exploração do ouro no planalto de Witwatersrand (POSEL, 1991; FREUD, 2019). Construída como uma cidade sem referências do passado, uma experiência europeia em África, Joanesburgo aliou capital, trabalho e indústria conectada com a economia global. A cidade viveu e vive vinculada a instituições formais e coercivas com uma estrutura legal que determinava o valor das pessoas, das propriedades e dos créditos por meio de divisões raciais (MBEMBE, 2001: 39).

Afirmar que as cidades têm essas características atreladas ao capitalismo não significa dizer que elas apenas criam uma relação de produção e acumulação. Isso porque uma característica do capitalismo, apontada pelo marxismo há algum tempo, é domínio do fluxo e do movimento. Como falamos sobre o circuito da teconosfera, vida e não-vida são confundidas nesse fluxo, corpos negros são dispostos junto às *commodities*. O crescimento de Joanesburgo, em 1886, coincide com a adoção do padrão-ouro pelo sistema econômico ocidental treze anos antes. O descobrimento do ouro em Witwatersrand trouxe consigo uma leva de imigrantes europeus que ocuparam o planalto na busca por investimento, lucro e bens. Esses bens, no entanto, não aparecem apenas de forma tangível, eles se concretizam na circulação de expectativas, de deleite e divertimento.

Para um bem existir é necessário que ele seja tirado de circulação constantemente, portanto, que tenha algum nível de superfluidade.

¹⁸ A historiografia da formação econômica brasileira baseada nos clássicos de Celso Furtado (1958) e Fernando Novais (1989) têm sido revisada pela perspectiva de um capitalismo nacional muito mais atrelado ao capital mercantil Atlântico, em que a matéria-prima eram os africanos e os indígenas escravizados (ALENCASTRO, 2000). Ao mesmo tempo, o fluxo desse capital passa a ser direcionado para outras atividades, sobretudo a construção civil no Rio de Janeiro (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001).

As pessoas sob o signo Negro, aquelas que são dispostas como bens, não fogem a essa regra. Na África do Sul, os trabalhadores europeus eram em sua maioria desempregados em suas terras natais e vão, por meio das estruturas raciais, se beneficiar dos trabalhos de imigrantes do Zimbábue, Moçambique, Angola, Namíbia e Zâmbia. Ao contrário do que o marxismo propagou, a circulação do capital não é precedida apenas por uma relação de classe, “mas também no investimento humano em certas formas de delírio racial” (MBEMBE, 2001: 39-42).

A dinâmica da cidade e do trabalho em Joanesburgo produziu esses delírios, vidas negras necessárias à construção do capital industrial ligado à mineração e valoradas como dispensáveis, abundantes e em excesso. Essas vidas foram marcadas como “objetos entre outros objetos”. A relação espacial do corpo negro com a cidade se estabelece na contradição da vida desprezível e, por isso, desejável enquanto força de trabalho de baixo custo. Ao mesmo tempo, a própria cidade se estrutura nessa dicotomia e só sobrevive por meio dela. Vidas que se fizeram por meio de um sacrifício¹⁹ necessário ao desenvolvimento, o que implica numa distribuição de morte – ou *necropolítica*.

Na profundidade das minas que circundam a cidade, as doenças respiratórias como a tuberculose e a silicose eram constantes. Esta última, potencialmente progressiva, irreversível e que leva à incapacidade trabalhadores na construção civil e mineração é provocada pela inalação da

¹⁹ Esse sacrifício diante da grandiosidade da construção de Brasília é expresso, por exemplo, na fala de Lúcio Costa para o documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra” de Vladimir Carvalho. Questionado sobre a chacina do acampamento Pacheco Fernandes, episódio marcado pela truculência da Guarda Especial de Brasília (GEB) que matou e ocultou os corpos de trabalhadores do acampamento, o arquiteto afirma: “[...] aqueles que colaboraram com a construção de Brasília eles tem muito essa tendência de romancear, dar importância e faz um drama as vezes que você vai examinar historicamente é uma coisa limitada, é um *farwest* [...]”. Vladimir então pergunta “se o senhor tivesse sabido disso na época, que reação o senhor teria?” e Costa responde sem hesitar “Não teria dado a menor importância. Nenhuma. Isso são episódios do ponto de vista da construção da cidade. Isso são episódios, não tem a menor importância. Agora, a imprensa que gosta de dramatizar essas coisas. Falta de assunto. Francamente eu não tomei conhecimento, não fui informado a respeito e se tivesse não teria dado importância. Porque era uma área já...problema sociológico, aquelas coisas de afluxo de operários de todas as procedências para no deserto construir uma cidade. Isso não pode ser um minueto de cavalheiros. Mas se houve, como você diz, foi uma coisa como uma espuma assim...uma coisa assim...não tem gravidade. Não há motivo para dramatizar. Eu não vejo motivo.” Ver: Vladimir Carvalho. *Conterrâneos Velhos de Guerra*. Brasília, 1992. 1:52:09 min.

poeira da sílica cristalina presente no cimento e constante nos trabalhos que exigem perfuração, trituração ou corte de rochas. O dióxido de silício (SiO₂), ou silicato, em contato com as células pulmonares provoca liberação de mediadores inflamatórios (macrófagos, neutrófilos, linfócitos) que fagocitam o dióxido de silício. Como o SiO₂ não é digerível (matéria do ciclo da não-vida), esse processo acaba provocando continuamente uma autólise – autodestruição celular – desencadeando fibrose nos tecidos: cicatrizes que enrijecem o pulmão e dificultam a troca gasosa e, por fim, a respiração (SATO et. al., 2006).

O esquema da autodestruição celular e a incapacidade do corpo de digerir o silicato tem algo de similar com a dinâmica de autodestruição psicológica das subjetividades negras. Como lamenta Fanon, racismo diz respeito tanto aos efeitos externos quanto internos, sua toxicidade parece não ter fim se não pela explosão:

Enclausurado nesta objetividade esmagadora, implorei ao outro. Seu olhar libertador, percorrendo meu corpo subitamente livre de asperezas, me devolveu uma leveza que eu pensava perdida e, extraíndo-me do mundo, me entregou ao mundo. Mas no novo mundo, logo me choquei com outra vertente, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, *fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações...não adiantou nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu.* (FANON, 2008: 103).

Assim como nas experiências brasileiras, o *apartheid* sul-africano conseguiu se justificar e criar uma relação de distância entre pessoas negras e brancas através de discursos sanitaristas. Nas três primeiras décadas do XX, a segregação sanitária foi praticada como uma forma de atingir o progresso e o desenvolvimento negro africano. Seguindo esse caminho, os médicos sanitaristas trataram de argumentar que as pessoas africanas eram mais suscetíveis às doenças, principalmente a tuberculose, devido à falta de convivência com as formas ocidentais na cidade industrial. No entanto, era possível adaptar os povos originários às condições de vida com a criação de espaços

próprios. Seguia-se a segregação por meio de argumentos sanitaristas, garantia-se a saúde das populações brancas nos centros e regulava a vida das pessoas negras (PAKARD, 1989: 194-196).

Como veremos ainda, no caráter planejado de Joanesburgo essas distâncias tiveram como barreira os anéis viários. Assim também como no Distrito Federal na década de 1950. Utilizaram-se do argumento ecológico e sanitário para proibir construções autônomas da população migrante. A “Faixa de Segurança Sanitária”, definida pela rodovia DF-001, foi delimitada em 1958 para barrar o assentamento de trabalhadores migrantes próximas à Brasília. A partir dessa baliza todas doações de terra ou construções dentro dos limites só poderiam ser aceitas depois da aprovação de um conselho diretivo da NOVACAP (HOLSTON, 2010; LEMOS, 2018).

As construções de rodovias e Estradas-Parque – muitas delas feitas de concreto – não integraram efetivamente todos os habitantes da região (MARAVALHAS & DERNTL, 2019). Quando muito serviram para levar os trabalhadores até suas distantes casas criando cidades segregadas com acessos pontuais ao centro. Delimitações fundamentais no planejamento regional para impulsionar o fluxo pelo qual se sustenta o capitalismo nas cidades modernas (SANTOS, 2007; 2009).

Dessa forma, o cimento adentra as configurações espaciais no interior dos territórios da mesma forma que penetra as rochas durante o fraturamento hidráulico (*fracking*). Sua função, seu único objetivo é extrair ao máximo a energia de alguns entes terrestres em benefício do sistema neoliberal (GREEN, 2015; POVINELLI, 2016; FERDINAND, 2019; MBEMBE 2020). As cidades modernas, planejadas para o bom funcionamento da vida humana – quer dizer, para o bom funcionamento daqueles considerados humanos – produzem uma cisão mortífera dos entes. Elas não são mais do que *necrópoles*.

Aqui, não entendemos necrópoles no sentido arqueológico. Nem exclusivamente na perspectiva que Jaime Amparo Alves (2018) apresenta na notável etnografia sobre a Zona Sul de

São Paulo. O enfoque de Alves, não menos importante, está na produção de mortes sobre população negra através da violência urbana. Esse estado de violência nas periferias é fundamental para permanência do estado de terror, da ideia de lugar mal habitado e, por isso, legítimo na propagação da violência em qualquer nível. Contudo, não abarca as ideias sobre as práticas que estruturam o planejamento dessas cidades e ainda criam esses espaços.

Portanto, pensamos nas necrópoles como o fenômeno histórico racial do colonialismo/capitalismo que, após seu aperfeiçoamento com cientificismo oitocentista, moldou e aplicou a ideia da cidade moderna. Uma reflexão que só foi possível pela análise das confluências históricas entre as cidades de Brasília e Joanesburgo.

Ou seja, as soluções até hoje encontradas pautadas no melhoramento/desenvolvimento das cidades continuam falhas em razão de operarem a mesma lógica do sistema de produção da morte através das cisões entre os entes do sistema planetário. Pessoas de origem africana, povos originários e outros grupos – fixados como infra-humanos – são dispostas no espaço conforme as vontades da colonização e do capitalismo junto a outros entes da não-vida (carbonato de cálcio, calcário, água, etc.)²⁰. Na equação química de transformação do cimento ao concreto são acrescidos materiais humanos e força política.

Da *biopolítica* à *necropolítica*: os centros urbanos e suas dinâmicas raciais

²⁰ É necessário salientar a diferença entre a morte (*nekrón*) induzida e imposta no ocidente, para a morte concebida em outras cosmologias ou pelos povos tradicionais. No candomblé, por exemplo, a morte *ikú* (yoruba) e *kufua* (do kimbundo) não estabelece uma cisão. A morte não tem o mesmo sentido pois, *Ikú* não rompe a pertença à comunidade. Isso quando se pensa em uma experiência de uma vida vivida em sua plenitude. *Ikú* apenas transforma a condição do ser vivo para ancestral também participante e pertencente à comunidade, vinculado através da memória. E memória no ocidente foi e continua sendo sequestrada em favor dos feitos históricos dos colonizadores. Devemos essas reflexões sobre *Ikú* ao prof. Wanderson Flor do Nascimento durante uma conversa registrada no dia 19/06/2020 quando me apresentou ideias de seu capítulo no prelo.

O debate sobre a produção de vida e morte como forma de exercício da soberania dos Estados ocidentais ganhou novo fôlego pela difusão do conceito de necropolítica, do historiador Achille Mbembe. A elaboração desse conceito foi feita seguindo uma linha com e, ao mesmo tempo, contra o conceito de biopolítica elaborado por Foucault nos anos 1970. Se a atenção de Foucault é voltada para as experiências desse controle na Europa, pensando sobretudo nos eventos traumáticos da Segunda Guerra mundial, para Mbembe o recuo na referência temporal histórica se faz necessária pois, esses dispositivos de controle da morte, sempre estiveram presentes na vértebra dos Estados coloniais com o escravismo.

O conceito de biopolítica foucaultiana centrou-se na ideia de biopoder. Para ele, ao observarmos o exercício do poder do Estado sobre o aspecto biológico dos cidadãos viu-se “uma espécie de estatização do biológico” (FOUCAULT, 2000: 218). O exercício de soberania que outrora (nas monarquias) consistia em “fazer morrer e deixar viver” encontrou um novo direito, que não atrapalha o primeiro, mas o atravessa e o modifica, “fazer viver e deixar morrer”. Essa nova disciplina não se aplica apenas ao ser humano/indivíduo, mas também ao ser humano/espécie. Assim, o interesse dessa nova tecnologia diz respeito ao conjunto de processos de natalidade, mortalidade e longevidade, constituídos na segunda metade do século XVIII. Um controle sobre as epidemias que assolavam as populações europeias conduziu os saberes médicos à função crucial da higiene pública e da sanitização das cidades, diferente dos processos anteriores de disciplinaridade dos corpos individuais. Em síntese, o fenômeno da biopolítica com base no biopoder consiste em “tomar conta da vida, dos processos biológicos do homem/espécie e de assegurar neles não uma disciplina e sim uma regularização” (FOUCAULT, 2000: 223).

No entanto, essas duas séries: a) corpo – organismo – disciplina – instituições; e b) população – processos biológicos – mecanismos regularizadores – Estado; não estão em oposição. A *norma* será o elemento em que disciplina e regularização atuam concomitantemente, permitindo disciplinar o corpo e os eventos aleatórios de uma multiplicidade biológica. Assim, dizer que o

poder, no século XIX, se apossou da vida é dizer que: “chegou a cobrir toda a superfície que se estende do orgânico até o biológico” (FOUCAULT, 2000: 229).

Mas, então, “como pode deixar morrer esse poder que tem o objetivo essencial de fazer viver?”. O ponto de inflexão entre vida e morte na biopolítica seria o racismo. Para Foucault, foi o surgimento do biopoder que inscreveu o racismo nos mecanismos de Estado. O racismo, sendo a secção entre os que devem morrer e os que devem viver numa hierarquia de espécie, estabelece sua função primordial no biopoder. Por conseguinte, exerce também sua segunda função de “quanto mais deixar morrer, mais viverá”, ou seja, “se queres viver, é preciso que faça morrer, é preciso que possa matar [o inimigo]”, assim, a morte de um “tipo racial” assegura a vida de outro. Raça e racismo tornam aceitáveis as mortes numa sociedade normalizadora e “na medida em que o Estado funciona na modalidade de biopoder, sua função mortífera só pode ser assegurada pelo racismo”. Essa condição pela qual se exerce o direito de matar não ocorre apenas com assassinatos diretos, mas também com assassinatos indiretos: expondo à morte, multiplicando os riscos, expulsando, rejeitando e ignorando (FOUCAULT, 2000: 230-233).

É exatamente nesse último caso que as realocações e segregações urbanas planejadas pelo Estado estabelecem paralelismos com o biopoder e o racismo. No entanto, as reflexões de Foucault se restringem à experiência europeia e, mesmo quando o autor pontua o racismo, refere-se às experiências nazifascistas; ou, quando aponta a biopolítica no espaço colonial, a coloca como uma experiência longínqua.

Por isso, Mbembe, apoiado nesta conceptualização, a reformula pensando como nos territórios coloniais impera a *necropolítica*, uma vez que o espaço colonial representa o lugar onde soberania consiste num exercício de poder à margem da lei e onde a “paz” só pode ter a face de uma “guerra sem fim” (MBEMBE, 2011: 37). Essa formulação vem da forma como Mbembe enxerga, anteriormente, a relação entre escravidão, colonialismo e *apartheid*. Para o historiador existe

uma continuidade e unicidade na medida em que esses eventos estabelecem uma dissociação entre direito à vida do indivíduo e à propriedade sobre seu corpo, sobretudo do Negro (2001: 196). Nesses três eventos, o signo Negro foi marcado e transformado em homem-mercadoria, homem-metal, homem-moeda (MBEMBE, 2013: 300).

No território colonial tardio, a cidade (*township*) implica severas restrições aos colonizados para o acesso ao trabalho nas zonas brancas, proibições de residências negras nos setores brancos, controle do fluxo urbano e rejeição da cidadania (MBEMBE, 2011: 44). Nas fronteiras internas do território colonial, é empregada a linguagem da violência pura. Para exemplificar, Mbembe evoca a descrição de Fanon em *Os Condenados da Terra*:

A cidade do indígena, a cidade negra, a “cidade do colonizado, ou ao mesmo tempo a medina” ou bairro árabe, a reserva é um lugar de má fama, povoado por homens com má fama. Ali se nasce em qualquer parte, de qualquer maneira. Se morre em qualquer parte, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens estão um sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. (FANON apud MBEMBE, 2011: 46).

Tanto a cidade colonial tardia quanto a cidade colonial contemporânea combinaram o disciplinário, a biopolítica e a necropolítica. A violência que era infligida aos corpos negros na escravidão (homem-mercadoria) se transformou num habitus colonial: “um capricho do ato puramente destruidor que aspira instiga o terror” (MBEMBE, 2011: 33). Esse habitus, entendido no conceito de Norbert Elias (1990), constituiu uma das camadas da personalidade do indivíduo colonizador e produziu, mais tarde, um Estado que empreende uma tarefa de “civilizar” as formas de assassinar e de atribuir objetivos racionais do ato de matar. Seja por assassinatos diretos (violência pura) ou indiretos (remoções forçadas, cerceamento das necessidades básicas, etc.), as cidades coloniais (contemporâneas ou não) são um espaço de livre exercício do terror.

Esse estado de terror, ao qual são submetidas as pessoas nos territórios coloniais, retroalimenta o imaginário colonialista de espaços selvagens e de morte, com ficções que se

propagam no real. Conseqüentemente, as guerras nos espaços coloniais colocam o conquistador frente a um “inimigo absoluto”: para haver paz nesses espaços é necessário levar a civilização com domínio total sobre esse inimigo inventado (MBEMBE, 2011: 41).

Nesse sentido, percebemos ao longo da pesquisa que o planejamento regional e urbano nos espaços analisados atenderam tanto à criação da imagem desse inimigo como à sua aniquilação por vias indiretas. O planejamento, por sua vez, chegou por meio dos projetos desenvolvimentistas como solução para os problemas do mundo no pós Segunda Guerra.

Planejamento Territorial: as ilusões desenvolvimentistas e a importância das migrações

Os discursos sobre o planejamento urbano, entre as décadas 1950 e 1970, se apoiaram no desenvolvimentismo e no crescimento econômico e tecnológico nacional para a solução da pobreza urbana. Durante algumas décadas, a ideia de que era necessário enriquecer a nação para enriquecer sua população mais pobre foi difundida e disseminada como a solução para resolução do inchaço demográfico e êxodo rural. No entanto, a urbanização galopante acompanhada do planejamento urbano não solucionou a pobreza urbana. De fato, já nos anos 1970, Milton Santos sinalizava que as cidades modernas só existiriam numa interdependência de circuitos econômicos da periferia e do centro. O planejamento consistia não em solucionar, mas em produzir, de forma objetiva e conceitual, a própria pobreza. Uma pobreza supostamente ontológica, onde o ser e aquilo que ele possui são confundidos.

Disso decorre um questionamento: o que é pobreza afinal? Certamente um conceito historicamente determinado, os valores e as concepções do que seja pobreza hoje no ocidente não condizem com o que ela foi há quinhentos anos. Os indivíduos mudaram suas concepções sobre valores, bens e materiais no decorrer do tempo. Além do mais, “o indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos um pouco mais [...] pobreza não é apenas uma

categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo.” (SANTOS, 2009: 18). E a quem serve definir a pobreza quando ela “empobrece” o ser?

Antônio Bispo, pensador quilombola, demonstra igual desconfiança nessa atitude diante das promessas desenvolvimentistas de “melhoria de vida”. Em suas falas e escritos percebemos, mais de uma vez, que o que ele chama de contra-colonialidade (afinal, seria enganoso pensar que o processo colonial acabou) se torna uma postura de resistência diante das ilusões coloniais. Em suas falas, a ideia de pobreza nunca é usada para se referenciar às vidas que compõem o que ele chama de *biointeração*:

O governo começou um programa chamado Fome Zero, e começou no Piauí em dois municípios: Acauã e Guaribas. E aí os grandes economistas brasileiros alardearam, e inclusive o povo mesmo do governo, que eram um dos lugares mais pobres do mundo (...) Guaribas nunca foi o lugar mais pobre do mundo. Por que diziam que Guaribas era pobre? Porque não tinha restaurante. Naturalmente, Guaribas não precisava de restaurante porque lá a gente recebe gente nas suas casas (...) Até hoje na minha comunidade, onde eu moro, lá no meio com cinco anos de seca, se chegar dez pessoa, come. Porque logo gente vive e precisa comer. Comida é uma coisa orgânica, comida não é mercadoria, comida é comida. Mas na cultura do colonizador tem que vender, tem que ser mercadoria²¹

Nas teorias do desenvolvimento, no entanto, a pobreza era vista quase como um “mal necessário”, uma situação transitória, ela deveria ser tolerada como “inerente às agruras do crescimento econômico” (SANTOS, 2009: 21). Daí, passou-se a apontar o crescimento absurdo das cidades como problema e o planejamento como solução. O êxodo rural, que não estava dissociado da expansão do capitalismo, foi visto como a causa da “hiperurbanização” quando, no fundo, ele era necessário e complementar a ela. Nos termos de Milton Santos: um epifenômeno.

O êxodo rural, aparentemente entendido como um movimento autônomo dos trabalhadores rurais, é provocado pelas políticas estatais em favor do capital. As leis que, por exemplo, regulamentavam as organizações dos bairros pobres (*slums*) na África do Sul surgem

²¹ Antônio Bispo – *Fala Sobre Quilombos*. Rio de Janeiro, 2015. 12:34 min

concomitantemente às redistribuições territoriais no interior. O resultado era sentido numa migração em massa de famílias que viviam da terra. Isso significa dizer que as políticas de terra voltadas ao capital empurram, ao mesmo tempo, os corpos objetos-abjetos para fora da urbe e pressionam as pessoas do interior para as fronteiras da cidade. Existências forçadas a viverem no limite. E, por isso, lidas como limitadas.

Isso fica explicitado quando analisamos os documentos e a bibliografia sobre as leis de terras na África do Sul. O professor Lungisile Ntsebeza (2007) apresenta como as *Natives Land Act* de 1913 e as *Land Laws* de 1936 expropriaram as terras das famílias originárias em favor das mineradoras: “como resultado, os povos indígenas foram gradualmente convertidos de fazendeiros bem-sucedidos antes da descoberta de minerais (...) para trabalhadores assalariados mal remunerados” (NTSEBEZA, 2007: 108). Essas famílias tornavam-se migrantes de suas próprias terras e eram desejadas pelas empresas mineradoras como trabalhadores de baixo “custo”. Para os elaboradores das leis do *apartheid* isso era evidente.

Durante a *Native Law Commission* (conhecida também como *Fagan Commission*²²), que deliberou sobre a flexibilização das leis raciais na África do Sul em 1947, o trabalho migrante aparece como peça importante e, por isso, deveria ser permitido o fluxo de pessoas negras africanas nas cidades. O debate ocorreu no ano de tensão entre africânderes e britânicos: aqueles que pretendiam uma separação total e os que entendiam a importância do fluxo de pessoas negras nos centros.

O aprimoramento das leis promoveu, dessa forma, reservas humanas. No volume 44 dos livros de atas da *Fagan Commission* destacamos as posições do *The Gold Producers Committee of the*

²²A comissão ocorrida em 1946, comandada por Henry Allan Fagan – que havia sido Ministro de Assuntos Nativos durante o governo do africânder J. B. M. Hertzog entre 1938 e 1939 –, foi um dos motivos de desacordo entre Jan Smuts (de ascendência britânica) e os membros do National. Smuts, via a necessidade de separação total, uma atitude interpretada por alguns como tentativa de ganhar popularidade frente a D. F. Malan que ganharia as eleições pelo Herenigde Nationale Party (partido nacionalista africânder) em 1948.

Transvaal Chamber of Mines (O Comitê de Produtores de Ouro da Câmara de Minas do Transvaal). Questionados pela comissão sobre como a grande quantidade de “nativos tribais” no coração da área industrializada poderia afetar a indústria mineradora, um dos representantes das minas responde:

Sim, penso que estamos prontos para concordar que Witwatersrand se tornou uma área industrial, mas não vejo como isso afeta a indústria da mineração. Somos dependentes de nativos tribais e os nativos tribais estão preparados para vir para indústria da mineração ²³.

Nas páginas seguintes a comissão esclarece como se daria a “oferta de benefícios” da indústria mineradora para as populações nativas. Inserindo-os na cidade e “civilizando” suas formas de vidas, o trabalho nas minas de ouro proporcionaria uma “oportunidade de ampliar o horizonte atual e subdesenvolvidos dessas pessoas”²⁴

Já no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, a política de *Marcha do Oeste* e a preocupação de ocupar a região central do Brasil promoveu algo semelhante. Aqui, porém, a força dos grileiros e a especulação da terra eram o rolo compressor das famílias que dependiam do campo. A política assumida pelo Estado brasileiro nesses anos favorecia, a princípio, as famílias despossuídas de terras e oriundas do nordeste e do sul de Minas Gerais (BORBA, 2013: 13) – regiões tradicionalmente vinculadas ao escravismo²⁵. No caso do Estado de Goiás, onde hoje se localiza o Distrito Federal,

²³ HPUW, AD1756, *Native Laws Commission of Enquiry*, 1947, p. 2896 [Original: *Yes, I think we are prepared to agree that the Witwatersrand has become an industrial area, but I do not see how it affects the mining industry. We are dependent on tribal natives and tribal natives are prepared to come to mining industry*]

²⁴ HPUW, AD1756, *Native Laws Commission of Enquiry*, 1947, p. 2913

²⁵ Em *O Trato dos Videntes* (2001), Luiz Felipe Alencastro desenha os fluxos escravistas no Brasil do século XVI ao XVIII. O nordeste brasileiro com predominância no trato escravista lisboeta que passou a ocupar, no início do século XVIII, as regiões do que hoje seriam o Benin e Nigéria e redirecionando os escravizados para o nordeste brasileiro. Ao passo que, no sudeste, os escravistas luso-brasílicos do Rio de Janeiro fortaleceram a presença na costa dos atuais Congo/Angola e, a partir do final do século XVII, coincidindo a exploração do ouro em Minas Gerais, trazem números absurdos de pessoas africanas escravizadas. O Brasil, fundado na violência e na escravização de pessoas de origem africanas e originárias foi, disparado, o país que mais exauriu vidas do continente africano. Segundo dados do www.slavevoyages.org, se estima que, durante quatro séculos, 46,7% dos escravizados trazidos às Américas vieram pelos navios portugueses e brasileiros.

a disputa entre aqueles que receberam o direito da posse da terra e os grileiros interessados na especulação foi constante.

Na década de 1940, a criação da Colônia Agrícola Nacional do Goiás (CANG) atraiu migrantes com propagandas feitas na rádio alardeando a possibilidade de se conseguir facilmente lotes de 30 hectares, empréstimo para aquisição de máquinas e assistências sociais. As pessoas que viviam na condição de arrendatárias no interior dos tradicionais latifúndios iniciaram um processo migratório para o Centro-Oeste que, mais tarde com a construção de Brasília, em 1955-1960, encontraria seu ápice. Porém, essa propaganda não atraiu apenas os trabalhadores do campo, o capital imobiliário e a agroindústria se fizeram presentes.

A grilagem de terras, com o poder dos que manejavam a linguagem burocrática, provocou um processo de expropriação das terras das famílias recém-chegadas. Estas últimas, depois de terem oferecido um trabalho árduo e comunitário para tratamento da terra e início do plantio, se viram obrigadas a novamente partirem em retirada: “[...] os grileiros através de um título produzido, na maioria dos casos, com a participação de autoridades políticas e públicas, iniciavam o processo de expropriação dos posseiros.” (BORBA, 2013: 16).

O fluxo migratório, pano de fundo para urbanização do centro-oeste brasileiro, teve início em anos anteriores, durante a mineração no Goiás. Sua composição populacional era majoritariamente de povos originários e escravizados que encontravam nos quilombos uma alternativa a colonização (KARASCH, 2016). A ideia de uma terra sem história e sem gente, uma cidade iniciada pela aventura de um presidente, seus aliados arquitetos e pensadores modernos permeia ainda as interpretações históricas sobre Brasília. No fundo, o processo do êxodo rural foi provocado pela expropriação e especulação da terra nas décadas de 1930 e 1940.

Propagada como melhoria, aplicada com perversidade. A urbanização e o deslocamento proposital de pessoas criavam necessidades outrora inexistentes. O planejamento urbano e territorial sob a bandeira do desenvolvimento se alastrou nos territórios coloniais e ao sul do globo. Essa mobilização não ocorria de forma aleatória, as pessoas deslocadas e forçadas a remoções são possuidoras de corpos lidos historicamente pelo viés racial. No capítulo seguinte, veremos as especificidades das construções raciais no Brasil e na África do Sul e como elas afetaram o ordenamento territorial e o surgimento de Brasília e suas cidades-satélites, bem como de Joanesburgo e suas *townships*.

Apesar de suas especificidades, as duas cidades guardam em comum o histórico da segregação racial e valem-se dessa estrutura para perpetuar as cisões que alimentam o capitalismo. Segundo relatório publicado pela OCDE (2018), Brasília é hoje a cidade mais segregada do Brasil e uma das mais segregadas do mundo. Para os avaliadores não restam dúvidas: “as médias nacionais mostram que a segregação de renda é a mais alta no Brasil, na África do Sul e Estados Unidos, três países com histórico de segregação” (OCDE, 2018: 14).

Mas mesmo com essas constatações o racismo por denegação subsiste (GONZALES, 1988b). É provável que leve mais alguns anos até que o estigma da democracia racial no Brasil deixe de fazer efeito sobre as interpretações de nossas realidades. Efeitos estes que encobrem o racismo *cotidiano* (Brasília) destacando o *evento* do apartheid sul-africano (Joanesburgo) como algo único, como experiência ímpar e colossal desconexa do restante do globo.

Nas páginas seguintes, veremos como se desenvolveram as teorias raciais nos dois lados do Atlântico e de que modo essas ideias e experiências coloniais estão imbricadas na idealização dos projetos nacionais e, conseqüentemente, no planejamento regional e urbano que já sinalizamos aqui.

Capítulo 2 - Laboratório dos Delírios: histórico da raça, do racismo e do racialismo entre Brasil e África do Sul

*You have taken the liberty to colonize the concept of God;
gave God a gender, a skin colour,
and a name in a language we had to twist our mouths around.
Blasphemy is wrapping slavery in the gospel and calling it freedom.
Blasphemy is having to watch my kind use the same gospel enslave each other.²⁶*

Kuleka Putuma, water, 2017

[É no Atlântico que o capitalismo transforma morte em lucro.]

Colonização, Raça, Racismo e Racialismo

Falar de Brasil e de África do Sul é remeter para espaços com relativa similaridade e proximidade em termos históricos e econômicos. Guardada as devidas particularidades dos modelos de colonização – lusitano por um lado, holandês e anglo saxónico por outro –, a experiência colonial imprimiu efeitos perniciosos em ambos, melhor dizendo, esses locais foram forjados através de processos que tornaram a realidade dos colonizados uma verdadeira distopia.

Em meados do século XX, anos do nacional-desenvolvimentismo e da conexão capital estatal/capital financeiro, o projeto colonial ganhou novos contornos com efeitos similares nos dois lados do Atlântico Sul. Recentemente as conexões Brasil/África do Sul foram estreitadas; aliadas com outras potências econômicas (China, Rússia e Índia) formaram, nos últimos nove anos, um bloco econômico para fazer às tradicionais potências capitalistas globais.

Esta tese, contudo, tem como base da análise as similitudes das heranças coloniais desses

²⁶ Vocês tomaram a liberdade de colonizar o conceito de Deus;/ deram a Deus um gênero, uma cor de pele,/e um nome em uma língua que nós tivemos de torcer ao redor de nossas bocas./ Blasfêmia é envolver o escravismo no evangelho e chamar isso de liberdade./ Blasfêmia é ter de assistir os meus usarem o mesmo evangelho para escravizarem uns aos outros. (tradução do autor).

países e seus feitos: Brasil e África do Sul foram laboratórios históricos da raça. A experiência da disjunção racial, entre colonizadores (e seus descendentes) com os povos colonizados e enegrecidos²⁷, foi determinante para a constituição das práticas urbanas em ambos os locais.

Portanto, é imprescindível compreender as particularidades das colonizações, os conceitos e as teorias raciais que circulavam entre Brasil e África do Sul no século XIX, e, por fim, traçar o pano de fundo das cidades analisadas no século XX - especialmente no período após a Segunda Guerra Mundial.

Encontramos a conexão dessas teorias sobretudo no século XIX quando a *eugenia* se torna um modelo de referência para todas as nações ansiosas por um lugar no desenvolvimento e no progresso. Do lado de cá, o malabarismo com as teorias produziu desde cedo uma falsa ideia de inclusão da nação brasileira mestiça e sem racismo. Enquanto do outro lado do Atlântico, a aplicabilidade do racismo vai produzir o exemplo do excesso e o país símbolo do *apartheid* no século XX.

Mas certamente raça e racismo não tiveram início no século XIX e toda a construção dos conceitos, das atitudes, das neuroses e do sistema que alimenta “raça” são frutos da longa história colonial europeia, iniciada na Era Moderna ocidental. E, apesar da centralidade que damos aos oitocentos no processo de construção científica da raça, é preciso ter em mente a continuidade histórica que dissocia o *ser* da autonomia sobre seu próprio corpo.

Desde o início dos intercursos Atlânticos, a classificação por cor, tipos humanos e origens ligadas ao território serviram para o escravismo e hierarquização. Entre os séculos XV e XIX, uma extensa quantidade de pessoas africanas e povos originários americanos foram escravizados em favor do lucro do primeiro capitalismo, pessoas reduzidas ao status de mercadoria, conectadas no

²⁷ “enegrecidos” na medida em que o Negro é o signo inventado para categorizar uma população e, sendo assim, o Negro não existe a princípio. É uma categoria criada para a exploração ou, na sua dialética, para emancipação (FANON, 2008; APPIAH, 1997; MBEMBE, 2014).

Sistema Mundo onde os Estados europeus ofereciam a legitimidade de exploração para particulares interessados nos lucros provenientes dessas “matérias-primas”.

No Brasil, por exemplo, o fluxo do escravismo de origem africana passava necessariamente pela escravidão dos povos originários locais por meio de *resgates*, *cativeiros* e *descimentos*²⁸. Práticas que, ao final, cooptavam pessoas no intuito de produzir mercadorias utilizadas no trato Atlântico de escravizados – farinha de mandioca, zimbo, cachaça, tabaco (ALENCASTRO, 2000).

Esse comércio, por sua vez, só foi possível por meio da instabilidade político-militar causada nas regiões de contatos entre africanos e europeus. É sabido, por exemplo, que o reino do Congo, antes da cristianização, obedecia a uma tradição sucessória entre os *Mani Kongo* – o cargo do líder de *MbazaKongo* – onde os candidatos eram escolhidos por um grupo de anciãos e que, não necessariamente, obedeceria a uma linha hereditária de sucessão (BATSÍKAMA, 2013). A chegada dos portugueses na região no século XV e suas atividades no século XVI e XVII – especialmente pelo desejo das minas de ouro e prata em *Mbwila* – vão alterar substancialmente essa linha sucessória mergulhando o reino numa instabilidade política após a conquista da região do *Ndongó*²⁹.

O mesmo ocorreu com a África Ocidental no final dos seiscentos e início dos setecentos quando holandeses e ingleses participaram mais ativamente do comércio escravista na região. A Inglaterra, por exemplo, financiou as incursões daomeanas no que são hoje Benin e Nigéria e a partir dali escravizou os ewe, fon e outras nações (SWEET, 2011). De fato, em muitos casos os europeus não invadiram todo o território africano e escravizaram a população: eles criaram uma

²⁸ Essas práticas são descritas por Alencastro no livro *O Trado dos Videntes*. Os *resgates* consistiam na troca de mercadorias europeias por indígenas, porém, provocava seções no interior dos grupos indígenas em relação a posições pró e contra a escravidão extensiva e o comércio de pessoas. Os *cativeiros* consistiam na prática de escravidão muito comum com a apreensão de indígenas por meio das “guerras justas”, ou seja, pessoas eram capturadas sob pretexto do paganismo e condenadas ao trabalho compulsório – essa prática “abriu a via à escravidão” quando na segunda metade do século XVII os jesuítas englobaram-na com o resgate. Por fim, os *descimentos* baseavam-se no deslocamento forçado de grupos indígenas inteiros que foram removidos, misturados e assentados nas vizinhanças das vilas e cidades coloniais – uma prática de aniquilamento lento, porém “mais extensa que os resgates e cativeiros” e por isso mesmo mais prejudicial (ALENCASTRO, 2000, p.119-120).

²⁹ Existe toda uma historiografia preocupada em entender as relações políticas, sociais e cosmológicas entre Portugal e Congo durante os séculos XVI-XVIII, principalmente pelo fato de o “rei” do Congo ter se convertido ao cristianismo logo quando da chegada dos portugueses. As influências e as causas internas e externas que levaram à Guerra Civil para tanto indicamos Hilton (1985), Thornton (2001), Batsíkama (2013), Fromont (2014).

demanda por escravizados, promovendo conflitos internos através de ajuda militar, manipulação política e introdução de tecnologia armamentista (ZUBERI, 2001: 10).

Pontuar o surgimento do racismo como exclusividade do século XIX é apagar o escravismo que viabilizou os abusos dos oitocentos e, ao mesmo tempo, esquecer do contexto colonial quando os povos já racializados empreendiam estratégias de lutas e sobrevivência contra um sistema que lucrava com a morte e alienação dos seus corpos. Para elucidar melhor a questão podemos fazer uma breve diferenciação de *raça*, *racismo* e *racialismo* – por mais que esses conceitos estejam imbricados e sua separação aqui preste um serviço didático – colocá-los historicamente numa compreensão mais ampla evita a falsa percepção da exclusividade do século XIX nas questões raciais.

Raça poderia ser definida como a quimera que conecta território, nação, características físicas e morais a um povo e, nessa ótica, o indivíduo nada mais é do que a expressão de seu grupo (GILROY, 2004). A palavra surge no século XV como uma forma de segmentar os próprios europeus (ZUBERI, 2001: 5). É contemporânea aos debates sobre colonização quando das navegações e incursões europeias à América, África e Ásia.

O conceito se construiu na justificativa da escravização dos povos originários americanos e africanos. Com o avanço do colonialismo e da influência da cosmologia cristã, as pessoas de pele escura provenientes do continente africano foram associadas aos descendentes de Cam – filho de Noé que, tendo visto a nudez do pai, foi condenado a servir seus outros dois irmãos, Sam (semitas) e Jafter (jefteitas), levando essa marca sobre a pele (OLIVA, 2008). A marca sobre a pele na exegese cristã é, portanto, o ponto fulcral do escravismo Atlântico.

Ainda no século XV, sob tutela da Igreja Católica, por meio das bulas papais, os primeiros reinos unificados da Europa receberam a “autorização” para ocupar os territórios e cobrar impostos nas áreas então descobertas. A aventura portuguesa no Algarves e São Tomé e Príncipe, com as *plantations* de açúcar, foi a primeira experiência europeia de escravização dos africanos e dali a racialização e o escravismo moderno encontraram seu ponto de partida. Sobretudo após a

determinação da ausência da alma no africano, impossível de conversão devido à sua natureza, como acreditavam os missionários capuchinhos no Congo e Angola durante o século XVII (ALMEIDA, 2009: 619). Ou quando as bulas papais de Urbano VIII proibiram o cativo indígena (1639) beneficiando o fluxo escravista e os lucros portugueses (ALENCASTRO, 2000: 143-144). Esse processo repetiu-se várias vezes durante séculos e tomou proporções globais. A transformação do humano em mercadoria no espaço Atlântico com interconexões em diversos pontos do globo vai, aos poucos, ensejar um *habitus*³⁰ da violência e do terror colonial que se estendem até hoje nas periferias dos grandes centros (FANON, 1968; MBEMBE, 2011).

A classificação racial científica surgida depois foi, portanto, desenvolvida como parte do esforço para manter a estratificação racial já existente nos anos coloniais. Os colonizadores consideravam os povos africanos como não adaptáveis à sociedade moderna e, com isso, justificavam o “ajuste” por meio do colonialismo e da civilização.

Como consequência das práticas de classificação racial, o *racismo* se impôs como o *modus operandi* da colonialidade. Ele diz respeito a todo um conjunto de comportamentos e camadas da personalidade, frutos desses longos processos históricos da classificação. Faz parte da estrutura e dos indivíduos, se perpetua enquanto prática constante e se afirma na mentalidade ocidental. Mais complexo, por envolver repulsas, desejos e paixões humanas (MBEMBE, 2014: 65), o racismo é também um problema psicológico coletivo e, ao mesmo tempo, não é somente isso.

Fanon foi preciso ao perceber que os séculos de colonialismo deixaram marcas profundas na personalidade dos racializados e dos racializadores através da dialética humanização e sub-humanização: “Qualquer que seja o domínio observado, uma coisa nos impressionou: o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam em uma linha de orientação neurótica” (FANON, 2008: 66).

³⁰ Entendido aqui, na perspectiva de Norbert Elias (1998), como uma das camadas da personalidade dos indivíduos constituída através de processos históricos.

Além disso, *racismo* é também o comportamento estruturante do Estado e do capitalismo que produz o terror e as vidas limitadas pela fronteira. As pessoas nascidas da colônia ou dos guetos, da reserva indígena ou do bairro árabe são lidas pelos olhos metropolitanos através do espectro da animalidade e, por isso, indivíduos a serem combatidos (FANON, 1968: 29).

O século XIX, entretanto, representou uma era de transformação no status dos escravizados de origem africana nas Américas. Segundo Tukurfu, essa transformação começa com a revolução Haitiana e acaba com a abolição no Brasil, em 1888. A luta pela emancipação desse status jurídico ocorreu no mesmo momento em que o liberto foi mantido no status social inferior por meio do reforço das ideias de raça como conceito científico. O *racialismo* surge, não por acaso, no momento de necessidade de manutenção do corpo de origem africana dentro de uma categoria de sub-humanidade dando continuidade ao avanço do capitalismo moderno. “Nas Índias Ocidentais, nos Estados Unidos e no Brasil a emancipação foi parte do processo que transformou as condições de trabalho, mas não pôs fim à dominação da elite colonial europeia” e seus descendentes. (ZUBERI, 2001: 16)

Os escravizados e escravizadas, triplamente alienados do status político, da sua casa e do seu ser (MBEMBE, 2011: 31), ganharam a liberdade, mas permaneceram em sua maioria aquém do seu lar e do seu corpo. Do seu lar quando lhes foi negado o direito à terra; de seus corpos na medida em que foram dispostos ao uso do Estado e da indústria como um número, estatística da mão de obra barata. Se por um lado a idade moderna produziu valor sobre esses corpos no jogo da morte (dispensabilidade) e do estoque (indispensabilidade) na travessia Atlântica à *plantation*. Por outro, na idade contemporânea, garantiu-se o estatuto político de liberdade com o reforço negativo do social atrelado ao signo Negro através do *racialismo* e da biologização.

Os efeitos dessa biologização são sintomáticos mesmo nos dias atuais entre as análises das ciências humanas e sociais: “Por exemplo, ninguém que ouve a expressão ‘executivos corporativos’ supões que sejam mulheres; e nas décadas de 1980 e 1990 ninguém associaria espontaneamente os

brancos aos termos ‘subclasse’ ou ‘gangues’ [...] o social e o biológico se retroalimentam” (OYĒWÙMÍ, 1997: 5-12)

No Brasil, nos Estados Unidos, na África do Sul e em outros espaços onde os delírios raciais se desenvolveram, a cidadania permaneceu restrita às pessoas brancas de origem europeia. Obviamente, e nisso o presente estudo se concentra, as estratégias de racialização se desenvolveram de forma diferente nessas nações, porém, bebendo das mesmas fontes. Mais do que isso, África do Sul e Brasil foram locais usados como laboratórios dos estudos da raça para atender às pesquisas desenvolvidas no norte, assim:

Mais do que pôr um fim na hierarquia racial já existente, a emancipação trouxe uma nova fase na estratificação racial. As contradições entre liberdade e dominação precisaram ser reconciliadas. A justificativa intelectual da estratificação racial começou com a ideia de Grande Corrente do Ser e continuou com a adaptação das ideias evolucionárias de Darwin (ZUBERI, 2001: 16).

Como consequência das adaptações das teorias racialistas, a mobilização das identidades nesses espaços se manifestou de forma bastante peculiar. Se no Brasil a *democracia racial* criou uma identidade mestiça imposta para a maioria da população com o objetivo de embranquecer a jovem nação. Na África do Sul, um “exemplo à parte” em questão de segregação e eugenia, as identidades ficaram marcadas pela delimitação precisa dos tipos raciais nos centros urbanos e uma etnicização dos povos originários no interior com as fortes heranças do regime do *apartheid*.

Entendemos que essas adaptações, porém, foram feitas conforme o histórico colonial de cada um desses espaços. Assim, retomaremos brevemente à formação da raça no contexto da modernidade Atlântica para depois chegarmos ao século do racismo e, a partir daí analisar a formação das identidades raciais nesses dois pontos do Atlântico Sul durante século XX. Essas especificidades da colonização e da conceitualização da raça perpassam diferenças que constituíram as identidades no seio da própria Europa e, conseqüentemente, da adaptação de modos coloniais

adotados por uns e outros colonizadores.

Raça Como Desdobramento das Identidades Nacionais da Europa Moderna

A análise dos diferentes modelos de colonização foi assunto caro à historiografia e sociologia brasileira. Tanto pelo viés econômico com Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Raymundo Faoro e outros teóricos do desenvolvimentismo, quanto pelo viés das análises da formação cultural com Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. A redução dos modelos coloniais entre colônia de exploração e colônia de povoamento serviu às inúmeras justificativas para o atraso no desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, as heranças ibéricas de “tolerância” à diversidade dos povos graças a presença moura na península antes da formação de Espanha e Portugal foi reivindicada para explicar o homem cordial brasileiro.

Não enveredaremos na especificidade das análises desses modelos historiográficos. O que faremos por hora é mostrar como uma historiografia mais recente tem entendido as diferenças das formações das identidades europeias intimamente conectadas com a evolução do conceito raça. Ou seja, por mais que os historiadores da segunda metade do século XX tenham atentado para as diferenças dos processos coloniais, essas análises não deram conta da especificidade do surgimento do conceito de raça através das rivalidades no interior da própria Europa. Essas mesmas rivalidades e a estereotipização entre as diferentes nacionalidades tiveram importância ímpar para determinar os europeus de primeira e segunda categoria e os modelos coloniais a serem ou não seguidos.

Parte da recente historiografia atenta à colonização e à história moderna tem se voltado para essas questões por meio da *Leyenda Negra*, um conjunto de narrativas produzidas por norte-europeus, sobretudo ingleses e franceses, que estereotipam a Espanha em particular e a Península Ibérica em geral como agressivas e degradadas graças à herança moura ou o incentivo das misturas raciais. Esse microcosmo das narrativas contribui para compreensão dos modelos coloniais

operados através das identidades dos colonizadores.

Originalmente o termo “Lenda Negra” surgiu em 1914 como uma revisão e reação do jornalista Julián Juderías à longa tradição de críticas contra a Espanha e os espanhóis no processo de colonização. Rejeitando as visões dos norte-europeus e de Las Casas sobre a ação violenta contra os povos originários nas Américas durante as conquistas. Ou seja, a Lenda Negra seria um conjunto de histórias narradas pelos cronistas dos séculos XVI-XVII em que o sentimento anti-hispânico era fortemente presente, mas não era sua exclusividade. Juderías, no entanto, defendia uma visão conservadora e imperialista espanhola atribuindo o enfraquecimento do império espanhol à circulação das ideias republicanas norte-europeias e, por essa ligação política com setores conservadores espanhóis, as críticas e o termo cunhado pelo jornalista caíram em esquecimento (BEZZI, 2018: 107)³¹.

As crônicas entendidas como parte da Lenda Negra são uma manifestação de um conflito imperial entre os cristãos europeus protestantes e católicos. Como defendem Greer et al. (2001: 2), dizer isto não significa minimizar os efeitos do racismo sobre povos originários nas Américas e em África, mas entender como no seio da própria Europa Ocidental o racismo operou primeiro, tendo seus desdobramentos nos modelos coloniais protestante e católico.

Ao mesmo tempo é um passo para compreender o modo como outros impérios formularam a questão da diferença e do escravismo de forma peculiar, sobretudo os impérios orientais contemporâneos aos reinos europeus do século XVI. Enquanto os mongóis e otomanos escravizaram religiosa e etnicamente outros, transportando e explorando o trabalho de etnias específicas, eles o fizeram na intenção de manter o poder de suas dinastias e não a serviço de uma procura ampla por lucro monetário, aberto a qualquer indivíduo livre e aventureiro como foi no

³¹Outros historiadores lançam luz sobre a dicotomia intrínseca no termo *Leyenda Negra*, a qual divide os discursos sobre religião, política e expansão colonial entre uma Europa do norte (protestante) e os reinos católicos ibéricos (MALTBY, 1971; BEZZI, 2018). Majoritariamente, os discursos dos cronistas ingleses e franceses do século XVI são permeados por um discurso anti-hispânico, mas não esses se reduzem à Lenda Negra. São dicotômicos com críticas duras, mas também tecidos com admiração aos modelos Ibéricos de colonização como Marina Bezzi (2018) mostrou recentemente ao analisar os discursos de La Popelinière e Hakluyt.

caso de Espanha, Portugal e, mais tarde, Inglaterra e Holanda (GREER et al. , 2001: 4).

Ironicamente, o sentimento anti-hispânico que surge na modernidade teve como uma de suas bases a descrição do bispo espanhol Bartolomé de Las Casas. Em *Bravíssima relación de la destrucción de las Indias*, Las Casas denuncia o genocídio promovido pela Espanha frente às populações originárias, isso depois de ter perdido uma argumentação legal contra o sistema escravo de *encomiendas*. O livro rapidamente ganhou traduções dos seus rivais na Europa, primeiro o francês depois em inglês e holandês. A recepção da *Lenda Negra* serviria aos interesses dos rivais espanhóis, notadamente os norte-europeus, para contestar a predominância do domínio nas Américas.

Levou anos para que a imagem de uma Espanha católica e truculenta contra uma Holanda e Inglaterra puritana fosse desmistificada, colocando ambos no mesmo patamar. No século XVIII, por exemplo, foi um africano ex-escravizado um dos primeiros a apontar as ações coloniais dos norte-europeus como tão perniciosas quanto a de seus outros colegas ibéricos. Publicado em 1787, o livro *Thoughts and Sentiments on the Evil Slavery* de Quobna Ottobah Cugoano aponta claramente que não havia diferença entre britânicos e Espanhóis:

Os franceses e ingleses, e algumas outras nações na Europa, fundaram acampamentos e colônias nas Índias Ocidentais ou nas Américas, caminham do mesmo modo, e juntos de mãos dadas com Portugueses e Espanhóis, para roubar e pilhar a África, bem como para gastar e desolar os habitantes do continente ocidental [América] (CUGOANO apud GREER et al. , 2001: 6).

De todo modo a influência de Las Casas nas bases para aquilo que seria construído enquanto divisão racial na era moderna foram marcantes. Em outro livro, *Apologética Historia Sumaria*, publicado em 1552, ele define quatro tipos de bárbaros. Brevemente o primeiro e o terceiro são muito similares. O primeiro tem ênfase preponderante nos indivíduos ferozes, enquanto o segundo delinha comunidades que vivem próximas ao estado de natureza, ponto comum que Hobbes e Locke utilizaram em suas teorias.

O segundo e o quarto tipos de bárbaros claramente estabelecem a fundação do racismo

colonial/moderno Ocidental. Eles foram definidos por um critério central e descritos como *barbarie negativa*: todos aqueles que possuem uma “ausência” civilizacional, ou algumas vezes a tem em excesso, são bárbaros. Todos os impérios não latinos e, incluindo Incas e Maias, estavam na mente de Las Casas ao criar essa definição. Isso porque o latim seria uma língua mais próxima do humanismo romano e, em consequência, mais próxima do conceito judaico-helenístico de Deus (GREER et al, 2001: 8).

Apesar de não ser específico sobre os quatro tipos, nenhum deles poderiam ser encontrados na cristandade ocidental. Para Greer et al (2001: 18), aqui ergueu-se o templo sobre o qual Kant formulou sua classificação etno-continental baseada na cor da pele: amarelo-asiático, preto-africano, vermelho-americano e branco-europeu. Tanto para Kant quanto para Las Casas, nenhum dos habitantes do globo para além da Europa estavam habilitados a compreender uma tradição literária, no qual Kant baseia seus conceitos sobre o belo e o sublime.

Assim, apesar do conceito Lenda Negra ter surgido no século XX, não é de todo infundado que as narrativas dos cronistas anti-ibéricos tenham focado na pureza de sangue e na moralidade dos portugueses e espanhóis para construir uma imagem destes como próximos aos “bárbaros”. Las Casas jamais poderia imaginar que as violências narradas por ele sobre a colonização espanhola no Novo Mundo seriam usadas para definir a própria Espanha como incivilizada, afinal, era ele mesmo um espanhol e provavelmente se colocava no alto da superioridade da cristandade ocidental.

As questões pontuadas pelo bispo eram vistas como problemas muito mais internos do que externos, mas isso não impediu que as narrativas se tornassem um artifício para ingleses, franceses e holandeses na classificação dos ibéricos como europeus de segunda categoria. A raça passa a ser cada vez mais relacionada à habilidades inatas e imutáveis dos tipos humanos associados à religião, cultura e território.

Como mostra Bárbara Fuchs, a complexa relação dos espanhóis com os mouros e as negociações decorrentes depois da tomada de Granada articulou uma situação interna de

construção e aversão ao Outro (*mourofilia/mourofobia*) para uma situação externa dos demais (*hispanofilia/hispanofobia*):

Em sou particularmente intrigada pelo lado doméstico da mourophilia - ou seja, a duradoura e intensa negociação da cultura moura com a Espanha depois da queda de Granada enquanto a nação emergente tentava solidificar sua identidade. Como ficará claro, todavia, essa negociação está intimamente conectada com a representação da Espanha em outros lugares da Europa, assim rapidamente um problema nacional se tornou de escopo internacional (FUCHS, 2001: 88).

A autodefinição da Espanha enquanto nação se deu no processo de expulsão semítica, judeus e muçulmanos nomeados nos textos da época como mouros. Ainda depois da expulsão moura, a cultura da região de al-Andalus estava presente de forma híbrida com a da Espanha. Além disso, mesmo a Espanha se esforçando ao máximo para conter a influência andaluza racializado e definindo como cristãos novos (judeus e muçulmanos convertidos forçadamente), os outros Estados europeus continuaram construindo a imagem da Espanha como “outro tipo racial europeu”.

Fuchs aponta mais de uma tradição onde poderiam estar presentes elementos mouros na cultura hispânica. Festas, vestimentas e palavras apropriadas por espanhóis na tentativa de, por vezes, exotizar o Outro transformando-o no avesso do Mesmo. A incorporação dos elementos árabes e judaicos na cultura serviu ao mesmo tempo como conformação da identidade espanhola e aversão aos mouros (FUCHS, 2001: 93). Diferente dos teóricos da brasilidade moderna que enxergavam, nessa mistura dos séculos XIV-XV, apenas uma assimilação moralmente positiva, uma real experiência multiracial trazidas para a colônia na longa duração histórica.

Raça para Espanha do século XV certamente era um conceito com maior plasticidade do que para ingleses, franceses ou batavos graças à influência moura. Mas, ao mesmo tempo, não se pode dizer que os espanhóis não contribuíram para essa classificação racial. Por mais que o foco de raça para os países ibéricos se concentrasse na conversão dos mouros, era evidente que a

“mácula” árabe na linhagem sanguínea das famílias era um fator determinante. O “negro” presente em *Lenda Negra* remete à uma visão ambígua tanto da crueldade hispânica como da marcante presença mourisca ou africana (FUCHS, 2001: 95).

Mas como podemos conectar o crescente sentimento anti-mourisco à *Lenda Negra*? Alguns estudiosos apontam o traço deliberado da construção inglesa sobre os espanhóis como a racialização e a essencialização do Outro nas décadas finais do século XVI. O artigo *From Ethos to Ethnos* de Eric Griffin (2002) sinaliza como coloridos panfletos anti-hispânicos amplamente produzidos, traduzidos e circulados na Holanda, França e Inglaterra entre 1580 e 1590 moveram a retórica da diferença religiosa para a uma visão muito mais radical da alteridade essencial associado à herança moura. Curiosamente o contexto de produção dos panfletos é o ambiente de duas importantes guerras dos demais países contra o Império Espanhol³².

Uma cópia do panfleto anti-hispânico publicada em francês convoca todas as nações da Europa entorno da França a “com um só fôlego abater a insolência desses negros”, invocando a solidariedade racial europeia contra um africano, negro espanhol. Associar mouros e negros nesse caminho foi um poderoso gesto retórico. Uma vez que a relação de ingleses e franceses com o norte da África foi muito distinta se comparadas com a África Subsaariana (FUCHS, 2001: 96). Este segundo espaço estava numa relação muito mais de exercício do poder, dominação e escravismo. Assim a substituição de mouro por negro não foi um mero erro, mas um inteligente jogo retórico na associação dos espanhóis como o *outro* por excelência. Afinal, o Negro em geral e a África Central em particular eram “exemplo total de ser outro, fortemente trabalhado pelo vazio” (MBEMBE, 2014: 28).

Mais tarde, no século XIX, a *Lenda Negra* não poupou nem mesmo Charles Darwin. Sob influência e através de citações das teorias eugênicas do seu primo Francis Galton ele elaborou, em *The Descent Man*, uma teoria sobre os efeitos da civilidade na melhor adaptação de cada sociedade

³² A Guerra Anglo-Espanhola (1585-1604) e Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), esta última culminou na independência dos neerlandeses frente à Espanha e que contaram com apoio de Inglaterra e França.

europeia. Darwin afirmava que “o mal que Igreja Católica produziu é incalculável” para concluir o insucesso da colonização hispânica. Já o sucesso colonial britânico e o “maravilhoso progresso dos Estados Unidos” eram “os resultados da seleção natural” (1872: 218).

A Separação Como Mistura

Essas marcas de distinção traçadas entre os próprios europeus também são evidentes nos relatos de viagens produzidos entre os séculos XVII-XIX, especialmente quando descrevem com precisão os modelos coloniais implantados no seio “familiar”. A violação, o estupro, a animalização do Outro certamente foram armas da colonização em qualquer que seja o modelo adotado (GONZALES, 1982; SCULLY, 1995; MORGAN, 2015).

Na verdade, o estupro foi e continua sendo uma arma de guerra potente (SMITH 2005; MIRANDA, 2010). Isso porque é um ato violento que marca não só o íntimo, mas também o corpo social numa relação traumática com a memória sempre lembrada em algum lugar no futuro. A estrutura familiar, por mais diversa que seja, fica vinculada a uma dor silenciosa que tem função de lembrar a injúria do credor - nesse caso as pessoas colonizadas (DAS, 1996).

Contudo, houve diferenças quanto às formas de integração/rejeição das filhas e filhos gerados a partir dessas violações, ou ainda, na flexibilização ou não das regras estabelecidas sobre casamento e concubinato entre colonos e colonizados. Não utilizaremos apenas o termo *relações sexuais* para tais *violações*; historiograficamente esses encontros foram tratados como *relações* como se o lado violado tivesse a opção de evitar o indesejado.

No caso da colonização lusitana a miscigenação foi de início percebida como um modo eficaz de estabelecer vínculos com as populações locais. As políticas não foram uniformes e tiveram uma variação significativa em termos legais a depender do período e do local. Luís Felipe Alencastro situa especialmente uma diferença fundamental entre Brasil e Angola para os séculos

XVII e XVIII. Ao contrário do que ocorria aqui onde “qualquer núcleo autônomo de negros vivia sob ameaça de ser considerado um quilombo” e de ser logo destruído, a fragilidade militar dos portugueses em Angola “os obrigava a pactuar com aldeias nativas que absorviam os mestiços”. E o historiador completa “Havia, portanto, uma engenharia social no Brasil fazendo a engrenagem interracial girar no sentido oposto daquele que se desenrolava em Angola” (2000: 351-352).

Ou seja, nessa perspectiva os filhos das violações interracialis no Brasil raramente foram absorvidos pelos núcleos de afro-indígenas (quilombos e aldeias), uma vez que estes passavam por um processo de extermínio extensivo logo após a expulsão dos holandeses e que inclui a chamada “Guerra dos Bárbaros” (1651-1704). Movimento que conseguiu dizimar povos indígenas inteiros abrindo fronteira para pecuária no “sertão de dentro”, do interior da Bahia ao Maranhão (ALENCASTRO, 2000: 337).

Esse incentivo à mestiçagem nos territórios coloniais ou em Portugal foi questionado pelas autoridades lusitanas nos anos que se seguem após o levante mouro de Alpujarras (1568-1570) e a Revolta dos Angolares em São Tomé (1595). Com exceção do Brasil – que viu no mestiço a possibilidade de formar um corpo militar eficaz, como foi o caso dos henriques³³ –, mulatos e negros “ladinos” dos territórios sob domínio da coroa foram eleitos os inimigos com potencial para implodir o sistema.

Observada por norte-europeus, a mestiçagem lusitana apontava por vezes a falha da raça ibérica na miscigenação. Essa *Lenda Negra* portuguesa se encaixa num círculo de construções raciais e diferenças identitárias europeias que se estenderão ao século XIX. Ingleses, holandeses e franceses produziram alguns relatos sobre a forma como se dava a “impureza” racial portuguesa através de seus modelos de colonização (aqueles que se misturam aos nativos). É o caso dos textos oitocentistas de Sir Richard Burton certificando que as “mechas alienígenas no sangue” português

³³ O regimento dos pretos “henriques”, ou Terço dos Pretos, surge durante a guerra de expulsão dos holandeses em Pernambuco. Leva o nome porque seu comandante, Henrique Dias (? - 1668), negro livre que se tornou o grande exemplo de integração ao exército luso-brasílico, recebeu a patente de Primeiro Governador e Cabo dos Pretos e Mulatos do Brasil. Hebe Mattos analisou a história de Henrique Dias como um sintoma da interconexão das hierarquias sociais e de cor no Brasil (2008: 6-29).

os caracterizavam como Outro europeu. Ou mesmo, no final do século XVI, através dos relatos do viajante holandês Jan Huygen van Linschoten que em 1583, depois de ter se juntado ao recém nomeado arcebispo de Goa, João Vicente da Fonsceca, escreveria o *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien* (NOCENTELLI, 2007: 205-224).

Linschoten não foi o único nem o primeiro a realizar essas descrições no século XVI, muitos outros viajantes são citados pela historiografia. A particularidade dele, no entanto, reside no fato de sua escrita ser direcionado para um grande público e, o mesmo tempo, carregar um sentimento anti-católico forte no momento em que os Países Baixos lutavam para se tornar independentes da União Ibérica (1580-1640) durante a Guerra do Oitenta Anos (1568-1648), momento de franca afirmação da identidade batava.

Os debates promovidos sobre a impureza portuguesa, do século XVI ao XIX, estavam atrelados à busca de uma explicação para o declínio do Império Português no oriente. Ou seja, os portugueses estavam enfraquecidos pela mácula da miscigenação. O que na verdade é contestado pelos historiadores contemporâneos (NASCIMENTO, 1985; MILLER, 1988; ALENCASTRO, 2000) que enxergam a retração colonial no Oriente português na medida em que os luso-brasileiros e luso-angolanos se especializam no maior e mais rentável comércio do Atlântico: o escravismo.

Já o *Itinerario* de Linschoten localiza o momento crucial do embaraço da experiência lusitana no Oriente quando das violações sexuais entre os homens europeus e as mulheres asiáticas, a mistura foi a mácula lusitana do insucesso na colonização oriental - curiosamente os holandeses fizeram de Jacartar o ponto de “produção” de bastardos mestiços cooptados para expansão na África Austral, como veremos adiante.

Em outros relatos a culpa recai sobre a “voluptuosidade” das mulheres nas Índias Orientais Portuguesas e a “impossibilidade”, para os próprios homens portugueses, de não se lançarem a esses seres agora objetificados. É o caso das descrições do mercador Francesco Carletti (1573-1636) que narrou em *Ragionamenti del mio viaggio intorno al mondo* o “quão amorosas, educadas, atrativas e limpas” eram essas mulheres que “de todas as formas lideram as mulheres que já foram

ou são agraciadas com graças semelhantes, se não de todo mundo, pelo menos entre aquelas mulheres as quais eu vi e experimentei ao circunavegar o mundo inteiro” (NOCENTELLI, 2007: 213).

O erotismo nesses relatos nunca esteve desconectado do ridículo. As narrativas são um microcosmo de uma grande manobra da ideologia colonial que justapõe o conhecido e o desconhecido - “a mulher bonita que também é a monstruosa besta laboral” (MORGAN, 2015: 168). Linschoten, por exemplo, ridicularizava a forma como as mulheres orientais constantemente se banhavam e se perfumavam. Associava excesso de higiene com pouca aptidão ao trabalho, essas mulheres estavam sempre disponíveis aos seus maridos e amantes. As liberdades sexuais do oriente não agradavam Linschoten e no fundo, para ele, os portugueses se rendiam à atmosfera dos nativos:

The Portingales in India, are many of them married with the naturall borne women of the countrie, and the children proceeding of them are called Mesticos, that is, half countrimen. These Mesticos are commonlie of yelowish colour, notwithstanding there are manie women among them, that are faire and well formed. The children of the Portingales, both boyes and gyrls, [which are] borne in India, are called Castisos, and are in all things like [unto] the Portingales, onely somewhat differing in colour, for they draw towards a yealow colour: the children of those Castisos are yealow, and altogether [like the] Mesticos, and the children of Mesticos are of colour and fashion like the naturall borne Countrimen [. . .] so that the posteritie of the Portingales, both men and women being in the third degré, doe séeme to be naturall Indians, both in colour and fashion. (LINSCHOTEN apud NOCENTELLI, 2007: 214-215)

A constatação de que em três gerações os portugueses, quer pelos mestiços ou pelos castiços transformados pelo ambiente, seriam naturalmente orientais, indica o caminho argumentativo para a crença dos lusitanos como segunda classe de europeus. Como Nocentelli “ao germinar os medos intimamente ligados à degenerescência e à miscigenação, o *Itinerário* parece antecipar características centrais do discurso da eugenia posterior, segundo o qual as características culturais adquiridas eram tão herdáveis quanto a cor da pele” (2001: 215).

Isso não quer dizer que os “casamentos” mistos eram uniformemente aceitos por lusitanos;

antes, sugere que as preocupações sobre “pureza de sangue” foram subordinadas a regras pragmáticas em benefício da colonização. “Casamentos mistos, de fato, foram sustentados para consolidar a penetração colonial e promover a conversão ao cristianismo, produzindo descendentes que poderiam sustentar um crescimento demográfico e econômico” (NOCENTELLI, 2007: 215).

Apesar dos portugueses serem o alvo principal de Linschoten, o texto também carrega uma função didática aos holandeses sobre como se portarem diante da “voluptuosidade” das indianas. O viajante reporta a história de um mercador e joalheiro flamengo Frans Coningh que, tendo viajado da Holanda para a Síria e de lá para o oriente sob domínio lusitano decide nunca mais retornar para casa. Afinal, seus pecados seriam duramente castigados pela Igreja Reformada. Permanecendo em Goa, se casou com uma indiana *mestiça* que, durante anos, enganou-o com um amante português chegando ao ponto de envenená-lo com *datura* e assassiná-lo em cumplicidade com o amante. O joalheiro fora traído apenas pela sua esposa, mas também por sua “falta de governo”, ou seja, pela sua inabilidade de lidar com a liberdade e as tentações que encontrou no caminho da colonização.

É sintomático o relato de Linschoten ocorrer justamente no período de consolidação da identidade nacional batava, acompanhada de uma série de invasões e expansão das rotas comerciais. Isso porque, pouco tempo depois da formação da União Ibérica (1580), Felipe II cortou rapidamente as relações amistosas entre batavos e lusitanos promovendo um bloqueio nos entrepostos comerciais mais importantes. As Províncias Unidas (Holanda), que haviam então declarado independência da Espanha em 1581, foram golpeadas no seu ponto mais sensível: o comércio. A réplica veio contra os territórios ultramarinos portugueses menos guarnecidos. Primeiro São Tomé e Príncipe, depois, com a formação da VOC (Companhia das Índias Orientais), as invasões das Ilhas Molucas e Jacatar, colônias portuguesas na Oceania; para, por fim, investir no escravismo Atlântico com a WIC (Companhia das Índias Ocidentais), que chegaria ao Brasil em meados do XVII (RATELBAND, 2003: 40).

Além disso, é interessante que o investimento em uma identidade nacional venha

acompanhado de formulações raciais sobre aqueles que seriam, por alguns séculos, os principais concorrentes do comércio marítimo. Como Gilroy (2007) alertou, nação e raça são elementos que se retroalimentam.

Com o passar do século XVII, e a afirmação da Holanda como uma das nações europeias que operam o colonialismo, a presença dos europeus no continente africano se intensificou. E, como em qualquer experiência colonial, a miscigenação fruto das violações sexuais foi uma constante. A Colônia do Cabo Ocidental, ocupada pela VOC desde de 1652, local primeiro da colonização holandesa na África do Sul, também se constituiu através da experiência do rapto.

A princípio, a estratégia usada por holandeses no oriente foi muito similar à dos lusitanos em relação às políticas de miscigenação: foram incentivadas em determinados locais, proibidas paulatinamente em outros. De Jacarta, capital administrativa da VOC, também conhecida como Batavia, partiam as principais ordens que ditavam as normas seguidas do oriente até os acampamentos na Cidade do Cabo. Nesses dois pontos a história teve suas particularidades e conexões.

Logo no início da colonização, em Java, houve um vertiginoso aumento no número de crianças abandonadas e frutos das violações. A solução encontrada pelos colonizadores e que parece mais parte da estratégia colonial foi criar uma série de orfanatos para abrigar e “educar” os filhos da colonização. Aqui, a miscigenação encontrou abrigo na administração colonial. Já em outubro de 1624, cinco anos após a fundação da Batavia, foi estabelecido o primeiro orfanato. “Essa data precoce sugere a existência de um grave problema social surgido da alta taxa de mortalidade entre crianças abandonadas e sem cuidados parentais bem como da presença de numerosas crianças abandonadas de raça mista” (TAYLOR, 2009: 26).

Comandados por um supervisor escolhido entre aqueles mais “piedosos, abastados e distintos”, os orfanatos deveriam investir na educação cristã dessas crianças. Essa benevolência não vinha de graça, as meninas se tornavam serventes até os cuidadores arranjam um casamento;

enquanto os meninos eram empregados em atividades laborais de manufatura - fabricação de velas, tecidos, alfaiataria. Esses orfanatos não eram apenas uma ação do puritanismo holandeses, eles serviram para “criação de cidadãos, um instrumento do estado de polícia” (TAYLOR, 2009: 27).

O administrador mestiço Simon van der Stel foi um dos resultados bem-sucedidos da violência colonial holandesa no oriente. Sua avó materna foi uma escravizada liberta de Goa, seu pai Adrian van der Stel, filho de holandeses nascido no oriente. Ao final do século XVII, Simon se tornaria o primeiro governador do Cabo de descendência mista (1679-1699). As Índias Orientais proveram o primeiro modelo de colonização para os holandeses no que viria a ser a África do Sul legalizando a incorporação dos filhos de pais holandeses e mães não-brancas do oriente.

O modelo adotado dos casamentos mistos em Jacarta se assemelhou em certa medida aos dos que aconteciam na Colônia do Cabo. A principal diferença, contudo, era que os compatriotas do Cabo estavam muito menos inclinados aos “casamentos legais com mulheres indígenas locais e atraíam suas esposas não-brancas quase que exclusivamente de escravizadas importadas ou suas descendentes” (FREDRICKSON, 1981: 110)³⁴.

A partir do último quartel do século XVII, a administração colonial no Cabo vai proibir a concubinação entre escravizadas e europeus, especialmente os casamentos entre pessoas originárias de “sangue puro” e os colonizadores - apenas os casamentos com pessoas de origem mista foram legalizados. Provável que nesse momento o ideal de branqueamento da população já estivesse presente. Como o próprio Fredrickson destacou, “as mulheres asiáticas, com seus cabelos lisos e feições faciais semi-caucasianas, presumidamente se aproximavam do ideal de beleza feminina europeia” (1981:117). Consequentemente e com a busca das características fenotípicas mais próximas às européias “todas as crianças da terceira geração foram aceitas como brancos sem questão” (1981:118).

³⁴ A interessante análise historiográfica de George M. Fredrickson em *White Supremacy: A Comparative Study of American and South African History* sobre os modelos de supremacia branca vacila ao focar na miscigenação apenas como fruto dos casamentos legais interracialis. Fredrickson ignora as corriqueiras violações, uma falha que a historiografia mais atenta às violências sexuais na colonização vem corrigindo (GONZALEZ, 1983; MORGAN, 1997; MIRANDA, 2010).

No avançar do século XIX, os filhos e filhas das violências coloniais ganharam na África do Sul uma classificação muito específica, uma identidade própria com gênese na administração holandesa: os *coloureds*. Falantes de africâner – língua mista entre holandês do XVII, khoi-khoi e até mesmo o português em pequena escala (JORDAAN, 1974) – os *coloureds*, que tiveram sua identidade forjada na colonização, foram utilizados para subclassificar as pessoas não-brancas durante o *apartheid*. O nível de subdivisão racial produzido na África do Sul, com aparatos burocráticos legais, que “espantou” o mundo ocidental numa tragédia anunciada não foi exceção a regra em termos de dinâmica racial.

No Brasil, a psicanalista Neusa Souza Santos observou que como uma sociedade multirracial raça exercia no país “funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante” (1990: 20).

Nesse sentido, a estratificação racial foi vital para a estratificação de classe. Existe uma continuidade desses modelos coloniais nas democracias modernas. Ou seja, os argumentos de segregação raciais que estavam a cargo da cosmologia cristã até os séculos XVII e XVIII avançaram para os séculos seguintes ganhando o estado do saber científico. À medida que o escravismo caminhava para o seu fim, momento em que a própria Inglaterra inicia um combate ao tráfico Atlântico e que a história natural é substituída por argumentos biológicos dando nova vida às antigas ideias, o status social do ex-escravizado foi reiterado nas vias democráticas. As classificações raciais são, aos poucos, aperfeiçoadas.

O Século XIX: A Reificação Negra na Ciência e Investimentos na Manutenção da Condição Social.

No campo das ciências naturais e seus novos contornos na modernidade, encontramos Carl Lineo e seu *Systema Naturae* de 1735. Surge em sua obra o termo *homo sapiens* com uma taxonomia que subdividia os *homos americanus*, *homos europeus*, *homos asiáticos* e *africanus* com diferenças físicas e morais. Em seguida, no fim dos Setessentos, Johann Friedrich Blumenbach revisa a categorização de Lineo com a publicação do livro *On the Natural Variety of Mankind* (1795), atribuindo cinco diferentes raças aos humanos: americanos, caucasianos, etíopes, malasianos e mongóis; identificadas, respectivamente, por suas cores de pele vermelha, branca, preta, amarela e marrom. Blumenbach entendia que os seres humanos pertenciam à mesma espécie, mas suas categorias indicavam a quebra de um continuum – não eram coetâneas –, passo fundamental no pensamento evolucionista.

Uma das primeiras formas de classificação antes de Lineo foi a A Grande Corrente do Ser que colocava humanos, animais, seres inanimados e, até mesmo, o próprio “Criador” em posições hierárquicas. No pensamento europeu, o uso de A Grande Cadeia do Ser para justificar o escravismo africano foi óbvio:

O desejo econômico de justificar a escravidão africana desempenhou um papel importante na formação das opiniões de alguns acadêmicos europeus do século XVII: a de que os africanos estavam apenas acima dos símios (ZUBERI, 2001: 17).

A ideia do africano como primitivo justificou as hierarquias sociais estabelecidas para perpetuação do colonialismo. A ideia expressa em A Grande Cadeira do Ser foi uma das chaves para o discurso escravista. Mesmo antes dos Oitocentos, a África do Sul já era usada como laboratório para tais teorias. Os holandeses no Cabo Ocidental se referiam aos khoi-khoi como *bottentots*, uma heteroidentificação que virou sinônimo dos níveis mais baixo das populações humanas para europeus. Os intelectuais do XVIII e XIX passaram a utilizar *bottentots* como referência para as raças mais selvagens.

Essas ideologias raciais desenvolvidas simultaneamente com diferenciações raciais já existentes na Europa tinham, no século XVII e XVIII, uma ordem lógica da providência divina como justificativa da escravização de africanos e da colonização nas Américas (DE LA CADENA, 2016).

Figura 4 - A Grande Cadeia do Ser



Fonte: VALADÉS, D. *Rhetorica Christiana*, 1579.

Além dos naturalistas já citados, Jean-Baptiste de Monet de Lamarck desempenhou igualmente um papel importante no desenvolvimento das teorias raciais. Ele foi o primeiro naturalista a pensar que as espécies descendem de outras. Em *Zoological Philosophy* (1809), ele nega a possibilidade de variações aleatórias entre os seres, argumentando que os indivíduos adquiriram novas habilidades em novos ambientes e que suas estruturas anatômicas respondiam à essas habilidades para sobreviverem (ZUBERI, 2001: 9). Ou seja, a ciência natural europeia entrava no século XIX revendo A Grande Cadeia do Ser e dando às divisões raciais localizações, o que, por sua vez, imprimia a ausência de coetaneidade das “raças”.

Atreladas a não coetaneidade das raças estavam também as concepções sobre a natureza humana. Para Thomas R. Malthus, a visão hobbesiana de uma natureza bélica prevalecia, a competição por recursos era de ordem natural. Portanto, natural também eram as desigualdades como parte do plano divino. A ênfase no indivíduo se tornava constante no pensamento ocidental (ELIAS, 1987) a ponto de ser um fator determinante na luta por recursos. Ou seja, “os pobres eram pobres por causa de suas características individuais, não por causa de suas posições sociais ou da sociedade onde viviam” (ZUBERI, 2001: 20).

Malthus concebia que o lugar das pessoas fortes e saudáveis, mais propensas a ganharem as disputas por recursos, era na Europa, em geral, e na Inglaterra, em particular. No fundo, seu pensamento seguia uma antiga linha da luta em civilização e barbárie. Isso, contudo, não quer dizer que o racismo fosse um simples resultado das ideias malthusianas. O racismo se desenvolveu no espaço Atlântico por meio das variáveis classe, religião, cultura, gênero e cor.

Ainda que não dependessem da seleção natural, pensadores pós-malthusianos e pré-darwinistas como Joseph Arthur de Gobineau criaram um sistema para explicar o porquê de algumas raças jamais serem capazes de atingir uma superioridade. Gobineau, tido como um dos grandes fundadores do racismo teve, curiosamente, passagem pelo Brasil. Essa experiência garantiu ao conde e diplomata francês as fontes para afirmar que devido a miscigenação o país não sobreviveria 200 anos (SOUSA, 2013).

Como nos apresenta Zuberi, Darwin reconhecia as ideias Malthusianas como fundamentais para a sua concepção de Evolução:

quinze meses depois de iniciar minha investigação sistemática, li por diversão Malthus sobre *População* estando bem preparado para apreciar a luta por existência a qual ocorre em toda parte na longa e contínua observação dos hábitos dos animais e das plantas; me ocorreu que, nessas circunstâncias, variações favoráveis tenderiam a ser preservadas e as desfavoráveis destruídas. O resultado disso seria uma nova espécie. Aqui, então, tive finalmente uma teoria na qual trabalhar (DARWIN apud ZUBERI, 2001: 22).

É importante frisar que a publicação de *On the Origin of Species by Mean of Natural Selection, or the Preservation of Favored Races in the Struggle for Life* foi uma mudança nos argumentos de Lamarck, isso porque Darwin separava a ideia de evolução à de progresso. Ao mesmo tempo foi também um grande passo para romper com as teorias religiosas baseadas em A Grande Cadeia do Ser, já que um dos argumentos centrais era o de que as espécies eram formadas por indivíduos que se adaptam a diferentes ambientes de tal modo que as características do seus sucessores poderiam mudar com a seleção natural. Com isso, Darwin retirava o poder divino sobre a existência dos seres e dava aos indivíduos e sua autodeterminação biológica³⁵.

Entre o evolucionismo darwinista e o estabelecimento da eugenia como ciência houve algumas mudanças pontuais de perspectivas ideológicas sobre o humanismo inglês. A segunda metade do século XIX marcava o aprofundamento do colonialismo em África e Ásia, onde a estrutura da administração permitiu o estabelecimento do racialismo enquanto área da ciência e arma ideológica colonialista.

Na Inglaterra entrava em declínio o humanismo liberal de John Stuart Mill. A “obsessão

³⁵ A transição da modernidade à contemporaneidade foi vista, desde uma tradição sociológica e historiográfica europeia do pós-Guerra (KOSSELECK, 2001), como a mudança nas estruturas de pensamento onde o futuro estava pautado no progresso e não mais no *profectus*. E, à medida que o Ocidente adentra a contemporaneidade, o foco passa a ser o indivíduo e sua história (ELIAS, 2001).

pedagógica do império”, parte essencial do imperialismo britânico, que impulsionava seus conterrâneos a “retirar as sociedades estacionadas no tempo e trazê-las para história contemporânea” (METHA, 1999: 82) foi paulatinamente substituída por uma perspectiva de dominação brutal e sistemática baseada na hierarquia biológica e racial. As revoltas europeias de 1848 assustaram os engenheiros sociais vitorianos que rebatiam o humanismo liberal questionando uma preocupação maior com ex-escravizados em detrimento dos trabalhadores urbanos ingleses. Ademais, as resistências contra-colônias endossaram a investida contra o humanismo liberal. Depois da Revolta Indiana de 1857 e da Rebelião em *Morant Bay* na Jamaica, reprimida brutalmente pelo governador Edward J. Eyre, a hipocrisia humanitária estava em xeque (BRECKENRIDGE, 2014: 37-38).

No contexto sul-africano oitocentista, da crescente presença e expansão do colonialismo inglês³⁶, as ciências racialistas se ramificaram oferecendo ferramentas para o controle de cada um dos indivíduos colonizados. Na verdade, a África do Sul foi o laboratório primeiro de Francis Galton (1822-1911). Pai da *eugenia*, da impressão digital e da estatística social, meio-primo de Darwin por partilharem o mesmo avô, Erasmus Darwin, Galton se tornou figura das mais importantes entre os teóricos do racialismo (TUKUFU, 2001; BRECKENRIDGE, 2014). Seu livro, *Hereditary genius*, publicado em 1869, foi um divisor de águas por conseguir relacionar raça e moralidade à um método quantitativo de “aperfeiçoamento” das raças (TUKUFU, 2001: 43-45).

Normalmente os interesses de Galton passaram pela história como se a eugenia e as técnicas de estatísticas sociais por ele desenvolvidas servissem apenas às preocupações metropolitanas. Keith Breckenridge (2014) alega, contudo, que Galton foi um típico intelectual do império. Ele era um africanista especializado na África do Sul, de onde partiram grande parte dos seus experimentos raciais para desenvolver a estatística social e eugênica. Seu primeiro livro,

³⁶ O último quartel do século XIX na África do Sul é marcado pela Primeira (1880-1881) e pela Segunda (1899-1902) Guerra Boer. A disputa pelo território do Transvaal, onde se localiza a região de Witwatersrand, levou ingleses e afrikaners (também chamados de bôeres) às duas guerras. A primeira, vencida pelos afrikaners e a segunda consolidou o imperialismo britânico na região (Capítulo 4).

Narrative of an Explorer in Tropical South Africa (1853), fruto de sua viagem na região do Cabo e Namíbia, foi parâmetro para suas (e outras) elucubrações posteriores sobre a diferença das raças. Herbert Spencer e Darwin referenciaram a obra mais de uma vez, mas, sobretudo, foi a partir dela que Galton reafirmou os dados para algumas de suas amostras estatísticas (BRECKENRIDGE, 2014: 43, 59).

As impressões dele sobre os africanos são aquelas já conhecidas de outros europeus de séculos anteriores. Permeadas de supostas violências dos nativos contra os europeus com descrições detalhadas sobre decapitações e canibalismo. Galton tinha em mente duas ideias: primeira, de que os africanos eram fisicamente superiores aos europeus, uma velha dicotomia corpo espírito, utilizada para demonstrar a grande habilidade intelectual europeia em relação a corporeidade africana; depois, que os africanos viviam num mundo natural hobbesbiano (BRECKENRIDGE, 2014: 43-44).

O impacto da excursão na vida e obra de Galton é sem precedentes. Depois dela ele foi reconhecido pela Royal Geographical Society, muito mais como explorador geógrafo do que por suas observações antropológicas que só seriam validadas anos mais tarde. Reconhecido como geógrafo, ele passou a integrar o Athenaeum Club — distinto clube de intelectuais entre os quais Spencer, Darwin, Carlyle foram partícipes. Galton ganhou projeção e influência necessárias para difundir a tese da “lei do desvio de média” e fazer suas considerações sobre as habilidades e reputações transmitidas ao longo das gerações (BRECKENRIDGE, 2014: 50).

Ainda segundo Breckenridge “um imediato resultado da jornada de Galton na África do Sul foi sua transformação de um delinquente da alta-classe-média em um membro da elite acadêmica Inglesa” (2014: 49). Galton foi, ironicamente, um “membro desviante” e rebelde de uma família quaker com tradição na luta abolicionista do final do século XVIII ao início do século XIX.

Ao contrário do avô abolicionista, Galton advogou em favor do trabalho escravo, ou melhor, de formas coercivas de mobilização e controle trabalhista. Convicto de que as populações originárias africanas foram feitas para a escravidão, ele reivindicava a adoção do chicote para a

“domesticação” das pessoas negras, atitude totalmente desprezada pelos abolicionistas. Galton seguia as indicações de outro teórico do seu tempo, Thomas Carlyle, que sugeria para os escravizados a “benevolência do chicote” (BRECKENRIDGE, 2014: 48-49). Perceba que eugenia, estatística social e técnicas avançadas de identificação como a impressão digital foram/são instrumentos coercivos ao controle do trabalho forçado. As ciências galtonianas não são tão desarticuladas e aleatórias como nos parece hoje.

Além da viagem ao continente africano, outro fator que impactou o desenvolvimento das teorias galtonianas foi a publicação de *As Origens das Espécies*. O fascínio de Galton pela dicotomia natureza e cultura forneceu o elemento chave da teoria eugênica já estava formulado em meados de 1860. O insistente determinismo biológico e a convicção de que a determinação racial implicaria em aspectos psicológicos e comportamentais como bravura e inteligência. Mais importante, essa convicção estava acrescida de outra, a possibilidade dessas características serem manipuladas através do controle reprodutivo das populações humanas. (BRECKENRIDGE, 2014:52).

Reconhecido quase exclusivamente pelas teses eugênicas, Galton passa despercebido na história da estatística social sobre a qual ele teve larga influência. Seu aluno Karl Pearson foi responsável por desenvolver, a partir das análises galtonianas, o *coeficiente de correlação* para medir a relação entre duas variáveis. A obsessão de Galton por comportamentos e habilidades aberrantes teve desdobramentos na teoria da *regressão estatística* e, ao estabelecer uma relação entre os membros mais e menos evoluídos de uma sociedade, ele também desenvolveu o conceito de *desvio padrão* para indicar a média de dispersão dos dados em uma amostra populacional (BRECKENRIDGE, 2014: 33). “Suas teorias psicológicas da hereditariedade estavam baseadas na teoria da pangênese de Darwin e integradas nas suas ideias estatísticas” (TUKUFU, 2001: 43).

A partir das suas teorias estatísticas, Galton caiu nas graças da alta classe-média vitoriana. Suas teorias, aplicadas e alinhadas aos objetivos políticos de disciplina e controle de fertilidade, serviram para atenuar o medo em relação ao crescimento vertiginoso do proletariado urbano inglês.

Apesar disso, as técnicas desenvolvidas por Galton não serviram apenas aos interesses

internos. Pelo contrário, elas vestiram muito bem a burocracia colonial britânica. Com a crise do humanismo liberal, citada anteriormente, e as críticas quanto a *eficiência nacional* — principalmente após a segunda guerra anglo-boer — Galton passou a argumentar em favor de um genocídio rígido em África alinhado à política eugênica interna.

Mas como o controle de cada indivíduo de uma população poderia ser alinhado à estatística de forma eficaz? A solução de Galton veio através de um mecanismo de controle utilizado pela administração britânica na Índia: a impressão digital.

Certamente a utilização da antropometria para fins policiais não era novidade. Ela se fazia presente na Europa desde que o oficial de polícia parisiense Alphonse Bertillon desenvolveu técnicas de medição corporais para identificação dos presos em 1879. Foi Bertillon que resolveu, por meio da sua antropometria, o problema da identificação entre corpo humano e registros escritos. Nos anos de 1890, a *Bertillonage*, como ficou conhecida, figurava como um sistema de análise e identificação criminal estabelecido e que lançava mão às ferramentas da frenologia e da craniometria.

A vantagem da impressão digital, contudo, é que esta requeria um exame muito menos complexo do que a *Bertillonage*. Por um lado, “a classificação por impressão digital convertia qualidades obscuras do corpo em um objeto textual” (BRECKENRIDGE, 2014: 65); por outro, foi um “poderoso remédio contra a fraqueza da antropometria de Bertillon” (BRECKENRIDGE, 2014: 36).

Utilizar a impressão digital como método indiciário para identificar pessoas era uma prática comum em Bengala. O administrador William Herschel notou esse costume e começou a aplicá-lo em benefício da burocracia britânica. Galton, tomando como inspiração o artigo de Herschel publicado em 1880, prosseguiu os estudos sobre impressões digitais procurando nelas uma ligação com as origens de cada raça (GINZBURG, 2007: 176).

Essas duas tecnologias galtonianas, a impressão digital e a estatística, retornaram à África do Sul alinhadas aos argumentos spencerianos dos defensores da segregação. A divisão racial do

trabalho, uma das principais características do *apartheid*, apresenta ligações tenebrosas com os industriários mineiros de Witwatersrand (Capítulo 3). Um deles o engenheiro de minas estadunidenses, William Honnold - que junto com Ernest Oppenheimer fundou a Anglo-American. Como assinala Breckenridge, ele era uma das “autoridades sobre pessoas negras em ambos os lados do Atlântico” e com isso ele formulou uma síntese entre Galton e Spencer para uma segregação racial coerciva do trabalho.

Os efeitos do racismo na África do Sul estavam assim determinados. A união entre as teorias racialistas, a sua aplicação por meio da burocracia colonial e o apoio do capitalismo minerador foram alguns dos elementos para a efetivação do *apartheid* no século XX.

No Brasil as teorias racialistas enfrentaram outro paradoxo: por um lado, era necessário manejar as estruturas sociais antigas forjadas sobre e através da raça e do escravismo; por outro, era preciso viabilizar um projeto nacional miscigenacionista que mal acabara de começar e ia na contramão das teorias raciais em voga na academia euramericana. Na lacuna dessas teorias, os homens de ciência do Brasil oitocentista abarcavam teorias originalmente diversas. Adotaram o preceito da diferença das raças propagada pelo darwinismo social e a eugenia — e nisso temos em comum com a África do Sul a adoção das teorias raciais de Francis Galton — e, ao mesmo tempo, apropriaram-se do evolucionismo social no qual as raças humanas estavam em constante desenvolvimento.

Os anos de 1870 vão marcar profundamente a experiência brasileira. A ascensão de uma aristocracia paulista do café, a Guerra do Paraguai e a promulgação da Lei do Ventre Livre constituem para muitos observadores da época um momento de revolução e modernidade brasileira.

Nesse período, também, iniciou-se as experiências com “importação” de mão de obra branca europeia. Uma nova elite profissional passou a adotar um discurso cientificista da evolução como modelo para análise social.

Largamente utilizado pela política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra o Brasil nos anos 1870 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de ‘imperialismo interno’, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. (SCHWARCZ, 2011: 28)

A capital da época, Rio de Janeiro, não fugiu da modernização. O projeto de sanitização veio acompanhado da modernidade. Uma nova racionalidade do ordenamento urbano foi implementada na capital, pretendiam eliminar as doenças, a pobreza, a loucura e as pessoas providas de corpos associados aos males da modernidade (SCHWARCZ, 2011; CHALHUB, 2018).

O estatuto da diferença, reforçado pelo humanismo eurocentrado, apresentou nuances mais avessas aos povos africanos e originários americanos, sobretudo depois da segunda metade do século XVIII, com Buffon e De Pauw vozes que ecoaram com mais força anos mais tarde e que estabelecerão “correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (SCHWARCZ, 2011: 46-47).

Em decorrência da articulação dos conceitos “povo”, “nação” e “raça” pontuada no discurso hegeliano (GILROY, 2007; SILVA, 2007; MUDIMBE, 2013; MBEMBE, 2014). O racialismo se inscreveu no debate sobre estatuto de cidadania uma vez que, no cerne dessas narrativas, o determinismo dos grupos genéticos se sobressaía à vontade do indivíduo lido como “um resultado, uma reificação dos atributos específicos de sua raça” (GALTON apud SCHWARCZ, 2011: 47).

Ao mesmo tempo essas teorias estavam calcadas no debate sobre *monogenismo* e *poligenismo* das origens humanas. No início do século XIX, o *monogenismo* prevalecia enquanto doutrina, acreditava-se, conforme a Bíblia, na unicidade da origem humana onde os diferentes tipos seriam uma variação de grau na degeneração do Éden. Essa ideia pressupunha o desenvolvimento

uniforme da raça humana apesar dos atrasos entre os “incivilizados”. A sobreposição do paraíso cristão na Terra, dentro do imaginário ocidental, era representada ao norte, devido à antiga tradição cartográfica medieval do *Terrarum Orbis*, onde a representação em T dos continentes até então conhecidos (Europa, Ásia e África) obedeciam uma cosmologia cristã: África seria o lugar da queda de Satã, e por isso, estas terras “tórridas” e “infernais” ao sul eram o palco da corrupção, das imperfeições e da anomalia (MUDIMBE, 2013; OLIVA, 2008).

Mas, na segunda metade do século XIX, o cientificismo e a fé na biologia promoveram uma interpretação um pouco divergente quanto à origem humana. O *poligenismo* presumia diversos polos do surgimento humano, correspondendo às diferentes raças. Essa vertente permitiu uma associação entre comportamentos e culturas diversas com as leis da natureza, além do mais, encontrou abrigo nos estudos de frenologia e antropometria. O determinismo biológico serviu então como suposição para indicar, por exemplo, desvios sociais. A “*antropologia criminal*, cujo principal expoente – Cesare Lombroso – argumentava ser a criminalidade um fenômeno físico hereditário e, como tal, um elemento objetivamente detectável nas diferentes sociedades” (SCHWARCZ, 2011: 49).

Esse embaraço entre monogenistas e poligenistas foi resolvido com a publicação de *A Origem das Espécies*. O impacto da publicação de Charles Darwin dissolveu a competição. Os monogenistas exaltaram a ideia de origem única da espécie humana e continuaram categorizando os povos em níveis mentais e morais. Enquanto os poligenistas aceitaram a herança dos ancestrais comuns na pré-história, mas, ao mesmo tempo, afirmavam que a não coetaneidade nos processos evolutivos resultava em habilidades diferentes para as diversas raças (SCHWARCZ, 2011: 55). De todo modo, a miscigenação em ambas as teorias era entendida como uma das formas de degeneração, alguns chegavam a defender a infertilidade mestiça, em uma comparação com a mula, como Paul Broca. Outros, como Galton, lamentavam que os descendentes da mistura fossem capazes de se reproduzir afirmando que a degeneração ocorre, pois o resultado era sempre junção das características mais vis de cada raça (SCHWARCZ, 2011: 57).

Deste lado do Atlântico, os cientistas nos museus etnográficos, abraçando essas teorias, estabeleceram uma prática a par das outras instituições científicas e vincularam-se aos museus europeus e americanos. O debate que surgia sobre a jovem nação ficou dependente, graças a essas instituições, aos preceitos evolucionistas e darwinistas sociais. Além disso, o Brasil era visto como uma fonte importante no fornecimento das “matérias-primas” para os museus ao norte do globo. Muitos dos cientistas que passaram por aqui, antes da década de 70 do século XIX, prestavam basicamente um trabalho de coleta. Esse cenário, no entanto, mudará radicalmente nos anos de 1890 (SCHWARCZ, 2011:70).

O Museu Nacional estava entre essas instituições que serviram ao racismo no Brasil, ganhando força na década de 1870. Fundado por D. João VI em 1808, o museu abrigou peças importantes, mas sua organização só aconteceu anos depois, em 1876, e na virada do século se lançou como uma referência por meio da direção de João Batista Lacerda.

O diretor seguia os preceitos antropológicos da época e se lançava como contribuinte para os estudos desenvolvidos nos demais museus mundiais. Além disso, a fé nas teorias antropológicas da escola francesa de Brocas incentivou-o a utilizar a frenologia como recurso (SCHWARCZ, 2011: 75). O cientista chegou a estudar os cérebros de botocudos (denominação genérica usada por antropólogos para os povos originários falantes do tronco macro-jê) que estavam no museu e ainda lamentava da impossibilidade de conseguir mais “exemplares” devido às “ideias supersticiosas de índios”.

Outros museus como o paulista e o paraense, foram importantes no processo de classificação dos tipos humanos, fauna e flora nacional. Em geral essas instituições valeram-se do evolucionismo, numa relação muito próxima a da biologia, para assim formularem conceitos sobre a nova nação emergente. Como destaca Lilia Schwarcz, os “antropólogos dos museus pareciam entender o país como um grande ‘arquivo’ de documentos originais e fundamentais para a verificação e estudo das ‘etapas atrasadas da humanidade’” (2011: 92).

Paralelo aos museus, os Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo Brasil também

tiveram papel importante na fomentação e nos debates raciais. Primeiramente com o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), fundado em 1839, pouco depois da independência, seguido pelos regionais. Esses centros tinham a incumbência de forjar os limites da história nacional, era necessário a criação de um passado comum do povo brasileiro. Seguindo o contexto europeu dos nacionalismos do século XIX, os acadêmicos do IHGB vão buscar uma disputa narrativa para a consolidação.

Isso porque tanto a filosofia da história quanto a antropologia disputaram uma narrativa - desde de Hume, Hegel e Kant - onde a não coetaneidade dos povos garantiam a humanidade europeia por excelência. Todas essas estratégias de controle do tempo, essa “administração da coetaneidade” (REINHARDT, 2014: 353), foram fundamentais na manutenção da hegemonia europeia sobre África e América. Mesmo nos períodos mais “revisionistas” dos estudos antropológicos, as imposições dos tempos eram seccionadas na dialética do primitivo *versus* moderno. A consequência dessa postura não foi apenas a imposição da necessidade de mudança rumo a modelos mais desenvolvidos, ela se estende para negação da capacidade de autogestão das sociedades africanas e nativas americanas (LEMOS, 2015: 163).

Diferente dos museus, que exigiam uma comprovada escolaridade e vínculo acadêmico, os IHG atuavam também para prestigiar membros da corte imperial, o próprio D. Pedro II foi frequentador assíduo entre 1849 e 1889 (SCHWARCZ, 2011: 104). O perfil desses participantes era, portanto, dividido conforme a hierarquia social e muitas vezes aqueles que ocupavam os cargos de maior prestígio eram mais ligados à vida política do que ao meio acadêmico. Não foram, porém, só as figuras políticas ocupantes de cargos no IHGB que fizeram seus nomes no instituto. É famoso, entre os historiadores, o nome Francisco Adolfo de Varnhagen, tido como o primeiro historiador brasileiro, defensor da monarquia e do escravismo. O homem de ciência desempenhou um papel fundamental para a consolidação do IHGB (SCHWARCZ, 2011: 106).

A ideologia racista dentro do IHGB ficou clara desde 1844, quando o vencedor do concurso *Como escrever a história do Brasil* foi dedicado ao naturalista alemão Von Martius. Segundo

ele, qualquer pessoa que se dedicasse a escrever a história do país deveria levar em consideração a mistura das três principais raças (negra, indígena e branca). E, o atraso da jovem nação pesava sobre a quantidade de escravizados que desembarcaram no litoral brasileiro, como bem percebeu Lilia Schuwarcz na análise de algumas falas do alemão: “Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação: ‘Não há dúvida que o Brasil teria tido’, diz Von Martius, ‘uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros’” (SCHWARCZ, 2011: 112).

As visões pessimistas acerca do futuro da nação eram fortes até a virada do século XIX para o XX. Com o advento da república e a necessidade de reescrita da história nacional, os membros do IHGB e outras instituições aderiram a mestiçagem como “saída e solução”. Faziam isso, porém, sem abandonar o caráter determinista das correntes anteriores. Sílvio Romero e Euclides da Cunha, por exemplo, propuseram na edição da revista de 1908 a saída mestiça à “barbárie do indígena e a inépcia do negro”. Outros acadêmicos da época, como Pedro A. Carneiro Lessa, apostaram no modelo determinista de Buckle onde a natureza sobrepujava os fatores históricos e sociais (SCHWARCZ, 2011: 115-116).

No pensamento racista brasileiro, a virada do século XIX para o XX indica uma adaptação das teorias que chegavam ao país. Voltadas à miscigenação, essa adaptação não aboliu necessariamente as lógicas de obliteração dos sujeitos racializados (SILVA, 2007), ela apenas tomou outras formas.

A vontade dos indivíduos de nada valerá perante as leis da natureza, a teoria miscigenacionista nascia nesse contexto não para abandonar as formas de pensamento racial, mas, antes, valendo-se delas para o aprimoramento da nação na era republicana. O resultado disso é que, após a década de 1930, a historiografia brasileira investiu no ideal mestiço mesmo afirmando aversão aos modelos raciais: o terreno fértil para a *democracia racial* brasileira.

Investimentos nos delírios raciais

Durante as pesquisas no *National Archives of South Africa* (Pretória), nos deparamos com uma série de documentos que não estavam diretamente vinculados à questão de arquitetura e urbanismo. Procurávamos algo sobre as relações de Ernest Oppenheimer — figura importante na economia sul-africana graças à sua mineradora Anglo-American — e o financiamento das habitações populares no bairro de Soweto (Capítulo 3).

O documento em questão era uma carta redigida no dia 20 de Julho de 1948, em que o presidente do *National Council for Social Research* (Conselho Nacional de Pesquisa Social), E. H. Cluver, se dirigia ao Sr. Roberts do *Committee on Research in Physical Education* (Comitê de Pesquisa em Educação Física) lembrando que a matéria mais importante considerada pelo próprio comitê era sobre a destinação do dinheiro doado por Oppenheimer às pesquisas em educação física.

Cluver também insistia que nenhuma das propostas apresentadas até então foram consideradas satisfatórias e, por isso, ele mesmo consultou o doador para saber quais eram os interesses de destinação dos recursos para as pesquisas. Oppenheimer desejava então que as primeiras £2,000³⁷ fossem alocadas na pesquisa de E. Jokl sobre a “proeza atlética dos Watussi” (Tutsi). E que as outras £3,000 fossem dedicadas à pesquisa, desenvolvida pelo próprio Cluver, sobre reabilitação muscular de pacientes com poliomielite³⁸

A relação entre o mais eminente representante do capital minerador e o investimento em delírios raciais sobre a proeza genéticas dos Tutsi — minoria étnica que sofreu recentemente com o genocídio em Ruanda graças pesquisas desse tipo — realça a complexidade do racismo. Os investimentos do capital, oriundo da exploração das pessoas negras na mineração, retorna para o reforço científico do estatuto da diferença em outro ponto do continente.

Ao longo dos anos, as relações da raça, do racismo e do racialismo com o capital nunca

³⁷Em valores atualizados (maio de 2020) são cerca de £73,198.93, equivalente hoje à US\$91,066.12

³⁸NA, NRSN 90, N/R/6B, Letter, Chairman, National Council for Social Research, 20 July 1948.

foram rompidas. A seguir entenderemos como isso se deu na prática urbana, ou melhor, como os financiadores e do planejamento regional tinham em mente uma divisão racial do trabalho e, conseqüentemente, projetaram os ordenamentos urbanos seguindo essa normativa.

Capítulo 3 - Utopias Eugenistas Consolidadas nos *apartheids*

Eu trazia, como cadáveres que me andassem funambulescamente amarrados às costas, n'um inquieto e interminável apodrecimento, todos os empirismos preconceituosos e não sei quanta camada morta, quanta raça d'Africa curiosa e desolada que a Phisiologia nulificára para sempre com o riso haeckeliano e papal!

Cruz e Sousa, O Emparedado, 1898

Na cidade utópica e eugênica de *Kantsaywhere* os cidadãos se guiam pela raça e não por ações individuais. Os casamentos arranjados conforme melhora genética são a garantia da descendência de uma raça superior europeia. O objetivo final dessa comunidade é a criação de humanos perfeitos. Visitantes ou colonos que chegam ali são submetidos a exames físicos na entrada e, os aprovados, recebem o chamado *PG-Passaport* (Passe Genético) — um atestado de suas aptidões biológicas. Os mais jovens nascidos da cidade são igualmente testados, mas, para eles, o passaporte PG significa o acesso — ou não — aos direitos civis. O evento mais importante da vida de qualquer cidadão é o “exame de honra”, celebrado no *Eugenic College* de *Kantsaywhere*. Os testes a que são submetidos compreendem um exame antropométrico de suas funções vitais (força muscular, constituição e preparo físico, reações de velocidade, teste ocular etc.); uma prova para atestar os talentos artísticos e a inteligência dos candidatos; e, por fim, um detalhado exame médico sobre a árvore genealógica para indicar as potências eugênicas e pontos fracos.

Nessa cidade existe também um complexo sistema de pontos criado para avaliar todos esses dados produzidos pelos exames, o que tornava possível classificar os indivíduos em uma escala na qual todas as atividades de cidade são dependentes. Assim, aos candidatos com maiores notas são reservados os melhores postos da vida civil e seus casamentos são celebrados como festa nacional. Apenas esses têm o direito e o dever de produzir no mínimo quatro crianças, as quais a criação material e ideológica é responsabilidade do *Eugenic College*.

Do lado oposto, quanto mais baixa as notas, menores privilégios se possui e menos filhos são permitidos. Os que permaneceram nas últimas colocações da base de dados devem se

considerar inaptos ao casamento, procriação e ao direito do passaporte PG. Esse grupo impróprio são os desprezíveis do paraíso eugênico; eles são “indesejáveis como indivíduos, e perigosos para a comunidade” (GALTON, 1911: 43) pelo fato de produzirem descendentes “degenerados”, o que, de acordo com a lei da comunidade, seria crime de estado.

Longe dali “colônias de Trabalho são estabelecidas onde os muito fracos são segregados em condições não muito onerosas, exceto que devem trabalhar duro e viver na única condição do celibato” (GALTON, 1911: 28). Dessa forma, os cidadãos de *Kantsaywhere* buscam determinar o valor primário dos homens, “[...]seu ‘valor bruto’ seria uma expressão adequada no sentido original daquele mundo” (GALTON, 1911: 21).

Esta é a cidade imaginária de Francis Galton descrita na novela *The Eugenic College of Kantsaywhere* (1911). Em tradução literal para o português, Kantsaywhere significa “Kant diz onde”, mostrando a influência das ideias raciais do filósofo do iluminismo tardio alemão sobre o pai da eugenia. Afinal, foi em *Das Differentes Raças Humanas* que Kant definiu os conceitos de derivação, degeneração, transmissão, linhagem familiar ao dizer: “[...] Deste modo, negros e brancos não são, de fato, espécies diferentes de homens (pois provavelmente pertencem à um tronco); mas, são certamente duas raças diferentes” (KANT, 1777 [2010]: 129).

Kantsaywhere, esse reduto imaginário de um delírio racista, possui uma estrutura tão próxima das cidades modernas que os limites entre ficção e realidade se diluem. Cidade brutal, que revela o valor bruto do homem branco, cidade sintética sustentada pela colônia de trabalho incansável. Seria possível imaginar a alegria de Galton diante da arquitetura moderna e do movimento brutalista que se estruturam nos 50 anos seguintes à sua ficção?

É provável que Patrick Geddes, Ebenezer Howard e, mais tarde, Le Corbusier — nomes de peso nas teorias do planejamento regional e urbano — não tenham acessado o manuscrito de Galton, mesmo porque a novela permaneceu inédita³⁹ com um único manuscrito original sobre as

³⁹ Pelo menos até 1932, quando aparecem as primeiras citações.

mãos de Karl Pearson, seu pupilo e biógrafo. Contudo, a *Kantsaywhere* expõe de vários modos o ambiente intelectual europeu onde os pais do urbanismo produziram suas teorias na virada do século, sendo, portanto, inevitável uma aproximação. Howard e Geddes, inclusive, frequentavam as mesmas sociedades e circulavam pelos mesmos espaços do movimento eugênico inglês.

Além disso, a cidade utópica revela a engenharia colonial para segregação do espaço de modo que essa relação entre as utopias eugênicas e as distopias concretas dos povos colonizados não parecem algo incabível. *Kantsaywhere* não faz parte apenas do escopo literário que funda o mito ocidental da superioridade ariana e uma hierarquização no seio da própria Europa. Ela é, sobretudo, fruto das experiências dos séculos anteriores em territórios além do mar. Afinal, nenhum desses delírios raciais surgiram sem o colonialismo como vimos (Capítulo 2) e os europeus que toleraram o nazismo, por exemplo, “legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus” (CÉSAIRE, 1978: 18).

Neste capítulo abordaremos de modo amplo as correntes de pensamento em planejamento urbano na virada do século XIX para o XX em suas vertentes inglesas e francesas, apontando essas influências nos dois pontos do Atlântico Sul (Brasil e África do Sul). Em seguida, nos últimos capítulos, faremos uma análise dos planos regionais em Brasília e Joanesburgo no contexto de suas respectivas histórias, destacando a importância dos anos 1950 na reformulação e aplicabilidades dessas teorias em diversos pontos do globo. Indicando, assim, as conexões entre capital, estado nacional desenvolvimentista e as estruturas racistas/coloniais que permitiram a existência de cidades que se perpetuam na segregação racial.

Traduções da Eugenia no Planejamento Urbano Inglês: Patrick Geddes e Ebenezer Howard

Os urbanistas ingleses da virada do XIX para o XX entendiam a cidade como um sistema biológico no caminho para a evolução. O biólogo, sociólogo, geógrafo e urbanista Patrick Geddes

(1854-1932) partilhava desse pensamento, por meio do qual elaborou uma representação dessa visão historicista dos meios urbanos. Na iconografia da Arbor Saeculorum (Figura 1), o princípio da civilização se dá no Egito, segue ascendente para a cultura hebraica, grega, romana, europeia medieval, a renascença, continua com os símbolos da Revolução Francesa e, por fim, atinge o período do capitalismo industrial. No centro, a árvore em si é rodeada por uma fumaça em espiral que sobe até seu topo e que representaria a evolução humana do seu ponto de ignorância até o momento atual. Do lado direito, uma borboleta, símbolo da psique e do lado esquerdo, a Fênix como ação transformadora. A árvore ilustra o conceito histórico de Geddes sobre o processo contínuo de crescimento e transformação humana.

Ao mesmo tempo, Geddes retratou a divisão das “forças espirituais” (pela coluna direita) e “forças seculares” (coluna esquerda). Ideia que tomou emprestado do positivista Augusto Comte e implica divisão da ordem social entre o “povo”, por um lado, e os “líderes”, por outro. Divisão

Figura 5 - Arbor Saeculorum



Fonte: Patrick Geddes. *The Evergreen: A Northern Seasonal I*, 1895

das *forças seculares* operada por “intelectuais” e das *forças espirituais* com aqueles que têm habilidades “emocionais” (WELTER, 2002: 89).

Nessa concepção a sociedade que pretende avançar para um estágio evolutivo superior deveria se organizar pelos quatro estamentos e, a cidade viável, seria apenas aquela onde quatro grupos trabalhassem de forma harmônica: “A história universal do Desenvolvimento da Cidade mostra que isso só ocorreu adequadamente quando houve união fértil de um povo profundamente civilizado, habilidoso e idealmente projetado - com um líder individual ativo - geralmente, portanto, seu Príncipe governante” (GEDDES apud WELTER, 2002: 91-92).

Além disso, a cidade seria, segundo Geddes, um organismo que sintetiza a história humana:

órgão especializado das transmissões sociais. [a cidade] É o veículo de uma herança adquirida. Ela acumula e incorpora a herança cultural da região e combina isso [...] com a herança cultural de amplas unidades, nacionais, raciais, religiosa e humana. Ela estampa o produto resultante sobre cada geração passada dos seus cidadãos [...] A cidade revive a experiência das gerações que passam de mão em mão para a próxima geração [...] Ela é o instrumento primário da memória regional, mas serve também como memória da amplos grupos. (GEDDES apud WELTER, 2002: 93).

Ou seja, se a cidade é objeto primário da evolução humana e se ela transmite as heranças ancestrais para seus descendentes, seria necessário o controle das heranças indesejadas que permeiam esta mesma cidade. Afinal, a “cidade-organismo” é, para Geddes, o “veículo de uma herança adquirida”. Por isso, em outros momentos, ele identifica ainda a cidade como “o órgão da evolução humana e também, infelizmente, da degeneração” (GEDDES apud WELTER, 2002: 93).

Havia, contudo, nesse ponto o embate de duas correntes teóricas sobre as características herdadas de geração em geração. De um lado estavam os neo-lamarckistas apostando que as características físicas adquiridas por uma geração através da adaptação ao ambiente poderiam ser herdadas pela geração seguinte; e, por outro, os neo-darwinistas presumindo que as características de um organismo vivo estavam fixadas e eram herdadas pelas gerações subsequentes. A partir da

década de 1890, essa disputa parece ter fim com a teoria do germoplasma, do biólogo alemão August Weismann, que representava um ataque direto à crença da herdabilidade das características adquiridas. Contudo, o neo-lamarckismo não deixou de exercer influência sobre os teóricos europeus da época (WELTER, 2002: 187). Na verdade, ambas têm suas contribuições nas ideias sobre planejamento regional e urbano: se por um lado o neo-lamarckismo influenciou as reformas e remoções urbanas na suposta garantia da evolução de uma população; por outro, o neo-darwinismo era o pilar das políticas de segregação onde as pessoas consideradas “geneticamente inferiores” deveriam permanecer apartadas nos guetos sob esterilização.

Patrick Geddes reconhecia a hereditariedade biológica das características humanas. Contudo, ele nunca abandonou inteiramente sua posição neo-lamarckista e o melhoramento do meio como a principal forma de intervenção. Além disso, como ele havia desenvolvido a ideia de herança social como encarnação de um desenvolvimento cultural, não importava, ao final, se as características seriam ou não transmitidas por meios genéticos já que a herança social promoveria outros meios pelos quais os seres humanos herdaram, das gerações anteriores, as características promovidas pelas interações com o ambiente (WELTER, 2002: 191).

O que a árvore genealógica representa para o cidadão enquanto organismo biológico, a *Arbor Seculorum* representa para as cidades: a evolução. A ideia de vida de Geddes é a ideia de permanente evolução, realizável através da relação complementar do amor heteronormativo entre homem e mulher que ele simboliza no seu “templo da vida” (WELTER, 2002: 192). Esse templo aparece pela primeira vez em uma aula sobre eugenia apresentada para Sociedade Fabiana⁴⁰, em 1908. Geddes apresenta seu modelo do processo individual de evolução na passagem da vida para a morte. Seu ideal é também atravessado pela cosmovisão ocidental da divisão entre os papéis de gênero: homem e mulher seriam estruturas complementares do Templo da Vida.

⁴⁰ A *Fabian Society* é entidade socialista britânica fundada no final do século XIX que propõe como objetivo o desenvolvimento da classe operária.

Se a cidade é um organismo, ela também carece, no século XIX, de intervenção e aprimoramento do seu processo evolutivo. Aliás, a ideia de evolução das espécies pela seleção natural sempre vem acompanhada da degeneração: se um grupo está em evolução outro, necessariamente, não está. Para Geddes, a *polis* grega e a cidade medieval são protótipos da evolução através do curso ideal da vida; já as cidades contemporâneas são o oposto: “Daí favela [*slum*⁴¹] e o gueto; daí nossa miséria na fábrica e na mina. Cada um desses é um templo invertido, e todos são nêmesis da falta de outros [templos] mais valorosos.” (GEDDES apud WELTER, 2002: 196).

Este é um dos pontos teóricos de convergência, em Geddes, entre planejamento urbano e eugênia. Do ponto de vista da história social, as aproximações de Geddes são outras. Ele foi membro da *Eugenic Education Society*⁴² e cotado por Victor Branford para ser o grande nome britânico da sociologia que Pearson e Galton buscavam para liderar os caminhos da eugenia na *Sociological Society* [Sociedade Sociológica], prestígio que não ocorreu pela resistência de outros sociólogos membros da época (MELLER, 2005: 101).

De todo modo, Geddes se aproxima progressivamente das relações com as técnicas galtonianas no planejamento regional e urbano. A eugenia serviria como forma de compor a equação meio/função/organismo e complementar à ciência cívica cunhada por ele em *Civic as Applied Sociology* (1905). Os estudos em planejamento regional seriam, dessa forma, a garantia da aplicação do social e do biológico. No início da parte II do texto em *The Need of Civic Survey* [A Necessidade da Pesquisa Cívica] Geddes justifica a necessidade da sua proposição:

[...] Desde a demonstração de Comte da necessidade das ciências preliminares aos estudos sociais, e o desenvolvimento de Spencer a partir disso, ainda mais depois que a teoria da evolução se tornou amplamente reconhecida, ninguém contesta a aplicabilidade da biologia à sociologia.

Muitos estão, de fato, aplicando vigorosamente as concepções de vida em evolução, em distribuição geográfica e meio ambiente, em saúde e doença, às interpretações da época;

⁴¹ O termo utilizado por Geddes para os assentamentos urbanos periféricos e espontâneos é *slum*, que aqui traduzimos como favela.

⁴² Fundada por Francis Galton e pela eugenista feminista Sybill Neville-Rolfe, a organização manteve seu nome até 1989 quando mudou para *Galton Institute*, ainda em funcionamento (NADKARNI, 2014: 24).

enquanto que com a ascensão contemporânea da eugenia ao primeiro plano de interesse, tanto social quanto científico, essas linhas de pensamento bio-social e bio-geográficas devem ser progressivamente utilizadas e desenvolvidas (GEDDES, 1905: 57-58).

O saber cívico de Geddes é a prática complementar do pensamento social-biológico (eugênico) a ser desenvolvido. Sua proposta, porém, não foi a única dentre os pioneiros do urbanismo e do planejamento regional de sua época. O urbanista Ebenezer Howard foi um entusiasta dos escritos do seu contemporâneo e, apesar da pouca diferença de idade entre eles, circulavam no mesmo ambiente intelectual britânico.

Howard conheceu Geddes pela primeira vez quando o geógrafo encabeçou um debate sobre o artigo *Civics* na *Sociological Society* em 1905. Nesse momento Howard já havia publicado *Garden Cities of To-morrow* (1889) e ficou tão fascinado com o artigo de seu colega que considerou a ideia “maravilhosamente iluminada e pitoresca”. Em seguida, Howard escreveu para Geddes questionando sobre seu planejamento para Dunfermline e, a partir daí, ampliaram seus contatos com trocas de cartas e visitas temporárias durante alguns anos. Em uma das visitas de Geddes a Letchworth (primeira cidade construída sob o modelo da Cidade Jardim), Howard fez uma transcrição profissional das aulas ministradas no encontro (BEEVERS, 1988 :98).

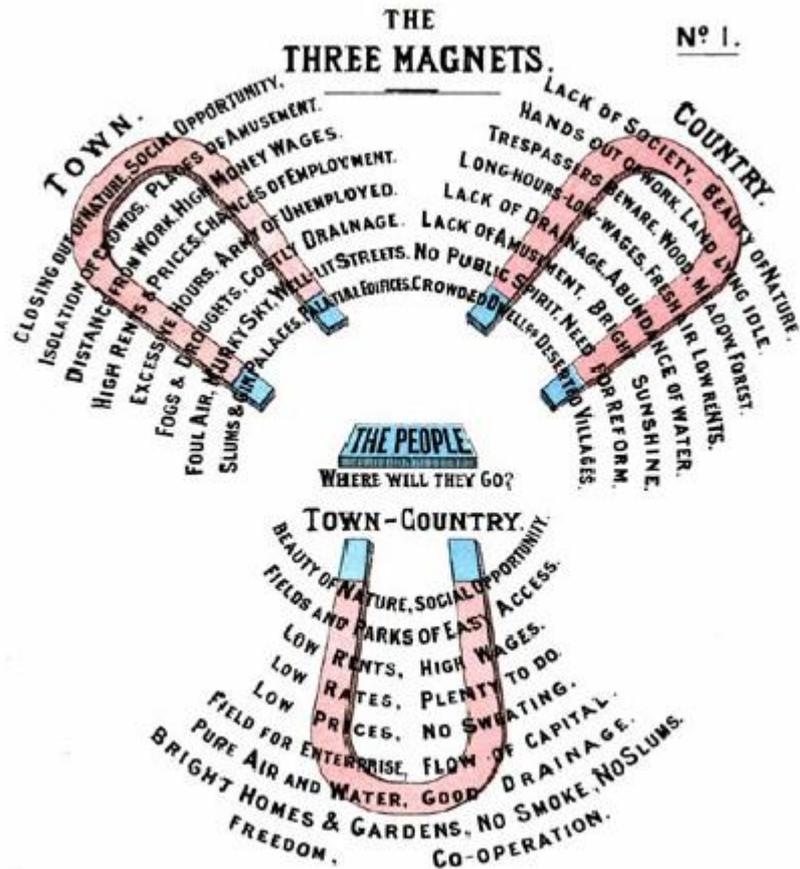
Como já notamos, Geddes nunca foi afeito às fronteiras das disciplinas na academia — biólogo de formação, sociólogo, geógrafo e urbanista — sua visão ampla da cidade como um organismo reafirmava uma urbe constituída pela relação dos indivíduos entre si e entre o meio. Caminho teórico muito próximo ao trilhado por Howard que se debruçou sobre uma filosofia holística para pensar a Cidade Jardim.

Howard buscava, antes de mais nada, soluções para os problemas urbanos de sua época. Sobretudo diante da experiência de uma Londres decadente e conturbada, com alta quantidade de desempregados e uma crise social evidenciada após a Guerra Boer, que abordaremos mais adiante. A solução estaria no alinhamento entre campo e cidade, na economia do espaço que garantisse o bom funcionamento de ambos.

Assim, para aplicar seu remédio era preciso adicionar novas forças de atração para o novo modelo de cidade (HOWARD, 1902: 14). Na interpretação de Howard, a cidade e o campo atraíam, como que por magnetismo, as pessoas conforme os interesses. Para ele, a alta concentração de pessoas nos centros urbanos contemporâneos estava relacionada com o magnetismo para “oportunidades sociais”, “altos salários” e “divertimento”. Mas tudo isso acarretava também “trabalhos distantes”, “preços altos no aluguel”, “excesso de horas” e “exército de desempregados”. Por outro lado, o campo atraía “beleza natural”, “água em abundância”, “ar fresco”, “baixos alugueis” e, por oposição, estava “ausente de diversão”, “ausente de sociedade”, “não possuía espírito público” e “carecia de reformas”.

A solução de Howard estava no seu modelo de “Cidade-Campo” que alinhava “belezas naturais” e “oportunidades sociais”; “baixos alugueis” e “altos salários”; “casas e jardins brilhantes” e “ausência de fumaça e favelas [slums]”.

Figura 6 – Os Três Imãs (*The Three Magnets*)



Fonte: Ebenezer Howard. *Garden Cities of To-Morrow*, 1902.

Não importava, para Howard, o que havia criado esses ímãs e as forças de atração “[...] qualquer que tenha sido a causa a qual foi operada no passado, e está operando agora, para atrair as pessoas até a cidade, essas causas devem ser todas sintetizadas como ‘atrações’” (HOWARD, 1902: 14).

Essa interpretação das pessoas e sua relação de atração à cidade parte do pressuposto de que os trabalhadores são livres para escolherem onde ir, conforme indica a própria pergunta na imagem *The Three Magnets* (Figura 2) “As Pessoas — Para Onde Elas Irão?”. Essa liberdade de escolha dos trabalhadores, contudo, é fundamentalmente questionada desde de Marx. O êxodo rural não pode ser tratado como algo involuntário e acidental em consequência das atrações urbanas, ele é antes consequência do despojamento violento dos meios de subsistência dos

trabalhadores, no caso a posse da terra: “[...] a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo [da acumulação primitiva]” (MARX, 2013: 963).

Teóricos marxistas como Milton Santos (1965; 1977) e David Harvey (2005) também reforçam que as estruturas especiais são o princípio do acúmulo primitivo de capital e, conseqüentemente, do drama da pobreza no espaço urbano. Contudo, existe aparentemente na teoria marxista uma lacuna sobre alucinações raciais — produzidas pela Europa desde o século XV e que ganharam outras linguagens no desenrolar da colonização — como um dos elementos chave na compartimentação do espaço, na transformação de pessoas em mercadorias e, conseqüentemente, do acúmulo de capital. Primeiro na *plantation*, depois da cidade moderna industrial, o fluxo produzido pelo estoque (indispensabilidade) e morte (dispensabilidade) de pessoas e coisas retroalimentam o capitalismo.

O modelo de Cidade Jardim defendido por Howard, popularizado no decorrer do século XX, estava ancorado nesses delírios. Pode-se dizer por exemplo que Hebert Spencer, pai do darwinismo social, foi o teórico de maior influência sobre a obra de Howard por meio do qual ele encontrou a conexão entre os estudos científicos da natureza e os fenômenos sociais (BEEVERS, 1988: 19). É a partir daí que ele traduz uma linguagem eugênica para preocupações ambientalistas, onde a relação entre social e biológico garantisse a equidade de uma ordem social harmoniosa.

A intervenção era necessária pois, “nem o magnetismo da cidade nem o magnetismo do campo representam o total plano e propósito da natureza”. A beleza da humanidade estaria no proveito de ambos e a Cidade Jardim seria “[...] como o homem e a mulher com seus dons e faculdades variadas suprindo um ao outro, assim deveria ser cidade e campo” (HOWARD, 1902: 17).

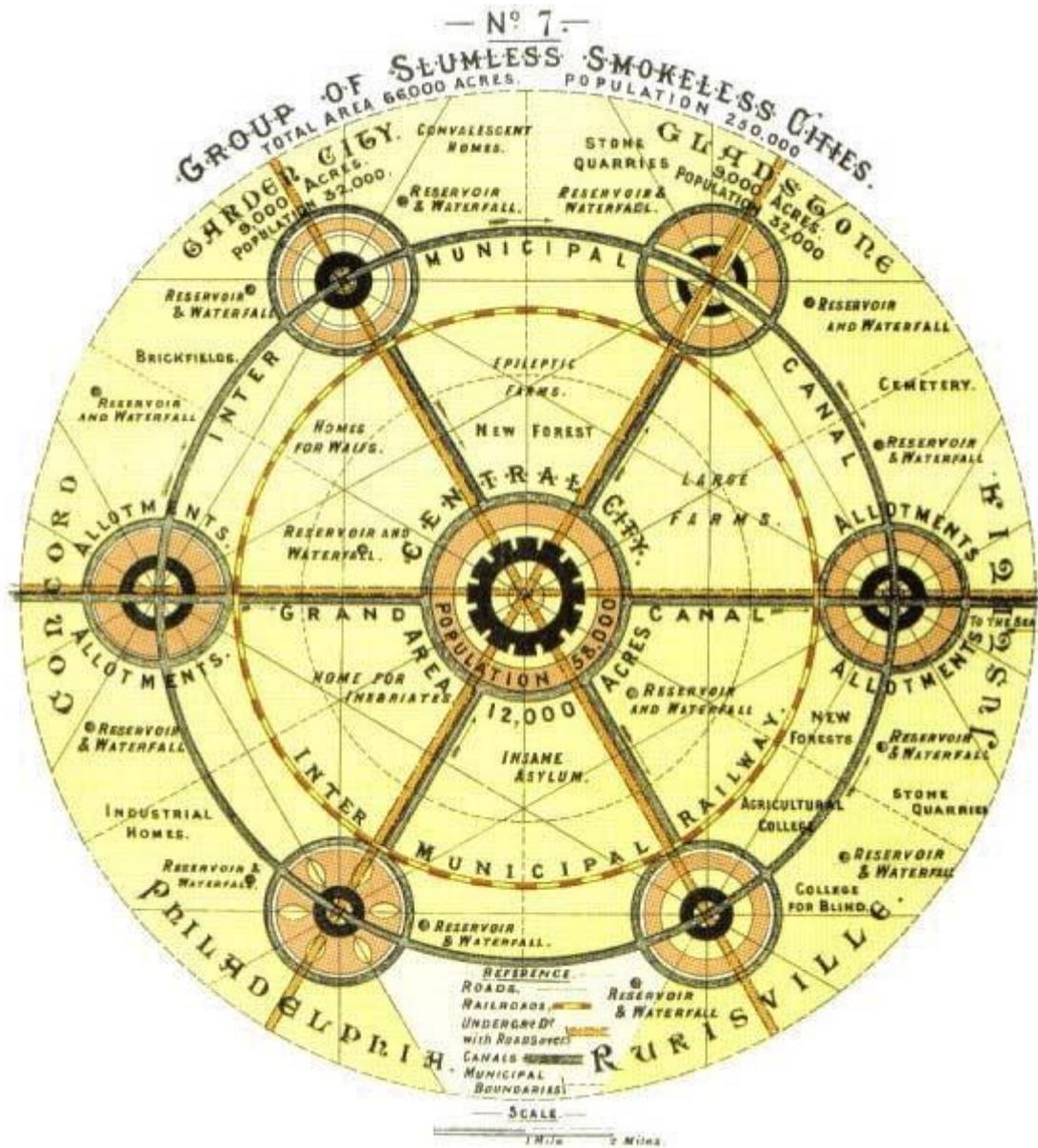
Mas, desse casamento, o resultado é tão somente a expulsão de quem foge à ordem da Cidade Jardim:

Mas o que será das propriedades da favela [*slum*]? Seu poder de extorquir uma grande proporção dos difíceis ganhos dos pobres de Londres se foi para sempre, ainda permanecerá uma *monstruosidade*⁴³, um borrão, embora não seja mais um perigo à saúde e um ultraje à decadência? Não. Essas favelas miseráveis serão demolidas e seus locais ocupados por parques, áreas de preservação e hortas (HOWARD, 1902: 146).

A criação desses espaços livres e amplos no ambiente urbano promove, ao contrário do que Howard imaginava, o crescimento da especulação imobiliária. Isso porque a setorização impacta, como veremos adiante, na superfluidade do próprio espaço, atribuindo um valor ao m² a depender também do valor humano de quem por ali circula. Mais uma vez a dinâmica da superfluidade e da indispensabilidade aquece o fluxo pelo qual a cidade contemporânea e capitalista se alimenta: as áreas de moradia próximas aos parques e espaços amplos tem, no mercado, um valor agregado já que estão disponíveis, em determinados horários, apenas para os moradores daquele setor. Moradores selecionados segundo princípios eugênicos.

⁴³ O termo usado por Howard em inglês é *eye-sore* que, segundo o dicionário Cambridge, pode ser traduzido como monstruosidade e tem um sentido específico para “uma construção, uma área, etc., que parece feia comparada com as coisas ao redor”.

Figura 7 – Grupo de Cidades sem Fumaça e Favelas (*Group of Slumless Smokeless Cities*)



Fonte: Ebenezer Howard. *The City of To-Morrow*, 1902.

O esquema de Howard empurra para fora da cidade os “insanos”, os “desvalidos” [*maifs*], os “convalescentes”, os “cegos” e todos aqueles que não entram na curva de normalidade estabelecida pelas ciências eugênicas. Quando o modelo de Cidade Jardim e dos cinturões verdes chegam aos territórios com experiência colonial e escravista, essa lógica não deixa de existir, ela se adapta muito bem à realidade colonial. Na verdade, ela presta o serviço para qual foi desenvolvida, a eugenia é parte do sistema de controle colonialista, como ressalta Keith Breckenridge (2014). Sob os territórios ao sul do globo, os “asilos para insanos” — para utilizar os termos do esquema de Howard — e as prisões tinham alvo certo, pessoas cujos corpos representavam a suposta incivilidade e carregavam em suas características físicas as marcas da ascendência de povos originários americanos ou africanos.

Embora a relação entre eugenia e os planos regionais e urbanos nos pareça direta, ela possui contornos sutis que a tornaram palatável. A tradução das ciências eugênicas para o urbanismo foi realizada sob o pretexto e o forte argumento da preservação ambiental. A Cidade Jardim de Howard é o ponto de convergência entre a remoção das “favelas” [*slums*], o argumento sanitário e o ambientalista moderno. Aos considerados humanos é possível desfrutar das belezas naturais, mas, para além das fronteiras da cidade, reservam-se as “colônias de trabalho” — nos termos da utopia galtoniana — ou as favelas, *slums*, *townships*, satélites e todas as periferias de nossa realidade.

Para Howard a natureza é o grande plano divino na realização da humanidade, “o campo é o símbolo do amor de Deus e do cuidado com os homens. Tudo o que somos e tudo o que nós temos vem daí”. Mas essa dádiva, contudo, não está completa “sua plenitude e sua alegria não se revelou ao homem” e, por isso, a necessidade do casamento entre campo e cidade: “dessa alegre união surgirá uma nova esperança, uma nova vida e uma nova civilização” (HOWARD, 1902: 18).

Utilizando a metáfora de Malcom Ferdinand, o anseio por salvação da natureza acontece como na história bíblica de Noé: é preciso selecionar os que serão salvos da catástrofe do dilúvio. E, nesse caso, contudo, o dilúvio criado pelo próprio Noé. A cena do mundo como a Arca está no cerne do ambientalismo moderno e compreende uma política do embarcamento (e

embranquecimento). Isso quer dizer, simboliza ações e discursos que têm a função de construir esse “embarque político e metafórico diante do desastre” (FERDINAND, 2019: 100). Tanto Geddes quanto Howard observaram a “degeneração” das cidades capitalistas contemporâneas e construíram suas Arcas: Civismo e Cidade Jardim.

Nessa metáfora, a subida para a Arca de Noé é o movimento de abandono da própria Terra, movimento em que “protege-se atrás de uma parede de raiva que um ‘nós’ indiferenciado teria despertado”. Ou seja, a salvação pelo embarque em uma Arca significa “adotar a sobrevivência de certos humanos e alguns não-humanos como princípio da organização social e política, legitimando assim o uso da seleção violenta” (FERDINAND, 2019: 101).

Urbanismo francês e eugenia no fluxo dos trópicos

Como temos visto, o século XIX não foi o lugar primordial da fundação das estruturas racistas, mas momento chave na manutenção e aprimoramento dessas estruturas. A transição para o discurso científico da raça garantiu que as populações historicamente forjadas como desalmadas, no processo colonial anterior, permanecessem aquém do estatuto de humanidade. A contemporaneidade aprofundou, modernizou e civilizou os exercícios da produção da morte existentes no contexto colonial. Só recentemente — com os prejuízos causados pelo discurso eugenista no seio da própria Europa durante os regimes nazi-fascistas e os impactos das guerras por independência em África e Ásia — o ocidente se preocupou vagarosamente em criminalizar o racismo e cunhar o termo genocídio na Carta dos Direitos Humanos.

As influências do racionalismo se estenderam ao Sul Global por uma rede ampla, onde atuaram não apenas biólogos e antropólogos, mas também arquitetos, urbanistas e engenheiros, na virada do século passado. Não é novidade para a historiografia as relações entre esses homens de ciência e seus saberes com racionalismo, como apontam Sidney Chalhoub (2017) e López-Durán

(2018). No Brasil, a burocracia, a ciência e a necessidade de apagar o histórico escravista, eliminando dos centros urbanos os corpos marcados pelo signo Negro, incidiram na construção de espaços segregados. Na África do Sul, o colonialismo e o regime legal do *apartheid* evidenciaram as teorias científicas a ponto deste país ser um dos poucos a recusarem a assinatura da Carta dos Direitos Humanos de 1948, ano em que a extrema direita africânder chegava ao poder.

O neo-lamarckianismo não ficou restrito à Europa. Muitos foram os projetos urbanos empregados na América do Sul e em outros espaços que almejavam o melhoramento genético de seus habitantes. Essas ações estavam inscritas no projeto modernizador que evocava o progresso ocidental para o qual muitas das supostas ex-colônias também caminhavam. Modernidade, nesse sentido, é um “*ethos* elaboradamente concebido do progresso e da ordem racional que foi executado através da espacialização sistêmica” (LÓZPEZ-DURÁN, 2018: 14).

No campo das análises sobre arquitetura, há uma tendência de procurar particularidades em cada um dos estilos nacionais europeus — como fez, por exemplo, Adrián Gorelik (2005). Contudo, pesquisas mais recentes, como a de López-Duran (2018), apontam as similitudes em detrimento das diferenças nos textos sobre as teorias urbanas entre a França e a Inglaterra. Existe uma base comum (neo-lamarckista e darwinista social) no desenvolvimento dessas ciências que versavam sobre espacialidade e pensavam as cidades, seja no ambiente francófono ou anglófono.

A chegada dessas práticas urbanas ao Sul Global foi atravessada por várias perspectivas. Não há, necessariamente, uma exclusiva influência do modernismo francês em Brasília assim como, em Joanesburgo, o pragmatismo inglês não foi a única plataforma adotada. Nesse sentido, é bom lembrar que a arquitetura moderna se pretendia, antes e depois da Segunda Guerra, como um “estilo internacional”.

É com foco nessa internacionalização da arquitetura moderna que procuramos entender a segregação racial como movimento global. Segregação que é sempre acompanhada de uma política da espacialidade colonial que, por sua vez, alimenta o capitalismo através do fluxo dos considerados sub-humanos entre o centro e as regiões periurbanas. Quando olhamos para estes habitantes

periurbanos, percebemos que a construção simbólica do estatuto da diferença, através da história colonial previamente dada, realimenta a realidade contemporânea das segregações urbanas.

Compreender a modernização no ocidente, tema caro à historiografia e sociologia contemporânea desde Marx e Weber, não é apenas entender as mudanças sociais, econômicas e culturais que levaram a Europa à condução desse movimento global. É também atentar-se ao movimento filosófico da modernização e a imposição de um “eu transparente” do homem moderno (SILVA, 2007: 173 - 219). A lógica contínua de reprodução da ordem ontológica do mundo que alimenta estruturas raciais refletidas, neste caso, nas espacialidades.

A eugenia e as ideias modernas sobre espacialidade no ambiente francês não tomaram rumos muito diferentes. Le Corbusier, no início do século XX, expressava uma aproximação ideológica e política por esses aspectos da modernidade. Isso fica evidente nas visitas de Le Courbusier ao Brasil — primeiro em 1929, depois em 1936 —, para López-Duran (2018), ponto chave na compreensão das relações entre pensamento eugênico e urbanismo modernista.

Porém, antes das visitas do arquiteto francês, o Brasil passava por uma reforma modernizadora em algumas de suas cidades. A atenção da historiografia é quase sempre voltada ao Rio de Janeiro e à reforma Pereira Passos no início do século XX. Mas outras reformas estavam articuladas em uma série de mudanças no tecido social e econômico nacional com a chegada da República e o fim da escravidão. A mudança da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1897, por exemplo, ainda passa despercebida nas análises da conjuntura nacional. Contudo, essa experiência também revela que existe, entre os artifícios da modernização, a intencionalidade do apagamento da memória das pessoas negras e indígenas. Apagamento que atenta às próprias existências nos centros urbanos desde o início do século passado.

Felizmente esses projetos de obliteração têm fracassado em alguma medida, dado que a população não branca reinventou suas formas de existir na nova capital mineira, como revela Conceição Evaristo em *Becos da Memória* (2018) e Josemeire A. Pereira em sua tese *Para Além do Horizonte Planejado: Racismo e Produção dos Espaços Urbanos em Belo Horizonte — século XIX–XX* (2019).

Essas cidades planejadas com modos de ocupação colonial bem definidos, voltadas à modernização, progresso e desenvolvimento do interior do país seguiram uma sequência cronológica iniciada com Belo Horizonte (1897), seguida com Goiânia (1933) e concluída com Brasília (1960).

Voltando ao cenário carioca na virada do século XIX ao XX, notamos as influências nas propostas para lidar com as epidemias — em especial a febre amarela. Médicos, engenheiros e arquitetos trabalharam juntos para caçar os cortiços, locais marcados como foco das propagações epidêmicas na cidade. A derrubada desses edifícios e as medidas sanitárias do conhecido “bota-a-baixo” não estavam desarticuladas do projeto de embranquecimento. Isso porque, por mais que as medidas sanitárias intentassem o bem-estar dos cidadãos, poucos estavam incluídos de fato neste status jurídico (cidadania) da recente democracia. Em consequência, selecionaram-se as doenças sob maior ou menor atenção do Estado. Já que o projeto de nação almejado pelos gestores privilegiava a comunidade europeia recém migrada para o país. Como destaca Chalhub:

[...] havia motivos, digamos, nada óbvios ou neutros, na opção em priorizar o combate à febre amarela em detrimento da tuberculose — uma doença que, como já mencionado, os próprios médicos associavam à nutrição e às condições de trabalho e de vida em geral da população. Durante todos esses anos de crise aguda de saúde pública na cidade do Rio (entre aproximadamente 1850 e 1920), a tuberculose matou muito mais que quaisquer das outras doenças epidêmicas. (2017).

Se a doença mais letal não era prioridade dos epidemiologistas, por que a atenção estava voltada demasiadamente para a febre amarela? Para o historiador, a febre afetava especificamente uma população imigrante europeia não habituada com a doença. Essa prioridade é destacada em documentos que levaram Chalhub a iniciar sua pesquisa sobre a febre amarela no Rio de Janeiro, como a seguinte declaração de Rui Barbosa sobre o vômito negro:

É um mal, de que só a raça negra logra imunidade, raro desmentida apenas no curso das mais violentas epidemias, e em cujo obituário, nos centros onde avultava a imigração europeia, a

contribuição das colônias estrangeiras subia a 92 por cento sobre o total de mortos. Conservadora do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue ariano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca. (BARBOSA apud CHALHUB, 2017:).

Diferente de Chalhub, parte da historiografia e sociologia brasileira enxergam na afirmação de Rui Barbosa um retrato congelado do século XIX, como um adendo dos momentos iniciais da República, sem efeitos seguintes. Como se, com a chegada dos anos 1930 e o avançar dos anos 1950, uma nova perspectiva de raça e de Brasil tivessem suplantado de vez, e em curto espaço de tempo, toda raiz eugênica das elites brasileiras.

Mas, se olharmos com cuidado, veremos a tradução de uma linguagem eugênica para uma outra, mais moderna, aparentemente palatável e civilizada⁴⁴, entre as práticas urbanas no avançar do século XX.

Tanto o Rio de Janeiro como outras cidades do Sul Global, foram laboratórios para os intelectuais, sanitaristas e arquitetos franceses ligados ao *Musée sociale*. Assim como em Loos (Capítulo 1), os franceses propuseram uma noção de estética conectada à higiene, saúde e limpeza moral. Quando em 1901 Gustave Kahn anunciava em seu livro, *L'Esthétique de la rue*, “Deus é higiene, os médicos seus profetas e os arquitetos seguem suas receitas” (KAHN apud LÓPEZ-DURAN, 2018: 54), o destino das seguintes gerações dos arquitetos modernos franceses estava comprometida.

Tomando emprestado as práticas britânicas da cidade-jardim, esses urbanistas franceses do *Musée sociale* criaram sua primeira associação profissional, a *Société Française des Urbanistes*. Seus mais destacados membros apresentaram e executaram projetos urbanos para cidades na América do Sul no segundo quartel do século XX, e mais tarde, veremos esses nomes também ligados ao *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* (CIAM).

⁴⁴ Civilizada aqui entendida no sentido de Norbert Elias: controle das pulsões. Neste caso, do aperfeiçoamento dos mecanismos de produção da morte.

Jean Claude Forestier propôs os planos para Buenos Aires em 1924 e Havana em 1929, Alfred Agache para o Rio de Janeiro em 1929 e Maurice Rotival para Caracas em 1935 (LÓPEZ-DURAN, 2018:57).

Quando Agache propôs o plano urbano para o Rio de Janeiro, cerca de vinte anos após as primeiras reformas urbanizadoras já citadas, a realidade carioca era outra. A população cresceu amplamente nas áreas renovadas e aumentou cerca de 61% nos centros e 96% nos subúrbios. Esse crescimento, principalmente nas áreas de subúrbio, se deu com as demolições dos cortiços e também com a explosão dos morros nas regiões que eram objeto de especulação imobiliária. As remoções e as demolições, primeiro com Pereira Passos e depois com Carlos Sampaio, ocorreram sob o argumento sanitaria, mas serviram para a valorização da Zona Sul carioca (MEAD, 1997: 123, 173).

A derrubada do Morro Castelo entre 1921 e 1922 é símbolo dessas ações que alinham interesses estatais e privados. Ocupado por colonizadores portugueses no início do século XVI, passou a ser habitado por pessoas negras no pós-abolição. Sua demolição ocorreu quando se debatia, com argumentos racialistas, as leis que dificultavam a entrada de determinados estrangeiros no Brasil (GOMES, 2003). E, ao mesmo tempo, o espaço planejado com a derrubada do morro abrigou o pavilhão para exposição do *Centenário de Independência*, cujos valores de modernização vislumbravam uma comunidade europeia nos trópicos.

A presença de Agache na capital carioca, 5 anos após a derrubada do Morro Castelo, tem esse cenário como pano de fundo. À época, o arquiteto era o secretário geral da *Société Française des Urbanistes* e, por mais que o plano nunca tenha sido executado, sua vinda representou um marco para a arquitetura no país. Em 1927, ele ministrou uma série de palestras que decorreram da sua contratação e, mais tarde, da publicação do seu livro *A Cidade do Rio de Janeiro* (1930), resultado das aulas, estudos e do plano realizado.

Considerado a primeira proposta de reordenamento urbano no Rio de Janeiro com características genuinamente modernistas, as ideias de limpeza ética e estética do *Musée sociale* são

destaques em vários momentos do livro. Do ponto de vista das teorias sobre planejamento urbano, o conceito de cidade-jardim de Howard é evocado como um “urbanismo-superior” onde a vida nessas cidades seria “moralmente confortável”.

Agache abriu sua terceira palestra “*Cidades Jardins*” e “*Favelas*” nomeando o Rio de Janeiro como a “Senhorita Carioca”, uma moça doente necessitada de correções médicas. Mas essas correções não eram apenas materiais, elas eram morais. O médico, ali interpretado como o urbanista, precisa prescrever “um regime severo, uma norma de progresso e de disciplina” (AGACHE, 1930: 21).

Na sequência, e como solução para o Rio de Janeiro, o urbanista apresenta o que seriam as cidades-satélites. Na definição dada por Agache, são os núcleos urbanos que se formam, de maneira planejada ou espontânea, ao redor da cidade com algum nível de independência, mas “que permanece na dependência econômica de uma grande cidade próxima”. Para ele, as favelas seriam cidades-satélites “espontâneas” e que careciam de correções urbanísticas para se adequarem ao conceito racional das satélites planejadas. Afinal, essas criações howardianas deveriam ser imitadas na cidade moderna e “nenhuma cidade-satélite seria hoje planejada com todos os seus elementos, sem se inspirar, *a priori*, nos exemplos do grande urbanista inglês” (AGACHE, 1930: 23-25).

O relato de Agache nos comunica sobre como, mesmo no primeiro plano moderno para a então capital, estavam nitidamente presentes a relação entre biologia e urbanismo através da metáfora médico e paciente — algo que não pode ser enxergado como ingenuidade, como veremos a seguir ao tratar de Le Corbusier. Paralelamente, o documento indica como a confluência entre os preceitos britânicos e franceses, no desenvolvimento do urbanismo modernista, estavam alinhados. Ou seja, não se pode falar em uma ausência do pragmatismo inglês nos planos regionais e urbanos que se seguem nos anos 1950 (Capítulo 4).

As palestras de Agache no Rio de Janeiro ocorreram no mesmo momento em que, em 1928, na Suíça, o CIAM se apresentava para o mundo. No ano seguinte, Le Corbusier faria sua

primeira visita para também discursar na capital fluminense. Como já apresentou López-Duran, nesse momento os discursos de Le Corbusier estavam manifestamente fundados nas ideias raciais e de gênero, ideias sobre o primitivo, a natureza e a morte (2018: 154). Sua preocupação, como a de outros modernistas, era sobre o renascimento de uma humanidade decadente. Um renascimento físico e espiritual.

Na segunda visita, em 1936, quando Le Corbusier presta consultoria na construção do edifício Capanema, essas relações entre eugenia e urbanismo ficam nítidas na documentação inédita levantada pela historiadora. Em um dos cartões rascunhados para preparação da fala, o arquiteto escrevia, ao lado do esboço de um homem, as palavras “Castello”, “Lúcio Costa”, “*Castello coñts clichés*”, “*acheter livre Carrel*” (LÓPEZ-DURAN, 2018: 155).

A princípio essas palavras aparecem desconexas, mas López-Durán as associa com escritos e correspondências de Le Corbusier na especificidade do contexto brasileiro. “Castello” é uma referência ao Morro do Castelo e o espaço decorrente de sua derrubada que, primeiramente abrigou os pavilhões para comemoração do centenário de independência, mas depois, deu origem ao terreno onde foi construído o Palácio Capanema, símbolo do modernismo no Brasil.

“Comprar livro Carrel” foi talvez uma forma de lembrar a si mesmo sobre a necessidade de adquirir o livro do médico eugenista Alexis Carrel, ganhador do Prêmio Nobel de medicina pela inovação nas transfusões de sangue. O médico, que mais tarde se corresponderia com Le Corbusier, havia publicado em 1935 o livro *L’homme, cet inconnu* — uma clara defesa da supremacia branca e da eugenia como forma de aprimoramento do homem. Assim, “com os nomes dos arquitetos modernistas brasileiros, a celebração do eugenista francês, a representação de um homem simples, que se tornaria objeto de transformação por Carrel, Le Corbusier e o governo brasileiro” (LÓPEZ-DURÁN, 2018: 156), a pesquisadora costura as relações entre influências eugênicas e a chegada da arquitetura modernista no país.

Foi durante a estadia no Brasil que Le Corbusier leu e indicou Alexis Carrel em seu discurso. Evocando a necessidade de construção de uma nova “concha” (habitação), para o novo homem

moderno que surgiria do aprimoramento genético. Le Corbusier enxergava, no poder técnico da arquitetura alinhado à medicina, a possibilidade da construção de uma “engenharia social” da revolução que ele buscava (LÓPEZ-DURÁN, 2018: 160-164).

Isto é, as relações entre eugenia e as projeções da arquitetura de Le Corbusier parecem mais emblemáticas que as relações deste arquiteto com o fascismo e o governo colaboracionista de Vichy, abordadas pelos pesquisadores François Chaslin (2015) e Xavier de Jacy (2015). Ainda mais quando falamos de suas projeções nos espaços coloniais ao Sul Global, que pressupunham a necessidade de correções na visão dos racialistas.

De todo modo, ele não foi o único introdutor da eugenia no Brasil, que já fazia escola por aqui como demonstrado (Capítulo 2). Mas os ideólogos do Brasil moderno, a partir dos anos 1950, tentaram varrer para debaixo do tapete uma série de conceitos que estruturam o que seria esse Brasil moderno projetado na década de 1930. Ideias que fundamentam ainda hoje a realidade nacional. Por exemplo, a publicação de *Casa Grande e Senzala* — atestado da brasilidade metarracial e utilizada como argumento da *democracia racial* — ocorre um ano antes da promulgação da Constituição de 1934 que pretendia “estimular a educação eugênica”.

Imaginar o homem moderno brasileiro era imaginá-lo desde o referencial europeu. Isso não se alterou após a ideia da nação paradisíaca miscigenada. Na verdade, a miscigenação era o caminho pelo qual se faria uma nação embranquecida. Em um jogo inverso da projeção de um arco-íris sobre o prisma, o resultado deveria ser a luz branca.

Assim, quando o ministro Gustavo Capanema aceitou a sugestão de Le Corbusier para a instalação de uma estátua, na frente do Ministério da Educação, ele buscava também “preparar, compor e aperfeiçoar o homem do Brasil” (LÓPEZ-DURAN, 2018: 180). A escultura nunca chegou a ocupar o palácio justamente pelas divergências de projeções entre o artista convidado, Celso Antônio, e os anseios do ministro e outros ideólogos do Brasil, como Oliveira Vianna.

O modelo apresentado por Celso Antônio não agradou a Capanema por não apresentar as características esperadas para o futuro do homem brasileiro, era uma figura próxima ao sertanejo

(JUNIOR, 2007: 2014). Capanema, então, cogitou fazer uma nova comissão para selecionar um escultor da estátua, uma comissão formada por pessoas ligadas à Sociedade Eugênica do Brasil como Álvaro Fróes da Fonseca e Edgar Roquette-Pinto. Este último, referenciado por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, foi o antropólogo que criou a primeira classificação dos tipos raciais brasileiros. Roquette-Pinto classificou o branco no Brasil como *Leucodermo*, um tipo adaptado ao tropical e para onde a nação deveria caminhar (LÓPEZ-DURÁN, 2018: 180-181).

O imaginário do homem moderno brasileiro e a projeção deste não fugia das leis elaboradas pelos racialistas.

Do outro lado do Atlântico, na África do Sul, as influências do modernismo francês do CIAM chegaram por meio do *Traansvaal Group* e da contratação de Maurice Rotival pelo *City Engineer of Johannesburg* para reestruturação da cidade nos anos de 1950.

Na arquitetura sul-africana o modernismo é aparentemente residual. Diferente do que se passou no Brasil se compararmos com a projeção nacional dos arquitetos modernistas brasileiros e seus símbolos máximos, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Ali, o grupo de arquitetos ligados à University of the Witwatersrand e University of Pretoria, as duas principais universidades do antigo estado do Transvaal⁴⁵, tiveram uma projeção menor a nível nacional.

Contudo, isso não impediu a difusão do modernismo no país. A chegada de Stanley Furner (1892-1971) na *Wits School* em 1925 e seu trabalho como editor da *South African Architectural Record* (SAAR) são o ponto inicial dessas conexões na arquitetura. A publicação do seu artigo “*The Modern Movement in South Africa*” manifesta as intenções conceituais do movimento que faria uma geração de arquitetos refletirem sobre os princípios modernistas (BARKER, 2015: 71).

Depois, nos anos de 1930, jovens arquitetos como Rex D. Martienssen (1905-1942), graduado no curso de arquitetura e urbanismo da *Wits*, teceram uma rede para publicação da revista

⁴⁵ A antiga província do Transvaal durou até 1994 quando foi desmembrada em quatro estados: Gauteng, Noroeste, Limpopo e Mpumalanga. Gauteng hoje é o principal estado, pois abriga Joanesburgo, Pretória e Vereeniging.

zero hour, em 1933. Martienssen, que manteve contato direto com Le Corbusier, elaborou com John Fassler e Bernard Cooke o projeto da *House Stern* — umas das primeiras casas sul-africanas que seguem os princípios da Carta de Atenas (FITCHETT, 1987; BARKER, 2015: 71). A vida de Martienssen foi encurtada pela Segunda Guerra, mas o grupo criado por ele continuou atuando, inclusive no urbanismo, como foi John Fassler (1910-1971).

Fassler se graduou em 1933 na *Wits* e teve uma ascensão profissional rápida, assim como Martienssen. Em 1934 ingressou como professor na universidade, no momento em que o grupo se alinhava às ideias modernistas. Entre 1936 e 1937, o arquiteto visitou a Europa e se encontrou com Le Corbusier em Paris. Nos anos seguintes, Fassler contribuiu com desenhos para com vários prédios na universidade, como o próprio prédio da *Faculty of Architecture* e o *Chemical Engineering*. Contudo, nos anos 1940 e 1950 sua atenção se direciona ao urbanismo⁴⁶.

Fassler foi um dos membros fundadores e o primeiro presidente do *South African Institute of Town Planners* em 1954. No mesmo ano, seu reconhecimento e atuação como urbanista ficam evidentes quando o *Institute of South African Architects* indicou seu nome para servir o *Town Planning Advisory Committee* no *Johannesburg City Council*. É nesse momento que Joanesburgo, através das remoções forçadas, passou pelas principais reformas urbanas que consolidaram o *apartheid* — tal qual a emblemática remoção de Sophiatown em 1955, lugar antes habitado e frequentado por pessoas brancas e não-brancas.

Mais adiante, o nome de Fassler figura entre os consultores do *Planning Survey of the Southern Transvaal* (1957), ou *Red Report*, documento que orientou todo planejamento regional entre Pretória, o planalto de Witwatersrand (onde está Joanesburgo) e a cidade de Vereeniging (PWV) — região industrial do Transvaal, hoje Gauteng (Capítulo 4). Contudo, o *Johannesburg City Council* não se deteve às orientações dos arquitetos e urbanistas locais. Já em 1952, o conselho sistematizou as reformas

⁴⁶ HPUW, *SASOL Project Records*, cx I, 1-b) John Fassler notes (1944-1945)

urbanas por meio das estradas-parque, ou *parkways*, sob a consultoria de outro urbanista do CIAM, Maurice Rotival.

Rotival, como já foi dito, estava entre os membros fundadores da *Société Française des Urbanistes* (SFU) em 1919. A sociedade constituída pelo desdobramento da *Société Française des Architectes Urbanistes* (SFAU), fundada em 1914. Ambas oriundas da *Section d'Hygiène Urbaine et Rurale* do *Musée Social* (1894) (HEIN, 2002a: 263). Esses grupos fundados sob o neo-lamarckismo esperavam corrigir os problemas humanos por meio da transformação do ambiente e, após a Segunda Guerra, essa perspectiva não se alterou substancialmente.

Assim como parte dos seus contemporâneos, Rotival imaginava a cidade como um organismo e o arquiteto como médico. A melhor forma de conduzir seu crescimento, seria, em sua perspectiva, uma cidade controlada pelas elites (HEIN, 2002a: 250). Pioneiro no uso de computadores, nos cálculos de planejamento alinhando com as fotografias aéreas⁴⁷, Rotival estava mais preocupado com o aprimoramento das práticas urbanísticas através da estatística e análise de dados do que outros modernistas do CIAM.

O uso dessas ferramentas de precisão, e porque não de controle, são pertinentes às expectativas do urbanista em relação às funções do planejamento. Para ele, a manutenção da população sobre a ordem moral e social deveriam ser princípios que orientam o urbanista para além das razões estéticas. No contexto da Guerra Fria e das descolonizações, a intenção do urbanista era combater o avanço comunista sobre as cidades ocidentais e “dessa forma... podemos elevar a moral da população trabalhadora nas grandes cidades e impedir que os habitantes se tornem revolucionários” (ROTIVAL apud HEIN, 2002a: 254), como ele explicava.

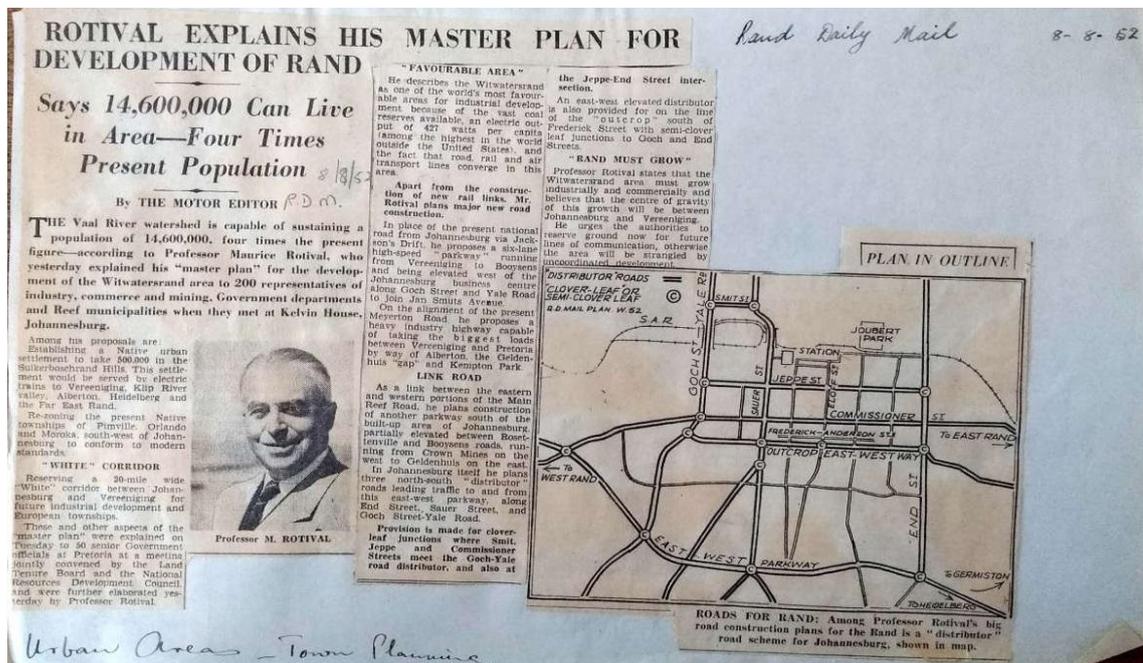
Para o governo sul-africano, aprofundado em um regime fechado e segregado, Rotival parecia atender às expectativas de controle no planejamento urbano e regional. Suas experiências no plano de Caracas (Venezuela) em 1936, e New Haven (Estados Unidos) em 1941, lançaram o

⁴⁷ Rotival foi piloto na segunda guerra e, assim como a maioria dos arquitetos, um de seus trabalhos era fazer rascunho dos territórios inimigos.

urbanista no cenário mundial. Quando Rotival chega em Joanesburgo em 1952, ele já era professor pleno na faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade de Yale. Mas, para além dos prestígios, parece que o alinhamento anticomunista dialogava com a ideologia africânder de extrema direita recém-chegada ao poder em 1948⁴⁸.

Em 8 de agosto de 1952, o jornal *Rand Daily Mail* reportava a manchete “*Rotival Explains his Master Plan for Development of Rand*” [Rotival Explica seu Plano para o Desenvolvimento do Rand] após o encontro entre o urbanista e membros do governo. A primeira proposta de Rotival destacada pela matéria apontava o estabelecimento das 500.000 casas para nativos, tanto na região do *Far East Rand*, como no sudoeste de Joanesburgo, com a reorientação das *townships* de Pimville, Orlando e Moroka - complexo de *townships* que formam hoje Soweto.

Figura 8 - Jornal *Rand Daily Mail* em 1952



Fonte: HPUW, AD1972 S.A.I.R Journals, cx. U259.16.3 (Soweto 1949-1954)

Ao mesmo tempo, Rotival previa um “*White Corridor*” entre Joanesburgo e Vereeniging. Um espaço destinado apenas ao desenvolvimento industrial e a casas para pessoas brancas. No

⁴⁸ Sobre o embate entre o nacionalismo africânder e o comunismo na África do Sul veja: VISSER, 2007: 3-4.

entendimento do urbanista, a região poderia prosperar com o planejamento, dada a potência de exploração das minas de carvão mineral para a produção de energia elétrica, cuja previsão de 427 watts per capita estava entre as mais altas do mundo.

Esse plano não poderia ser pensado sem as *parkways*, que concomitantemente proporcionam integração industrial e segregação racial. Dado que as estradas construídas ao redor da cidade são uma barreira entre o centro e as periferias e, independente do argumento técnico que se dê sobre preservação das águas ou desenvolvimento industrial, seus efeitos são similares como veremos adiante.

O plano de Rotival, finalizado em 1955, serviu de base para que, no final dos anos 1950 e durante os anos de 1960, as estradas em Joanesburgo formassem uma rede viária de integração e segregação. Segundo Mabin (2013: 22), o plano de desenvolvimento do PWV (*Red Report*) — principal documento do planejamento na região — segue quase os mesmos traços daquilo que foi projetado pelo urbanista francês.

Contudo, essas modificações urbanas em Joanesburgo não foram motivadas apenas por ideias e desejo dos técnicos e do corpo burocrático. No próximo capítulo veremos como o planejamento urbano e regional serviu às lógicas econômicas. Ali em Joanesburgo, a indústria mineradora financiou e apoiou as remoções forçadas decorrentes do novo plano. Em Brasília, por outro lado, o combustível do capital se mostra na relação com a construção civil e a especulação imobiliária. Ambas não ocorreriam sem as lógicas raciais herdadas do primeiro colonialismo.

Capítulo 4 - Tecnologias Coloniais do Capitalismo Tardio: o Planejamento Regional e Urbano no Planalto de Witwatersrand

*Rough, wet wings
parch my agonised face
as if salting the wound of
 Bulhoek
 Sharpeville
 Soweto,
unbandaged strip by strip
the dressing of Hope;
I wade my senses
through the mist;
I am still surviving
the traumas of my raped soil
alive and aware
truths jump like a cat leaps for fish
at my mind;
I plot along
into the vortex
of a clear-borne dawn⁴⁹*

Mafika Pascal Gwala, TAP-TAPPING, 1977.

A década de 1950, marcada pelo desenvolvimentismo pós-Segunda Guerra e pelos movimentos de independência nos continentes Africano e Asiático, insere os países do Sul Global nos modelos de descentralização urbana através da “hierarquização da organização do território por meio de unidades de vizinhança, cidades-satélites e cinturões verdes” (DERNTL, 2019 :27). O modelo de Howard, antes descrito, foi assumido em diversas localidades pelo mundo. A disseminação do planejamento urbano e regional acontece no momento em que uma Europa devastada pela guerra precisa se reconstruir e que as colônias, em processo de libertação, reivindicam a modernização como caminho para independência. O vício desses projetos está na antiga política de controle colonial que usa como balizador a curva de normalidade estabelecida

⁴⁹ “Ventos fortes e úmidos/ressecam meu rosto agoniado/ como se salgasse a ferida de/ Bulhoek/ Sharpeville/ Soweto/ tirar as bandagens fita por fita/ os curativos da esperança;/ eu vasculho meus sentidos/ através da névoa/ eu ainda estou sobrevivendo/ os traumas do meu solo estuprado/ vivo e consciente/ as verdades pulam como um gato salta para o peixe/ na minha mente/ eu me arrasto/ no vórtice/ de um amanhecer claro” (tradução do autor).

pelo racismo para, assim, otimizar os lucros por meio da relação indispensabilidade-dispensabilidade de espaços e pessoas, estas, por sua vez, marcadas historicamente por condições sociais e biológicas⁵⁰.

Na comparação dos planos regionais do Planalto Central Brasileiro e do Planalto de Witwatersrand, elaborados na década de 1950, esses artifícios de mobilização de espaços e pessoas a favor do capital estavam presentes em ambos e, a despeito de suas conjunturas e especificidades, encontram semelhanças na construção de espaços segregados pela herança colonial e pelo racismo.

Colonização, Capitalismo e Segregação Racial no Planalto de Witwatersrand

Em Witwatersrand a luta colonial travada nos campos diamantíferos em Kinberly e pelo ouro em Joanesburgo impacta diretamente a gestão do território no nordeste sul-africano. Conhecida pelos colonizadores como Transvaal — acima do rio Vaal onde estão os atuais estados de Mpumalanga, Gauteng, Noroeste e Limpopo — a região abrigou a República Sul-Africana (*Zuid-Afrikaansche Republiek*) formada por bôeres que saíram da costa ocidental no Cabo, em meados do XIX, fugindo da administração britânica. Palco das duas Guerras dos Bôeres, na qual a primeira (1880-1881) garantiu a independência momentânea dos descendentes holandeses diante dos britânicos; e, a segunda (1899-1902), consolidou o domínio inglês abrindo caminho aos interesses do império na exploração de minerais. O país africano entrou no século XX dominado administrativamente pelos britânicos como a União Sul-Africana, uma *commonwealth* que perduraria até o referendo de 1960.

Por um lado a Guerra Sul-Africana, como é conhecida a Segunda Guerra Bôer, foi elemento motriz para fundação de uma identidade *afrikaans* pautada na língua e em organizações que reivindicavam uma origem europeia e se articularam para retomar a administração colonial

⁵⁰ Dizemos “biologicamente marcadas” no sentido de entendermos com OYÉWÚMÍ (1997) que as hierarquizações no ocidente são construídas por marcadores fenotípicos de raça e gênero e que, ao mesmo tempo, retroalimentam o social reificando as pessoas historicamente fixadas nas imagens coloniais e nas estruturas coloniais.

(JORDAAN, 1977: 463; POSEL, 1991: 50). Por outro, também foi elemento central nas políticas de reformulação dos espaços e da introdução dos elementos segregacionistas da administração britânica. É consenso na historiografia que o *apartheid* sul-africano não surgiu por acaso em 1948, como fruto de um único grande plano (POSEL, 1991; BRECKENRIDGE, 2014; FREUND, 2019). Foi, antes, uma interseção complexa dos vários interesses entre o nacionalismos africânderes, o colonialismo britânico, as grandes companhias, a expansão agro-industrial, a eugenia, o racismo científico e um aparato burocrático capaz de controlar sistematicamente os fluxos dos trabalhadores africanos.

Em termos de ordenamento espacial para otimização dos lucros, o *apartheid* sul-africano teria como embrião as *compounds* nos campos diamantíferos de Kimberley surgidas entre 1890 e 1920. Essa primeira iniciativa formal de segregação exerceu influência profunda no futuro das cidades sul-africanas, especialmente nas *townships* planejadas pela união entre indústria e Estado (MABIN, 1986: 5). Esse sistema de trabalho consistia no confinamento dos empregados em galpões próximos às minas com intenção de reduzir os custos na mão de obra, uma vez que só era possível sair do “quartel” após o fim do contrato de trabalho. Os custos eram mais baixos tanto porque a venda dos alimentos nos campos de trabalho reduzia pela metade os gastos com salário (TURRELL, 1984: 65), quanto pelo contingenciamento do fluxo dos trabalhadores que migravam de mina em mina em busca de melhores pagamentos (FONSECA-STATTER, 2011: 154).

As *compounds* tiveram, por sua vez, uma inspiração que atesta o caráter globalizado da colonização e do capitalismo nos seus aparelhos burocráticos-tecnológicos para reificar pessoas de origem africana. Sugerido por Thomas C. Kitto, inspetor de minas com experiência na extração de diamantes no Brasil, o famoso modelo de exploração sul-africano utilizado nas minas de Kimberley foi uma adaptação do sistema brasileiro de extração de diamantes no período escravista. Em 1879 o arquiteto das *compounds*, tendo por base sua experiência no Brasil, aconselhava:

Os negros alojam-se em quartéis, que têm a forma de um quadrado, sendo a parede externa muito mais alta que a interna; o telhado inclina-se para dentro. A entrada do local é feita por um grande portão, sobre o qual à noite está pendurada uma potente lâmpada [...] Homens e mulheres atendem ao chamado de seus nomes ao **descer** do portão pela manhã e à noite ao entrar. Eles se retiram para descansar cedo, e um supervisor tranca o local todas as noites [...] em mais 22 anos, ou por aí, todos serão livres; altura em que [...] eles estarão maduros para a ocasião. Acredito que os nativos da África do Sul, sob supervisão europeia, podem se tornar quase - senão - tão bons quanto os negros do Brasil, desde que tratados da mesma maneira (KITTO apud TURRELL, 1987:97).

Não conseguimos localizar em qual região brasileira o engenheiro esteve. Mas, é provável que tenha sido na Chapada Diamantina - BA. O centro diamantífero brasileiro na região baiana teve sua exploração iniciada em 1842 e encontrou seu ápice entre 1850-1860, produzindo cerca de 70.000 quilates por ano (ANDRADE, 1999: 7). Com as descobertas em Kimberley, no ano 1871, o diamante brasileiro do tipo metaconglomerado perdeu seu valor para o kimberlito⁵¹.

Esses fluxos Atlânticos entre Brasil e África do Sul na importação e exportação dos modelos de organização espacial e exploração dos trabalhadores pautados na raça e visando à otimização dos lucros sintetizam o elo *escravidão - colonialismo - apartheid*. O modelo escravista de exploração dos diamantes brasileiros é apropriado por colonizadores britânicos na África do Sul como forma de coerção, controle e aprisionamento. Com o passar dos anos, se adapta às necessidades modernas no *apartheid*. Parece ingênuo acreditar que as configurações espaciais do pós-abolição não tenham herdado os modelos de trabalho compulsório e organização espacial do século XIX e adaptado ao século XX, mas houve um movimento intencional no apagamento da memória nacional brasileira. Assim como fizeram os britânicos na África do Sul ao olharem para o próprio modelo de trabalho no Brasil escravista⁵².

⁵¹ O valor do diamante no mercado não está associado necessariamente à sua qualidade. Na virada do século XIX para o XX, a De Beers, companhia iniciada por Cecil Rhodes e Ernest Oppenheimer, criou uma ilusão da escassez da gema com a monopolização da produção e distribuição diamantífera no mundo. O cartel criado pela De Beers e Anglo-American, alinhados à uma poderosa campanha de marketing: “*A Diamond is Forever*” [Um diamante é para sempre], é ainda hoje responsável por 75% da produção mundial de diamantes. Além disso, a criação da *Central Selling Organization* (CSO), braço da De Beers, é a instituição que regula a qualidade e o valor dos diamantes estocados pela empresa (BERGENSTOCK, D. J. & MASKULKA, J. M., 2001: 1-3).

⁵² Essa adaptação do modelo escravista às *compounds* não poderia ser feita sem o apoio de uma legislação que permitisse o trabalho compulsório para pessoas condenadas. Esse intercâmbio de sistemas de trabalho ocorreu também entre

Acrescenta-se, nesse movimento, a expansão colonial sul-africana na década de 1880 com o domínio das sociedades rurais dos povos originários africanos de onde saíram as famílias que ocuparam a cidade. Confiscando suas terras e aplicando impostos, os colonizadores eram os principais promotores do êxodo rural, “transformando trabalho livre em coercitivo” (WOWER, 2006: 70).

Na década de 1890 à medida que os campos diamantíferos de Kimberley foram cedendo espaço para outras atividades mineradoras em Witwatersrand, sobretudo o ouro de Joanesburgo, o número de *compounds* começou a reduzir. Nas proximidades da cidade as famílias se acumulavam em regiões conhecidas como *locations* e os trabalhadores expulsos das *compounds* ali se agregaram.

Ao fim da Guerra Sul-Africana, os administradores britânicos aceleraram as reconstruções urbanas. A revitalização dos espaços começou antes mesmo da assinatura do Tratado de Vereeniging (1902) — acordo que acertou as condições para a ocupação britânica e determinou a proibição do voto à população negra. Para orientação dos projetos foram selecionados técnicos com experiência no planejamento em Londres. Nessa sequência, uma das primeiras políticas de segregação racial-espacial ocorridas em Joanesburgo foi a remoção da população negra dos centros com a criação de novas *locations* como Klipspruit (19 km distante de Joanesburgo) parte da atual Soweto. E, sob a influência de Lionel Curtis — importante nome na administração colonial britânica —, uma série de legislações sobre fronteiras urbanas começaram a ser publicadas.

Curtis tomou emprestado a primeira legislação existente sobre as *townships* produzidas pelos africânderes em 1894, na então autônoma República do Estado Livre de Orange (*Orange Free State*), para editar a *Transvaal Township Board* [Diretoria de Township de Transvaal]. A lei enfrentou oposição dos interesses privados que ansiavam por lucros através da especulação das terras e, com isso, a legislação foi adaptada em 1905 para que privados — a maioria deles, companhias de

África do Sul e o Sul dos Estados Unidos, veja em WOWER (2004). Para os trabalhos nas *compounds* sul-africanas veja TURRELL (1984); MABIN (1986); KEAGAN (1989); WEISS (2011); DEDERING (2012).

mineração — pudessem regular o espaço via administração local através da consulta com topógrafos e outros especialistas (MABIN & SMIT, 1997: 195).

Essa primeira década do século XX marca, na colônia britânica, uma forte gerência do Estado na aplicação das políticas de segregação espacial. Estas, por sua vez, não estavam à parte do que já vinha sendo desenvolvido em termos de artifícios de controle das pessoas nas cidades.

Do ponto de vista político e econômico, a virada do capitalismo mercante e agrário para o minerador foi um ponto de inflexão na história sul-africana no século XIX. Observou-se, nesse período, a imposição do fim do escravismo na colônia do Cabo por demanda britânica, mesmo que as formas coercitivas de trabalho não tenham sido alteradas substancialmente em todo o continente. E, mesmo também, que a Inglaterra não tenha interrompido o financiamento no mercado Atlântico de escravizados no século XIX (MILLER, 1988: 658).

Os anos iniciais da *Reconstrução* sob a administração de Milner⁵³, pós Guerra Bôer, simbolizou a modernização do país na perspectiva de integrar a nação através da produção de ouro em Joanesburgo. Milner também foi responsável por uma política anti-nacionalismo africânder. Contudo, após seu retorno para Inglaterra, Lionel Phillips e outros membros do *Milner' Kindergarten* ou *Kitchen Cabinet* (como ficaram conhecidos os membros responsáveis pela reconstrução) investiram na reconciliação com africânderes moderados. É nesse ponto que o historiador Saul Dubow (1997) identifica o surgimento de um “Sul-Africanismo”, principalmente com Louis Botha⁵⁴ e J C Smuts⁵⁵.

Fora isso, outro elemento apontado pelo historiador Bill Freund nos fornece um panorama sobre o desenvolvimentismo do país e os aspectos econômicos. O surgimento desse sul-

⁵³ Alfred Milner foi o estadista britânico responsável pela administração colonial na África do Sul após a Guerra Bôer, período conhecido como “Reconstrução”.

⁵⁴ O general Louis Botha foi um dos comandantes africânderes que, após a guerra, concordou com o Tratado de Vereeniging. Se tornou o primeiro Primeiro Ministro da União Sul-Africana.

⁵⁵

africanismo estava imbuído das ideias de um capitalismo desenvolvimentista promovidos, também, por setores privados que priorizavam um protecionismo para benefício dos trabalhadores brancos:

A notória *Land Act* de 1913 que se seguiu não foi meramente uma tentativa de expulsar pequenos agricultores africanos de terras férteis como é convencionalmente considerado; também visava reduzir o número de empregados brancos disfuncionais (arrendatários) e os brancos que simplesmente extraíam alugueis de inquilinos negros, destruindo seus meios de subsistência e trazendo-os para cidade onde poderiam ser melhor alocados no trabalho industrial. Isso foi essencialmente uma continuação do projeto de Reconstrução e visões que retomam a Milner – um processo que, pode-se argumentar, ainda não terminou hoje. Se isso era uma característica distintiva e incomum para a visão da Comissão Cullinan sobre impostos, ela coloca ênfase na proteção contra as importações a fim de apoiar a situação dos trabalhadores brancos.⁵⁶ (FREUND, 2019: 29)

Não é novidade para a historiografia os dilemas na construção de um projeto de nação sul-africana que relaciona um protecionismo ao capital estrangeiro com uma estrutura econômica que garantisse a supremacia dos trabalhadores brancos. Contudo, os estudos evidenciam a dicotomia presente nesse momento da história sul-africana com foco nas ações do Estado. Se por um lado, haviam os interesses dos negócios em larga escala que ansiavam por um regime livre com a *commonwealth* britânica; por outro, havia também o interesse em construir uma economia nacional forte.

Nesse cenário, J. C. Smuts aparece como figura política próxima a Vargas, se comparado ao nacional-desenvolvimentismo brasileiro. Tanto no primeiro (1919-1924) quanto no segundo mandato (1939-1948), Smuts desenvolveu a indústria de base. Foi ele quem, em 1922, iniciou a criação da *Electricity Supply Commission* (ESCOM), até hoje a companhia energética mais importante no país, apesar da privatização pós-apartheid.

⁵⁶ No original: *The notorious Land Act of 1913 which followed was not merely an attempt to oust small-scale African cultivators from fertile land as it is conventionally considered; it was also aimed at cutting down on dysfunctional white hired help (bywomers) and those whites who simply extracted rent from black tenants, destroying their livelihoods and bringing them into towns where they could better be put to work in industrial concerns. This was essentially a continuation of the Reconstruction project and views that went back to Milner - a process which, it could be argued, has still not run its course today. If there was a distinctive and unusual feature to the Cullinan Commission's view of tariffs, it lay in the emphasis on using protection against imports in order to prop up the situation of whites workers.*

Belinda Bozzoli (1981) e Dubow (1997) indicaram como, depois de 1919, J. C Smtus tentou balancear o protecionismo nacional com os acordos da *commonwealth*. O estudo de Bozzoli é importante pois revela como a África do Sul, pós-Segunda Guerra, articulou capital estatal e privado ao aproximar os interesses de Henry Oppenheimer com os interesses do nacional-desenvolvimentismo. Filho de Ernest Oppenheimer, Henry nasceu e se criou na África do Sul incorporando um modo “sul-africanista” ao assumir uma postura autônoma, não sem conflito, com os interesses britânicos e uma iniciativa econômica voltada também para o Estado (FREUND, 2019: 30).

Outro item importante que deve ser destacado, relativo às políticas desenvolvimentistas, é que os lucros provenientes das indústrias de base não seriam possíveis sem uma divisão racial do trabalho⁵⁷. Divisão imposta pelas empresas desde a virada do século XIX para o XX através de um intercâmbio entre engenheiros estadunidenses e sul-africanos brancos. Em Witwatersrand, por exemplo, esse sistema de ordenamento do trabalho minerador foi importado de modo a garantir diferenças salariais e condições de trabalho significativas entre brancos e negros. Essas diferenças mantiveram o baixo custo de produção nas mineradoras (NKOSI, 1988: 74).

Para os engenheiros estadunidenses, como Hennen Jennings (1854-1929), o trabalho nas minas era o meio pelo qual a civilização e o progresso poderiam chegar aos negros em qualquer parte do globo. Mas suas ideias não eram apenas caracterizadas por um racismo/colonialismo. Jennings também aspirava uma visão racional do cálculo econômico no emprego de pessoas negras nas minas do Rand em detrimento das pessoas brancas. A concentração de pessoas negras nos campos auríferos da região, onde os produtores se queixavam do baixo valor dos minerais, atendeu a demanda constante de uma mão de obra nativa e barata (TUFFNELL, 2015: 66).

Essas dinâmicas não se restringiram ao século XIX, elas avançaram no século XX e comprovam as adaptações do capitalismo e suas permanências nos anos 1950. As explicações

⁵⁷ Como mostra a historiografia sobre a indústria mineradora na África do Sul: Nkosi (1987), Duncan (1995), Teisch (2005), Katz (2006), Higginson (2007), Tuffnell (2015), Freund (2019).

marxistas para a sustentação do capitalismo no pós-Segunda Guerra, ou no que se convencionou chamar de “capitalismo tardio”, apontaram para a manutenção das estruturas imperialistas na perpetuação do sistema. Porém, a lacuna deixada por essa análise econômica está na desconsideração das relações históricas e sociais estabelecidas previamente através das estruturas raciais/coloniais. Estas foram e são essenciais à manutenção do capitalismo tardio. São estruturas estruturantes do capitalismo.

Mesmo Ernest Mandel (1978) na sua perspicaz análise do capitalismo tardio — na única passagem em que relaciona as diferenças étnicas à “extensão do exército industrial de reserva” como instrumento de benefício ao capital - o faz como se fosse uma “criação nova” para “travar o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado pelo estímulo dos particularismos étnicos”. E quando percebe que as flutuações em nível de emprego das minorias são maiores e seus salários muito menores, sua explicação é a de que a “burguesia cinicamente pressupõe que sua renda seja apenas um complemento” (MANDEL, 1978: 127-128). Ou seja, Mandel não toca no cerne de um problema: a diferença salarial é dada historicamente pelo valor (não) humano das pessoas a quem são atribuídas uma raça e um gênero.

Essa é uma interpretação clássica do materialismo histórico que retém a tese do “eu” transparente, como indica Denise Ferreira da Silva (2007). Um “eu” suspenso e autodeterminado que o pensamento moderno europeu pós-iluminista inscreveu no mundo. Na versão materialista-histórica a transparência é adiada “para o momento em que o proletariado reconhece sua ‘verdadeira’ natureza de existência como classe dominada/explorada, quando o movimento da história — jogo da luta de classes determinados pelas leis de produção — chega ao fim” (SILVA, 2007: 190).

Portanto, o que procuramos analisar aqui é como no capitalismo tardio, as políticas nacionais-desenvolvimentistas do *apartheid* sul-africano (e também do brasileiro), a partir da década de 1950, são aprimoradas no planejamento regional em uma parceria empresarial-estatal que se perpetua através do racismo e da colonização. Se antes, a setorização e confinamento dos

trabalhadores era feita pelas *compounds* sob uma maior orientação da indústria, agora ela se aprimora junto dos aparatos estatizados com passaportes de entrada e saída das zonas brancas, impressões digitais e dados estatísticos capazes de localizar os alvos dos deslocamentos forçados. Deslocamentos capazes de gerar estoque de mão-de-obra racializada, e conseqüentemente de baixo valor, capaz de baratear os custos de produção na indústria mineradora em Witwatersrand ou da construção civil no Planalto Central.

Essa transferência de responsabilidade não ocorreu sem o investimento das próprias empresas interessadas em baratear os custos do trabalho. Se antes algumas *compounds* do final do século XIX foram criadas para trabalhadores “desempregados” ou para trabalho compulsório nas cadeias (TURRELL: 1984) — o que, numa lógica de mercadoria, produzia um excedente de oferta que barateia o valor da mão de obra —, na segunda metade do século XX uma forma “civilizada” e eficiente de reserva de mão de obra negra foi elaborada através do planejamento urbano com técnicas de controle mais avançadas por meio do fornecimento de empréstimo das próprias empresas interessadas na manutenção dos custos baixos de produção — como foi o caso da Anglo-American.

Nacional-Desenvolvimentismo Sul-Africano, *Apartheid*, Urbanismo e Planejamento Regional

As mudanças políticas e econômicas operadas na primeira metade do século XX na África do Sul se assemelham a outros contextos globais. Elas ocorreram sob a bandeira do desenvolvimentismo com empresas estatais, ou privadas sobre o incentivo do estado, e um forte apelo nacionalista (ou construção da ideia de sul-africanidade). Recentemente o historiador Bill Freund (2019) analisou a relação entre o nacional-desenvolvimentismo sul-africano e a construção das estruturas sociais, políticas e econômicas que definiram a África do Sul no Século XX.

Freund, além de fazer um apanhado historiográfico, analisa a importância do desenvolvimentismo como alternativa, senão uma soma, às teorias da dependência⁵⁸ que ele mesmo afirma ter sido influenciado em algum momento de sua vida acadêmica. Mas, o enfoque dado por Freund em uma análise do desenvolvimento é uma tentativa de, segundo ele, “provincializar a história europeia e fundir isso com um desviante, se não interessante, modelo histórico ao invés de um modelo a ser atingido por todas as nações bem-sucedidas” (FREUND, 2019: 7)⁵⁹.

Ele divide a história do desenvolvimentismo sul-africano em três fases de impulso. O primeiro foi o período de reconstrução pós-Guerra Sul-Africana (1902), que beneficiou a Inglaterra e que já me referi acima. O segundo, o período entre 1939 e 1948, sob o comando do general Jan Smuts com uma ênfase na indústria pesada. E o terceiro com o *apartheid* e a escalada de Verwoerd

⁵⁸ As teorias marxistas da dependência dos anos de 1960 e 1970 buscaram uma explicação para o desenvolvimento e subdesenvolvimento baseada, não mais nas etapas do capitalismo, mas, na relação global das economias centrais e periféricas. Nomes como Theotônio dos Santos, Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra apostaram em uma interpretação alternativa tanto às análises da CEPAL como a análises clássicas do marxismo. Assim como Walter Rodney, que seguiu o pensamento latino-americano para escrever *How Europe Underdeveloped Africa* em 1972. Nos anos 1980, a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein reelabora as relações de dependência entre “centros” e “periferias” globais a nível econômico, cultural e social. Tais teorias têm um impacto decisivo sobre a historiografia brasileira e as interpretações dos ciclos econômicos no Brasil de Celso Furtado; ou as etapas para o desenvolvimento de Caio Prado Júnior; ou, ainda mais amplo, nas análises de Fernando Novais que consideram a formação do capitalismo no país dentro do antigo sistema colonial. Ao final dos anos 1990 e início dos 2000, o historiador Luiz Felipe de Alencastro, sob influência da teoria de sistema-mundo de Wallerstein, deu ênfase ao escravismo como coração do capitalismo brasileiro em uma economia globalizada.

⁵⁹ Em outros momentos, discordamos da análise de Freund, sobretudo no que diz respeito à forma como ele analisa o capitalismo nas colônias hispânicas e portuguesas como se esse (em oposição ao capitalismo britânico e batavo) não houvesse proporcionado sociedades industrializadas: “[Inglaterra e Holanda] foram grandes potências coloniais, mas o que é surpreendente foi sua capacidade de correlacionar a cultura imperial, os sonhos imperiais e o impulso para a conquista, muitas vezes uma conquista muito brutal, com a capacitação dos atores econômicos em direções que promovessem o crescimento capitalista. O imperialismo em si não era condição suficiente. Essa trajetória foi muito menos verdadeira para o legado dos conquistadores espanhóis e particularmente menos verdadeira para aqueles pioneiros imperiais, os portugueses, que nunca desenvolveram uma sociedade industrial impressionante e saíram do imperialismo e do colonialismo surpreendentemente pobres.” (FREUND, 2019:4). Considerar que o Brasil, após a independência, não tenha influência dos colonizadores lusitanos para formação de seu capitalismo é uma afirmação que tem, aparentemente, um ponto de partida na negação da racialidade na construção brasileira. Movimento que ele não assume para África do Sul, pois argumenta em relação ao país africano que “O capitalismo estrutura a dependência, mas os colonizadores brancos são aqueles que podem modificar isso tão extensivamente a ponto de abrir a porta para formas impressionantes de desenvolvimento econômico” (FREUND, 2019: 5). Ainda sobre as considerações que devemos fazer no uso do autor é que aceitamos a sua proposta em deixar de lado a ideia de que os Estados desenvolvimentistas são particularmente democráticos ou realmente democráticos como todo, priorizando as análises econômicas que foram deixadas de lado. Mas discordamos da sua intenção em colocar o sistema racial como pano de fundo para analisar a história econômica, apesar dele reconhecer que as definições raciais dos cidadãos e a emergência dos Bantustões como parte da concepção desses Estado (FREUND, 2019: 13).

(1958-1966) como ministro, momento de maior impulso desenvolvimentista. Este último período, inclusive, é o ponto central da nossa comparação com o Brasil.

Se olharmos para uma interpretação clássica da história política desses países veremos que o Brasil saía de um regime ditatorial estadonovista e entrava em um período democrático (1948-1964), para logo em seguida passar por um novo fechamento de regime (1964-1985). Já a África do Sul adentrava no período de crescente fechamento de regime a partir de 1948 com a chegada dos africânderes no poder federal e só se abriria novamente em 1994. Nesse contexto, o exercício dos direitos políticos para pessoas negras nesses países foi extremamente vacilante ou proibido. Pessoas negras sul-africanas estavam proibidas ao voto do desde o início do século XX à 1994. No Brasil a maioria da população negra estava privada, de forma indireta, pelo acesso restrito a direitos sociais, sabidamente educação, requisito básico para o direito político do voto até 1988⁶⁰.

Essa fase de transição entre o fim dos anos 1940 e toda a década de 1950 parece ser — não só pelos eventos políticos — um ponto de convergência para manutenção das estruturas sociais e raciais desses países. Ainda que o Brasil tenha protelado o endurecimento do regime, a questão é a mesma feita por Freund: “até que ponto o desenvolvimentismo é realmente democrático?”.

Na África do Sul dois caminhos para o desenvolvimentismo estavam em disputa na primeira metade do século XX. O já mencionado J. C. Smuts defendia um meio termo entre políticas protecionistas e um desenvolvimentismo nacional aberto à Inglaterra. Por outro lado, os representantes africânderes, ultra-nacionalistas, como J. B. M. Hertzog⁶¹ apostavam em um

⁶⁰ O direito ao voto no Brasil foi estendido a pessoas analfabetas apenas na reabertura política com a Constituição de 1988. Analisando os dados na relação entre raça, gênero e analfabetismo no Brasil, Rosenberg e Piza (1996: 118) mostram como, entre 1940 e 1980, a população branca tinha um índice de 15% na taxa de analfabetismo, enquanto a população negra (preta e parda) operou na faixa dos 54% — considerando ainda que entre as pessoas pardas esse dado chegasse aos 70%. Um estudo anterior realizado no Rio de Janeiro por Amaury de Souza, no início dos anos 1970, também revela essa desigualdade. Ele apontou, por uma análise de heteroidentificação, a relação entre cor e amostra eleitoral das eleições de 1960: da amostra de 1.840 pessoas entrevistadas alfabetizadas, com título de eleitor, 78% eram brancas, 16% pardas e 6% pretas (SOUZA, 1971: 65). Isso não nos informa sobre uma possível impossibilidade da ação das pessoas negras dentro do jogo político, mesmo porque elas não deixaram de se mobilizar seja no Brasil ou na África do Sul. Mas nos diz sobre as construções do Estado contemporâneo e sobre o conceito de humanidade nas lógicas de obliteração, como alerta Denise Ferreira da Silva (2007).

⁶¹ Anteriormente, nas eleições gerais de 1924, Hertzog se tornou ministro, derrotando Jan Smuts e formando aliança com o Labour Party (partido social democrata que defendia o proletariado branco), essa coalizão ficou conhecida como *Pact Government* 1929-1939. Esse período é marcado pelo desenvolvimento de uma nova identidade Sul-Africana na

movimento desenvolvimentista fora da *commonwealth* britânica. Smuts aproximou do *South African Party* os sul-africanos de descendência britânica, representantes de um forte interesse mercantil, que conectavam financeiramente o país à Inglaterra. Foram os casos de Stuttaford e Jagger, ambos ministros vinculados à Anglo-American que estendiam suas bases de influência na exploração de diamantes e ouro (FREUND, 2019: 62).

A partir da década de 1940 a África do Sul entrou em nova fase de industrialização sob investimento cada vez maior do Estado. Uma série de comissões foram instaladas com objetivo de atender as demandas do crescente processo de industrialização. Primeiro a *The Industrial and Agricultural Requirements Commission* de 1940, com foco no desenvolvimento do setor de energia elétrica. No mesmo ano, a instalação da *Rural Industries Commission* e, no ano seguinte, a publicação do *Factory Act* apontavam para a descentralização da indústria e a promoção de condições de trabalho no setor secundário. Finalmente, a mais significativa das comissões apontadas por Freund foi a *The Social and Economic Planning Commission*, entre 1942 e 1944, que atingiu um maior nível de racionalização dos investimentos: “[...] o novo espírito era classicamente modernista nas suas crenças nas pesquisas científicas e no potencial da estatística como assistente em mudanças sociais. Uma área chave aqui foi o planejamento do espaço, urbano e regional”⁶² (FREUND, 2019: 64-66).

Essa racionalização do Estado sob regimento dos planejamentos vinha acompanhada da criação das *town company* [cidades empresariais], entre 1940 e 1950 para atender as demandas das indústrias de base (FREUND, 2019: 139)⁶³. A ideologia do *apartheid* propunha um limite na

tentativa de independência da Inglaterra. Em 1934, Hertzog uniu seu partido, o National Party (NP), com o South African Party de Jan Smuts, formando assim o United Party (UP), uma resposta ao eleitorado diante da Grande Depressão. Em 1939, contudo, Hertzog rompe com Smuts e com o United Party para fundar o Herenigde Nasionale Party (HNP.) por entender inconcebível a participação da África do Sul ao lado da Inglaterra na Segunda Guerra Mundial.

⁶² No original: “the new spirit was classically modernist in its belief in scientific surveys and the potential of statistics to assist social change. A key area here was the planning of space, urban and rural”.

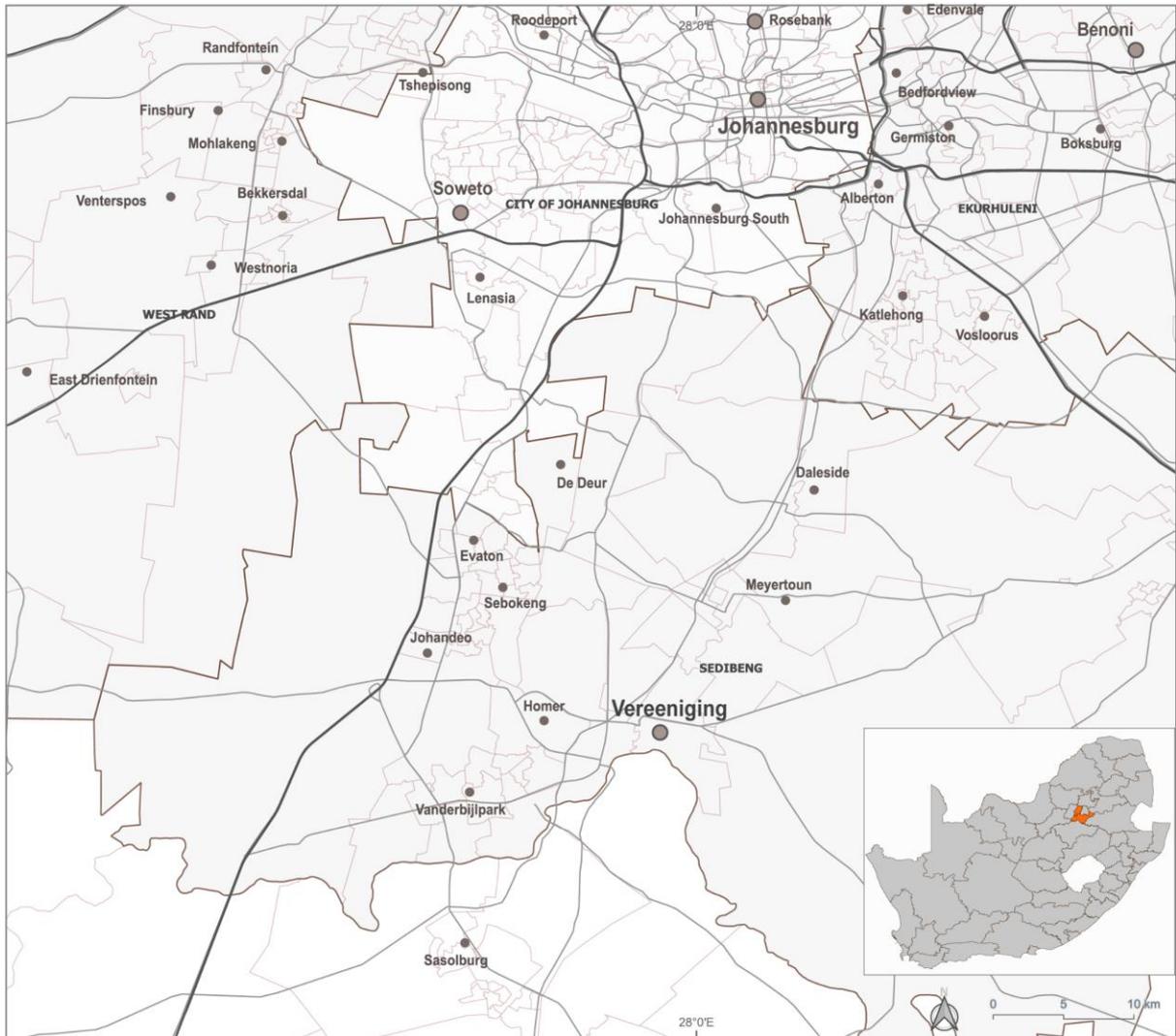
⁶³ Aqui há um contraponto com a interpretação de Freund. Ele entende haver “contradição do ponto de vista social encontrar meio de desenvolvimento e industrialização moderna enquanto o país estava mergulhado em uma ordem racial-social almejado pela maioria do eleitorado [...Here at a local level one can discern a system meant to square the contradictions from the social point of view, to find a means of developing a modern and industrialised country while retaining the racial social order desired by the overwhelming majority of the electorate.](FREUND, 2019: 139)”. Nós, por outro lado, entendemos que as soluções

urbanização negra para aquecer o desenvolvimento das localidades rurais. Verwoerd, conhecido como o “arquiteto do apartheid”, seja quando no *Ministry of Native Affairs* [Ministério dos Assuntos Nativos] ou enquanto primeiro-ministro, tentou mover a população negra e sua força de trabalho para as *homelands* (FREUND, 2019: 140). Contudo, como veremos no relatório proposto por Verwoerd, quando ministro do *Native Affairs*, esse movimento de expulsão dos centros nunca foi um movimento de linha única. O controle dos trabalhadores foi e continua sendo um artifício potente do barateamento dos custos de produção e, conseqüentemente, da lucratividade. Estoque de pessoas, especialmente dos povos originários, funcionava como um estoque de mercadorias às cidades modernas, construídas sob a ideologia do *apartheid*.

Na África do Sul as *town company* se desenvolveram, prioritariamente, no *Vaal Triangle* [Triângulo do Vaal] composto pelas cidades de Vereeniging, Vanderbijlpark e Sasolburg. Outras cidades planejadas em torno da produção mineradora não tiveram tanto sucesso na atração industrial quanto as cidades do *Vaal Triangle* como, por exemplo, Welkom que foi fundada para atender a exploração do ouro pela Anglo-American (FREUND, 2019: 140).

apresentadas no aspecto social, como a política de habitação social, não são contraditórias para o sistema. São soluções-problemas, óleo do motor capitalista. Na medida em que a ordem racial-social é base para o desenvolvimentismo, modelo de capitalismo dos anos 1940 e 1950. Não há capitalismo sem uma ordem racial-social excludente e com a manutenção dessa mesma ordem.

Mapa 5 - Triângulo do Vaal em Relação à Joanesburgo



Fonte: Raquel Freire, 2021. Sistemas de Coordenadas Geográficas: WGS 1984 UTM 35-S. Bases Cartográficas: MDB - Republic of South Africa, 2010. Base de Dados: Stats South Africa, 2011. Escala: indicada.

Sasolburg e Vanderbijlpark se tornaram polos do desenvolvimentismo pela proximidade das minas de carvão do rio Vaal e pela distância, não muito longe de Pretória e Joanesburgo, consequentemente de todo centro minerador de Witwatersrand. Além disso, o Triângulo está na rota de Joanesburgo e Cape Town, as duas principais cidades sul-africanas. No início dos anos 1960 as cidades do *Vaal Triangle* já tinham uma importância industrial maior do que de outros complexos industriais sul-africanos. Segundo Freund (2019: 141), o valor das 137 fábricas da região estava acima das 408 de Port Elizabeth e das 1.080 de Cape Town e só estavam com valor abaixo

das fábricas de Joanesburgo e Durban. Notavelmente, essas cidades possuíam uma distribuição racial na relação de 1:2 brancos para cada “bantu”. Especialmente Sasolburg devido aos empregados negros da SASOL (*Suid Afrikaanse Steenkool en Olie* [Carvão e Petróleo da África do Sul]), estatal responsável pela extração de petróleo, carvão e gás.

A cidade Vanderbijlpark foi construída em 1941 em um terreno de 25 mil acres adquiridos pela ISCOR (*Iron and Steel Corporation of South Africa* [Companhia de Ferro e Aço da África do Sul]). Para o proeminente engenheiro H.J. van der Bijl, um dos criadores da estatal, figura central no desenvolvimentismo sul-africano e que dá o nome ao empreendimento, a nova cidade construída para os trabalhadores seria uma comunidade com saúde, vida e alegria (FREUND, 2019: 144). Também, não seria apenas uma cidade da companhia siderúrgica, deveria representar um avanço científico e tecnológico rendendo homenagem a grandes nomes da cultura europeia. Os prédios não poderiam ultrapassar os clássicos seis andares — como sabem os habitantes do Plano Piloto de Brasília, pelos princípios modernistas — e a maioria das casas foram erguidas pela ISCOR através da VESCO (*Vanderbijlpark Estate Company*), companhia criada para produzir casas aos trabalhadores em larga escala. O planejamento do centro da cidade estava voltado para pessoas brancas e foi bem desenvolvido antes das habitações para pessoas negras, previstas apenas nas plantas baixas da cidade (FREUND, 2019: 145).

Desenhada por Roy Kantorowich⁶⁴, judeu de origem, estudante de arquitetura da Wits entre 1934 e 1938 e que, nos anos seguintes, foi responsável pelo planejamento da cidade de Ashkelon, após a invasão israelense e consequente expulsão dos árabes da região para faixa de Gaza⁶⁵.

⁶⁴ Para Freund, evocando Dan Herwitz, o arquiteto foi um desses urbanista sul-africanos que importou as ideias metropolitanas para o país, mas que foi “um tanto quanto indiferente ao sistema político, uma indiferença que fariam Courb e Mies se sentirem confortáveis”. Por outro lado, o autor considera a crítica de Mabin austera quando este último aponta que a África do Sul testemunhou o casamento do modernismo com o racismo (FREUND, 2019:147). A fala de Herwitz apontada por Freund desconsidera as relações políticas de Le Corbusier e a eugenia. Na verdade, não temos como considerar o moderno sem o racismo. Seja no estado (Mbembe, Foucault, Agamben), seja na arquitetura, a modernidade é forjada pelo racismo.

⁶⁵ Destaca-se aqui a globalização das estruturas do *apartheid* pelos princípios da arquitetura modernista. O moderno pressupõe um apagamento histórico, por meio da racionalidade do espaço e do planejamento. Um apagamento de quem ocupava anteriormente aquele espaço e uma anistia total e irrestrita aos colonizadores e às barbáries produzidas por estes últimos.

Vanderbijlpark seguiu os princípios da arquitetura moderna: os cinturões verdes e as ruas curvas para evitar o perigo do tráfego automotivo.

Já Sasolburg, localizada a 13 km de Vanderbijlpark e abaixo do rio Vaal, foi declarada uma área urbana branca em 1955 e cresceu rapidamente depois da crise de 1970. A cidade foi planejada para os trabalhadores da SASOL. O desenho ficou a cargo de Max Kirchhofer, um imigrante suíço que acreditava piamente nos cinturões verdes e na cidade como “uma entidade viva, um organismo”. Além disso foi um defensor das “zonas residenciais independentes” que, na interpretação de Freund, era “facilmente adaptáveis ao *apartheid*” (FREUND, 2019: 148).

O que observamos, na verdade, é que, antes de qualquer “adaptação”, os modelos urbanos da utopia eugenista britânica crescem, se desenvolvem e fornecem as bases no interior das lógicas coloniais racistas. É justamente esse modelo de ordenamento espacial a coluna vertebral do próprio *apartheid*, onde quer que ele ocorra. Dessa forma é possível traçar uma proximidade entre o modelo de planejamento urbano em Joanesburgo e Brasília entre 1955 e 1956. Uma aproximação conceitual-histórica, porque ambos acolhem o conceito da cidade-satélite presente na teoria urbana britânica, mas também material, já que produziu realidades experiências coloniais aproximadas.

Assim como no Triângulo do Vaal, o desenvolvimentismo e suas lógicas modernas de racionalidade do espaço chegaram no Planalto de Witwatersrand. Na cidade de Joanesburgo, em 1951, o *Natural Resources Development Council* (NRDC) foi acionado pelo *City Council of Johannesburg* [Conselho da Cidade de Joanesburgo] sobre o suposto crescimento desordenado do desenvolvimento industrial não planejado em Witwatersrand. Naquele momento, o NRDC se preparava para as mudanças devido à “Área de Controle” nos termos do Ato de 1951, o famoso *Group Areas Act* que deu início à intensa burocracia do *apartheid*. A elaboração do plano regional para o desenvolvimento da África do Sul fez parte do longo processo de industrialização que foi sofrendo alterações em 1957 e depois em 1966.

Entre os arquitetos e urbanistas listados e selecionados por suas “capacidades pessoais” estavam nomes de John Fassler e A.J. Archibald. O primeiro, com ligações estreitas com as ideias

modernistas de arquitetura e urbanismo, professor do departamento de arquitetura da *University of the Witwatersrand* (Wits) e um dos nomes que compuseram o *Transvaal Group* — arquitetos com ligações Ciam — como vimos.

O relatório do *Planning Survey of the Southern Transvaal*, conhecido também como *Red Report*, foi um documento fundamental para o planejamento da região e a reestruturação urbana, principalmente em Joanesburgo — centro minerador desde o século XIX.

O plano regional, que se apresenta como plano de integração, é atravessado pelas políticas de segregação e os eventos decorrentes da administração federal africânder. Em Pretória, Witwatersrand e Vereeniging as ações dos comitês do *Ministry of Native Affairs* [Ministério dos Assuntos Nativos] iniciaram os trabalhos para definição das áreas “bantu”. Parte fundamental das justificativas para essa reorganização espacial estava no crescimento industrial, como destaca o relatório: “[...] Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de rodovias e ferrovias, o crescimento residencial e industrial das *townships* estavam procedendo rapidamente” (*Red Report*, 1957: iii). Assim, foi estabelecido em janeiro de 1953 um comitê inicial formado por representantes do governo e dos departamentos das províncias, “bem como um número de pessoas privadas interessadas no plano regional da área” (*Red Report*, 1957: iii).

Esse suposto crescimento inesperado e desordenado estava relacionado com o uso e a otimização da terra:

Este estudo se preocupará principalmente com os aspectos do uso da terra que resultam desses processos e que, portanto, têm significado regional, e também com as linhas de comunicação que unem três regiões metropolitanas. Os problemas de uso da terra, portanto, abarcarão o uso presente e futuro de terras de mineração, a localização e o crescimento da indústria, a expansão externa da área urbana construída e o impacto das cidades nas áreas periurbanas e rurais. O limite dessa região de planejamento, portanto, segue muitos outros limites da área de pequenas fazendas e pequenas propriedades que circundam essas cidades e abrange todo o tecido urbano e rural dentro desses

limites. A região é em forma de diamante e seus ápices são Pretória no norte, Welverdiend no oeste, Sasolburg no sul e Nigel no leste.⁶⁶ (*Red Report*, 1957: 1)

Fica evidente a influência do modelo de cidade-jardim, circundada por um cinturão verde de proteção, mas além disso, em termos econômicos, o documento evidencia a interdependência do primeiro e do segundo setor para o desenvolvimento do capitalismo, como bem apontava Milton Santos (1997). A inclusão áreas peri-urbanas é ponto chave no planejamento regional e na segregação urbana. A desapropriação de terras e as regulamentações dos usos nas áreas rurais de modo a privilegiar o grande capital (sejam as minas de ouro, sejam os latifúndios) alimenta a cidade com outra *commodity* para o fluxo: pessoas historicamente postas em vulnerabilidade.

As soluções apresentadas para esses problemas, causados pelo próprio racismo-colonialismo-capitalismo, foram duas. Primeiro o ordenamento do território com regulamentação para o uso da terra em toda região. Depois, com o enquadramento político do *apartheid*, foram lançadas as diretrizes para planejamento conforme as raças. Para o comitê, o planejamento urbano era pouco efetivo por uma inversão nas prioridades, o planejamento deveria partir de um escopo mais amplo a nível regional para então se atentar à cidade.

A argumentação dos burocratas seguiu a crítica ao crescimento rápido e desordenado como um acidente. Apresentando dados como “um terço da população de toda União entre 1921 e 1951 se concentraram no sul do Transvaal” (*Red Report*, 1957:6). Essa concentração, contudo, não aconteceu acidentalmente. O processo de expansão colonial da fronteira agrícola originou o êxodo rural. Desde o *Natives Land Act* (Lei de Terras Nativas) de 1913, os povos originários foram confinados em pequenas porções de terra levando à miséria muitos agricultores tradicionais e,

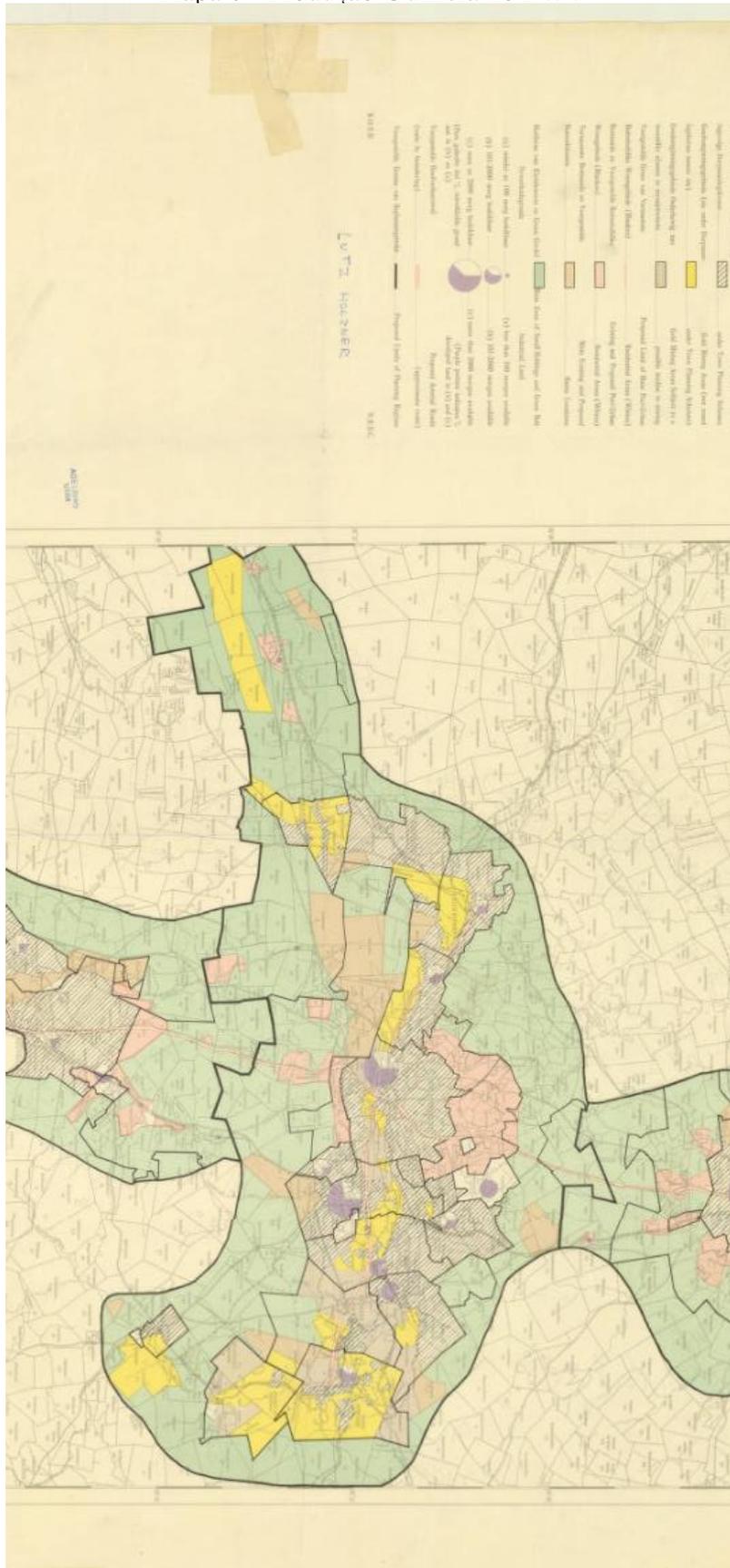
⁶⁶ No original: *This study will be primarily concerned both with those aspects of land-use which result from these processes and which, therefore, have regional significance, and also with the lines of communication which bind three metropolitan regions together. Land-use problems will therefore embrace the present and the future use of mining land, the location and the growth of industry, the outward expansion of the urban built-up area and the impact of the towns upon the peri-urban and rural areas. The boundary of this planning region, therefore, follows many other limits of the area of small farms and small holdings surrounding these towns and embraces the whole urban and rural fabric within those limits. The region is diamond-shaped and its apices are Pretoria in the north, Welverdiend in the west, Sasolburg in the south and Nigel in the east.*

consequentemente, essas mesmas famílias migraram para a cidade na busca de oportunidades dentro do próprio sistema colonial (RALL & NTSBEZA, 2007: 3).

É nesse sentido que a cidade se torna “atrativa”, pois é uma solução-problema para uma questão inexistente antes dos colonizadores brancos. Na lógica dos relatores do comitê, a cidade seria atrativa em si mesma graças à oportunidade de empregos na indústria mineradora e no comércio.

Esses deslocamentos dentro e fora da cidade não ocorreram casualmente, os agentes do estado e os entes privados articularam as *townships* para as áreas pouco habitadas e que estavam para além dos cinturões de ouro de Witwatersrand, de modo que poderiam servir como um estoque da mão de obra. Se o desemprego no meio rural e a conurbação são problemas — intrinsecamente gerados pelo processo colonial —, a justificativa em termos burocráticos para desafogar a densidade populacional é, consequentemente, realocar e remover as famílias como *commodities*.

Mapa 6 - Produção Ourífera no PWV



Fonte: NRDC. *A Planning Survey of the Southern Transvaal: The Pretoria-Johannesburg-Vereeniging Area*. Pretoria: Government Print, 1957. p. 83

Assim, a expansão urbana seguiu a descentralização das áreas residenciais e industriais com remoções para áreas “bem além da cidade”, como diz o relatório:

O processo de crescimento externo, no entanto, pode prosseguir de forma mais espasmódica pela descentralização de áreas residenciais e indústrias para localidades ou **idades-satélites** bem além da área construída da cidade. Mas, por qualquer processo que cresça, o conhecimento desses processos e seu controle pelo método de zoneamento do uso da terra em conformidade com um padrão pré-concebido que toma conhecimento da estrutura emergente de uso da terra, é a essência do planejamento urbano e regional⁶⁷ (*Red Report*, 1957: 6)

Assim, o planejamento tinha aparentemente como objetivo melhorar a vida das pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade dentro da cidade. Mas, o *apartheid* institucionalizado nasceu direcionado aos interesses do nacional-desenvolvimentismo sul-africano e da descentralização das cidades, que podemos traduzir em **remoções forçadas**, sobre a justificativa da otimização dos usos do território para evitar a conurbação e favorecer a indústria. Esse aproveitamento estava, em Joanesburgo, à serviço do capital minerador. O modelo inglês, das cidades-satélites, enquadra-se no processo de modernização e descentralização. Expansão de um modo de viver o espaço comprimido na fronteira.

Para a indústria mineradora, o realocamento e o desenvolvimento de determinadas áreas representava a garantia de lucros com a manutenção dos custos de produção, uma preocupação evidente dos relatores ao constatarem o ouro como a principal fonte de renda de Witwatersrand. O relatório detalha os índices de produção de ouro de 1898 a 1955. Nesse caso é interessante perceber que a região conhecida como *Central Rand* era responsável por 91.29 % da extração entre 1887 e 1897 e que, com o passar do tempo, essa exploração foi se expandindo para Leste e para Oeste seguindo o movimento das remoções e da reordenação de Joanesburgo. De 1911 a 1923 a

⁶⁷ No original: “*The process of outward growth however may proceed more spasmodically by the decentralization of residential areas and industries to localities or **satellite towns** well beyond the city’s built-up area. But, by whatever process it grows, knowledge of these processes and their control by the method of land-use zoning in conformity with a preconceived pattern which takes cognisance of the emerging land-use structure, is the essence of town and regional planning.*” (destaque do autor)

região *Far East Rand* teve um salto de 6.44% para 28.95% na produção de ouro no planalto de Witwatersrand e chega em seu ápice em 1949 com 51.97% da produção.

Tabela 1 - Produção de Ouro por Região em Witwatersrand (1887-1955).

Period.	Central Rand.	Far East Rand.	West Rand.	Far West Rand.
	Per cent.	Per cent.	Per cent.	Per cent.
1887-1897...	91.29	5.28	3.43	—
1898-1911...	85.14	6.44	8.42	—
1912-1923...	62.22	28.95	8.83	—
1924-1938...	38.77	51.22	10.01	—
1939-1949...	34.11	51.97	10.57	3.35
1950-1951...	27.77	46.33	14.91	10.99
1952-1953...	26.85	44.72	14.73	13.70
1954-1955...	26.44	42.52	12.80	18.24

* Partly based on P. Scott, *The Geographical Review*, Vol. XLI, 1951.

Fonte: NRDC. *A Planning Survey of the Southern Transvaal: The Pretoria-Johannesburg-Vereening Area*. Pretoria: Government Print, 1957. p. 12

Na tabela apresentada, 1949 é um ano significativo, ao mesmo tempo em que o *Central Rand* continua em declínio, o *Far East Rand* atinge seu ápice e as regiões de *West Rand* e *Far West Rand* começam a despontar na produção. O mais importante aqui é que, entre 1939 e 1949, o *Far West Rand* dá início a produção de ouro e que representava à época apenas 3.35% do total, mas essa porcentagem vai saltar rapidamente. De 1950 a 1951 passa para 10.99%, de 1952 a 1953 pula para 13.70% e, por fim, de 1954 a 1955 atinge 18.25% o que representaria um crescimento de 544% na produção de ouro em 6 anos na região de *Far West Rand*.

O planejamento regional e urbano na região ajustava-se e exercia antes de tudo o interesse das produções. É exatamente essa região a que mais recebeu remoções forçadas do centro para o sudoeste dando origem à Soweto. As *townships* abasteceram as minas em pleno crescimento com mão de obra barata de pessoas historicamente à margem do conceito de humanidade. Além disso, as empresas transferiram a responsabilidade do antigo sistema de *compounds* para o Estado.

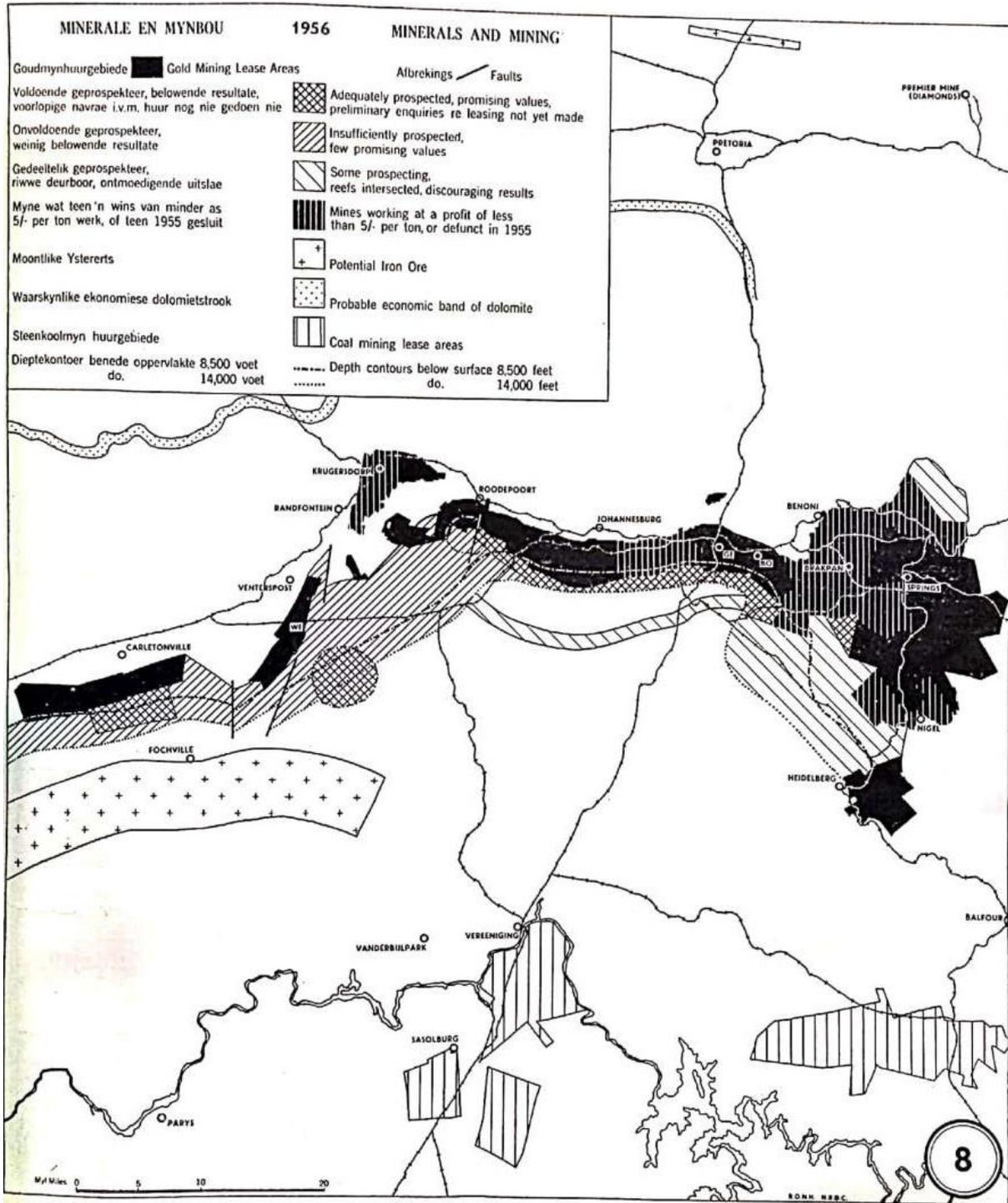
Havia uma perspectiva de que a grande maioria das minas do “*old Rand*” — região que compreende Randfontein até Boksburg, do extremo oeste ao extremo leste do planalto — seriam exploradas em até 25 anos. Contudo, um “problema” era constatado pelo presidente do *Transvaal and Orange Free State Chamber Mine*:

Embora o preço do ouro tenha aumentado em 1949, os benefícios que as minas de ouro receberam foram compensados pelo aumento do custo de produção. É significativo que haja dezesseis minas situadas em Witwatersrand cuja margem de lucro seja inferior a 5s por tonelada. O quão vulneráveis essas minas são à um aumento do custo de trabalho demonstrado pelo fato de que a taxa de aumento dos custos de trabalho na indústria como um todo é, desde 1949, da ordem de 5s. 3d. por tonelada por ano. Onde a minha margem de lucro é de apenas 5s. por tonelada, ou menos, sua operação lucrativa continuada deve ser muito limitada se o atual aumento no custo [de produção] continuar. (...). É muito importante... perceber que um grande número de produtores está operando com um lucro perigosamente baixo e as consequências mais desagradáveis ocorreriam se as margens fossem reduzidas mais uma vez.⁶⁸ (*Red Report*, 1957: 12)

Reduzir o custo de produção significa, assim como nas *compounds*, encontrar meios de acumular e explorar a mão de obra a ponto de barateá-la. A *township* e a satélite planejadas são, em termos econômicos, fases modernas das senzalas e das *compounds* — um estoque do ser-matéria-prima. As políticas do *apartheid* foram a solução para o dilema dos custos na mineração. Analisando o Mapa 7 (correspondente ao Mapa 8 do relatório) podemos perceber que as regiões para onde eram previstas as townships do sudoeste coincidem com o fluxo minerado e com a otimização dessa indústria.

⁶⁸ No original: *Although the price of gold was increased in 1949, the benefits the gold mines then received have now been offset by increased cost of production. It is significant that there are sixteen mines situated on the Witwatersrand whose margin of profit is less than 5s a ton. Just how vulnerable these mines are to an increase of working cost shown by the fact that the rate of increase in working costs in the industry as a whole has, since 1949, the order of 5s. 3d. per ton annum. Where mine's margin profit is only 5s. per ton, or less, its continued profitable operation must be very limited if the present rise in cost is to continue. (...) It is very important... to realise that a large number of producers are operating on a dangerously low of profit and most unpleasant consequence would follow if the margins were narrowed an further.*

Mapa 7 – Produção Mineradora no Planalto de Witwatersrand em 1956



Fonte: NRDC. *A Planning Survey of the Southern Transvaal: The Pretoria-Johannesburg-Vereening Area*. Pretoria: Government Print, 1957. p. 13

Mais adiante, o relatório aponta que a solução para os problemas relativos ao uso das terras e distribuição populacional após o declínio da produção no *Central Rand* já estava sendo tomada, pois “*Finally, clear statements of policy have been given by the Government on the restriction of an uncontrolled flow of Native labour to the Witwatersrand and urban areas in general* [Finalmente, claras demonstrações de políticas têm sido dadas pelo governo sobre a restrição de um fluxo descontrolado de mão de obra nativa para Witwatersrand e áreas urbanas em geral] (Red Report, 1957:17).

A restrição, contudo, não diz respeito necessariamente à impossibilidade de acesso das áreas centrais, mas sim ao controle do afluxo. Deborah Posel (1992) mostrou como, antes da discussão do *Red Report*, o capitalismo no *apartheid* se desenvolveu pela intervenção direta do Estado e da indústria no controle do afluxo de mão de obra africana. Posel elaborou toda a genealogia dos debates políticos sobre segregação total e parcial na África do Sul desde o início do século XX até o *apartheid*. Revelando as semelhanças entre a *Sauer Commission* (liderada pelo HNP) e a *Fagan Commission* (liderada pelo UP) no debate sobre a necessidade de manter o fluxo constante dos trabalhadores negros.

Mesmo a ideia da separação total, formulada por organizações lideradas por africânderes, como a sociedade secreta da *Afrikaner Broederbond*, a *South African Bureau of Racial Affairs* (SABRA) e a *Federasie van Afrikaanse Kultuurverenigings* (FAK), esbarravam nas questões econômicas no fornecimento de mão de obra. Dessa forma, entidades ligadas a esses setores, como a *Afrikaanse Handelsinstituute* (AHI)⁶⁹ e a *South African Agricultural Union* (SAAU), debatiam o tema concentradas na questão econômica sobre o controle do fluxo para fornecimento de mão de obra:

A aceitação mútua da AHI e da SAAU sobre a contínua urbanização africana, juntamente com o aprofundamento da integração econômica, levou ambas a defesas fundamentalmente semelhantes sobre políticas do controle dos fluxos, embora com diferentes ênfases, refletindo suas respectivas prioridades. Ambas viam na política de controle dos fluxos um meio de regular o acesso dos africanos às cidades de acordo com o tamanho da demanda do trabalho urbano [...]. Nesse sentido,

⁶⁹ Em português, Câmara Africânder de Comércio.

suas 'práticas' nas políticas de controle tinham semelhanças impressionantes com a posição da Comissão Fagan sobre a urbanização africana e o emprego industrial. Ao contrário, no entanto, os capitalistas africânderes achavam que as famílias africanas deveriam ter permissão para se estabelecer em áreas urbanas apenas se os mantenedores masculinos encontrassem trabalho ali. Lastimando a presente escassez generalizada da mão de obra agrícola, tanto a AHI quanto a SAAU pediram a remoção dos trabalhadores desempregados das cidades para as fazendas de proprietários brancos.⁷⁰ (POSEL, 1992: 55-56)

Selado o acordo sobre a necessidade de presença da mão de obra africana nos meios urbanos e uma regulamentação dessa redistribuição para as áreas rurais, o próximo passo no avanço desenvolvimentista seria planejar. Assim, as políticas de controle do afluxo aparecem através do reordenamento urbano. O controle do fluxo significa também controle dos locais habitáveis e industriais. A crítica técnica realizada no *Red Report* sobre o padrão de distribuição desordenado carrega, também, a intenção de controle humano em benefício do capital. No lugar de uma distribuição dispersa das *townships*, e conseqüentemente da população africana, procura-se concentrar locais estratégicos.

A distribuição deveria se adequar ao uso industrial com conexões satisfatórias entre os locais de residência e locais de trabalho. Assim, frisando o Mapa A do relatório, os técnicos apontam criticamente a “*fragmentation of the pattern of industrial township into a number of small and separate areas* [fragmentação do padrão das *townships* industriais em uma série de áreas pequenas e separadas]”. Isso em face do abandono e do declínio das minas do *Central Rand* que produziram terrenos destruídos pelos “depósitos de minas e trabalhadores mineiros”. Para evitar o custo extra de funcionamento das futuras minas com “*providing service, rail facilities, access roads, the scattering of inter-*

⁷⁰ No original: *The AHI's and SAAU's mutual acceptance of continuing African urbanisation together with deepening economic integration led them to advocate fundamentally similar influx control policies, although with differing emphases reflection their respective immediate priorities. Both saw an influx control policy as a means of regulating Africans' access to the cities according to the size of the urban labour demand [...] In this respect, their 'practical' influx control policy bore striking resemblances to the Fagan Commission's stance on African urbanisation and industrial employment. Unlike the Fagan Commission, however, Afrikaner capitalists thought that African families should be permitted to settle in urban areas only if the male bread-winners found work there. Deploring the presence of widespread agricultural labour shortages, both the AHI and SAAU called for removal of work-shy unemployed Africans from the towns to white farms.*

linked industries and the interface of industry with other types of land-use [prestação de serviços, instalações ferroviárias, estradas de acesso, dispersão da indústria interligada com outros tipos de ocupação do solo]” os técnicos desejavam “*consolidating industrial areas in larger and more efficient and economical units* [consolidar as áreas industriais em unidades maiores, mais eficientes e econômicas]” (*Red Report*, 1957: 21).

Lançando um olhar, veremos que a região do sudoeste e leste de Joanesburgo foi um desses locais desejados para consolidação das *townships*. As remoções que se seguiram atenderam as demandas dos setores industriais, sobretudo da mineração. As remoções foram vendidas como progresso e assistência às famílias removidas. Mas a presença dos interesses mineradores se fez antes mesmo do *Red Report* com propaganda e financiamento das políticas de moradia no *apartheid*.

Em agosto de 1952, o jornal *The Star* reportava o encontro de Verwoerd — à época ministro do *Native Affairs* [Assuntos Nativos] e mais tarde Primeiro-Ministro — com os grupos e pessoas interessadas nas realocações na cidade de Joanesburgo. Entre os presentes estavam A.J. Archibald, mais tarde parte do corpo técnico do *Red Report*, além de representante das mineradoras. A proposta de Archibald consistia na produção de casas com custo máximo de £200 utilizando necessariamente a mão de obra não-europeianão-europeia. O financiamento de £3.000.000 de libras viria de um dos mais importantes nomes da indústria mineradora, Ernest Oppenheimer.

Figura 9 - Matéria no jornal The Star em 1952

MINING GROUPS PROVIDE MONEY TO END NATIVE SLUMS

£3,000,000 loan to build 5,000 houses a year

SHANTYTOWN DWELLERS GIVEN NEW HOPE

THE WORST SHANTYTOWNS in Johannesburg's Native townships are to go. The Rand mining houses have made this possible.

Crowded Moroka, built as an "emergency" squatter camp 12 years ago, the unhygienic huddle of Shantytown, and the Pinville slums are to disappear.

A complete change will come over the lives of 75,000 people who, up to now, have known only hopeless and helpless squalor with thousands of families on pocket-handkerchiefs of land 20ft. square.

Altogether £3,000,000 is being lent by the mining groups to be spent at the rate of £1,000,000 a year.

This will enable 5,000 homes to be built a year—the original "all-out" target the City Council has been striving for on site-and-service schemes.

It is believed the money will bear interest at a rate similar to Government housing loans—in the region of 4½ per cent.

These new homes will be built on the site-and-service schemes.

Sir Ernest's lead

The principal mover in this unprecedented step to help solve Johannesburg's Native slum problem is Sir Ernest Oppenheimer, chairman of the Anglo American Corporation, who played a leading part in the whole issue.

The offer of the loan came to the City Council through a committee representing the seven mining groups under the chairmanship of Mr. Colin Anderson, chairman of the Chamber of Mines.

At a late afternoon sitting of the City Council today full details of the measure in which various mining groups are taking part will be revealed. Last week members of the City Council interviewed members of the Government to get Treasury approval.

Yesterday at a long meeting the Minister of Native Affairs, Dr. Verwoerd, gave his personal approval to the scheme, subject to certain conditions affecting the site-and-service scheme and the housing of those Natives illegally accommodated in European areas.

Shanties dismay Mrs. Jansen

DURBAN, Tuesday — Dismay at the large number of tin shanties surrounding South African cities was expressed in Durban today by Mrs. Jansen, the wife of the Governor-General, when she spoke at a meeting of the Christmas stamp fund.

Mrs. Jansen said nobody should be allowed to enter a suburban area unless there was a house available.

Shanties were not only a blot on the face of South Africa, but also the breeding places of crime and disease and as such a menace to society and good health.



SIR ERNEST OPPENHEIMER

Sir Ernest's earlier offer to council

This is not the first time Sir Ernest Oppenheimer has actively concerned himself with Native housing in Johannesburg.

Early last year he offered the Johannesburg City Council money to build houses for the Native employees of the Anglo American Corporation, which then employed and housed about 240 Natives in its central city properties and wanted to reduce the number so housed to a minimum.

The corporation applied for the leases of a block of 80 houses in a council township. Furthermore, it offered to lend the necessary capital to build houses.

The corporation was advised that its application could only be considered if the houses were not in one block, as ethnic grouping had to be applied; and if the houses and beds in hostels were let to the Natives themselves and not to the corporation, as this was not allowed by law.

BIG ADVANCE

In view of these problems, the corporation advised the council in May last year that its scheme had become too complicated and unpracticable, and it had reluctantly come to the conclusion at that stage it did not wish to proceed with the application.

Now Sir Ernest and his colleagues in the gold-mining industry have planned something that, the co-operation of the council and the consent of the Government will mean the biggest single step in solving Johannesburg's most pressing problem.

Terms of city's agreement with Verwoerd

THE terms of the agreement between the City Council and Dr. Verwoerd on the elimination of Native shanty townships with funds lent by the mining houses are that of the 5,000 houses scheme 2,000 might be made available for Natives illegally housed in the European areas.

It was the position of these Natives that led to the amendment of the council's formula for implementing the "Locations in the Sky" Act. The council ruled that these Natives had to be accommodated at Dube before Natives accommodated in licensed premises, but this was rejected by Dr. Verwoerd on the ground that the funds for Dube Hostel were made available expressly for the accommodation of licensed Natives.

Non-European labour

Since his tour there have been negotiations lasting more than two months between Sir Ernest's group and the City Council. Details have been kept a close secret pending the submission of the entire scheme to the Minister.

The houses to be built will follow the pattern set by Mr. A. J. Archibald, Johannesburg's Director of Housing, who has brought down the cost of a four-roomed Native house to £200.

The work will be carried out with non-European labour, which, under Mr. Archibald's direction, has been trained to put up homes from the foundations to the final coat of paint.

The project has the full cooperation of both major political groups in the City Council.

Yesterday the delegation to Dr. Verwoerd included the leader of the United Party group, Mr. H. Miller, M.P.C., and the acting leader of the Nationalist group, Mr. Egon Cuyler, together with their officials.



Mr. Archibald

Handwritten: 14/12/52

Fonte: HPUW, AD1972 S.A.IR Journals, cx. U259.16.3 (Soweto 1949-1954)

Em todo processo de construção e financiamento de habitações populares na África do Sul, Oppenheimer figurou como um filantropo a serviço do desenvolvimento em benefício do trabalho nativo. Como ele já anunciava em 1947, durante a inauguração de uma das minas em Welkom, a mudança do sistema de *compounds* para a construção de cidades para trabalhadores não dizia respeito apenas à redução de custos na mão de obra:

[...] Quando digo ‘eficiente’, não me refiro apenas ao menor custo de trabalho possível para melhor tonelagem possível, mas também que prestamos atenção especial ao bem-estar de nossos funcionários e ao desenvolvimento da região como um todo.⁷¹ (OPPENHEIMER apud GREGORY, 1962: 573)

Seria possível, na visão do empresário, um desenvolvimento sustentável que beneficiasse a produção mineradora e o trabalhador. Contudo, o sistema de segregação presente nas *compounds* persistiu em escala regional dado que as *townships* e os empregos continuaram sob a divisão racial. Mas essa transição não seria feita apenas pela iniciativa privada. No mesmo discurso, Oppenheimer externaliza sua ansiedade na colaboração com os governos locais e a União a fim de um planejamento regional que promovesse uma “alta produtividade” e atraísse os trabalhadores nativos para cidades modernas a eles destinadas:

[...]. Estamos muito ansiosos em cooperar com as autoridades provinciais e com as autoridades da União no ordenamento do território destas áreas [...] garantindo a maior produtividade para esta área e o maior conforto social [...]. Eu tenho certeza de que nosso objetivo final deve ser criar, dentro de um tempo razoável, aldeias indígenas modernas que atrairão nativos de toda a União e das quais as minas irão, em última instância, extrair uma grande proporção de suas necessidades de trabalho nativo.⁷² (OPPENHEIMER apud GREGORY, 1962: 573-574)

Anos depois, o empréstimo feito por pela Anglo-American ao *Johannesburg City Council* para remoção dos habitantes de Moroka e construção das casas em Pimville, retoma a ideia de seu discurso onde as remoções serviriam também à ‘eficiente’ redução dos custos do trabalho. Não obstante, a filantropia não se restringiu à oferta do financiamento das casas. Oppenheimer insistiu também na construção de escolas técnicas profissionalizantes onde os trabalhadores negros seriam instruídos nos sistemas construtivos modernos com uso de concreto. Isso porque, desde o início

⁷¹ No original: *When I speak of ‘efficient’ I do not just mean the lowest possible working cost on the best possible tonnage, but also that we pay special attention to the welfare of our employees and to the development of the region as a whole.*

⁷² No original: *We are most anxious to co-operate with the provincial authorities and the Union authorities in regional planning for this areas [...] securing the highest productivity for this area and the greatest social comfort [...] I feel sure our ultimate aim should be create, within a reasonable time, modern Native villages which will attract Natives from all over the Union and from which the mines will ultimately draw a large proportion of their Native labour requirements.*

dos debates sobre as remoções, os setores ligados à administração do *apartheid* advogavam pela utilização da mão de obra “nativa” para construir as casas que, futuramente, seriam adquiridas por esses mesmos trabalhadores com o financiamento do valor variável de £150 a £200.

A prioridade para aquisição de tais casas seria das famílias que pagavam aluguel. Havia, contudo, um problema: as famílias que já eram proprietárias de casas nos locais de remoção deveriam colocar suas casas à venda para pessoas brancas. Como Verwoerd pontuou em entrevista de 1953, ao ser questionado sobre os planos de remoção⁷³.

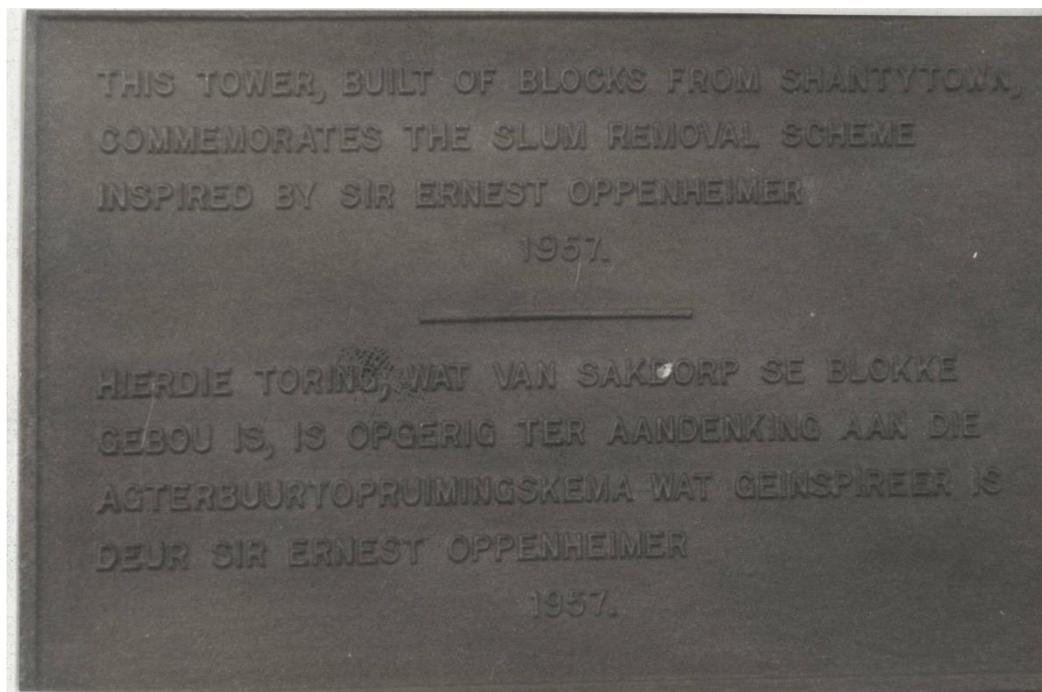
⁷³ HPUW, AD1972 S.A.IR Journals, cx. U259.16.3 (Soweto 1949-1954)

Figura 11 – Manchete no Jornal Star em 1956



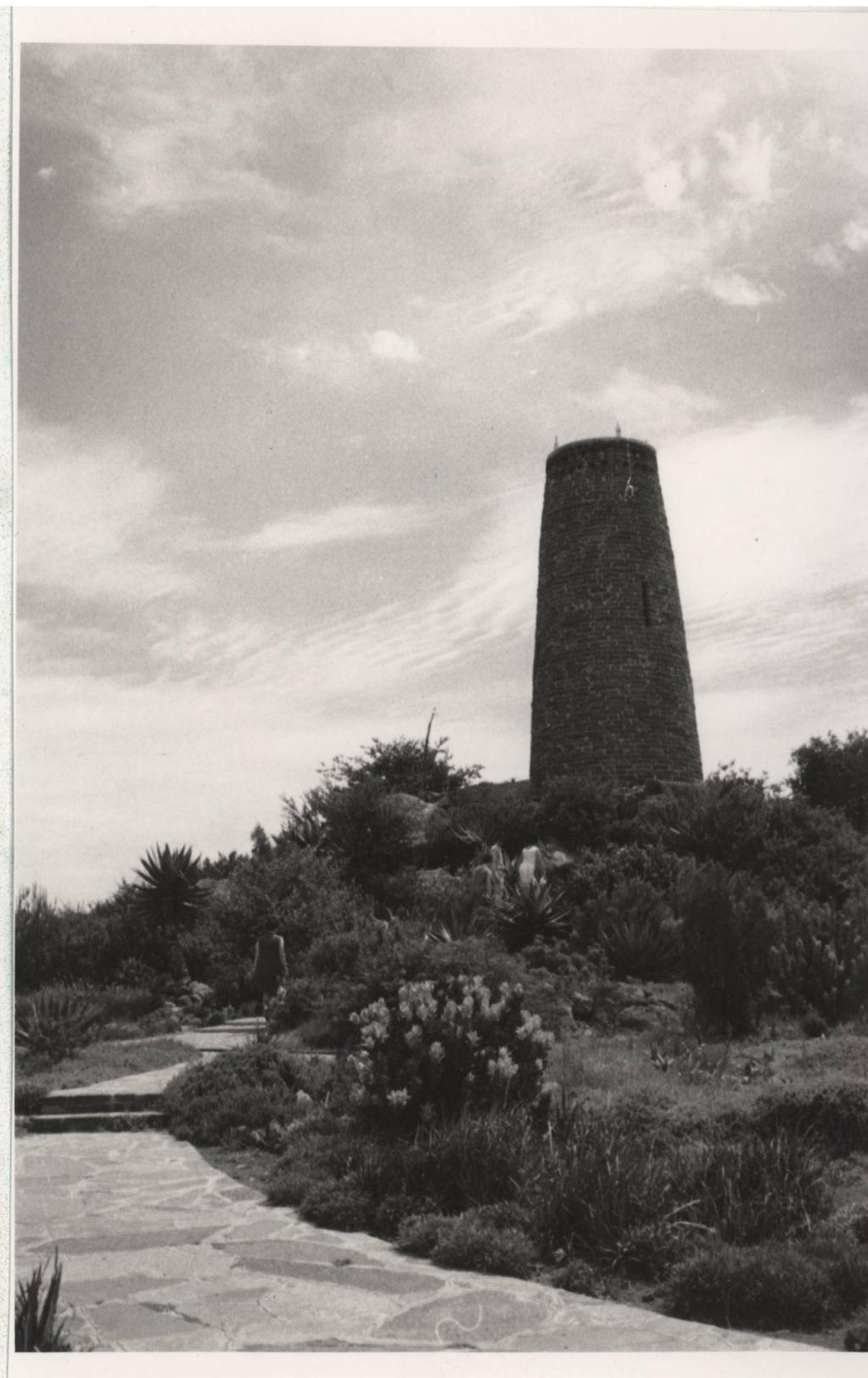
Fonte: HPUW, Colin Goodman Papers (A1434), 1.2 B1

Figura 10 - Placa da Inauguração da Torre em Homenagem às Remoções e a Sr. Ernest Oppenheimer



Fonte: HPUW, Colin Goodman Papers (A1434), 1.2 B2

Figura 12 - Torre em Soweto Inaugurada em Homenagem a Sir. Ernest Oppenheimer



Fonte: HPUW, Colin Goodman Papers (A1434), 1.2 B4

Figura 14 – Centro de Treinamento Vocacional [*Vocational Training Centre*] em Dube (Soweto), 1969



Fonte: HPUW, Colin Goodman Papers (A1434), 1.2 C5

Figura 13 – Centro de Treinamento Vocacional [*Vocational Training Centre*] em Dube (Soweto), 1969



Fonte: HPUW, Colin Goodman Papers (A1434), 1.2 C9a

Figura 15 – Casas para Não- Europeus nos modelos N.E. 51/6 em Dube (Soweto)



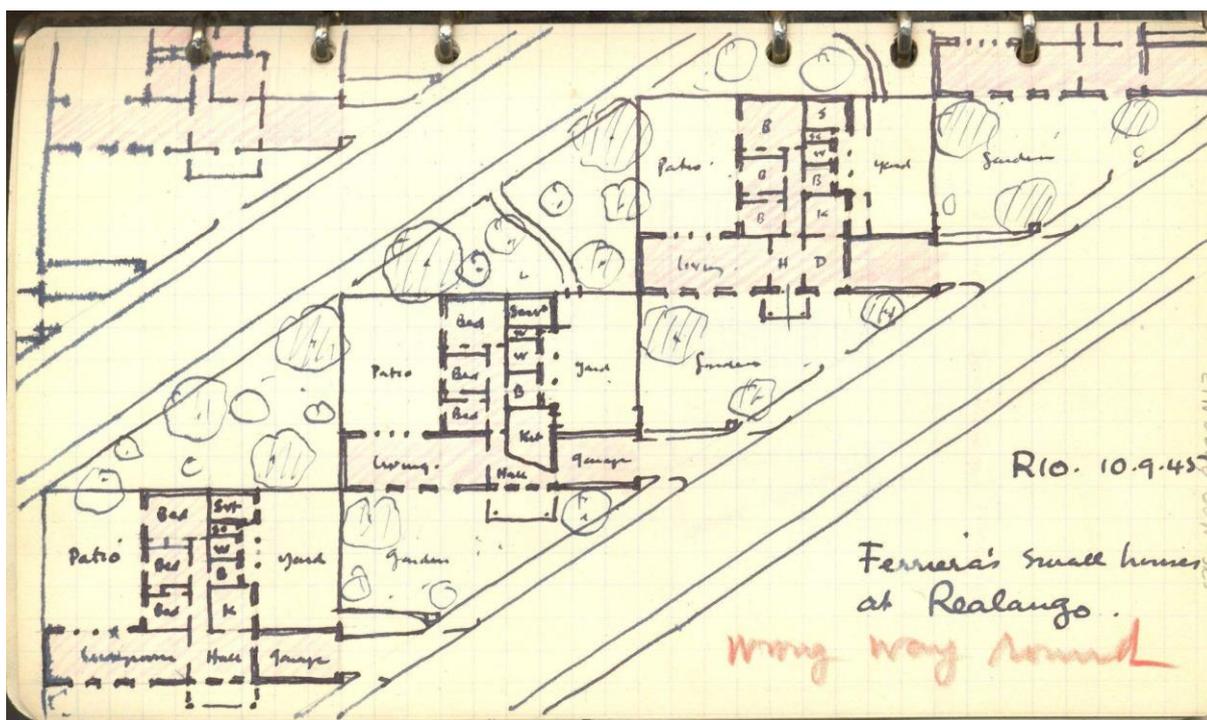
Fonte: HPUW, Colin Goodman Papers (A1434), 1.2 E1

As casas para onde foram removidas as famílias também seguiram a racionalidade modernista. Uma lógica da economia de espaço para abrigar a maior quantidade de trabalhadores possíveis. Conhecidas como *matchbox* (caixa de fósforo), por seu tamanho condensado e sem banheiros planejados em suas plantas baixas, elas se tornaram o padrão habitacional do *apartheid*.

Nesse sentido, o movimento “modernizador” não se restringiu apenas aos grandes edifícios, monumentos de concreto e ao planejamento regional e urbano, mas também ao estilo racionalizado de habitação popular de baixo custo para os trabalhadores. As habitações populares já chamavam a atenção de arquitetos sul-africanos desde os anos 1940. No diário de viagem de Norman Eaton, um dos destaques é o esboço do Complexo do Realengo, no Rio de Janeiro, projetado por Carlos Frederico Ferreira — arquiteto vinculado ao IAPI, como veremos à diante.

Contudo, a personalidade mais importante para o desenvolvimento dos projetos de habitação popular na África do Sul foi Douglas McGavin Calderwood (1919-2009). Não há como determinarmos a influência do primeiro sobre o segundo. Mas podemos dizer que ambos estão inseridos no *milieu* do pensamento modernista que procura racionalizar o espaço.

Figura 16 - Reprodução da Planta Baixa do Complexo Habitacional do Realengo no Diário de Norman Eaton em 1945



Fonte: AAUP, Norman Eaton Collection, Norman Eaton's Notebook - Ferreira's small houses at Realengo, 1945.

Calderwood é representante de uma geração posterior aos primeiros modernistas da Wits, graduando-se em arquitetura em 1943, obteve seu mestrado em 1952 e a tese de doutorado em 1954. Foi recrutado como pesquisador do *Council of Scientific and Industrial Research* (CSIR) através do *National Building Research Institute* (NBRI), tornando-se chefe da divisão de arquitetura deste instituto (HAARHOFF, 2010: 5). Sua tese, publicada sob o título *An Investigation into the Planning of Urban Native Housing in South Africa* representa a implementação de um novo programa de habitação

social sob o viés do governo nacionalista africânder cujo objetivo era a minimização dos custos de construção das casas.

As intenções do trabalho, indicada no resumo da tese, dialogam com as ideias apresentadas por Oppenheimer e pelos técnicos do *Red Report*, deixando claro que uma reconfiguração da espacialidade é fundamental para produção de uma força de trabalho eficiente: “[...] *The provision of good housing is showing as an important factor in the formation of a stable and efficient labour force and the creation of a community capable of shouldering their own responsibilities* [A provisão de boas moradias está se mostrando um fator importante na formação de uma força de trabalho estável e eficiente e na criação de uma comunidade capaz de arcar com suas próprias responsabilidades.]” (CALDERWOOD, 1953: 1).

Mas, o diferencial na tese de Calderwood é a atenção dada aos levantamentos de dados estatísticos extremamente detalhados para elaboração dos projetos. Por essa base de dados, o trabalho foi digno de elogios por parte de William Holford — professor em Londres e membro da comissão julgadora do concurso de Brasília — que considerou como um “sopro de ar fresco” porquanto o “técnico, o social e o econômico das habitações devem ser analisados em conjunto” (HAARHOFF, 2010: 5). Com citações à Patrick Geddes, Lewis Mumford⁷⁴ e Patrick Abercrombie, o sul-africano alinhou um estudo sistemático de pesquisa e planejamento das habitações que inspiraram as *townships* em Joanesburgo.

Para ele a compreensão da urbanização dos nativos na África do Sul naquele momento demandava uma pesquisa extensa, já que os fatores que levaram ao crescimento dessa população no meio urbano haviam produzido uma massa de trabalhadores sem conexão com a comunidade. Daí a citação à Mumford em sua justificativa para o estudo mais detalhado da comunidade nativa:

⁷⁴ Discípulo estadunidense de Patrick Geddes, Lewis Mumford foi um historiador, crítico de arte e lecionou planejamento urbano em universidades nos Estados Unidos. Juntos eles propuseram a ideia de museus regionais como uma “galeria cívica” como uma forma de unir história da humanidade e história natural (THOMAS, 1997: 98-116).

A integridade do indivíduo depende de sua associação dentro de uma comunidade inteira. Aqueles que escaparam das reivindicações e deveres da vida em uma comunidade não alcançaram a liberdade. Eles ou flutuam no vazio da fantasia auto-indulgente ou afundaram no nível da existência animal; e eles provaram isso por sua capacidade de violência, brutalidade, maldade.⁷⁵ (MUMFORD apud CALDERWOOD, 1953: 86)

Os modelos das *matchbox* implementadas em Joanesburgo seguiram o programa de Calderwood. As casas conhecidas como NE 51 tinham uma variação de 1 a 9, a sigla 'NE' é referência à *Non-European* [Não-europeu] e 51, o ano em que foram projetadas. Assim, além da detalhada pesquisa social estatística, um dos objetivos do seu trabalho era também produzir casas com o menor custo possível. Pelo menos nas três décadas seguintes, toda administração sul-africana replicou tal modelo. É notável que no caso dos modelos NE 51/6 o arquiteto tenha previsto sete pessoas residentes nos 37,21 m² (20 ft). Seguindo, o *Minimum Standards of Housing Accommodation for Non-Europeans* [Padrão Mínimo de Acomodação Habitacional para Não-Europeus] definido em 1947 pelo NBRI.

Retornamos, mais uma vez, ao *apartheid* como a lógica do confinamento e da compressão (Capítulo 1). O concreto e a cidade moderna impuseram às pessoas não-europeias uma forma de vida limitadora, forjada no limite de um movimento duplo: desapropriação do campo e compreensão para fronteiras fora da cidade. Nessas fronteiras, satélites e *townships*, a condição de vida também é comprimida e condensada como se a própria vida fosse uma *commodity* a ser estocada. De tal modo, a otimização do uso do espaço transforma-o, também, em uma mercadoria já que as remoções forçadas produziram superfluidade dos locais agora vazios para serem ocupados por pessoas brancas.

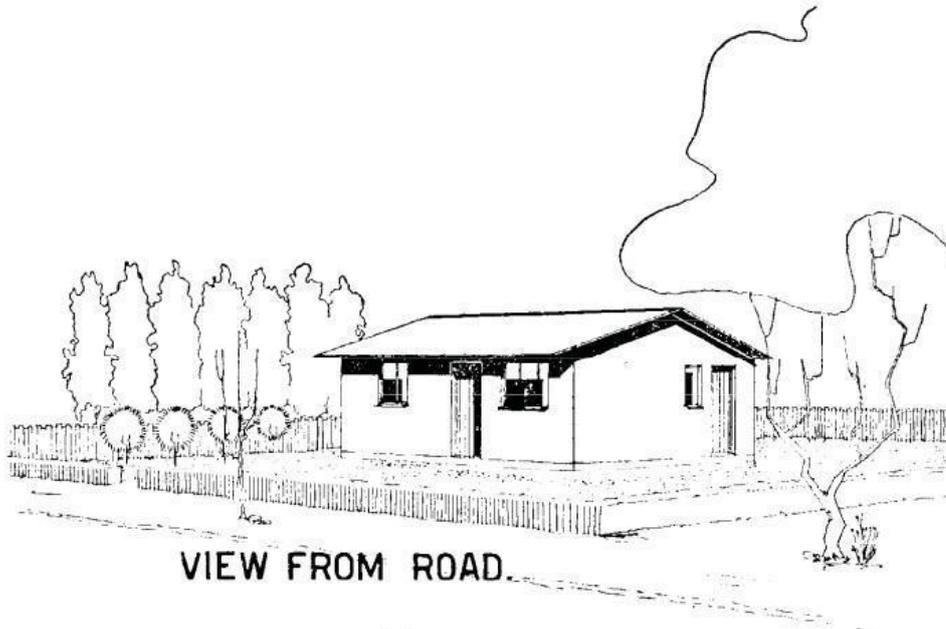
⁷⁵ No original: *The wholeness of the individual depends upon his association within a whole community. Those who escaped the claims and duties of life in a community did not achieve freedom. They either floated in a void of self-indulgent fantasy or they sank down to the level of animal existence; and they proved this by their capacity for violence, brutality, deviltry.*

A “compressão” dessa força de trabalho com a extração máxima de suas potências físicas e intelectuais também é atravessada pelo aumento de gastos no meio urbano e, conseqüentemente, redução dos rendimentos das famílias. Observamos isso no planejamento para estruturação e construção das casas em Dube, *township* de Soweto. Em 1952, o relatório para a construção de 1000 casas na região sob os modelos NE52, inspirados no modelo NE51 de Calderwood, indicava a necessidade do fornecimento de empréstimo de £200 libras para que os trabalhadores nativos adquirissem os materiais necessários à construção. Como já vimos, o capital deste empréstimo tem origem em partes no financiamento cedido pela indústria mineradora e propagandeado como filantropia.

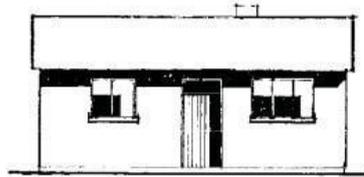
Para os relatores de Dube, o financiamento das £200 deveriam ser divididos em 30 anos sob juros de 4,5% ao ano. As parcelas, portanto, representaram um acréscimo orçamentário mensal de £3 0s 4d⁷⁶ na renda familiar. Em uma década onde o rendimento mensal das famílias não-brancas nos centros urbanos sul-africano girava em torno das £15 (SEEKINGS & NATTRASS, 2005:69). Ou seja, uma perda de 20% do rendimento mensal para ter direito à moradia.

⁷⁶ NASA TAB TPB - 2499 - TALG54/1105 1

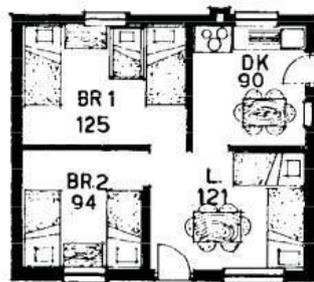
Figura 17 - Planta baixa do modelo NE51/6



VIEW FROM ROAD.



ELEVATION



PLAN



3 ROOMED HOUSE.
NE 51/6.

Fig. 14.

Fonte: Douglas M. Calderwood. *An Investigation into the Planning of Urban Native Housing in South Africa*, 1953

O Dilacerar nas Townships

A introdução desse novo modo de vida não foi feita sem a utilização de uma propaganda desenvolvimentista. Os meios de comunicação contribuíram com as campanhas de suposta melhoria de condições na vida das famílias removidas. Os conteúdos das matérias eram construídos por duas linhas discursivas muito próximas.

Por um lado, se propagava a ideia de que as habitações nas favelas [*slums*] não ofertavam condições sanitárias suficientes para a população e que, conseqüentemente, a tuberculose se espalhava entre os “nativos” não adaptados à uma doença urbana. Quando, na verdade, sabemos pela historiografia que tanto a tuberculose quanto a silicose se multiplicavam entre a população devido aos trabalhos no interior das minas.

Por outro, as matérias vinculavam as localidades formadas por pessoas não-brancas como espaços que ameaçavam a civilidade europeia no meio urbano. No final do ano de 1953, o *Star* publicou a manchete *A Terrible menace to European Johannesburg* [Uma Terrível ameaça aos europeus de Joanesburgo] abordando a insuficiência das ações da *Student's Christian Association* na assistência ao meio milhão de habitantes não-europeus que se instalavam nas proximidades de Orlando. A matéria apontava, ainda, as *tentações* geradas pelas áreas urbanas nativas como “*sexual laxity, boozing, and temptation to brew illicit liquor* [descontrole sexual, vandalismo e tentação de preparar bebidas alcoólicas ilícitas]”⁷⁷. Criando, assim, uma justificativa para as remoções para locais mais adequados onde essas tentações e desordens não afetassem as áreas europeias.

Em meados de 1950, iniciaram-se as remoções sobre as novas regras do regime nacionalista africânder. Moroka e Sophiatown, por exemplo, deixaram de ser bairros não-europeus e/ou mistos

⁷⁷ HPUW, AD1972 S.A.IR Journals, cx. U259.16.3 (Soweto 1949-1954)

para serem exclusivos às pessoas de ascendência europeia. Essas remoções não geraram apenas marcas materiais, elas imprimiram memórias.

Os relatos da remoção de Sophiatown para as *townships* são emblemáticos. O bairro, próximo ao centro de Joanesburgo, foi um local de efervescência cultural e produção de jazz e do blues. Ainda hoje, os habitantes que retornaram ao bairro após o *apartheid* preferem resgatar essas memórias de agitação cultural da cidade criando alternativas para a narrativa do *apartheid* (ERLANK, 2015; NAIDOO, 2015). Talvez a intenção seja afastar o sentimento grande de perda, como relata o antigo morador, Victor Mohkine: “Quando ando por Sophiatown, eu ainda tenho um profundo sentimento de perda. Não penso que isso será erradicado” (CORRIGALL, 2008: 2).

Em outra entrevista disponível em áudio, Mohkine relembra como ocorreu esse processo: “o governo removeu as pessoas de Sophiatown [...] tudo foi destruído, escolas, igrejas, casas, lojas [...] tudo foi destruído, exceto a igreja Christ the King” (MOHKINE, 2011). O cenário de guerra foi instaurado. Pessoas desabrigadas, casas, escolas e estruturas urbanas postas abaixo: “a maneira como eles fizeram isso foi como uma situação de guerra; havia caminhões grandes e policiais montados em todo bairro”, descreve Mohkine (CORRIGALL, 2008: 4).

A transformação do espaço urbano já estruturado em um lugar de terror indica a velha operação colonial na criação das imagens do “espaço mal habitado”, retroalimentando a justificativa de aniquilação dos seus habitantes que viviam de qualquer maneira. Em entrevista à *South Africa Broadcasting Corporation* (SABC) Dorothy Rosenberg, sul-africana *coloured*, também relata sua percepção das remoções:

[...] uma certa manhã, acordamos com um barulho perturbador, isso era por volta de 4 a.m. Chegaram grandes caminhões de guerra e eles não removeram as famílias *coloureds*, eles removeram todas as pessoas negras. *Coloured*, indianos e chineses ficaram para trás. Mas nós tivemos de procurar nosso próprio lugar para ficar [...]. Então nós vivemos aqui por muitos anos, até que fomos forçadamente removidos e isso virou uma área branca (ROSENBERG, 2014: 14:58 min).

A despeito da realidade nas *townships*, as organizações e resistências ao *apartheid* continuaram. As pessoas romperam os limites impostos pela brutalidade da colonização, do racismo e do concreto, interpretando o mundo com outras linguagens. Os anos 1960 e 1970 são marcados pela movimentação de organizações já existentes e a criação de outras na luta contra o *apartheid*. Mesmo após as prisões de lideranças no *Treason Trial* [Julgamento da Traição] no *Rivonia Trial* [Julgamento de Rivonia]⁷⁸, as bases se movimentaram na luta contra o sistema.

Boicotes e protestos fizeram parte do cotidiano sul-africano na sequência do endurecimento do regime. A formação da *Federation of South African Women* (FSAW) mobilizou, em 1956, a marcha de vinte mil mulheres na frente do parlamento em Pretória com petições para extinção da *pass law* [lei de passe], que regulamentava a entrada e saída das zonas brancas. Ao mesmo tempo, setores do *African National Congress* (ANC)⁷⁹, insatisfeitos com a posição do partido e das falhas na pressão contra o *apartheid*, especialmente na aliança entre brancos do *Congress of Democrats*, articularam o *Pan-Africanist Congress* (PAC). Sob a liderança de Robert Sobukwe e influência dos escritos de Anton Lembede (fundador da liga jovem da ANC, falecido precocemente em 1947), a nova organização promoveu uma campanha nacional contra a *pass law* em março de 1960 (CLARCK & WORGER, 2013: 61).

A campanha encorajava pessoas negras a se dirigirem para frente das delegacias sem seus “passaportes” desafiando as autoridades policiais a prendê-las. Em 21 março de 1960, em Sharpeville, umas das *townships* de Veneering, foi organizado um protesto que seguia as orientações

⁷⁸ Em 1956, o governo manteve sob custódia 156 pessoas acusadas de traição através da *Suppression of Communism Act* [Lei de Supressão ao Comunismo] de 1950, que havia colocado o *South African Communist Party* (SACP) na ilegalidade. Após o julgamento, todos foram soltos. Contudo, em 1964 o *Rivonia Trial* condenou algumas lideranças, entre elas, Nelson Mandela.

⁷⁹ ANC (em português, Congresso Nacional Africano) é o partido político de maior expressão na África do Sul desde 1994. Surgido em 1912 para defender os interesses da população africana, foi uma das principais organizações de formação política no país. Ali se organizaram na luta contra o *apartheid* pessoas como Winnie Mandela, Nelson Mandela, Oliver Tambo, Walter Sisulu, Albertina Sisulu entre outros.

da campanha nacional do PAC. A polícia reprimiu violentamente a manifestação, provocando a morte 69 pessoas. Esse trágico evento, provocado pelo racismo e violência das autoridades sul-africanas, introduziu a luta contra o *apartheid* no cenário internacional, uma vez que a efervescência dos movimentos de independência no continente⁸⁰ colocavam os olhos da política internacional e dos investidores sobre a África do Sul (ELIS & SECHABA, 1992: 30).

O massacre de Sharpeville não impediu que os protestos continuassem a ocorrer e que as organizações seguissem em atividade, mesmo na clandestinidade. Durante todo ano de 1960 marchas pacíficas foram organizadas. Como resposta, Verwoerd, já como Primeiro Ministro, decretou estado de emergência e prendeu cerca de 18 mil pessoas. Com as ações cada vez mais autoritárias do governo, parte dos militantes do ANC e do PAC partiram para a luta armada. As ações de guerrilha urbana empreendidas pelo ANC e pelo SACP através do *uMkibonto we Sizwe* (MK)⁸¹, em português “Lanças da Nação”, tiveram como foco estações policiais e centrais de energia. Por outro lado, no campo, os militantes do *Pogo*, sessão armada do PAC, perseguiram as lideranças tradicionais que colaboravam com o governo nacionalista africânder.

Ficava evidente que o “milagre” econômico dos anos 1950 só se perpetuou pelo fechamento do regime e reprodução de um sistema que garantisse o lucro aos privados por meio da reedição de estruturas históricas de desigualdade entre europeus e não-europeus. Os investimentos estrangeiros que evadiram do país após Sharpeville retornaram com força no restante dos anos de 1960 com o assassinato, exílio ou prisão das principais lideranças anti-*apartheid*. O fortalecimento de um estado nacional-desenvolvimentista sob um regime fechado, assegurou, portanto, o crescimento econômico de 6% na década de 1960 (CLARCK & WORGER, 2013: 66).

⁸⁰ Entre a independência de Gana, em 1957, e o ano de 1960, mais de 20 países africanos ou declararam independência às antigas colônias ou iniciaram as guerras que levaram à emancipação.

⁸¹ O MK representou a intersecção entre membros do SACP e do ANC. Nesse momento, Nelson Mandela e Walter Sisulu haviam aderido à luta armada sob influência das ideias marxistas e das revoluções africanas. O MK foi responsável por mais de 200 ações contra o governo nacionalista entre 1961 e 1962. Na busca por apoio internacional, Mandela empreendeu uma viagem pela Inglaterra, Etiópia, Nigéria, Botswana, Libéria e na fronteira ocidental entre Marrocos e Argélia. (ELIS & SECHABA, 1992: 34)

Contudo, as contradições desse crescimento com a produção das desigualdades não pararam de emergir.

Até começo dos anos 1980, as empresas que operavam na África do Sul obtinham um lucro de 25% ao ano devido aos salários extremamente baixos. Assim, o país se tornava um atrativo para as empresas de países como Inglaterra e Alemanha, onde as empresas acumulavam 6,5% e 4,1% de lucro anual, respectivamente. Ao mesmo tempo, as desigualdades se agravaram na medida em que o sistema beneficiava os sul-africanos brancos em detrimento dos não-brancos (CLARCK & WORGER, 2013: 68).

Ao final dos anos 1960 e início dos 1970, uma nova série de movimentações mostravam a impossibilidade de perpetuação do sistema. O surgimento de organizações estudantis como a *South African Student Organization* (SASO) e a *South African Students Movement* (SASM)⁸² articularam suas ações com movimentos de base na luta por direitos. Seus membros foram promotores do *Black Consciousness Movement* (BCM) e ambas as organizações fizeram frente ao *Bantu Education Act* [Lei de Educação Bantu] de 1953 que legalizou a segregação racial e, conseqüentemente, as desigualdades em todo sistema de ensino sul-africano.

A história do BCM se confunde com a formação do SASO e do seu primeiro presidente, Steve Biko (1946-1977). Foi através das ações políticas no movimento estudantil que ele e outros líderes fundamentaram os textos sobre o que seria aquilo que ele chamou de *black consciousness* [consciência negra]. O termo surgiu pela primeira vez no início do ano de 1970 quando Biko escreveu um artigo para o 1º Conselho Geral dos Estudantes do SASO. Intitulado *Black Souls in*

⁸² A SASO surge em 1968 após o conselho representativo dos estudante da *University of Natal* (Durban) romperem com a *National Union of South Africa Students* (NUSAS), cujas lideranças formadas prioritariamente por brancos liberais não atendiam aos interesses dos estudantes não-brancos (NAIDOO, 2015: 116). No mesmo ano, na *township* de Diepkloof (Soweto), os secundaristas iniciaram atividades pautadas sobre os princípios pan-africanistas, sem necessariamente estarem conectados ao PAC, mas sob motivação do professor Thomas Manthata (1939-2020), falecido recentemente devido a complicações da COVID-19. Manthata foi a figura que conectou os estudantes secundaristas aos estudantes mais velhos, ativistas do *black consciousness* (DISEKO, 1992: 43).

White Skins? [Almas Negras em Peles Brancas?], o texto alerta para o perigo dos “brancos progressistas (liberais)” se incomodarem com o surgimento de organizações exclusivamente negras (ou não-brancas), em referência ao surgimento da SASO. Da mesma forma, Biko também aponta a necessidade dos brancos abrirem mão dos privilégios ofertados pela estrutura racista:

Nenhum liberal de verdade deve sentir qualquer ressentimento com o crescimento da consciência negra. Em vez disso, todos os verdadeiros liberais deveriam perceber que o lugar para sua luta por justiça é dentro de sua sociedade branca. ⁸³ (BIKO, 2017: 27).

O SASO, por sua vez, se desenvolveu em função das ações do *University Christian Movement* (UCM) que ofertava treinamento para lideranças, no começo de 1968, com dois projetos exclusivos para pessoas negras: um voltado para alfabetização e outro para popularizar a teologia negra. Foi através do projeto de alfabetização que o método de Paulo Freire e a *Pedagogia do Oprimido* adentraram a linha programática do SASO. Em 1972, o BCM estava tão intrigado pelo método freiriano que Bokwe Mafuna, um dos seus líderes, se aproximou de Anne Hope (pesquisadora freiriana) para considerar a criação de um treinamento específico para o SASO onde os membros poderiam aprender mais aprofundadamente a pedagogia radical de Freire (NAIDOO, 2015: 123).

Nos anos seguintes, o BCM, através do SASO, exerceu um papel central na formação comunitária com *Black Community Programmes* (BCP) a fim de formar lideranças locais. Essa formação crítica alinhada à ideia de que os alunos eram, ao mesmo tempo, líderes e professores de comunidades mais amplas, possibilitou a formação política da juventude que participou da Insurreição de Soweto (*Soweto Uprising*) (NAIDOO, 2015: 125).

⁸³ No original: [...] *No true liberal should feel any resentment at the growth of black consciousness. Rather, all true liberals should realise that the place for their fight for justice is within their white society.*

O levante ocorreu em 16 de junho de 1976, depois que a polícia abriu fogo, com armas automáticas, contra 15 mil crianças e adolescentes secundaristas que marchavam pacificamente da *Naledi High School* até o *Orlando Stadium* exigindo o fim da obrigatoriedade do ensino de língua africânder, imposta no ano anterior. Os registros oficiais indicam a morte de 95 pessoas, contudo estima-se mais de 850 pessoas (NDLOVO, 2013: 350). Hector Pieterse, um estudante de 13 anos, foi um dos primeiros a serem atingidos pela polícia e se tornou um símbolo do evento devido à famosa fotografia onde é registrado a tentativa de resgate por outro ativista e estudante, Mbuyisa Makhubo, que viria a desaparecer no exílio em 1979.

A insurreição abriu caminho para protestos em todo país e a retomada de ações mais incisivas contra o *apartheid* que desemboracou, em meado dos anos 1980, nas Insurreições das *Townships* (*Township Uprising*).

Capítulo 5 - Tecnologias Coloniais do Capitalismo Tardio: Planejamento Regional e Urbano no Planalto Central Brasileiro

*[...] Não troco meu Recanto de Riachos Fundos
e Samambaias Verdes
pelas tuas tesourinhas
essa Bras(ilha) não é minha*

*porque eu não sou Planalto
e sou periferia!
eu não sou concreto,
sou quebrada!”*

Meimei Bastos, Eixo, 2017.

Colonização, Capitalismo e Segregação Racial no Planalto Central Brasileiro

Não há como falar do Brasil no século XX sem circunscrever a experiência da nação no pós-abolição e na permanência das estruturas racistas. Junto de Cuba, o país foi o último país das Américas a promover o estatuto jurídico de liberdade às pessoas de origem africana e seus descendentes em 1888 (Capítulo 2). Mesmo que desde a metade do século XIX o número de libertos tenha ultrapassado o número de cativos, o sistema dava claros sinais que chegaria ao fim com as pressões externas e as mobilizações nas lutas por liberdade dos agentes internos dos movimentos negros. Da abolição ao início do planejamento de Brasília passaram-se 67 anos, cerca de duas ou três gerações tendo por base a expectativa média de vida da época.

No projeto nacional moderno republicano, iniciado um ano após a abolição, a intenção de apagamento do passado escravista era nítida. Quando Ruy Barbosa condena uma parte importante dos arquivos da escravidão ao fogo, promove-se a tentativa do apagamento da memória e concomitantemente uma anistia indenizatória aos senhores escravistas, posto que junto da Lei de Terras (1850) e da “ingerência do Estado na perpetuação hereditária da propriedade” se institucionalizou os privilégios políticos de tomadas de terras indígenas e quilombolas (DUARTE

& SCOTT, 2015: 84). Essa tentativa de apagamento da memória também se converte na tentativa de “apagamento genético”, haja vista as políticas eugenistas que o Estado moderno gerenciou contra os corpos que evocavam a memória colonial com suas presenças nas cidades (Capítulos 2 e 3).

Mas, inserir o Planalto Central nas discussões sobre o pós-abolição tem se constituído ainda um esforço por parte da historiografia brasileira e brasilianista. De fato, muito do que se é produzido em relação ao pós-abolição tem foco nas experiências da região Sudeste brasileira, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Mas entendemos que a construção dessa narrativa, onde os efeitos do escravismo só seriam sentidos nas cidades “mais relevantes” e “coloniais” do país, passa pela própria ideia de Brasília. A saber, um monumento a céu aberto, de um projeto político nacional moderno, que anistia as famílias mercantes escravistas que converteram suas reservas financeiras em obras públicas e da construção civil. Projeto que se deu desde a antiga capital (Rio de Janeiro) até a nova (Brasília).

No imaginário nacional, a “cidade moderna” se sobrepõe às experiências das “cidades coloniais” como se a primeira também não fosse fruto de um projeto contínuo da própria colonização do Brasil central. Mary Karasch, uma das primeiras historiadoras estrangeiras a questionar a análise freyriana para o Brasil, defende essa perspectiva em uma de suas recentes obras, intitulada *Before Brasília: Frontier Life in Central Brazil* (2016). O trabalho fruto de décadas de pesquisa em diversos arquivos questiona justamente os aspectos da colonização e do escravismo negro e indígena no Goiás.

Apesar de não abordar o pós-abolição, restringindo-se ao período do século XVIII a meados do século XIX, a pesquisa é essencial para romper a ideia de uma região sem história antes de Brasília, evidenciando a massiva presença negra e indígena no Brasil central, ressignificando a ideia do “espaço vazio” propagada no discurso colonial moderno durante a construção da nova capital brasileira.

A ideia da transferência da capital para o interior “vazio” não nasceu no século XX, ela é a sequência de demandas e camadas coloniais. Surge primeiro do século XVIII com a reforma administrativa pombalina. Depois, no início do século XIX, com José Bonifácio e Varnhagen sugerindo a transferência dentro da proposta de reformulação do que viria a ser a jovem nação. Passa pela materialização legal com a proclamação da república e o delinear, na constituição de 1891, do perímetro onde seria erguida a capital. Para, por fim, se concretizar no sonho nacional-desenvolvimentista após a Segunda Guerra (COUTO, 2013: 12).

Esse projeto colonial é atestado por Planaltina, cidade fundada 1859, e que em 1892 abriga os comissionados da Missão Cruls⁸⁴ ganhando status de município autônomo. A região já vinha se constituindo desde o século XVIII por meio do escravismo e da descoberta do ouro no interior do Goiás. Consequentemente, esse território é desde cedo marcado pelo adensamento da colonização no interior do país e a constante luta contra-colonial. Comunidades quilombolas formadas em sua maioria por africanos da região central do continente e aldeias indígenas de diversas nações (Krixá, Goiá, Kayapó, Araxá, Javaé, Akroá e Xacriabá, Xavante, Apinajé) ocupavam a região do Planalto Central tendo seus territórios reduzidos ou dizimados pela força genocida da colonização.

Mas a história da ideia de Brasília também se confunde com a própria história da economia colonial, aprimorada no final do século XIX. A transição de um capital mercantil escravista, que fundamentou todos os supostos “ciclos” econômicos nacionais, ao capital financeiro com investimentos no setor agrário e da construção civil concatenam as mudanças políticas que orientaram a nação na contemporaneidade.

A historiografia econômica produzida a partir dos anos 2000 atesta essa relação entre o mercado escravista, como principal motor do capitalismo brasileiro, e seu fim, como orientador das mudanças sociais e políticas que conduziram o país na transição do século XIX ao século XX.

⁸⁴ A missão definiu os perímetros de onde seria fundada a nova capital do Brasil logo no início da Primeira República.

Essa nova perspectiva rompeu com uma longa tradição da historiografia econômica que dominou o cenário historiográfico por pelo menos 70 anos.

A antiga tradição historiográfica, por sua vez, iniciada por Caio Prado Jr. (1942) e seguida por Celso Furtado (1959) e Fernando Novais (1979), colocava demasiado destaque na dependência frente ao capitalismo comercial europeu. Considerando o escravizado apenas como mão de obra e não no que, de fato, o capital o havia transformado, *commodity* do mercado Atlântico. Essa linha historiográfica centrou-se no Pacto Colonial como expressão maior do capitalismo, em que o privilégio do comércio estava exclusivamente na mão de agentes privados europeus. Daí também a ênfase nos ciclos e nos produtos exportadores: madeira, açúcar, ouro, algodão, café, tabaco etc.

Já nos anos 1970, essa linha interpretativa começou a ser questionada por Ciro Flamarion Cardoso (1979) e Jacob Gorender (1978). Ambos questionaram a antiga historiografia através das análises sobre escravidão e da primazia deste sistema durante toda a ordem colonial. Cardoso colocou a empresa escravista no centro das dinâmicas econômicas coloniais enquanto Gorender questionava a “transferência de excedente colonial”.

Contudo, a virada recente na historiografia econômica brasileira se aprofundou sob influência das produções relativas ao comércio escravista desde África e em uma perspectiva Atlântica da história. Depois das pesquisas desenvolvidas pelos africanistas da University of Wisconsin — como Philip Curtin em *The Atlantic Slave Trade: A Census* (1969) e Joseph Miller com *Way of Death: Merchant Capitalism and The Angolan Slave Trade 1730-1830* (1988) — e o detalhamento do sistema escravista que atestava o Brasil como principal importador de escravizados⁸⁵, seria impossível ignorar a importância econômica e autonomia dessa do escravismo no sistema colonial brasileiro e, conseqüentemente, na formação dessa sociedade.

⁸⁵ Curtin apontou com dados estatísticos como o Caribe, segundo maior importador de escravizados, recebeu um número que corresponde à metade dos escravizados que chegaram ao Brasil entre 1451 e 1870 (1969: 268). Miller, por sua vez, apontava que o “mercado escravista por si só tinha uma adicional, e crucial, função de oferecer aos agricultores um escoadouro para produtos invendáveis nos mercados europeus e reabastecer a mão de obra escravizada sem aumentar as suas já onerosas obrigações monetárias com os credores em Portugal” (1988: 445).

Assim, os trabalhos que foram publicados no início dos anos 2000, de pesquisas que vinham sendo desenvolvidas desde os anos 1980, reorientam a perspectiva da formação do capitalismo brasileiro e sua sociedade não com uma relação de exclusiva dependência da metrópole, mas com participação ativa e autônoma no Atlântico Sul por meio do comércio marítimo escravista. Destacam-se duas importantes pesquisas na área.

Primeiro, *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul* (2000), de Luiz Felipe de Alencastro, que, preocupado não apenas com os fatores econômicos escravistas, aponta a gênese violenta do Estado brasileiro por influência secular do escravismo. Ali, relacionando a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, Alencastro apresenta a intrínseca conexão entre a formação do capitalismo brasileiro dependente do comércio escravista em Angola e suas implicações na cultura violenta da sociedade brasileira. Indo de encontro tanto com as interpretações de Gilberto Freyre sobre a formação da sociedade brasileira (idílica, pacífica e meta-racial), quanto com as análises econômicas da tradição iniciada por Caio Prado Jr.

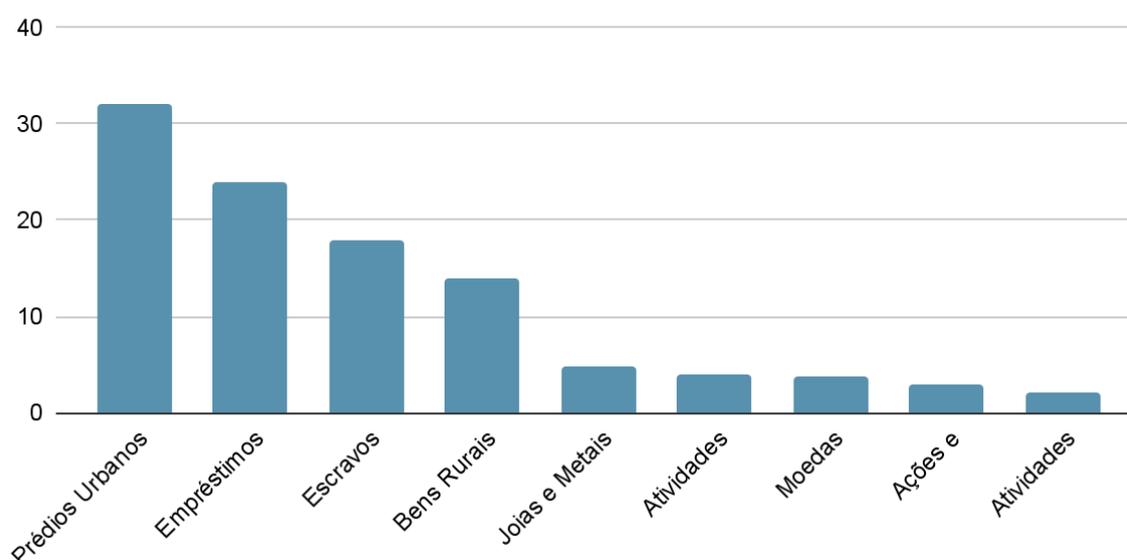
Depois, teremos em *O Arcaísmo Como Projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*, de João Fragoso e Manolo Florentino, uma análise dos inventários *post mortem* do Rio de Janeiro oitocentista (centro da economia brasileira). Os autores indicam como o capital mercantil (escravista) foi gradualmente transferido para outros — prédios urbanos (construção civil), empréstimos e bens rurais. Mesmo antes do fim do escravismo, entre 1800 e 1810, dos 196 compradores de bens imobiliários urbanos, noventa eram comerciantes atlânticos, “responsáveis por 2/3 dos valores transacionados em prédios — dado que atesta o predomínio do capital mercantil nesse tipo de aplicação” (2001: 229).

Ou seja, a crescente urbanização do Brasil desde o século XIX demonstra a gerência significativa do capital escravista neste empreendimento. Daí, nosso interesse no resgate da historiografia econômica e nas formas de interpretação da história nacional. Explicar a urbanização no país é explicar, também, a história do capitalismo, da colonização e da segregação racial que estenderam e adaptaram seus tentáculos até os nossos dias.

De modo que, os investimentos nos prédios urbanos já estavam em curso nesse momento — movidos, sobretudo, pelo capital mercantil (escravista) no setor imobiliário urbano desde as primeiras décadas do século XIX. Como revelaram João Fragoso e Manolo Florentino (2001) com base nas fontes do Arquivo Nacional:

Tabela 2 – Relevância do Setor Imobiliário Urbano no Rio de Janeiro (1797 – 1840)

(%) das atividades e bens econômicos nos inventários post-mortem da praça mercantil do Rio de Janeiro, 1797-1840



Fonte: FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. *O Arcaísmo Como Projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. p. 170.

Como destaca Maurício Abreu (2003: 221), a chamada Reforma Pereira Passos (Capítulo 3) não surgiu do nada. Os debates sobre reforma urbana na antiga capital já se desenvolviam desde 1850 e foram se aprofundando até 1890. Mas, além disso, esses debates não ocorrem sem uma demanda econômica do investimento em imóveis urbanos.

Assim, o país encontra no final do século XIX e início do século XX um momento de transição com mudanças econômicas, políticas e culturais. A monarquia — estabelecida em 1825

por uma independência vacilante conduzida pelo príncipe da metrópole, D. Pedro I — foi substituída pela república, em 1889. O estatuto jurídico de liberdade foi concedido aos descendentes de africanos no país em 1888. A fundação de uma nação moderna pautada na ordem e no progresso, sob influência positivista, mirava a Europa como referência de sua civilização (Capítulo 2).

A constante necessidade de ruptura entre o “velho” e o “novo” vão conduzir à construção de novas capitais e dar impulso ao domínio do interior do país em um processo que, ainda hoje, mira a desapropriação das terras indígenas e quilombolas (MOLINA, 2017; DUPRAT & TERENA, 2021). Se olharmos com atenção a sequência cronológica dessas novas capitais em direção oeste perceberemos uma relação com a própria história da política e economia nacionais.

A transferência da capital de Minas Gerais para a nova cidade de Belo Horizonte (1897) se articula com esse primeiro momento de mudanças “[...] relacionadas ao surgimento de novas forças econômicas no Estado que, com a emergência da República - que de alguma medida também as representava - se mobilizaram em torno da garantia de poder político [...]” (PEREIRA, 2019: 21). O crescimento da cidade afetou significativamente os quilombolas na região que viram seus territórios invadidos à medida que a especulação imobiliária e a cidade cresciam (PEREIRA, 2019: 176-210).

Na sequência, a construção de Goiânia (1937) como nova sede da capital do estado de Goiás se relaciona com a Revolução de 1930 e os momentos iniciais do Governo Vargas. Promovida pelo interventor Ludovico Teixeira, a mudança da capital goiana foi “propagandeada como um momento de ruptura com o atraso e coronelismo local” (ARRAIS, 2008: 22). Um ano após a inauguração da cidade, o governo federal, já sob regime ditatorial do Estado Novo, lançou o programa “Marcha para Oeste”, pretendendo a integração e o desenvolvimento do interior do país. Sob a ideia da homogeneização do povo brasileiro, a Marcha também foi uma ofensiva aos povos indígenas e seus ideólogos evocaram tal empreendimento como uma extensão das “bandeiras paulistas” (ALMEIDA, 2019: 459).

Por fim, Brasília (1960) se apresentou como afirmação da continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista e da Marcha para Oeste. Um fator novo, contudo, se apresentava aqui. As reservas financeiras acumuladas pelo desenvolvimento da indústria de base na Era Vargas poderiam ser utilizadas para a construção da nova capital brasileira. Além disso, o desenvolvimento das técnicas do planejamento regional e urbano junto de uma arquitetura modernista brasileira já consagrada no exterior firmavam de uma só vez a cidade como símbolo final do Brasil moderno — Brasil que não havia superado a memória colonial na antiga capital do Rio de Janeiro.

Atento a esse movimento, Fanon pontuava em *Os Condenados da Terra* (1968) o empreendimento do colonial moderno dando como exemplo a própria transferência da capital brasileira do Rio de Janeiro à Brasília:

[...] É preciso dessacralizar a capital e mostrar às massas deserdadas que é para elas que se decide trabalhar. É em certo sentido que o governo brasileiro procurou fazer com Brasília. A arrogância do Rio de Janeiro era um insulto ao povo brasileiro. Mas infelizmente Brasília é ainda uma nova capital tão monstruosa quanto a primeira. O único interesse dessa realização é que hoje existe uma estrada através da selva. Não, nenhum motivo sério pode opor-se à escolha de uma nova capital, ao deslocamento do conjunto do governo para uma das regiões mais atrasadas. A capital dos países subdesenvolvidos é uma noção comercial herdada do período colonial. Mas nos países subdesenvolvidos devemos multiplicar o contato com as massas rurais. Devemos fazer uma política nacional, isto é, antes de tudo uma política para as massas [...]. (FANON, 1968: 153)

Desse modo, a nova capital seria tão monstruosa quanto a primeira devido à cisão de seu propósito com “as massas”, o que já era nítido para Fanon desde 1961 quando ele observava de longe a cidade com pouco menos de um ano de inauguração. Logo, a transição do colonial para o moderno não alterou a essência do colonial: a nova capital continuava sendo um insulto para a maioria do povo brasileiro, sobretudo àqueles e àquelas que viviam o pós-abolição privados dos direitos fundamentais.

Além disso, Brasília é herdeira das transformações políticas do Brasil de 1930, especialmente do crescente intervencionismo varguista na economia. Intervencionismo que se

tornou o principal motor da industrialização nacional, algo que é consenso na historiografia. Contudo, os historiadores ou urbanistas especializados em história da urbanização recorrem à mesma interpretação de Celso Furtado para a economia brasileira do século XX: a de que houve uma substituição de uma elite agrária para uma elite industrial, sem considerar os investimentos da elite mercantil.

Existe um lapso na produção historiográfica sobre urbanismo que poderia auxiliar na compreensão do destino desse capital, dado que a historiografia ainda carece de uma análise que aponte os rumos dos investimentos do capital imobiliário desde meados do século XIX até 1930. Não conseguimos ainda mapear, por exemplo, o que ocorreu com o montante significativo das aplicações em prédios urbanos das famílias como os Velho, os Carneiro Leão e os Pereira de Almeida (membros da elite fluminense) para o restante do século XIX (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001: 218).

Assim, pesquisas de destaque sobre o papel da construção civil na economia e políticas brasileiras no século XX seguem a perspectiva de rompimento e não da continuidade/aperfeiçoamento entre o capitalismo mercantil (colonial) e o capitalismo industrial (moderno). Por exemplo, quando Pedro Henrique Campos (2012) oferece a complexa análise da história das empreiteiras antes e durante a ditadura civil-militar, resgatando as origens da indústria da construção pesada, ele o faz sob a seguinte perspectiva: “[...] não estamos de acordo com as teses que se referem à relevantes resquícios feudais ou continuidades do escravismo, mas de uma sociedade marcadamente capitalista” (CAMPOS, 2012: 22). Nesse sentido, o capitalismo brasileiro só teria se iniciado no processo de industrialização.

Do mesmo modo, quando Nilce Aravecchia-Botas (2016) revela a importância do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários nos investimentos imobiliários e habitações populares a partir de 1940, ela afirma: “[...] As elites industriais passaram a exigir seu espaço político, até então predominantemente ocupado pela aristocracia agrária e pelos grupos ligados aos setores externos” (2016: 26). Uma interpretação da história econômica do Brasil que coloca a elite agrária

como a única propulsora do “primeiro capitalismo” quando, na verdade, a recente historiografia indica que essa relevância pode ser relativa na formação do capitalismo brasileiro se analisado o mercado marítimo escravista.

Outra implicação desse tipo de análise é a tratativa das mudanças urbanas no Rio de Janeiro do início do século XX pelo viés exclusivamente social: “a ordem sanitária foi o sustentáculo do controle da burguesia cafeeira por meio do Estado liberal-oligárquico, para tratar a questão social de forma repressiva” (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016:36). Diferentemente da indicação de Chalhoub (2017) para quem as reformas na capital federal, no início do século XX, estão entrelaçadas às ideologias eugenistas e do darwinismo social, portanto, construir um novo Brasil era, antes de mais nada, construir racialmente um novo homem brasileiro.

Aqui pontuamos a continuidade colonial e não um rompimento abrupto para uma economia industrializada. Entendemos que a industrialização se dá pelo acúmulo de capital produzido pelas elites na era escravista. Mas isso não invalida os trabalhos supracitados, em relação à análise sobre a intervenção do Estado Novo nas políticas previdenciárias e, conseqüentemente, na criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs). Entre estes institutos o mais relevante foi o já citado IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários) que, por sua vez, investia o montante recolhido das aposentadorias no setor imobiliário. Mais tarde, essa reserva foi revertida para a construção civil, inclusive na construção de Brasília (HOLSTON, 1993: 248).

A escolha pelo investimento no setor imobiliário se dava pela sua segurança se comparado à renda variável. Com os eventos no mercado financeiro em 1929, os investimentos no setor, que já eram grandes desde o século XIX, se tornaram cada vez maiores “[...] com receio de fazer investimentos no setor financeiro, quem tinha capital optava pela construção de imóveis nas áreas mais valorizadas da cidade.” (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016: 40). Assim como o setor privado, os IAPs buscaram também uma aplicação segura dos investimentos previdenciários através da construção civil. Alinhados à demanda da crescente industrialização, passaram a investir em habitação social.

Por sua vez, a habitação social serviu aos interesses do nacional-desenvolvimentismo. De forma aproximada com o que ocorreu na África do Sul, buscou-se um investimento na moradia do trabalhador como um das formas de reduzir os custos de produção: “vista como condição básica de reprodução da força de trabalho, [a habitação social] representaria também a diminuição dos salários” (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016: 41).

Essas ideias vão atravessar a prática urbana travestidas de racionalismo e influenciar o corpo técnico. Frederico Ferreira foi o grande nome do IAPI e, segundo Aravecchia-Botas, bebia de diversas fontes do movimento moderno europeu, das cidades-jardins, das unidades de vizinhança e de Le Corbusier. Seu projeto de maior sucesso foi o conjunto habitacional do Realengo, que serviu de inspiração para o sul-africano Eaton (Capítulo 4). Diplomado em engenharia na Escola de Minas de Ouro Preto e depois em Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes (Enba), Ferreira articulou técnicas de construção que reduziriam os custos com a arquitetura moderna. Sob influência da Escola Carioca da Enba, que “após a passagem de Lúcio Costa temas mais práticos como a ‘casa mínima’ começaram a ser estudados” (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016: 137), o arquiteto do IAPI se debruçou sobre essa questão desde seus primeiros trabalhos.

Daí o investimento em formas modernas de construção para habitação social. Modernas e, conseqüentemente, eficientes pelo baixo custo de produção. E, por mais que esses institutos tenham incluído as lideranças sindicais, as diretrizes e o poder das decisões estavam nas mãos dos técnicos (CAMPOS, 2012: 48). Por sua vez, esse corpo especializado dos dirigentes dos IAPs envolveu-se em discussões conceituais sobre habitação que “acarretaram na contratação de engenheiros e arquitetos que seriam responsáveis pelas ações” (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016: 105).

Mas o que explicaria o fracasso da habitação social no Brasil no sentido da reprodução de desigualdades? Para Sarah Feldman (2005) e Aravecchia-Botas (2016), o fracasso ocorria à medida que se favoreceu a especulação imobiliária, uma consequência da dissociação entre ideal e práxis na cultura urbanística. Seguindo as leituras de Leonardo Benevolo (1987) — para quem os

socialistas utópicos ingleses provocaram essa cisão e, portanto, renderam a cultura urbanística ao ideal conservador —, as autoras desconsideram que o ideal e a práxis urbana são essencialmente eugenistas e, por isso, favorecem o capital (Capítulo 3).

Nesse sentido, ideal e prática não estavam dissociados se entendermos que “toda a arquitetura é uma questão de raça”, como afirmava Lúcio Costa em entrevista para o jornal *O País*, em 1928:

Toda arquitetura é uma questão de raça, enquanto nosso povo for essa coisa exótica que vemos pelas ruas nossa arquitetura será forçosamente uma coisa exótica. Não é essa meia dúzia que viaja e se veste na *rue de La Paix*, mas essa multidão anônima que toma trêns na Central Leopoldina, gente de caras lívidas, que nos envergonha por toda parte. (COSTA apud NOBRE, 2010: 25)

Modernizar a arquitetura é modernizar a raça e vice-versa. Mas, à proporção que a democracia racial se enraizou pelo projeto modernista e com ela a ideia de uma miscigenação supostamente pacífica, reformula-se a perspectiva de raça no país “civilizando” os projetos eugenistas que estavam no seio do Brasil moderno. Anos mais tarde, ao se deparar com a Rodoviária de Brasília, Costa entende que a “raça brasileira” ou sem suas palavras “o brasileiro legítimo” estavam certos em ocupar aquele espaço como uma “tomada da bastilha” (NOBRE, 2010: 81).

Por outro lado, a técnica do planejamento urbano desde seus primórdios se pretende universalista e separada da historicidade dos conflitos sociais (como apontamos nas considerações de Howard sobre a cidade e o campo). Existe, ainda, uma dificuldade de pontuar a arquitetura e o urbanismo como conhecimentos promotores da continuidade colonial. Diferente da antropologia, da história e de outras disciplinas, a arquitetura no Brasil lentamente passa por uma crítica em relação à sua função na perpetuação da colonização interna e à sua ligação com os projetos eugênicos.

O planejamento urbano e a arquitetura moderna estão essencialmente vinculados à eugenia e à estatística, veículos de uma racionalidade moderna do espaço. Vale lembrar que Geddes e Howard eram associados ao socialismo utópico inglês e também membros da Sociedade Eugênica (Capítulo 3). Desse modo, se prática urbana moderna é segregacionista (e por isso falha), isso se deve também, em grande medida, à ideologia eugênica presente na espinha dorsal dessas práticas. Esse vício facilitou, por sua vez, a aproximação dessa “cultura urbanística” com capitalismo moderno através do lucro gerado por meio da superfluidade do espaço urbano em determinadas áreas — aquilo que se convencionou chamar de “especulação imobiliária”. Por sua vez, a superfluidade ocorre não só pela estratificação social mas, também, pela classificação racial de raízes coloniais. O território vale pelo tipo humano que o habita e vale pela impossibilidade de determinados grupos, com corpos historicamente estigmatizados, ocuparem ou não determinados espaços.

Assim, por mais que se admita a influência das práticas urbanísticas europeias no Brasil no início do século XX — inclusive identificando Ebenezer Howard como principal influência entre os arquitetos e engenheiros atuantes no país — não se pontua o viés eugenista da “cidade-jardim” como fator de segregação (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016:122), considerando as influências germânicas e anglo-saxônicas na arquitetura brasileira e o princípio de “racionalidade econômica” (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016: 123) das habitações populares em uma leitura descontextualizada dos fatores higienistas e eugênicos.

Nacional-Desenvolvimentismo Brasileiro, *Apartheid*, Urbanismo e Planejamento Regional

O histórico da crescente industrialização nos anos 1930-1940, a influência dos IAPs na construção-civil, o aprofundamento do desenvolvimentismo nos anos 1950 com o segundo

governo Vargas e os investimentos na indústria de base constituíram o pano de fundo do mega empreendimento que foi Brasília.

A transferência do Distrito Federal para o Planalto Central ficou novamente prevista no art. 4º da nova constituição com a redemocratização em 1946⁸⁶. Esta não seria executada sem a influência racionalista do ethos moderno que despontava na arquitetura. Logo, uma série de estudos e planos foram realizados, quase todos sob a influência dos modelos ingleses com *ciudades-satélites*. Anteriores ao plano de Costa, esses estudos e os técnicos que os elaboraram exerceram uma forte influência na construção da capital.

A informação de que havia planos prévios com cidades-satélites para Brasília é conhecida pela historiografia referente à arquitetura e urbanismo desde a década de 1970 com Evenson (1973) e Epstein (1973), contudo, ainda prevalece a ideia de que o plano de Lúcio Costa — sem previsão dessas cidades — foi o único determinante para a construção da cidade. Como o plano de Costa não previa o planejamento regional, mas antes seria a “causa dele”, adotou-se o pressuposto de que a cidade modernista seria o marco para uma ocupação planejada (DERNTL, 2019: 30).

Porém, ao menos quatro estudos e comissões científicas para planejamento influenciaram na construção da nova capital. A mais famosa foi liderada por Luís Cruls (1892-1893 e 1895). Houve ainda os estudos de Djalma Polli Coelho (1946-1948), Aguinaldo Caiado de Castro (1953-54) e José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1954-56). Para a nossa análise, focaremos no último autor, em decorrência da presença de Saturnino de Brito Filho: responsável pelo esquema de água e esgoto que, nos anos de execução do plano de Costa, foi contratado pela Novacap.

A convocação de José Albuquerque para compor a comissão de cooperação ocorreu meses após o suicídio de Getúlio Vargas. Café Filho, então presidente, cuja política econômica se desviava

⁸⁶ Entre os anos de 1930-1945 o Brasil foi governado por Getúlio Vargas. Controverso na historiografia, Vargas figura primeiro como representante do rompimento das tradições oligárquicas de Minas Gerais e São Paulo no governo federal. Depois, aparece como ditador do regime do Estado Novo (1937-1945) quando fecha o congresso, persegue os comunistas e mostra um alinhamento ambíguo entre Aliados e Eixos na Segunda Guerra Mundial.

do varguismo abrindo caminho ao capital estrangeiro, foi quem recebeu o relatório de Albuquerque — presidente da comissão após a saída do general Aginaldo Caiado de Castro.

A apresentação do documento feita por Albuquerque denota o caráter de continuidade da transferência da capital para o Planalto Central, de um projeto político desde o Brasil imperial e que encontra na Marcha para Oeste uma continuidade:

A idéia de interiorização da nova Capital representa a verdadeira marcha para Oeste: “A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estende-se no sentido da longitude, ocupando vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividades, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido da latitude. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do continente, em vigorosa érica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da nação” (CLNCF, 1955: ii).

A continuidade dos projetos foi pontuada no discurso como a continuidade “dos pioneiros que plantaram no coração do continente [...] os marcos territoriais”. Uma invocação implícita às bandeiras e ao empreendimento colonial que definiu as fronteiras desse Estado brasileiro. As bandeiras, a Marcha para o Oeste e a construção da terceira capital se encontram num contínuo histórico de expansão das “fronteiras econômicas” reconhecido pelos próprios burocratas. Contudo, o discurso modernista, a reinvenção da nação, se encarregou de ocultar e ressignificar esses estágios.

Para a execução desse projeto o relator destaca alguns pontos a serem considerados. Os recursos hídricos, as ligações rodoviárias e ferroviárias e o plano de distribuição de terras. A primeira advertência é quanto à sugestão feita no relatório Belcher sobre a quantidade per capita de água para os habitantes que, segundo o relator, desconsidera realidade local e sugere 400 em vez de 450 litros por pessoa.

Depois, é destacada a importância da extensão da antiga rodovia BR-14 e atual BR-153, a famosa Belém-Brasília, como fator de integração nacional. Para Albuquerque, a construção era

fundamental e urgente, pois considerava a “espinha dorsal do País”. Imprescindível à segurança nacional, ele alertava:

[...] aproximará os brasileiros de norte a sul, desenvolverá as grandes riquezas existentes no seu trajeto, permitirá que retomemos a nova marcha para Oeste e obrigará a expansão das barreiras econômicas e territorial em direção ao interior, estabelecendo-as sobre posição avançada e permitindo ainda a intercomunicação entre o sistema rodoviário do norte com o do sul (CLNCF, 1955: ix).

Mais uma vez, a Marcha para Oeste é referenciada e, no sentido do *continuum* colonial, a integração dos brasileiros do norte aos do sul permitiu, como vimos na história do país, a expansão do capital e das grandes riquezas. Aliás, a opção pelo modelo rodoviário na expansão colonial moderna também foi contribuinte das desapropriações das terras de povos originários e, às margens dessas rodovias, os latifúndios se instalaram para conduzir a expansão das fronteiras agro-industriais no Brasil do século XX e XXI⁸⁷.

O terceiro alerta de Albuquerque ainda no preâmbulo do documento é em relação à rentabilidade do projeto da nova capital através da venda e redistribuição das terras desapropriadas. O lucro resultante das vendas caberia ao governo, pois a valorização dos terrenos seria proveniente das obras públicas realizadas. Mas era preciso ter atenção ao plano de venda desses terrenos uma vez que devia ser “cuidadosamente traçado, executado e entregue a *pessoas idôneas*” (CLNCF, 1955: xi). Dado o histórico de criminalização da população negra e indígena no Brasil (Capítulo 2), esse elemento de “idoneidade” desenhava o esboço da especulação imobiliária no Distrito Federal. Tinha por um lado o braço do Estado na aplicação das obras públicas de infraestrutura e, por outro, uma seleção acurada e racial daqueles que deveriam ser os donos da terra.

⁸⁷ Sobre a construção da BR-153 e a expropriação fundiária no médio Tocantins veja MAURO & OLIVEIRA (2010). Outro exemplo emblemático é a construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém), na década de 1970, que gerou impactos profundos nas comunidades indígenas, aumentando os conflitos fundiários e a grilagem de terras na região. Houve, inclusive, a remoção forçada de um grupo inteiro que teve 80% da sua população dizimada. Os povos paraná, ou krenakore, foram enviados de avião à revelia do estado para o Parque Nacional do Xingú e só retomaram seu território original nos anos 90 após a redemocratização.

Como se tratava de um plano de integração com estruturas nacionais entre a nova capital e os demais estados, era indispensável a articulação com outros membros do governo. Por isso, Albuquerque estabeleceu vínculos e troca de comunicações com autoridades diversas: a bancada do Goiás na câmara, Juscelino Kubitschek (então governador de Minas Gerais), Jânio Quadros (governador de São Paulo) e o ministro de guerra General Lott (figura que ficaria conhecida pela garantia da continuidade democrática após a eleição de JK).

As comunicações, reproduzidas no relatório, revelam como as obras de infraestrutura para construção de Brasília já estavam em andamento antes mesmo do Plano de Metas de JK e, conseqüentemente, antes do concurso realizado entre 1956-1957.

Assim, em 1955, foi construída em tempo recorde uma pista de pouso que passou a receber materiais e membros da comissão que trafegava também entre Planaltina, Formosa e Anápolis (CLNFC, 1955: 22). Além disso, a área para a construção da nova capital já havia sido determinada pelo Relatório Belcher. De modo que, a escolha definitiva do território aconteceu em reunião no dia 15 de abril de 1955 com a presença do relator e de outros membros da comissão.

Mas outro elemento de destaque nessa documentação é a constante referência a um modelo urbanístico próprio da ortodoxia anglo-saxônica com a Cidade-Jardim e seu cinturão verde. A historiografia tem atribuído ao plano de Costa uma centralidade desproporcional no processo de construção da cidade. Claro, essa centralidade se dá pelo próprio símbolo que é Brasília e pelos heróis do mito fundador.

Quando Arthur Gouvêa Portela, representante do Ministério das Relações Exteriores e um dos membros da comissão, apontou o “Sítio Castanho” como perímetro delimitado para a nova capital — escolha unânime da comissão —, ele o faz considerando um plano ortodoxo para o provimento de água:

Entre duas elevações e o maciço indicado para edificação da Capital, a carta assinala grande número de canchadas servidas por abundantes águas, condição favorável ao estabelecimento da produção agrícola e pastoril com vistas ao “cinturão verde” da futura Capital. (CLNCF, 1955: 60-61)

O modelo ainda aparece no “Primeiro Esboço da Futura Capital” (CLNFC, 1955:73) mostrando a inegável influência do modelo. Previa-se uma avenida de 5 km de extensão por 120 m de largura com nome de “Independência”. Deveria estender-se desde os prédios do governo centralizado pelo palácio do Congresso que ficaria, por sua vez, na parte mais elevada do sítio. Dali seguiria para uma praça central de circulação. Da praça, duas outras avenidas deveriam se estender uma em direção à confluência do Rio Paranoá e a outra até as áreas militares. Por fim, assim como no projeto de Costa, projetou-se uma barragem que viria a se transformar num lago ornamental limitado pelas margens do rio Bananal e do Gama. Os espaços residenciais seriam constituídos de quadras com 1 km² de superfície e divididos em 800 loteamentos onde se instalariam cerca de 5.000 habitantes por quadra.

Todas essas ideias estavam referenciadas no urbanismo inglês, sobretudo no de Howard, como os próprios engenheiros atestavam:

Aceitamos a concepção de uma cidade orgânica monumental e administrativa, refletindo a nossa evolução cultural, política e religiosa no âmbito da nossa natureza exuberante. Segundo os conceitos do urbanista inglês Howard, pioneiro da cidade jardim, a cidade de Vera Cruz deverá destacar-se no meio das superfícies verdes, suas flores, suas águas, tranquila e pensadora.

Quanto à rede das vias de tráfego, foram adotadas as auto estradas do tipo moderno para grande circulação (highways); avenidas largas para o tráfego de menor intensidade e ruas para os grupos residenciais (driveways) [...] (CLNCF, 1955: 78)

Todavia, o modelo anglo-saxônico não foi a única inspiração para o projeto. Os princípios de Le Corbusier também se revelam explicitamente no projeto:

Quanto ao funcionamento, tudo se processa no nosso plano segundo a expressão de Le Corbusier: deve-se separar o pedestre da ronda infernal dos automóveis que circulam livremente. A distância percorrida pelo pedestre dentro da rede das quadras atingem no máximo 250 metros. (CLNCF, 1955: 78-79).

Daí a documentação põe em xeque não apenas a utilização única do plano de Costa. Ela revela a variedade de preceitos urbanísticos que chegaram no país e foram adaptadas conforme as necessidades ou anseios do projeto nacional. Sempre na mira do ideal de civilização ocidental, não importava de onde chegavam as teorias modernas desde que fossem europeias. A interpretação histórica que traça uma linha direta entre Le Corbusier - Lucio Costa - Brasília desconsidera intersecções dos outros planos utilizados durante a construção do Distrito Federal e as influências da “ortodoxia anglo-saxônica”.

Mas a referência aos ideais howardianas por si não atesta o caráter segregado da nova capital. Na verdade, são as políticas de implementação do modelo nas lógicas da “salvação” da natureza — do ambientalismo que seleciona quem são os que podem e os que não podem desfrutar de um ambiente seguro para a vida — que garantem até hoje uma cidade racial e socialmente dividida. Selecionam-se aqueles que serão salvos das catástrofes e aqueles que serão entregues ao desastre com falta de água e de condições básicas de vida (Capítulo 3).

Quando o relatório apresenta o “Esquema de Água e Esgoto da Nova Capital” assinado por Saturnino de Brito Filho, os planos de segregação são inegáveis. Saturnino foi herdeiro de um dos mais reconhecidos sanitaristas do Brasil, Saturnino de Brito (1865-1929), autor das obras de saneamento em Santos, Pelotas, Natal, Recife e outras cidades brasileiras. O pai desenvolveu o *tanque fluxível* utilizado mundialmente até os anos 1970. Também fundou o primeiro escritório consultivo de engenharia do Brasil, o Escritório de Engenharia Civil e Sanitária Francisco Saturnino de Brito (ESB), em atividade até 1978 com a morte do filho.

Brito Filho abre seu parecer com uma citação de Thomas Adams, britânico que integrava como um dos fundadores do *Garden City Movement* e responsável pelo *Regional Plan of New York*. A citação selecionada por Brito Filho coube como justificativa do planejamento sanitário na

construção da cidade fazenda, também referência à obra do pai, *Le Tracé Sanitaire des Villes*⁸⁸ (CLNCF, 1955: 81-82).

O esquema detalhado apresentado por ele toma como base o esboço feito pela Subcomissão de Planejamento Urbanístico. Em resumo, o engenheiro sugeriu um sistema de separação absoluta com dois coletores gerais e um tanque fluvial de duas descargas que ficaria próxima à estrada Luziânia-Planaltina, hoje BR-450, conhecida como EPIA (Estrada Parque Indústria e Abastecimento), é a principal via de saída e entrada do DF — se conecta com a BR-040 ao sul e, ao norte, com a BR-010 que desemboca na BR-020 (rodovia Juscelino Kubitschek), acesso ao nordeste brasileiro.

Outra preocupação de Brito Filho era sobre os ajuntamentos humanos que poderiam surgir ao longo dessa via de entrada e saída — o que de fato aconteceu durante a construção e um dos casos mais emblemáticos foi o da Vila do IAPI. Tomando o exemplo de Belo Horizonte ele alerta:

A dura lição de Belo Horizonte, onde se pode apreciar o lamentável contraste entre as expansões desordenadas das cidades nos arrabaldes e o traçado regular da área projetada pela Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais, precisa não ser esquecida no caso vertente. Na região a oeste da Nova Capital Federal merece atenção imediata a parte próxima à estrada de Luziânia - Planaltina, pois do contrário as facilidades proporcionadas por esta via de comunicação desde logo a um surto de habitações em desordem. Poder-se-á estabelecer em ambos os lados de tal estrada um grande bosque, ficando, se isso se fizer, a área de edificação da atualmente prevista para a Capital, contornada totalmente por espaços livres verdejantes (CLNCF, 1955: 84)

Aqui se traduz, em aspectos técnicos, a ideia de Cidade-Jardim. E, por mais que o projeto do urbanista Penna Firme, membro da comissão, não tenha sido o executado, o conselho de

⁸⁸ O trabalho foi premiado em 1916 em evento promovido pela *L'Association Générale des Hygiénistes et Techniciens Municipaux* (AGHTM) se tornando referência internacional para o sanitarismo (BERTONI, 2015: 127).

Saturnino de Brito Filho foi atendido com a instalação do Parque Nacional de Brasília à noroeste dessa via. Esse, contudo, não foi o único conselho que Brasília tomou de Saturnino:

Escolho a evitar é a formação de favelas, que brotam sempre como cogumelos nas orlas das aglomerações importantes, especialmente nos morros. As que se estabelecem durante a fase de construção da cidade, deverão ser feitas sob condição de destruição imediata logo após os operários em residências populares apropriadas. O memorial do Estudo Preliminar do arquiteto Penna Firme refere-se à propagação de cidades satélites nas adjacências das grandes vias de tráfego. Será necessário determinar a distância em km a que poderão estabelecer esses novos núcleos. A correlação entre os serviços de água e de esgoto de uma cidade e a importância que possuem em sua relação com as condições geográficas e locais, bem assinalada no texto da Memória do Plano Regional de Nova York inicialmente citado, conduzem-me a ponderar não me parecer ter sido de início convenientemente estudado o problema do abastecimento d'água à nova Capital Federal (CLNCF, 1955: 85).

Nos anos seguintes, durante a construção de Brasília, a interferência do sanitarismo, que carrega uma prática urbana social e racialmente excludentes, foi aplicada com a supervisão de Saturnino conforme verificamos nas atas de reunião do conselho superior da Novacap e nos jornais *Brasília*, editados pela companhia que aponta o próprio Saturnino de Brito Filho, através da ESB, como consultor do sistema de água e esgoto do Distrito Federal desde de maio de 1957⁸⁹ — com contrato que perdurou até, pelo menos, 1959 devido a aprovação pelo conselho de um aditivo do contrato⁹⁰.

Em sequência, as decisões tomadas pela Novacap, sob o argumento de preservação das águas da capital, carimbaram o ordenamento territorial do Distrito Federal pela lógica periferia-centro, destinando as cidades-satélites para além da “Faixa de Segurança Sanitária” ou “Faixa Sanitária”, a depender da documentação. Logo na sequência das primeiras ocupações, em 1958, os burocratas se adiantaram para tomar as medidas já sugeridas por Saturnino sobre a criação de cidades-satélites.

⁸⁹ ArPDF, Fundo Novacap, *Brasília*, ano I, julho de 1957, nº7, p. 4

⁹⁰ ArPDF, Fundo Novacap, NOV-B-2-3-0056 (1)d, p. 99

Esses núcleos não pararam de ser sugestionados nos planos e nas análises técnicas. William Holford, por exemplo, apontou em entrevista concedida para *O Jornal* em março de 1957 (logo após a comissão julgadora dos projetos para nova capital) que a expansão para o Plano Piloto poderia ser feita através das cidades-satélites:

Portanto, é preciso haver uma limitação do crescimento da cidade-mãe, uma vez alcançado o tamanho mais aconselhável; e os desenvolvimentos posteriores, especialmente dos centros agrícolas e industriais, devem ser planejados, a fim de que eles atuem como cidades-satélites e de apoio dentro da região. Os aspectos essenciais de uma satélite são: 1) que seja autossuficiente para fins ordinários de vida, trabalho e recreação; 2) que seja ligado por rápidas rodovias e ferrovias com a cidade-mãe, para as funções especiais que somente uma grande cidade pode oferecer, como universidade, teatro e ópera, comemorações e cerimônias públicas, departamentos governamentais etc. (HOLFORD, 2012: 32).

A dependência entre satélites e Plano Piloto em relação às opções de cultura e lazer, tema de debate hoje sobre “direito à cidade”, despontam na sugestão de Holford como modelo a ser seguido. Certamente, isso não impediu que os habitantes das satélites promovessem seus próprios eventos e locais para promoção da cultura e criação de espaços de luta por direitos (FREIRE 2021; SANTOS 2020).

Mas o que podemos aprofundar também através desse apontamento de Holford são as influências do urbanismo britânico para além do relatório de Albuquerque. Na prática, os consultores da Novacap seguiram uma tendência do desenvolvimentismo brasileiro com “descentralização urbana” na década de 1950. O mesmo projeto de planejamento regional seguido pelo desenvolvimentismo sul-africano de onde partem as primeiras experiências das *new-towns* e/ou *new satellites towns*.

Maria Fernanda Derntl (2020) tem apontado essas relações entre os colaboradores da Novacap durante a construção de Brasília. Ela destaca nomes como o de Jayme Zettel, chefe do Departamento de Urbanismo que acompanhou, nos anos iniciais da companhia, o desenho das primeiras satélites. Suas referências, assim como as de Saturnino, centravam-se na ideia de cidade-

jardim e no plano de reconstrução de Londres executado em 1944 (DERNTL, 2020: 126). Além dele, Derntl identifica Ernesto Silva, diretor da companhia entre 1956 e 1961, que defendeu um modelo inspirado nas *new towns* para construção de Taguatinga.

Assim como os sul-africanos, esse corpo técnico construiu uma trajetória intelectual alinhada ao que vinha sendo desenvolvido na Inglaterra. Zettel esteve no país britânico em 1959 “estudando e trabalhando e trabalhando com o especialista em planejamento regional Percy John-Marshall no *London County Council* (ou LCC, principal órgão da administração londrina, criado em 1889)” (DERNTL, 2020: 127).

Outro membro de corpo técnico identificado por ela e atuante na elaboração das cidades satélites foi Gladson Rocha, que projetou o plano inicial do satélite do Gama (1965). Além de ter morado na Inglaterra, ele participou, por intermédio da indicação de William Holford, de projetos de *new towns* na administração da própria capital inglesa.

Por fim, Harry James Cole foi outro técnico da Novacap que trabalhou sob influência da ortodoxia britânica. Em 1958 ele se juntou à Novacap depois de ter cursado pós-graduação entre 1955-1958 na *University College London* com trabalhos supervisionados por Percy Johnson-Marshall. Estava alinhado com os ideais ingleses do pós-guerra e a ênfase no planejamento da região em relação às cidades-satélites, postura que gerou desgastes com Lúcio Costa (LUCCHESE, 2009: 228; DERNTL, 2020: 127). Esses desgastes não se mostraram suficientes para impedir a gestão territorial do DF sobre a perspectiva inglesa, até porque Costa tomou uma postura de independência do projeto deixando a cargo dos técnicos — sobretudo, Augusto Guimarães (LUCCHESE, 2009: 225).

Nesse ponto devemos destacar que o termo cidade-satélite, apesar de não ter sido utilizado por Howard, foi se desenvolvendo no decorrer do século XX por alguns dos defensores da cidade-jardim. Crítica recente atenta para o fato de que “ainda que inspiradas em seu ideário, não viriam a produzir núcleos de caráter independente” (DERNTL, 2020: 128; HALL, 2011: 82). Os ideais de Howard, ligados ao socialismo utópico inglês (como vimos), previa a distribuição fundiária nas

mãos de um truste que “passaria os ganhos com arrendamentos à mão da municipalidade” (DERNTL, 2020: 128). E, ao mesmo tempo, esses núcleos independentes seriam formados por pessoas marcadas em diferenças ontológicas (Capítulo 3).

A proposta das cidades-satélites dos urbanistas ingleses na sequência de Howard foi um ponto de inflexão por serem planos de cidades mais dependentes do núcleo urbano central. Mas Osborn (1969) e Purdom (1949), rechaçaram essa crítica desde o ponto em que se associou a ideia de cidade-satélite como subúrbio industrial. Ao elaborarem o conceito “cidade-satélite”, vislumbravam que esses espaços seriam dependentes de algum modo a Londres, mas não totalmente (DERNTL, 2020: 129).

Quando o plano de Londres apresentado por Patrick Abercrombie foi aprovado em 1946, as cidades-satélites eram chamadas de *new towns* ou *new satellite towns*, que deveriam se situar entre 36 a 56 km do centro, “situadas no anel mais externo e fora do cinturão verde” (DERNTL, 2020: 132). Mas Derntl alerta que, mesmo os conceitos de *new towns* e *satellite towns* sendo próximos, a ideia de cidade-satélite ficou mais conhecida e, por mais que exista uma literatura controversa sobre essas origens e intercâmbios, seria possível encontrar um denominador comum entre elas por “serem constituídas em termos de incluir, trabalho, serviços e comércio para as necessidades diárias e a de equilíbrio entre diferentes grupos socioeconômicos ali presentes” (Derntl, 2020: 133).

Quando olhamos para o conceito de *township* na documentação sul-africana, encontramos algo aproximado. Na verdade, as *satellite towns* ou *new towns* aparecem antes como definições nos planos sul-africanos e, com o desenvolvimento desses núcleos, eles passam a ser nominados de *townships* (Capítulo 4). Ao contrário das *slums*, que seriam assentamentos humanos de origem espontânea, as *townships* carregam a racionalidade de agrupar equilibradamente pessoas de origem socio-racial conforme o planejamento urbano e regional de modo a oferecerem um certo nível de dependência/independência.

A separação entre diferentes classes foi rejeitada por alguns ideólogos, como Parker e Unwin, que recomendavam “evitar a separação total das diferentes classes de pessoas” (HALL,

1996: 111). No plano de Londres, Abercrombie alertava sobre os problemas que a separação de grupos por renda poderia causar (DERNTL, 2020: 133). No entanto, a experiência desses planos nas colônias não foi a mesma da metrópole. Em Johannesburgo, as *new towns* já estavam divididas por raças desde a década de 1930 (pelo menos), quando as primeiras remoções deram origem à Orlando em Soweto. O *apartheid*, modelo de segregação racial e urbana, não foi uma invenção única dos africanos. A experiência da colonização britânica forneceu toda a estrutura para aplicação das divisões espaciais e legais entre africanos e brancos de ascendência europeia.

No Brasil, a antiga capital colonial, imperial e federal, a cidade do Rio de Janeiro — bem como outras cidades no Centro-Oeste — era igualmente segregada. Com uma experiência secular de escravismo, os descendentes de africanos e povos originários se tornaram os habitantes dos morros e favelas à medida que a especulação imobiliária avançava pelos séculos XIX e XX.

Assim como em Johannesburgo, as ocupações humanas nas satélites de Brasília seguiram as regras já estabelecidas pelo passado colonial. A ocupação no Planalto de Witwatersrand, contudo, ocorre com peculiaridades da colonização britânica em busca de diamantes no século XIX. O Planalto Central brasileiro tem sua ocupação colonial na busca por metais preciosos que demandam o escravizado como *commodity* na formação da fronteira colonial no final do século XVIII e início do século XIX (KARASCH, 2016). Esse espaço adentra o XIX pela lógica latifundiária e pela especulação imobiliária que nunca cessou e se agrava com a chegada da nova capital federal no século XX.

Quando o termo satélites aparece para definir os assentamentos humanos que surgiram ao redor de Brasília, ele foi imaginado por Lúcio Costa como sendo uma “força centrífuga” proveniente de dois anéis em torno do Plano Piloto. Um anel mais próximo ao centro seria destinado às atividades agrícolas e outro, mais externo, às atividades industriais. A intenção primordial deste projeto era aproveitar a mão de obra nas satélites para as indústrias que viriam a se instalar, garantindo, assim, a preservação urbanística do Plano Piloto sem uma total dependência das áreas próximas.

Essa característica do planejamento de Costa foi interpretada como uma fuga do urbanismo ortodoxo (GORELIK, 2005). Mas não podemos o considerar, por isso, menos segregacionista. Afinal, que força é essa que empurraria os assentamentos para fora? Se olharmos com atenção as falas dos urbanistas e os movimentos dos agentes do estado, entenderemos o projeto. Em entrevista de 1995, Costa atribuiu a Israel Pinheiro o projeto de retorno dos trabalhadores às suas cidades:

[...] uma vez terminada a fase inicial, dos 3 anos iniciais de trabalho intensivo, um terço da população obreira que tinha ido a Brasília para construir a cidade, chegando no momento da inauguração, voltaria para seu país de origem: outro terço - como eram quase todos operários de tradição rural - a solução era criar um cinturão verde, agrícola, em torno da cidade. (Costa apud Oliveira, 2005).

Esse projeto veio a cabo em 1964, semanas após o golpe civil-militar. A chamada “Operação Retorno” tinha como objetivo remover da cidade quem fosse considerado “mão de obra ociosa”⁹¹ (SANTOS, 2020: 11). Essa mão de obra excedente, contudo, não surgiu por acaso. Israel Pinheiro sabia, pelo conselho que havia recebido das construtoras, que o custo de trabalho seria mais vantajoso quanto mais abundante fosse a oferta da mão de obra⁹². Em suma, vemos aqui uma política semelhante à *apartheid* sul-africano que, exercendo um controle biométrico sobre os trabalhadores ociosos nas cidades, destinava-os para as fazendas de proprietários brancos na zona rural (POSEL, 1992; BRECKENRIDGE, 2014; Capítulo 4).

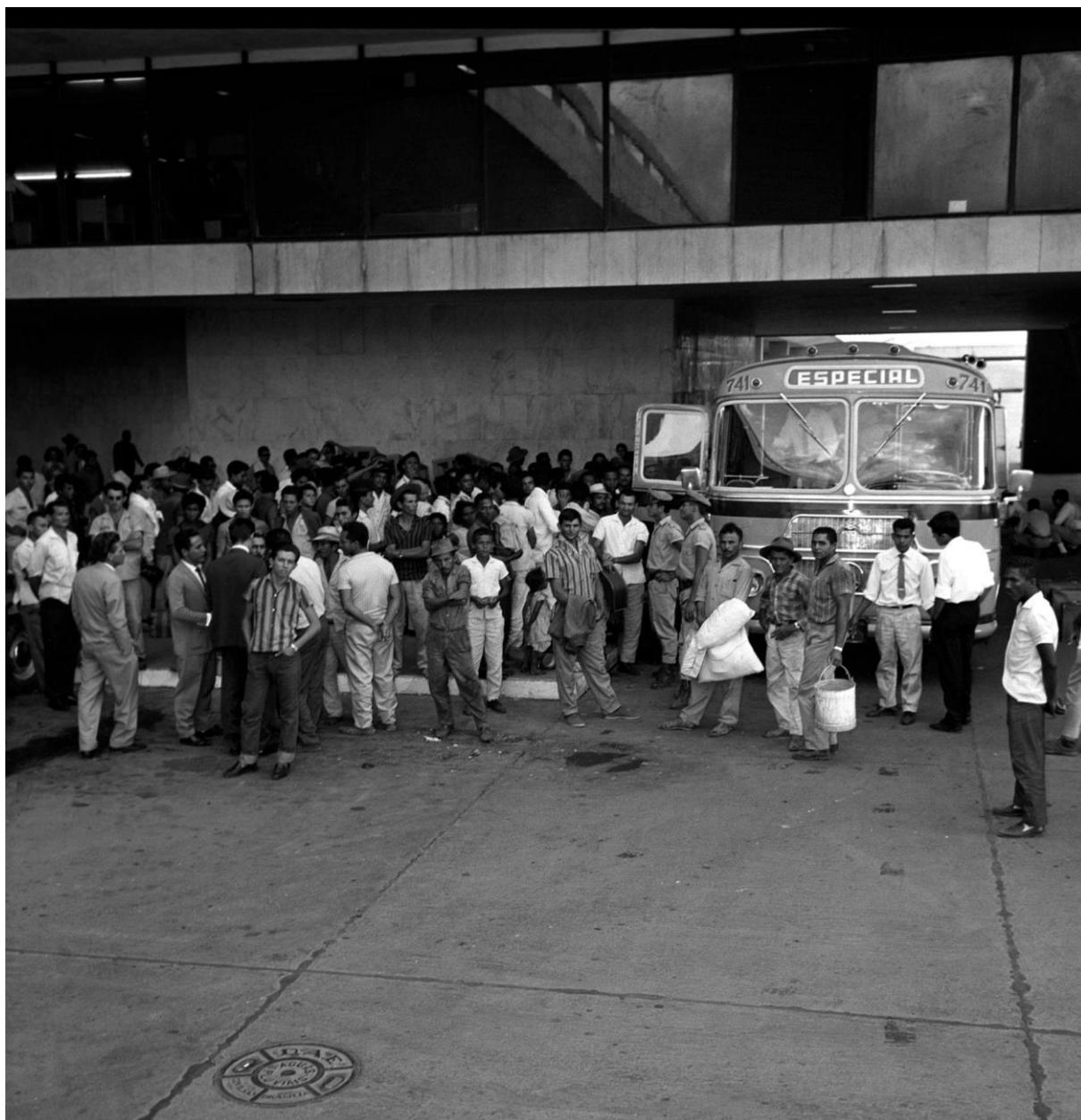
A princípio as pessoas retornadas compulsoriamente tinham origem no estado de Goiás — em especial provenientes das cidades de Anápolis e Goiânia (em média 200 km distante de Brasília). Em uma operação articulada com órgãos do estado — a saber, a Superintendência-Geral de Segurança e Interior da Prefeitura do Distrito Federal e a Fundação de Serviço Social —, tinha-se

⁹¹Através da exposição *Reintegração de Posse: Memórias e Histórias da População Negra no Distrito Federal* (2019), coordenada por Ana Flávia Magalhães Pinto, foram encontradas cenas e documentos dessa operação. O trabalho coletivo das seleções de documentação do ArPDF, da qual tive o privilégio de participar, foram fundamentais para desenvolver parte das pesquisas nesta tese.

⁹² ArPDF, *Fundo Novacap*, Nov. B. 3. 0119(3)d.

como objetivo a remoção e a restrição da entrada de pessoas (SANTOS, 2020: 12). Aquilo que no *apartheid* sul-africano chamou de *influx control*.

Figura 18 - Operação Retorno em 1964



Fonte: ArPDF, Fundo SCS, EF 6 1 B 2.

De todo modo, o movimento de construção das satélites ocorreu quase que concomitantemente ao concurso que elegeu o plano de Costa. As tomadas de decisão da Novacap sugeriam isso desde 1957 — antes da remoção para Taguatinga em 1958:

O Conselho da Companhia determinou, em 1957, que ‘os estabelecimentos industriais do novo Distrito Federal serão localizados nas cidades-satélites da nova capital’ e só ‘por exceção’ na zona rural, mediante condições estabelecidas para o tamanho dos lotes, os prazos de seu arrendamento. (DERNTL, 2020: 135).

Os cinturões verdes, sugeridos pelo conselho da Novacap, fazem parte de uma prática de logística de abastecimento das cidades no planejamento regional dos anos 1950. Iniciativas governamentais em âmbito nacional já haviam sido adotadas desde o governo Café Filho. JK dará sequência nesse modelo e, em 1957, é assinado o plano de abastecimento para o DF pelo economista Benjamim Cabello. O plano não se ateve apenas ao abastecimento, ele previa as cidades-satélites funcionando dentro desses núcleos de modo que atenderia o crescimento centrífugo do plano original. Ajustes ao plano, contudo, indicavam a concentração do setor em um único espaço recuado a 30 km do Plano Piloto. Por mais que esse plano não tenha sido o adotado, Derntl lembra que: “no início dos anos 1960, construiu-se o Setor Residencial Indústria e Abastecimento, expandido em 1967 para formar uma das cidades-satélites de Brasília, denominada Guará” (2020: 136).

Na sequência, outro plano ainda foi apresentado por Lucídio Albuquerque. O arquiteto previa a instalação de Unidades Socioeconômicas Rurais (Users). Contudo, nos anos seguintes o plano foi descartado, “passando-se a enfatizar núcleos rurais com caráter autônomo” (DERNTL, 2020: 137).

- As águas estão correndo das instalações provisórias para as obras definitivas e considerando que essas águas irão alimentar o futuro lago de Brasília, sem dúvidas estarão poluindo ao nascer.

Imediatamente Israel, disse:

- A sua preocupação é improcedente, porque essas instalações são provisórias e vão ser, brevemente, *removidas* de onde estão, portanto quando houver lago, elas não mais existirão.

E este era, sem dúvida, o propósito da Novacap. (TAVARES, 1995: 33)

Tavares se queixa, em seguida, da permanência da Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante: “Lamentavelmente, a “Cidade Livre” permaneceu e o lago nasceu poluído, fato que até hoje tem custado muito trabalho e enormes despesas” (TAVARES, 1995: 33). Assim, na intenção de evitar que outros assentamentos ocupassem a área, ele propôs logo em seguida da criação da DTA a pavimentação da “Faixa Sanitária”:

[...] contando com a colaboração do engenheiro Inácio Lima Ferreira, dos topógrafos Jayme Macedo Quiroz, Luiz Armínio e do desenhista João Alcides Homar, traçamos uma linha envolvendo todas as vertentes que convergiam para o Lago Paranoá e propus uma regulamentação para ocupação daquelas áreas, de maneira a evitar sua poluição. À referida linha, que media 120 km, denominei **Faixa Sanitária**. (TAVARES, 1995: 33).

A menção à Faixa Sanitária é anterior a criação da DTA — fundado entre fevereiro e março de 1957⁹³. Ela já aparecia no plano de abastecimento de Benjamim Cabello (DERNTL, 2020: 138). Contudo, a delimitação da faixa foi solicitada pelo conselho da Novacap em 1958⁹⁴ e estabeleceu as áreas edificáveis e não edificáveis dentro desse perímetro urbano (LEMOS, 2017: 110). Por um lado, a faixa ratificou a especulação imobiliária no Distrito Federal ao definir um excedente de terras dentro desse perímetro (superfluidade). E, ao mesmo tempo, na lógica de sanitização dos centros urbanos, determinou o lugar de todas as formas de vida ao bom funcionamento da cidade⁹⁵.

⁹³ ArPDF, Fundo Novacap, *Brasília*, ano I, março de 1957, n°7, p. 15.

⁹⁴ ArPDF, Fundo Novacap, *Brasília*, ano II, março de 1958, n°21, p. 28.

⁹⁵ Por meio da definição da faixa que se estabeleceu os terrenos que seriam vendidos para angariar fundos na construção de Brasília, como lembra Tavares (1995: 35). A relação entre a área, conhecida hoje como setor de mansões do Parkway, e a Faixa Sanitária ficam evidentes quando olhamos também para a documentação das Atas do Conselho da Novacap: “Aprovou, ainda, o conselho a inclusão do serviço de arruamento das mansões em uma das cinco tarefas

Na verdade, como já alertamos, a especulação imobiliária ocorreu nesse duplo e concomitante processo: superfluidade espacial e coisificação humana em termos sociais e biológicos — consequentemente, raciais e generificados como vimos pela construção imbricada dessas categorias ocidentais durante a colonização (OYĚWÙMÍ, 1997). Um antigo processo do capital/colonialismo que, modernizado nas cidades do século XX, trabalha na dinâmica da superfluidade e indispensabilidade de coisas, espaços e pessoas.

Nessa dinâmica, a Faixa Sanitária de Brasília foi mais rígida que o cinturão londrino de 1944 (DERNTL, 2020: 138) e próxima ao cinturão de Joanesburgo traçado por Rotival em 1953, dado que os perímetros de Joanesburgo e Brasília não permitiam a concomitância de atividades agrícolas e de lazer .

Ao final dos anos 1950 e no decorrer dos 1960, as cidades ao redor de Brasília ganharam formas e reconfigurações a partir das remoções forçadas. Após Taguatinga (1958), Sobradinho (1959) e Núcleo Bandeirante (1960) são estabelecidas como novos núcleos satélites projetados pela Novacap. Em grande medida, as satélites são resultados das mobilizações sociais dos migrantes que chegavam ao Distrito Federal (HOLSTON, 1993; LEMOS, 2017; DERNTL, 2020; SANTOS, 2020).

Essas cidades-satélites seguiram modelo urbano planejado com o núcleo central no Plano Piloto. Nas décadas seguintes, parte desse cinturão dá lugar à especulação imobiliária e o DF, entre nos anos 1980 e 1990, vê surgir outras cidades-satélites, como Águas Claras e Vicente Pires. Ambas são resultados do desmembramento da área rural de Taguatinga, mas o caráter de suas ocupações é distinto. A primeira com um incentivo aberto do governo em transformar essa área de ocupação em uma região que atendesse a classe média branca do DF e, a segunda, fruto de loteamentos e grilagem na área rural sem incentivo direto do estado (RIBEIRO, 2013: 28-35).

anteriormente autorizadas para Faixa Sanitária e dentro do mesmo sistema?. Ver: ArPDF, Fundo Novacap, NOV-B-2-3-0056 (1)d, p. 133

Esse controle das ocupações nas satélites durante os anos iniciais foi feito com atenção às classificações socioeconômicas e raciais, tendo em vista a relação intrínseca entre raça e classe no Brasil e no seu histórico escravista. Assim a Novacap direcionou esses territórios aos trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda majoritariamente negros e negras. Ainda por indicação do próprio órgão, os lotes comerciais deveriam ser destinados aos pequenos comerciantes sem recursos (DERNTL, 2020: 141; SILVA, 1970: 316).

Já o controle da ocupação do Plano Piloto, por sua vez, ocorreu como em *Kantsaywhere* (Capítulo 3). A prioridade das habitações na área central foi realizada através de um sistema de pontos onde os funcionários foram “escolhidos segundo os critérios de mais longo período de trabalho, maiores ganhos salariais, maior número de dependentes e função exercida” (BERTONE, 1987 apud DERNTL, 2020: 141).

Durante anos a desigualdade na oferta de infraestrutura entre as satélites e o Plano Piloto foi uma das principais questões do Distrito Federal — acentuando as desigualdades. Esse problema, contudo, foi paulatinamente sendo resolvido entre os anos 1980, 1990 e 2000 à proporção que se expandiam as fronteiras e as ocupações de outros assentamentos para a região do Entorno do DF (divisa com o Goiás). Na verdade, observamos que esse período simbolizou uma mudança na gestão territorial do DF. Ao lado das já mencionadas criações de cidades-satélites dentro da Faixa Sanitária, houve uma ressignificação desses territórios por parte da própria administração pública. Em 1998 um decreto distrital proibiu o uso do termo “satélite” para designar as “regiões administrativas”:

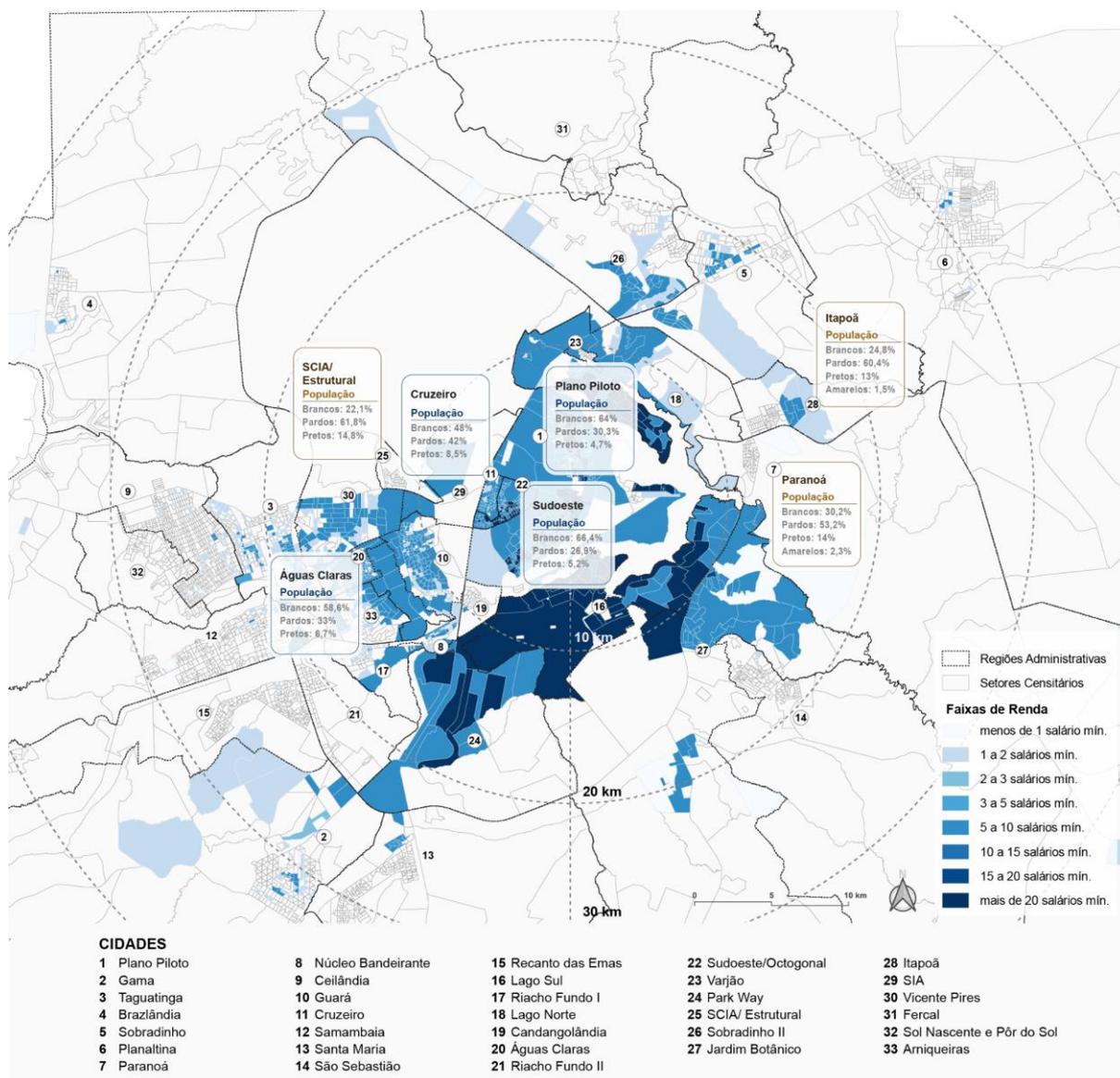
O decreto parece ter sido motivado pela intenção de reconhecer os núcleos periféricos como entidades urbanas independentes. Cabe notar, porém, [...] o caráter relativamente independente é considerado essencial para a definição de cidades-satélites (DERNTL, 2020: 142)

Assim, concordamos com Derntl:

A motivação subjacente ao decreto deve ter sido, enfim, a tentativa de banir uma expressão que havia adquirido forte conotação negativa e se torna reveladora de um contexto de desigualdade social (DERNTL, 2020: 142).

Mas acrescentamos que o surgimento dessas novas regiões estava voltado para suprir a crescente classe média branca do Distrito Federal, como Sudoeste e Águas Claras. Essas regiões não fazem parte do Plano Piloto, mas foram projetadas nos anos 1990 para ocupar áreas antes destinadas ao Cinturão Verde de Brasília. A resignificação das satélites em “regiões administrativas” é parte da política de anistia e apagamento da memória da exclusão, próprio da gênese da capital federal. As pessoas autorizadas a ocupar esse espaço eram membros de uma classe média branca, como aponta o mapa.

Mapa 9 – Distribuição da População Branca do Distrito Federal em 2010



Fonte: Raquel Freire, 2021. Sistemas de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000 UTM 23-S. Bases Cartográficas: SEGETH, 2019. Base de Dados: IBGE, 2010. Escala: indicada

Fazendo uma análise de geoprocessamento com os dados divulgados pelo censo IBGE 2010 e apontando a distribuição racial do Distrito Federal identificamos que em azul a concentração de pessoas brancas. Destaca-se Águas Claras (cidade 20) e Sudoeste (cidade 22) para evidenciar a concentração de pessoas brancas nesse processo recente de ocupação. Essas áreas chegam a ter

64% da população autodeclarada branca — valor próximo, quando não superior, à população branca do Plano Piloto.

Essa desigualdade racial está correlacionada com as áreas de maior valorização imobiliária. Ela revela como a especulação ocorre na medida da definição dos corpos que podem ou não ocupar os espaços transformados em vazios pelo poder do Estado — reforçada em Brasília pela narrativa da modernidade sem história.

Um estudo sobre o mercado imobiliário no Distrito Federal, elaborado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), colabora com nossa análise. Se tomarmos como base os valores dos aluguéis nas “regiões administrativas”, veremos essa relação com as áreas mais valorizadas. Observemos na Tabela 1 o valor médio no aluguel por região com base nos dados do censo IBGE 2010. O Plano Piloto somava valores médios no aluguel de R\$1.356,37; em Águas Claras, os valores correspondiam a R\$925,08; já Sudoeste/Octogonal somavam R\$1.453,58. Por outro lado, os valores são muito mais baixos em cidades como Paranoá, com média de R\$407,71; seguida de Estrutural/SIA com R\$338,04; e Itapoã, valor mais baixo, com R\$319,93.

Esses dados não podem ser analisados isoladamente. Há de se argumentar que a relativa distância entre centro e periferia garante uma diferença nesses valores. Contudo, podemos observar (Tabela 3) que a distância entre Estrutural e Plano Piloto é de 16,4km, enquanto Águas Claras dista 20,8km do centro. Considerando, ainda, (Tabela 4) que a infraestrutura pública fornecida é 91,20% na Estrutural e 90,75% em Águas Claras.

Tabela 3 - Dados do valor médio do aluguel e as médias características dos imóveis

Região Administrativa	Valor do Aluguel	Dormitórios	Cômodos	Banheiros	Observações
Plano Piloto	1.356,37	2,11	6,18	1,84	2.819
Gama	430,89	1,99	5,07	1,14	1.624
Taguatinga	527,63	1,97	5,16	1,31	3.331
Brazlândia	362,81	1,93	4,93	1,16	437
Sobradinho I	569,89	2,07	5,52	1,39	655
Planaltina	326,05	1,96	5,00	1,23	1.617
Paranoá	407,71	1,64	4,15	1,17	548
Núcleo Bandeirante	699,49	1,98	5,48	1,45	454
Ceilândia	372,25	1,84	4,75	1,12	5.860
Guará	772,14	2,21	5,75	1,47	1.438
Cruzeiro	1.002,34	2,39	6,26	1,45	333
Samambaia	365,55	1,85	4,65	1,11	2.367
Santa Maria	340,30	1,89	4,93	1,19	1.118
São Sebastião e Jardim Botânico	396,11	1,73	4,46	1,21	1.096
Recanto das Emas	341,73	1,73	4,64	1,18	1.229
Lago Sul e Park Way	3.912,08	3,21	12,0	3,64	156
Riacho Fundo I	552,29	1,82	4,77	1,25	572
Lago Norte e Varjão	1.268,73	1,86	5,54	1,76	303
Candangolândia	633,45	1,85	4,81	1,24	499
Águas Claras	925,08	2,03	6,00	1,81	1.066
Riacho Fundo II	375,44	1,80	4,58	1,11	452
Sudoeste/Octogonal	1.453,58	1,80	5,84	1,73	655
Estrutural e SIA	338,04	1,23	4,43	1,19	164
Sobradinho II	538,30	3,12	8,62	2,03	736
Itapoã	319,93	1,74	4,10	1,05	437
Vicente Pires	534,26	1,97	5,43	1,43	406

Elaboração: A autora baseada no CENSO 2010 do IBGE.

Fonte: CODEPLAN, *A Influência das Amenidades no Mercado Imobiliário do Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN, 2019: 19.

Tabela 4 - Dados das características ambientais por Região Administrativa

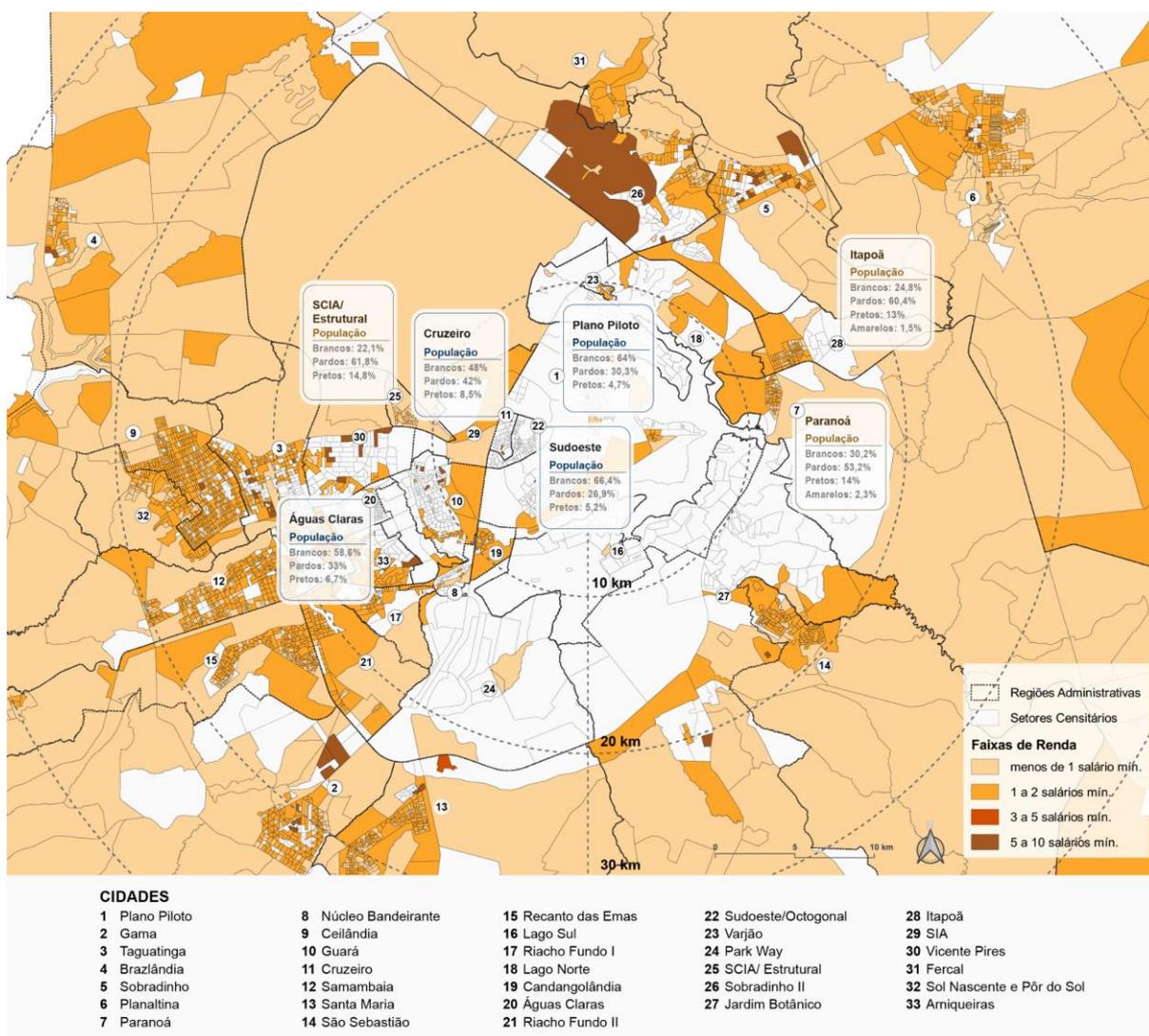
Região Administrativa	Distância do Plano Piloto	Metrô	Infraestrutura Pública	Parques	CCP
Plano Piloto	0,0	8	99,21%	4	5.895
Gama	34,4	0	96,96%	3	1.328
Taguatinga	22,8	3	99,36%	3	4.215
Brazlândia	48,7	0	98,55%	1	273
Sobradinho I	26,6	0	94,75%	2	851
Planaltina	44,8	0	97,59%	2	1.814
Paranoá	20,9	0	99,04%	1	640
Núcleo Bandeirante	14,4	0	99,03%	0	544
Ceilândia	29,2	5	82,56%	1	5.537
Guará	14,1	3	99,53%	1	1.439
Cruzeiro	9,4	0	99,53%	0	253
Samambaia	30,1	3	98,82%	1	2.829
Santa Maria	32,7	0	99,16%	1	1.567
São Sebastião e Jardim Botânico	22,8	0	96,83%	1	707
Recanto das Emas	30,3	0	97,27%	1	1.832
Lago Sul e Park Way	7,7	0	88,17%	3	385
Riacho Fundo I	22,0	0	98,83%	1	323
Lago Norte e Varjão	13,7	0	96,05%	2	234
Candangolândia	15,8	0	99,45%	1	139
Águas Claras	20,8	3	90,75%	1	1.341
Riacho Fundo II	34,0	0	96,13%	0	237
Sudoeste/Octogonal	7,9	0	99,60%	1	348
Estrutural e SIA	16,4	0	91,20%	1	799
Sobradinho II	28,5	0	88,58%	0	247
Itapoã	25,2	0	92,53%	0	516
Vicente Pires	17,7	0	86,44%	0	396

Elaboração: A autora baseada no Google Maps, site do Metrô do GDF, Codeplan e Ibram.

Fonte: Fonte: CODEPLAN, *A Influência das Amenidades no Mercado Imobiliário do Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN, 2019: 21.

Voltamos, então, à análise de geoprocessamento relacionando cor e espaço no Distrito Federal. Identificamos no Mapa que a cidade-satélite da Estrutural (cidade 25) possui uma população 76% negra (considerando a soma de pretos e pardos, feita pelo próprio IBGE). Depois temos Itapoã (cidade 28), com 73% da população negra; e, por fim, Paranoá (cidade 7) com 67% da sua população negra.

Mapa 10 - Distribuição da População Negra (Pretas e Pardas) no Distrito Federal em 2010



Fonte: Raquel Freire, 2021. Sistemas de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000 UTM 23-S. Bases Cartográficas: SEGETH, 2019. Base de Dados: IBGE, 2010. Escala: indicada.

Assim, é sintomático a média dos aluguéis de Águas Claras estarem 63,46% acima da média dos aluguéis na Estrutural. Mesmo considerando que a distância entre a primeira cidade e o Plano Piloto seja maior do que entre a segunda em relação ao mesmo centro. Isso diz sobre a valorização dos imóveis e a especulação imobiliária estarem relacionados aos processos históricos e sociais da formação e ocupação desses territórios, como temos alertado.

O estado de terror e exceção, reproduzido sobre as populações que carregam no corpo a marca desse processo de construção histórica (povos originários e africanos em diáspora), retroalimenta o imaginário colonialista e racista de espaços de morte e selvageria — frutos da própria violência colonial (Capítulo 1). Logo, criam-se imagens fixadas desses lugares e dessas pessoas que produzem efeitos no real, como é o caso da especulação imobiliária (MBEMBE, 2011; LEMOS, 2018). O racismo, nesse sentido, não só é fruto da estrutura como é também estruturante do capitalismo.

O Dilacerar nas Cidades-Satélites

As remoções dos assentamentos existentes ao redor de Brasília, durante e logo após a construção, fizeram parte de uma política de Estado com o suposto pretexto de assegurar a saúde e segurança da população do Distrito Federal. Mas que, como vimos, estavam previstas antes mesmo da construção. O fornecimento desses recursos básicos à manutenção da vida nesses locais foram lentos e graduais. Residências dignas, água potável, saneamento básico, só alcançaram a cidade de Ceilândia, por exemplo, depois de 1980. O plano de infraestrutura da cidade só foi elaborado no final de 1974, ou seja, 3 anos após o início das remoções⁹⁶.

Segundo relatórios oficiais, a remoção desabrigou cerca de 80 mil pessoas durante os anos de 1971 e 1972. A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), sigla que deu nome à cidade, foi promovida pelo governo local no momento em que o nacional-desenvolvimentismo ganhava

⁹⁶ ArPDF, *Biblioteca*, Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, 1973, p. 24

novos contornos e estabilidade com a ditadura civil-militar em plena ascensão. Primeiramente, houve a tentativa de convencer as famílias da Vila do IAPI⁹⁷ que a mudança seria positiva. Através do slogan “A Cidade é uma Só” a Secretaria de Comunicação Social elaborou um vídeo com crianças daquela vila cantando um *jingle*, nunca recuperado nos arquivos, mas representado no docudrama homônimo dirigido por Ardiley Queirós (2013). A estratégia não surtiu efeitos e a solução encontrada foi a remoção forçada das famílias em março de 1971, mesmo sem a construção das casas de alvenaria. Como relata Dalva Afonso N. Rodrigues, uma das primeiras moradoras da Ceilândia, em entrevista realizada ao Programa de História Oral do Arquivo Público do DF:

– Agora, chegava aqui dona Dalva, chegava aqui em Ceilândia, só estava o

– Cerrado.

– Cerrado. Como é que vocês faziam assim que chegava aqui, tinha que organizar logo alguma coisa para acolher a família.

– A começar que tinha que limpar o terreno.

– Certo.

– Tinha uns toquinhos muito pequenininhos, mas nem se via por causa do cerrado.

– Ah sim! demarcando o terreno.

– Demarcando, a gente tinha que limpar para construir, foi no mês de dezembro, chovendo demais.

– Demais nessa época.

– E nós ficamos onze dias debaixo de chuva. (RODRIGUES, 2002: 10).

Esse registro sobre o modelo das remoções também é encontrado em relatório produzido pela Secretaria de Serviços Sociais e pelo Departamento de Habitação Social de 1973. Os barracos foram remontados pela comunidade ou, quando as líderes familiares eram viúvas, por funcionários da administração. Não houve, portanto, construção prévia de residências de alvenaria⁹⁸. Aliás, a

⁹⁷ O primeiro hospital de Brasília foi uma iniciativa do IAPI, órgão fundamental nas políticas de habitação social até a sua dissolução com a ditadura civil-militar e a unificação das aposentadorias. Ao redor do hospital assentou-se uma vila, provavelmente pela facilidade em obter atendimento e condições básicas de existência.

⁹⁸ ArPDF, *Biblioteca*, Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, 1973, p. 36

Secretaria de Comunicação Social da época registrou em fotografias esse modelo de remoções feitas durante o ano de 1971 como verificamos nas Figuras 19 e 20:

Figura 19 Família Removida do IAPI Reconstruindo Casa em Ceilândia



Fonte: ArPDF, Fundo SCS, HF.12.8.F.2

Figura 20 - Móveis de Famílias Removidas no Terreno em Ceilândia



Fonte: ArPDF, Fundo SCS, HF.12.8.C.1

A história da chegada e do estabelecimento desses moradores no Distrito Federal, antes da Vila IAPI e da Ceilândia, também é marcada por uma série de acontecimentos que envolvem relações sociais complexas, de vínculos afetivos ou de relações desiguais de trabalho. Antônia Alves da Silva, conhecida como Toinha, é uma das nordestinas que encontramos na pesquisa do projeto de história oral. Ela narra sua chegada, as dificuldades enfrentadas e as redes de parentesco e afetividade que se criavam no ambiente da nova cidade:

– A minha chegada aqui no início foi muito cruel, eu cheguei aqui um dia 5 da tarde, quando foi 6 horas já estava internada.

– Porquê?

– Eu tomei um banho na divisa e eu não estava bem de saúde, então fiquei mal. Tomei remédios no hospital.

– Ficou com resfriado muito forte?

– Foi, eu fiquei toda entubada, eu fiquei dois meses e quinze dias internada, foi muito triste, mais eu não desisti, de lá do hospital... que eu vim para a casa de uma afilhada, de uma madrinha de fogueira minha, olha o parentesco que a gente tinha. Ela era afilhada da minha madrinha de fogueira e chegando na casa dela já fui me internar, lá no hospital, aquelas pessoas que cuidavam de mim, gostaram de mim, inclusive a copeira me levou para a casa dela.

– Que bacana!

– É, eu fiquei na casa dela 2 anos, trabalhando pela comida e era babá dos filhos dela, aí de lá eu... (SILVA, 2002, p.6).

A escolha do local para a criação da Ceilândia obedeceu à estipulação de uma distância considerável do centro. No relatório de 1973, dentre as justificativas elencadas para a escolha do território, observamos o ponto: “área localizada fora da faixa de segurança sanitária”⁹⁹. Como vimos, desde os argumentos de Saturnino de Brito Filho em 1955, a aparente preocupação com a distância entre assentamentos e o lago girava em torno da preservação do lago. Contudo, as ações

⁹⁹ ArPDF, *Biblioteca*, Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, 1973, p. 24

para tratamento de água e esgoto para Asa Sul e Asa Norte (bairros centrais de Brasília) foram executadas muito tardiamente. Até 1977 as estações de tratamento de água dessas áreas não haviam sido concluídas e os dejetos humanos eram todos lançados no Lago Paranoá (HOLSTON, 2010: 334).

Inclusive, a crise no tratamento de água do lago Paranoá tornou-se um problema relatado pelo *Correio Braziliense*. Em outubro de 1984, a população se queixava de contaminação pela água e a Universidade de Brasília indicava, pela análise do material, a presença de bactérias nocivas à saúde humana. Em resposta, o diretor da Companhia de Água e Esgoto de Brasília (CAESB) afirmava que as águas não estariam contaminadas, assim o jornal dava a manchete “Um pouco de sujeira não faz mal”. Contudo, um dos compromissos do diretor era a criação de uma usina de tratamento no lago¹⁰⁰.

Portanto, podemos dizer que, até 1984, não havia preocupação alguma por parte da administração de Brasília com os dejetos da população da Asa Sul e da Asa Norte. Postura muito diferente daquela alardeada desde o início da construção de Brasília sobre os assentamentos espontâneos (conhecida por invasões ou favelas) que poderiam poluir as águas. Mais um indício de como o argumento ambiental era manejado de forma a garantir a segregação sociorracial da cidade moderna.

A despeito da estrutura e das lógicas de segregação impostas desde o surgimento do Distrito Federal, as mobilizações não pararam de acontecer. Inclusive em Ceilândia que, assistirá nos anos seguintes uma batalha entre os moradores e a Terracap. O historiador Marcos Santos (2020) produziu recentemente um trabalho sobre esse associativismo e as lutas articuladas por pessoas negras nesse território.

¹⁰⁰ *Correio Braziliense* [Brasília, DF] 23 de outubro de 1984, p. 19

Com a remoção em 1971, o governo havia se comprometido com a oferta de um preço compatível para aquisição dos lotes fracionados no momento da criação da cidade. Mais tarde, no ano 1979, a Terracap apresentou um plano com um pagamento muito acima do esperado pelos moradores (SANTOS, 2020: 22). Nesse momento, uma articulação entre moradores insatisfeitos com a proposta da Terracap resulta na criação da Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC). O nome, idealizado por Hermínio Ferreira da Costa — homem negro e um dos principais articuladores da associação — é uma referência às “pessoas que lutam com coragem, de luta permanente”¹⁰¹.

A articulação entre algumas dessas associações no final dos anos 1970 não passava despercebida pelos órgãos de repressão da ditadura-civil militar no país. Ainda no processo de reabertura política “lenta e gradual” iniciada no governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), esses órgãos continuaram uma política de vigilância, sobretudo porque esses grupos seriam um problema à medida que “tornavam pública a maneira como o Estado negligencia os territórios periféricos, e demonstrava que as necessidades básicas de habitação não seriam solucionadas apenas por mutirões” (SANTOS, 2020: 32).

Mas a atuação da ASSIMOC não se restringiu à disputa institucional, na verdade, delimitar a ação dos Incansáveis apenas em âmbito jurídico é inviabilizar a agência histórica dos indivíduos na formação política e cultural dos seus espaços, como ressalta Marcos Santos (2020: 36). O movimento teve, para além da luta de regulamentação dos lotes, uma construção política por meio do jornal *A Voz da Ceilândia*.

Assim, logo após a vitória da batalha judicial e a garantia de um preço justo para a aquisição dos lotes onde foram alocadas as famílias removidas, os Incansáveis promoveram através do jornal um instrumento de mobilização política e cultural. Além disso, organizaram uma série de

¹⁰¹ *Conterrâneos Velhos de Guerra*. Direção: Vladimir Carvalho. Brasília, 1992. 51:23 min.

seminários em 1983, destinados a debates de temas como violência urbana, saneamento e saúde (SANTOS, 2020: 47).

A Voz da Ceilândia, em sua primeira edição, de outubro e dezembro de 1981, trazia na capa a denúncia de tortura da polícia contra jovens moradores. Ao mesmo tempo em que a organização pautava o direito à moradia, ficava evidente seu papel como articuladora de formação política através das denúncias, incentivo da participação em eventos culturais e debates sobre direito e cidadania.

Figura 21 - Capa do Jornal A Voz da Ceilândia



Fonte: Acervo Pessoal, *A Voz da Ceilândia*, ano 1, nº 1, 1981

Com convocatórias para que os moradores participassem do jornal com o envio de cartas e sugestões de matérias que poderiam ser publicadas, a linha editorial deixava claro que a construção desse instrumento era coletiva¹⁰². Garantindo, dessa forma, que a voz dos moradores ecoasse como uma alternativa às narrativas construídas pela grande mídia; sobretudo o *Correio Braziliense*, que reforçou por anos a ideia de que a Ceilândia fosse um espaço exclusivamente circunscrito na violência (SANTOS, 2020: 50).

Assim, por meio de uma releitura poética da realidade, os participantes do jornal conseguiam não apenas produzir denúncias, mas convocar os leitores para suas possibilidades de ação em favor da liberdade. Bete, por exemplo, é uma das poetisas que aparecerá desde a primeira edição e que evidencia as lutas sociais e raciais latentes no território. No poema *Um Natal Diferente*, a autora apontava o drama da vida “não vivida”:

Eu queria esse ano/um natal diferente/não quero tantas festas/nem peço também presentes/só quero felicidades/pra mim e pra essa gente/Essa gente tão sofrida/que nem sabe o que é viver/essa vida, nem é vida/se, se vive, não sei porque¹⁰³

Em edição seguinte, Bete expõe com poema *Desigualdade* as dicotomias entre negros e brancos, centro e satélites, reproduzidas no território do Distrito Federal. Dessa forma, por mais que a narrativa de uma integração social e racial tenha sido a matriz do discurso sobre o qual se fundou a capital moderna, seus habitantes estavam atentos a tais dinâmicas e encorajaram por meio de suas ações outras pessoas a refletirem sobre os mesmos processos:

Por que na casa do rico/Só finos pratos se come/No entanto, as vezes o pobre/Bebe água, pra matar fome./Por que existem filhos/Tão felizes com seus pais/Enquanto pobres crianças órfãs/Sofrem na vida seus ais/ Eu juro que queria saber/ Porque tanta diferença enquanto uns são cristãos/ Outros já perderam a crença/ Por que existe na vida/A diferença de cor/Se o preto tem

¹⁰² *A Voz da Ceilândia* [Ceilândia, DF] ano I, nº1, out/nov 1981, p. 2

¹⁰³ *A Voz da Ceilândia*, [Ceilândia, DF] ano I, nº2, dez 1981 /jan 1982, p. 3

que ser servente/ E o branco tem que ser doutor/ Se o preto é sempre humilhado/ O branco é recebido com amor/ Só dá gente nascer preto/ Só isso já traz muita dor/ Por que gente? Por que?/ A desigualdade existe/ É triste, é cruel, é desumano/ Nisto eu insisto. É triste¹⁰⁴.

Por um lado, o poema de Bete anuncia e convida à mobilização da luta contra as crueldades e desigualdades sociais, raciais e de gênero (SANTOS, 2020: 52). Por outro, ele é revelador de como as associações, compostas majoritariamente por pessoas negras, mobilizaram também discursos e reflexões sobre raça mesmo sem o aparato conceitual-teórico acadêmico. Rompendo com a narrativa de que a mobilização dos agentes negros no pós-abolição se dava apenas em entidades do movimento negro organizado.

Como ressalta Marcos Santos, “essas pessoas lutaram por aquilo que acreditaram e estiveram engajadas em disputas que exploravam os limites que eram impostos pelo regime ditatorial”. De modo que a mobilização dos Incansáveis em pautas raciais continuou nos anos seguintes articulada, inclusive, com a luta internacional pelo fim do *apartheid* sul-africano (SANTOS, 2020: 52).

Os anos 1980 no Brasil e na África do Sul, adensaram as lutas que vinham sendo travadas desde os anos 1960 e 1970 no endurecimento de ambos regimes ditatoriais. No ano de 1983, o Brasil caminhava com as mobilizações pelo voto direto e redemocratização, conhecida como “Diretas Já”. Uma articulação envolvendo diversos setores da sociedade civil e partidos legalizados com a Lei da Anistia de 1979. A África do Sul, por sua vez, assistiu entre 1984-1985 um ciclo de manifestações conhecidas como *Township Uprising*. As manifestações se iniciaram nas *townships* do Triângulo do Vaal em decorrência do aumento de impostos municipais que levaram a uma série de ações de desobediência civil mobilizadas por estudantes. As respostas violentas do Estado registraram durante esses anos mais de 600 mortes por ações policiais e, em consequência, uma

¹⁰⁴ *A Voz da Ceilândia* [Ceilândia, DF] ano II, nº4, mai/jun 1982

mobilização internacional que culminou no desinvestimento estadunidense em empresas sul-africanas.

O Movimento Negro Unificado (MNU), o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), partidos políticos e outras entidades no Brasil estavam articulados em protestos e manifestações que exigiam do governo brasileiro a mesma posição de boicote que outros países tomaram em relação à África do Sul. Os documentos da Secretaria de Segurança Pública (SSP), produzidos devido à vigilância das autoridades policiais no regime ditatorial, atesta a presença desses movimentos, inclusive ASSIMOC na manifestação em 22 de agosto de 1986 em frente à embaixada do país africano.

A manifestação dirigida pelo militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Antônio José Ferreira, conhecido também como “Cafú”, reuniu representantes de partidos de esquerda, sindicatos de professores, bancários, jornalistas, além das associações de bairro, entre as quais a ASSIMOC. Além de gritarem palavras de ordem e exigirem o fim das relações diplomáticas com o país africano, os manifestantes distribuíram tinta para cerca de 60 crianças do Paranoá pintassem os muros da embaixada (ação impedida pela polícia)¹⁰⁵.

A articulação das satélites na solidariedade ao povo negro sul-africano, representada pela associação dos moradores do Paranoá¹⁰⁶ e da Ceilândia — que viveram e vivem realidades aproximadas de violência e segregação —, revela como uma outra globalização pode ser construída em torno das lutas comuns. Resultando “na superação do modelo atual [de globalização] e sua substituição por outro, capaz de garantir para o maior número a satisfação das necessidades essenciais a uma vida humana digna [...] estabelecendo novas relações internacionais” (SANTOS, 2000:72).

¹⁰⁵ ArPDF, *Secretaria de Segurança Pública*, CI 0027 (21) d., p. 19

¹⁰⁶ O estabelecimento da cidade-satélite do Paranoá em 1957 não garantiu aos residentes o direito de posse das terras. Somente em uma batalha judicial em 1980 as famílias foram realocadas em outro terreno.

Considerações Finais

Até aqui refletimos sobre o desenvolvimento das tecnologias coloniais aplicadas à especialidade brasileira e sul-africana. Tecnologias que tem por intenção a fragmentação e compartimentação de pessoas e coisas. Artíficos de controle que alimentam o capital ao passo que transformam quaisquer coisas em mercadoria ao limitá-las ao fluxo do dispensável e indispensável.

Mas seriam essas tecnologias intransponíveis? Elas são de fato aquilo que pretendem: um registro eterno, indestrutível e universal da colonização? Elas são capazes de limitar a existência dos colonizados a ponto de os tornarem completamente imóveis diante da catástrofe?

Historicamente observamos que não. Os movimentos contra-coloniais manifestados em organizações sociais possibilitam outras formas de existência e de relação com o mundo. No Brasil, os quilombos, os candomblés, as aldeias, as escolas de samba são alguns dos exemplos de tomada de posições ativas diante do mundo colonial. Na África do Sul, o *umuzi*¹⁰⁷, as reuniões de *umsebenzi*¹⁰⁸ e os grupos de jazz, as organizações estudantis marcaram posições próximas diante das limitações impostas.

Foi, e continua sendo, necessário imaginar práticas e disposições espaciais que recusam os limites coloniais à medida que criam outras realidades. Se *Kantsaywhere*, a utopia branca colonial galtoniana, compôs a distopia para povos africanos, da diáspora, dos povos originários e de todos aqueles considerados excessos à “cidade de Sião” moderna; há de se imaginar outras disposições do corpo no espaço, ou do corpo que é espaço. Afinal, é “de barro e mariô a lembrança da acolhida”, é da biointeração e das práticas ancestrais de troca entre os entes da esfera global.

“Corpo-Mapa de um país longínquo que busca outras fronteiras, que limitam a conquista de mim”. É assim que Beatriz Nascimento descreve a busca pela identidade nos textos para o documentário *Ôrí* (1989). A busca do ser pela identidade perdida não pode estar desvinculada do

¹⁰⁷ aldeia

¹⁰⁸ Culto tradicional aos ancestrais, literalmente traduzido por “trabalho”.

corpo e do espaço. No sistema colonial, o ser reduzido ao corpo sem espírito, reduzido à carcaça, tem a perda da imagem e a resgata através do próprio corpo e do movimento deste. Uma dialética da sobrevivência que, para libertar-se a si mesmo, utiliza aquilo pelo qual o ser foi reduzido: mais um corpo.

O ser percebe que seu corpo produz sentido, lugar no mundo, corpo que respira, produz sons e música, e, ao fazê-lo, se expande e se liberta. Atravessa lugares não permitidos pelos homens de fora, enche os salões brancos, barrocos e pomposos. A música atravessa a janela dos edifícios e invade, sem pedir licença, a paz branca da qual só tem direito aqueles que são senhores. O canto articulado pela garganta, línguas e lábios tem o poder da libertação. A energia produzida pela mão que bate o atabaque, o *ngoma*, vibra no ar e se expande e também, sem permissão, chega aos ouvidos de quem compartilha o oxigênio como quem diz “assim como eu, você também depende do ar”.

O corpo e o espaço, se tocam e se dilaceram.

Tem sido assim por muito tempo. Desde a retirada das terras. Desde a proibição dos sistemas cosmológicos que não aceitam uma separação homem/natureza, não toleram condenação eterna e, por isso, o medo acha pouca passagem. Geração após geração, a colonização forçou um sistema de crenças punitivista e supostamente eterno, tentando distanciar a ancestralidade do corpo e de uma relação que garanta um sentido de estar no mundo: o ser ancestral. Em seu lugar, se instala o pânico da perda desse corpo, o “tudo” que restava. Se a morte tem agora um fim em si mesma, uma morte de algo que já não tinha vida, o fim desse corpo passa ser o caminho para a prisão. Se torna morte sem celebração e sem ancestral.

Mas, como foi dito, o corpo carrega uma potência libertadora em sua dialética com o espírito e com o espaço. O dilema imposto pela racionalidade europeia é constantemente frustrado pela possibilidade de expressão de liberdade no (em) movimento. A música, a dança, a encenação e outras formas de expressão artísticas são as possibilidades criativas que os indivíduos transformados em Negro pelo comércio Atlântico, encontraram para se libertar e invadir os espaços cindidos. O estatuto de humanidade recusado pela suposta falta de espírito e presença

excessiva de corpo pode ser resgatado pela reflexão: meu corpo que pensa (FANON, 2008: 191), ou meu corpo-mapa que busca fronteiras que limitam a conquista de mim (NASCIMENTO, 1989).

É necessário, portanto, apontar as potências que moram nas fissuras do concreto, de onde cura e a vida se manifestam. Há, ainda, de se insistir numa escrita da história ética, voltada ao resgate dessas vidas supostamente perdidas. Expedito e Gedelmar (Capítulo 1), por exemplo, aguardam por uma narrativa que celebre suas vidas, amores e experiências distintas daquelas congeladas no retrato de suas certidões de óbito e no nome reducionista: Dois Candangos. Neste caso, um primeiro passo para uma construção de uma memória que patrimonialize o antirracismo é a mudança do nome do Auditório Dois Candangos com a inclusão dos nomes de Expedito e Gedelmar.

Precisamos, ainda, estar atentos às histórias que tecem possibilidades de ação de potências no mundo para liberdade. Atentos às ressignificações da vida pelas leituras que fazemos no mundo, nos espaços, para uma cura. E nesse sentido:

Cura aqui se torna o processo de reinterpretação da existência, recompondo as narrativas e experiências da doença, dor ou sofrimento. Nesse sentido, a cura não é o marcador entre saúde e doença - é antes um processo de criação na linguagem e como linguagem, um processo de expressão. É a criação de sentido, quando orientada para questões éticas e coletivas, que têm o potencial para recriar o mundo de uma nova maneira. (SILVA & DESIDERI, 2016: 69).

No final dos capítulos 4 e 5, nós apontamos essas ações da criação de uma linguagem libertadora nos respectivos espaços do Distrito Federal e de Joanesburgo, ações promovidas através de organizações sociais. Mas, no decorrer da escre(vivência)¹⁰⁹ deste trabalho, pensei também sobre as histórias familiares que nos trouxeram até aqui e as estratégias que nossos ancestrais traçaram para reinterpretar suas existências no mundo colonial.

¹⁰⁹ Conceito de Conceição Evatisto para a prática da escrita que se constitui nas experiências de vida.

Parte importante das reflexões ocorreram em 2019, quando participei, junto da professora e historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, do projeto para exposição *Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra na História do DF*. Um trabalho coletivo, fruto da pesquisa de estudantes negros e negras de graduação e pós-graduação da UnB que também patrimonializou o antirracismo do Distrito Federal. As pesquisas se desdobraram em várias frentes: levantamento e catalogação das imagens e documentações no ArPDF que evidenciavam essas presenças negras; seções interativas com os visitantes da exposição situando seus locais de origem em um grande mapa; e, por fim, o resgate feito por algumas das pesquisadoras e pesquisadores sobre a história de seus ancestrais até a chegada e permanência no Distrito Federal.

Da última atividade, constituímos um “Álbum de Histórias da Presença Negra no DF” e o resgate de história familiar mais marcante para a exposição foi o realizado por Andressa Marques da Silva, uma das nossas amigas e pesquisadoras. A relação da família paterna de seu pai, representada na figura até então embaçada de Vô Plínio, tomou um desfecho diferente graças à pesquisa de Andressa.

Plínio, assim como muitos outros trabalhadores negros, havia falecido em um canteiro de obras durante a construção nos anos 1970. As informações que o pai e a família de Andressa tinham pareciam ser espaças. Mas para Ana Flávia, indicavam fortes indícios que possibilitaram a reconstrução cuidadosa dessa história (PINTO & SILVA, 2020: 27). Sabia-se que Plínio era de Jequié (BA), que sua passagem foi feita quando o pai de Andressa tinha apenas 6 anos e que seu nome completo era Plínio José da Silva.

Na busca de mais informações sobre o ancestral, Andressa cuidadosamente entrevistou sua avó, mesmo que isso significasse tocar em locais sensíveis de sua história (PINTO & SILVA, 2020: 27). Para surpresa de Andressa, outros indícios surgiram dessa conversa. Ali ela descobriu que Plínio havia jogado no time de futebol do Defelê (DFL - Departamento de Força e Luz), o ano exato de falecimento de seu avô, nomes de outros familiares e o fato de que ele havia sido enterrado em uma ala destinada aos pioneiros no Campo da Esperança (PINTO & SILVA, 2020: 29).

Com essa última informação, Andressa conseguiu achar o jazigo perpétuo e um documento oferecido pelo cemitério que comprovava a compra do espaço por Auta Maria de Jesus, mãe de Plínio e bisavó de Andressa. Como ela mesma descreve, “uma surpresa magnífica saber o nome de minha bisavó” (PINTO & SILVA, 2020: 30). Mas essa história não terminaria por aí.

Motivada a seguir a busca, graças às novas descobertas, Andressa conseguiu no cartório a certidão de óbito de seu avô e dali encontrou o nome de Ivo Félix dos Santos, homem que havia registrado o documento. Em sites de pesquisa na internet, Andressa chegou então à uma entrevista que constava o nome de Ivo. A matéria dava conta de um evento marcante na história de vida de Ivo e o indicava como pai de uma professora que, outrora, foi colega de trabalho de Andressa — mais uma surpresa. Mesmo descrente de que poderia ser a mesma pessoa, Andressa procurou a antiga colega em redes sociais para relatar sua busca. E a resposta foi mais impactante: Ivo não era apenas a mesma pessoa do registro, como foi o melhor amigo de Plínio de modo que as famílias mantiveram contato por todos esses anos. Além disso, dona Auta estava viva e havia se mudado para o Distrito Federal após a morte de seu filho, se fixando em Ceilândia. Sua bisavó morou quase todos esses anos ali, perto de Andressa que cresceu em Taguatinga.

O reencontro com bisavó Auta foi emocionante, como relata Andressa: “Naquela tarde de domingo, aos 54 anos, meu pai pode finalmente conhecer seu passado, sentir seu presente e vislumbrar seu futuro junto aos seus” (PINTO & SILVA, 2020: 31). Recebidos por seu tio-avô Antônio, ele ia apresentando os cômodos e as histórias por trás da casa. Dona Nenê, como era conhecida a bisavó Auta, estava para completar 96 anos no dia 12 de setembro — data para a qual a exposição já estava marcada previamente. Mas as descobertas não pararam por aí, Andressa também ficaria sabendo que sua bisavó era a Ialorixá mais velha do Distrito Federal e que sua casa abrigou o Ilê Obá, o primeiro terreiro de candomblé na Ceilândia.

Dona Nenê constituiu o seu espaço de ressignificação pelo cuidado com o candomblé. A pensão deixada por Plínio ajudou no sustento da casa e motivou sua vinda de Jequié ao Distrito Federal. O reencontro de Andressa e seu pai com a família paterna, mantida e estruturada por uma

matriarca que deu segmento a uma especialidade contra-colonial, me colocou em profundo processo de reflexão sobre as histórias das matriarcas que estruturaram minha existência enquanto pessoa negra.

Parte de minha família tem origem em Paracatu (MG) e resgatei essa história por meio de entrevistas, fotografias e conversas, eu fui conectando pontos que revelavam como essas mulheres criaram possibilidades de existências que se desdobram até os dias de hoje. A região se estruturou pela descoberta de minas no século XVIII e, conseqüentemente, sua população é composta majoritariamente por pessoas negras. Minha bisavó, Dona Ordália Melo do Prado (1912 - 2001), mulher negra, era alfabetizadora na região rural de Paracatu mesmo com o 4º ano do primário.

Figura 22 - Ordália Melo em Escola na Comunidade de São Domingo (Paracatu)



Fonte: Acervo Pessoal, 1968.

Nas conversas com minha avó, descobri que sua família materna tem origem na região de Lagoas e São Domingos, esta última uma comunidade quilombola onde minha bisavó trabalhou como professora. Hoje, a comunidade é reconhecida como um dos muitos territórios quilombolas de Paracatu. A mãe da minha bisavó Ordália, Dona Maria Gomes, era dessa região e sustentou a família junto com Antero Antão de Melo Prado (meu tataravô). As principais atividades da minha tataravó eram a venda de sabão preto (sabão da costa) e as quitandas de Bolo Domingo. O bolo feito de farinha de arroz, banha de porco, açúcar, erva doce e assado em folha de bananeira continua sendo a fonte de sustento de muitas famílias da comunidade. Já meu tataravô era carpinteiro e ferreiro, fabricando móveis e tachos de cobre.

Maria Eustáquia, minha avó, foi inserida no mundo neste contexto de famílias negras no pós-abolição. Antero, seu avô, lhe deu o apelido de “Rosinha” pela semelhança com outra moradora de Paracatu. E não há outro nome para minha avó na família.

Assim como sua mãe, ela se tornou professora através da escola normalista no ano de 1968. Mas, as condições de trabalho não eram muito favoráveis no município. Ela conta que as contratações de professores e professoras se davam por indicações políticas, assim era comum uma alternância de escola de dois em dois meses. Era inevitável a busca por melhores condições materiais de vida diante dessas instabilidades e o concurso para professora efetiva no Distrito Federal apareceu. Já seu marido, Antônio Monteiro dos Santos, não aceitava a ideia de voltar à Brasília

Antônio, ou Nininho, é e continua sendo uma figura contraditória. Homem pardo, alto e forte, minhas memórias de infância antes de sua morte em 1995 carregam doçura e cuidado comigo e com outros netos. Mas para minha avó, contudo, as lembranças são dolorosas.

Ele havia trabalhado e sobrevivido aos anos iniciais de construção em Brasília entre 1958 e 1960. Sempre contava ao meu pai como tinha escapado da chacina do acampamento da construtora Pacheco Fernandes ao se esconder embaixo da cama. Após a inauguração da cidade, trocou um lote que havia ganhado no centro de Taguatinga por um bordel em Formosa (GO), histórias que

minha avó acessou apenas depois de divorciada e que lhe chegaram por uma amiga. O retorno de Nininho à Paracatu se dá após o envolvimento numa confusão com a polícia local. Na briga, o tiro disparado por ele contra um sargento que não ficou gravemente ferido, o obrigou a fugir de Formosa e retornar para sua cidade de origem.

É neste cenário que minha avó, normalista recém-formada, conhece e namora meu avô retornado da saga de se construir Brasília. Meu pai, Róger (que tem o nome como homenagem ao ator Roger Moore, intérprete de cowboy em séries de TV dos anos 1950) nasceu em 1969. Logo em seguida, minha avó teve mais dois filhos e, quando estava grávida da caçula, se mudam para Brasília para que ela pudesse assumir o concurso de 1973.

A resistência de meu avô diante da independência financeira e profissional de minha avó ensejou em episódios de violência doméstica, agravados pelo alcoolismo. Violências que, em minha interpretação, também se relacionam com uma socialização na linguagem colonial do poder. Colonização que transformou o falo em poder e que, em qualquer sinal de ameaça da perda deste lugar, a violência desponta como linguagem de afirmação.

Mas isso não impedia a lida diária de Maria Eustáquia com o ensino. Na verdade, a leitura que faço é que foi por intermédio da rede de apoio criada pelo ambiente escolar que minha avó conseguiu superar esses episódios traumáticos. Além dos familiares, colegas professoras e diretoras das escolas por onde ela passava concediam suporte.

Além disso, Rosinha foi uma mulher que deu outro sentido ao seu mundo atravessado por violências cotidianas. Através da pedagogia, fez do ensinar uma arte de se fantasiar. Ao costurar roupas temáticas para seus alunos em todos os eventos escolares, ela criava uma ferramenta de outros sentidos à sua realidade. Teatral, Rosinha encontrava — nas escolas, nas festas de aniversário dos netos e no ensino dominical da igreja evangélica — os palcos para reinterpretar a vida à sua maneira. Costurava-se a cura, no sentido em que abordamos anteriormente: a pedagogia criativa de minha avó não marca a distância entre a doença e a sua saúde (mental), mas expressa o potencial de recriar o mundo enquanto linguagem.

A cidade moderna colonial, a cidade projetada para ser espaço exclusivo de reprodução de violências, se transformava pelas mãos de minha avó em um espaço de aprendizagem, diversão e alegria. O ensinar conferiu a ela a estima e o orgulho necessário para dizer: “tenho saudade dessa época! Pode perguntar para qualquer um, as minhas festas e apresentações eram as melhores! ”.

REFERÊNCIAS

1. Referências Fílmicas

Antônio Bispo – Falando sobre Quilombolas. Rio de Janeiro: ACARTE Limeira, 2015, 19 min.

Disponível em: < <https://youtu.be/OJZWP-FUpJU> >

A Cidade é Uma Só?. Direção: Ardiley Queirós. Fotografia: Leonardo Feliciano. Ceilândia: 400 Filmes & 5 da Norte Ceicine, 2013. 50 min.

Conterrâneos Velhos de Guerra. Direção: Vladimir Carvalho. Brasília, 1992.

Óri. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Beatriz Nascimento. Fotografia: Hermano Penna, Pedro Farkas, Jorge Bondanzky. Rio de Janeiro: Angra Filmes, 1989. 93 min.

2. Referências Textuais

2.1. Fontes Primárias

2.1.1. Impressas ou Publicadas Digitalmente

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, Remodelação, Embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

BANHAM, Reyner. The New Brutalism, *Architectural Review*, nº 688, p. 355-361, dez.1955.

CARDOSO, Augusto Moreno & MACHADO, José Pedro. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1945

CASAS, Fray Bartolomé de Las. *Apologética Historia Sumaria*. Instituto de Investigaciones Históricas México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1967.

CALDERWOOD, Douglas. *An Investigation into the Planning of Urban Native Housing in South Africa*. Tese (Doutorado) – University of the Witwatersrand, 1953.

CODEPLAN, *A Influência das Amenidades no Mercado Imobiliário do Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN, 2019

CUGOANO, Quobna Ottobah. *Thoughts and Sentiments on the Evil Slavery*. New York: Penguin Books, 1999.

DARWIN, C. *The Descent of Man*. Nova York: D. Appleton & Com., 1875.

FREYRE, Gilberto. *Palavras Repatriadas*. Brasília, São Paulo: Ed. UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003

_____. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2019.

GALTON, Francis. *The Eugenic College of Kantsaywhere*. Londres: UCL Special Collection, 1911.
Disponível em: < <https://www.ucl.ac.uk/library/special-collections/kantsaywhere> >

GEDDES, Patrick. *The Evergreen Spring: A Northern Seasonal I*. Londres: T. Fisher Unwin, 1895.

_____. *Civics, As Applied Sociology*. Londres: ,1905.

HOWARD, Ebenezer. *Garden Cities of To-Morrow*. 2ª Ed. Londres: Sawn Sonnenschein & Co., Ltd., 1902.

LAMARCK, Jean. B. *Philosophie zoologique*. Paris: Libraire F. Savy, 1873. v.2.

LOOS, A. **Ornamento y delito**. Paperback, n. 7, p. 1–7, 1908. Disponível em: <http://paperback.infolio.es/articulos/loos/ornato.pdf>

KANT, Immanuel. “Das Diferentes Raças Humanas”. Tradução: Alexandre Hahn. In: *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 5, n. 5, p. 10 - 26, número especial, jul.- dez., 2010.

TAVARES, Joaquim A. S. *Brasília Agrícola: Sua História*. Brasília: Editora Eletrônica, 1995.

2.1.2. Documentos Arquivísticos

2.1.2.1. Architecture Archives at the University of Pretoria

AAUP, *Norman Eaton Collection*, Norman Eaton’s notebook, 1902-1966.

2.1.2.2. Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília

ArPDF, *Biblioteca*, Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, 1973

ArPDF, *Fundo de História Oral*

ArPDF, *Fundo Novacap*, Nov. B. 2. 3. 0056.

ArPDF, *Fundo Novacap*, Nov.

ArPDF, *Fundo Novacap*, Nov. d. 4. 2. z. cx(1). 41d.

ArPDF, *Fundo Novacap*, Brasília, ano I, julho de 1957, nº7.

ArPDF, *Fundo Novacap*, Brasília, ano II, março de 1958.

ArPDF, *Fundo da Secretaria de Comunicação Social*, HF.

ArPDF, *Secretaria de Segurança Pública*, CI 0027 (21) d.

2.1.2.3. Arquivo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

2º Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, cx. 89, S3066/62

2.1.2.4. Biblioteca do Senado

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF), Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/18297> >

2.1.2.5. Historical Papers Research Archive, University of the Witwatersrand Library, Johannesburg

HPUW, *Colin Goodman Papers*, A1434.

HPUW, *Johannesburg City Council*, A1767.

HPUW, *Native Laws Commission of Enquiry (Fargan Commission) Collection*, Feb. A44 – A48., A1756.

HPUW, *S.A.I.R. Journals*, AD1972.

HPUW, *SASOL Project Records*, cx G, cx I, 1944-1945, AG2207.

NRDC. A Planning Survey of the Southern Transvaal: The Pretoria- Johannesburg-Vereening Area (*Red Report*). Pretoria: Government Print, 1957

2.1.2.6. National Archives of South Africa (Pretoria)

NASA, NRSN 90, N/R/6B, Letter

NASA, TAB TPB - 2499 - TALG54/1105 1

2.1.2.7. Jornais

A Voz da Ceilândia [Ceilândia, DF], ano I, 1981.

A Voz da Ceilândia [Ceilândia, DF], ano II, 1982.

A Voz da Ceilândia [Ceilândia, DF], ano IV, 1984.

“Visto, Lido e Ouvido”. Ari Cunha. *Correio Braziliense* [Brasília, DF] 5 de maio de 1962. p. 7. impr.

“Comissão Examina a água de Brasília”. *Correio Braziliense* [Brasília, DF] 23 de outubro de 1984

“Niemeyer: ‘Aqui há invenção’, disse Le Corbusier”. Oscar Niemeyer. *Estado de São Paulo* [São Paulo, SP] 21 de abril de 2010. Acessado: março 2018. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,niemeyer-aqui-ha-invencao-disse-le-corbusier,540896> >

OLIVEIRA, A. R. de . Lucio Costa. Entrevista [São Paulo], ano 6, n. 023.03, Vitruvius, jul. 2005. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/06.023/3313> >

2.2. Fontes Secundárias

ABREU, Maurício Almeida de. “Da Habitação ao Habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 2, pp. 47-48, abril 1986,.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Carlos J. D. *Uma Infelicidade Feliz: A Imagem de África e dos Africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

ALMEIDA, Thays F. de. “Quando no Oeste se Construía uma Nação: Povos Indígenas e a formulação de novos projetos nacionais (1937-1948)”. *Temporalidades – Revista de História*, ed. 31, v. 11, n. 3, p. 452-472, set/dez 2019.

ALVES, Jaime Amparo. *The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

ANDRADE, Cláudio Meira de. *Aspectos Mineralógicos, Geológicos e Econômicos de Diamantes e Carbonados da Chapada Diamantina, Bahia*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Mineralógicos e Petrologia do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, S, 1999.

APPIAH, Kwami Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. *Estado, Arquitetura e Desenvolvimento: A Ação Habitacional do LAPI*. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2016.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Projeções Urbanas: Um Estudo Sobre as Formas de Representação e Mobilização do Tempo na Construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008

BARKER, Arthur. A mediated Modern Movement: Le Corbusier, South Africa and Gabriël Fagan, *SAJAH*, Pretoria, v. 30, n° 4, p. 69-89, 2015

_____. Modern Movement Mediations: Brazilian Modernism and the Identity of Post-War Architecture in Pretoria, South Africa, *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, Brasília, v. 18, n. 18, 2018

BATSÍKAMA, Parício. *Lûmbu: a democracia no antigo Kôngo*. Luanda: Mediapress, 2013.

BEZZI, Marina T. *History, geography and colonial expansion in the works of Richard Hakluyt and Lancelot Voisin de la Popelinière*. Tese (Doutorado) - Department Of Spanish, Portuguese And Latin American Studies School Of European Languages, Culture And Society, University College London, 2019.

BOZZOLI, Belinda. *The Political Nature of a Ruling Class: Capital and Ideology in South Africa 1890-1933*. Londres, Boston: RKP, 1981.

BEEVERS, Robert. *The Garden City Utopia: A Critical Biography of Ebenezer Howard*. Londres, Houndmills, Basingstoke, Hampshire: MacMillan Press, 1988.

BERGENSTOCK, Donna J. & MASKULKA, James M. The De Beers Story: Are Diamonds Forever?, *Business Horizons*, 44.3, p 37–44., 2001. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10718/217> >

BIDIMA, Jean-Godefroy. De la traversée: raconter des expériences, partager le sens. *Rue Descartes*, 2002/2, n.36, p. 7-17. Tradução para uso didático por Gabriel Silveira de Andrade Antunes.

BIKO, Steve. *I Write What I Like: A Selections of his Writings*. 4ª ed. Johannesburg: Picador Africa, 2017.

BIRMINGHAM, David. *The Portuguese Conquest of Angola*. Londres: Oxford University Press, 1965.

BOMTEMPO, Mariana Roberti. *Urban Pedagogies as a Practice of The Right of the City in Brasilia*. Dissertação (Mestrado) – Persons School of Design (New York), 2016.

BORBA, Carlos Alberto Vieira. *O Teatro do Poder e o Contrateatro dos Posseiros: Estratégias de Resistência na Luta Pela Terra no Norte do Goiás 1950/1964*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

BORGES, Antonádia M. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas, *Cuadernos de Antropologia Social*, n. 29, pp. 23-42, 2009.

_____, Mulheres em suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. *Cadernos Pagu*, n. 40, pp. 197-227, 2013.

_____. Ethinographic Alliance. *Relational Poverty Politics*. Athens: University of Georgia Press, 2018.

BRECKENRIDGE, Keith. *Biometric State: The Global Politics of Identification and Surveillance in South Africa, 1850 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

BROTT, Simone. Le Corbusier and Fascist Revolution. *Thresholds*, 41, p. 146-157, 2013.

CAMPOS, Ana Cristina P. O Embate entre Utopia e Cultura: Urbanismo e política Cultural no DF 2007. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, Salvador:

Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <
<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnaCristinaPinheiroCampos.pdf> >

CAMPOS, Pedro Henrique. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópoles: Vozes, 1979.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHASLIN, François. *Um Corbusier*. Paris: Éditions du Seuil, 2015.

CLARCK, Nancy L. & WORGER, William H. *South Africa: The Rise and Fall of Apartheid*. 2ª Ed. Londres, Nova York: Routledge, 2013.

COUTO, Bruno Gontyjo. *Ideologia e Utopia de Brasília: Disputas em Torno do Projeto de Brasil Moderno*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2013.

CRUZ, Filipe Sotto Maior. *‘Quando a Terra Sair’ Os Índios Tuxá de Rodelas e a Barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2017.

CURTIN, Philip. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1969.

DAS, Veena. *Critical events: An anthropological perspective on contemporary*. India, Delhi: Oxford University Press, 1995.

_____. Wittgenstein and Anthropology. *Annual Review of Anthropology*, vol. 27, pp. 171-195. 1998.

_____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 9-41, abr. 2011.

DEDERING, Tilman. Compounds, camps, colonialismo. *Journal of Namibia Studies*, 12, p. 29-46, 2012.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza dissociadora. *Boletín de Antropología*. Universidad de Antioquia, Medellín, v. 31, n. 52, pp. 253-263.

DERNTL, Maria Fernanda. O Plano Piloto e os Planos Regionais para Brasília Entre Fins da Década de 1940 e Início dos anos 60. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v.1, n°1, p. 26-44, jan. – abr. 2019.

_____. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v.22, n°47, p. 123-146, 2020.

DISEKO, Nozipho J. The origins and development of the South African student's movement (SASM): 1968–1976, *Journal of Southern African Studies*, v. 18, n° 1, p. 40-62, 1992.

DUNCAN, David. *The Mills of God: The State and African Labour in South Africa 1918-48*, Johannesburg: Wits University Press, 1995.

DUBOW, Saul. *Racial Segregation and the Origins of Apartheid in South Africa, 1919-1936*. Nova York: St. Martin's Press, 1989.

_____. Colonial Nationalism, the Milner Kindergarten and the Rise of South Africanism 1902-10. *History Workshop Journal*, 43, p. 57-85, 1997.

DUPRAT, D. & TERENA, E. O Genocídio Indígena Atual. *Guarimã – Revista de Antropologia & Política*, v.2, n°1, p. 62-66, jan. – jul. 2021.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. 2º. vol. Lisboa: Don Quixote, 1990.

ELLIS, Stephen & SECHABA, Tsepo. *Comrades Against Apartheid*. Londres: Indiana University Press, 1992.

EPSTEIN, David G. *Brasília, Plan and Reality: A Study of Planned and Spontaneous Urban Development*. Berkeley: University of California Press, 1973.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

EVENSON, Norma. *Two Brazilian capitals: architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília*. Londres: Yale University Press, 1973.

FANON, Frantz. *Pele negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

FARIA, Étore Funchal de. *Predição da Exotermia da Reação de Hidratação do Concreto Através de Modelo Termo-Químico e Modelo de Dados*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FERDINAND, Malcom. *Une Écologie Décoloniale: Penser l'écologie depuis le monde caribéen*. Paris: Éditions du Seuil, 2019.

FITCHETT, R. H. Rex Martienssen: Some Aspects of his Theoretical and Historical Writings. *De arte*, v.22, n° 35, p. 5-11, 1987.

FONSECA-STATTER, Guilherme da. *A África do Sul e o Sistema-Mundo: Da Guerra dos Bóeres à Globalização*. Lisboa: Gerpress, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Defender la Sociedad: Curso en el Collège de France (1975-1976)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2000.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREDRICKSON, George M. *White Supremacy: A Comparative Study in American and South African History*. Nova York: Oxford University Press, 1981.

FREIRE, Raquel de A. *Kandongo: um espaço-memória dos territórios negros de Ceilândia*. Brasília: Monografia (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2021.

FREUND, Bill. *Twentieth-Century South Africa: A Developmental History*. New York: Cambridge University Press. 2019.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GILROY, Paul. *Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREER, Margaret R. et al (ed.). *Rereading The Black Legend: The Discourses of Religious and Racial Difference in the Renaissance Empires*. Chicago And London: The University Of Chicago Press, 2007.

GREEN, Lesley. “The Changing of the Gods of Reason: Cecil John Rhodes, Karoo Fracking, and the Decolonizing of Anthropocene”. In: **e-flux journal**, 65, p. 1-9, mai-ago. 2015. Disponível em: < <http://supercommunity.e-flux.com/texts/the-changing-of-the-gods-of-reason/> >.

GREGORY, Theodore. *Ernest Oppenheimer and the Economic Development of Southern Africa*. Cidade do Cabo, Londres, Nova York: Oxford University Press, 1962.

GRIFFIN, Eric. From Ethos to Ethnos : Hispanizing “the Spaniard” in the Old World and the New. CR: *The New Centennial Review*, v. 2, no. 1, 2002.

GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: democracia racial brasileira frente a imigração afro-americana. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, nº2, p. 307-331, 2003.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero Ltda, 1982.

GORELIK, Adrián. *Das Vanguardas à Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

HAARHOFF, Errol. Appropriating Modernism: Apartheid and South African Townships. In: IPHS CONFERENCE, 14., 2010, Istanbul.

HALL, Peter. *Ciudades del Mañana: Historia del Urbanismo en el siglo XX*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2011.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIN, Carola. Maurice Rotival: French Planning on a world-scale (Part I). *Planning Perspectives*, 17:3, p. 247-265, 2002.

_____. Maurice Rotival: French Planning on a world-scale (Part II). *Planning Perspectives*, 17, p. 325 - 344, 2002.

HIGGINSON, John. Privileging the Machines: American Engineers, Indentured Chinese and White Works in South Africa's Deep-Level Gold Mines, 1902-1907. *IRHS*, 52, p.1-34, 2007.

HOLFORD, Willian. "Reflexões sobre o Concurso". In: XAVIER, A. e KATINSKY, J. R. (orgs.). *Brasília: Antologia Crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012

JARCY, Xavier de. *Le Corbusier, un fascisme français*. Paris: Albin Michel, 2015.

JORDAAN K. *The Origins of the Afrikaners and their Language, 1652-1720: A Study in Miscegenation and Creole*, 1974.

KARASCH, Mary C. *Before Brasília: Frontier Life in Central Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

KATZ, Elaine. The Contributions of American Mining Engineers and Technologies to the Witwatersrand Gold Mining Industry, 1890-1910. *Mining History Journal*, 13, p. 12-30, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 57, nº 1, p.1-30, 2014.

LEMOS, Guilherme Oliveira. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. *Paramoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, v. 18, n. 18, 2018.

LÓPEZ-DURÁN, Fabiola. *Eugenics in The Garden: Trans Atlantic Architecture and the Crafting of Modernity*. Austin: University of Texas Press, 2018.

LUCCHESI, Maria Cecília. *Em defesa do planejamento urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

MEAD, Tereza A. *“Civilizing” Rio: Reform and Resistance in Brazilian City 1889-1930*. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press, 1997.

MABIN, Alan. Labour, capital, class struggle and the origins of residential segregation in Kimberley, 1880 – 1929. *Journal of Historical Geography*, v. 12, nº1, p. 4-26, 1986.

_____. Comprehensive segregation: the origins of the group areas act and its planning apparatuses, *Journal of Southern African Studies*, v. 18, nº 2, p. 405-429, 1992.

_____. & SMIT, Dan. Reconstructing South Africa’s cities? The making of urban planning 1900–2000, *Planning Perspectives*, v. 12, nº 2, p. 193-223, 1997.

_____. *The map of Gauteng: evolution of a city-region in concept and plan*. Joanesburgo: GCRO, 2013.

MALTBY, William. S. *The Black Legend in England: The Development of Anti-Spanish Sentiment, 1558-1660*. Durham: Duke University Press, 1971

MAURO, Victor F. & OLIVEIRA, Jorge E de. Violência E Expropriação Fundiária Na Chegada Da Frente Pioneira À Microregião Do Médio Tocantins-Araguaia. *Entre-Lugar*, Dourado - MS, ano 1, n. 2, p. 93-118, 2010.

MARAVALHAS & DERNTL. Vias para Integração ou Fragmentação? As estradas-parque na Formação do Território Metropolitano de Brasília, *Urbama*, Campinas – SP, v.11, nº 1[20], p. 205-235, jan. – abr. 2019.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Hebe. “Black Troops” and Hierarchies of Color in the Portuguese Atlantic World: The Case of Henrique Dias and His Black Regiment. *Luso-Brazilian Review* 45, no. 1, 2008.

MELLER, Hellen. *Patrick Geddes: Social Evolutionist and City Planner*. Londres e Nova York: Routledge, 2005.

MILLER, Joseph. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MBEMBE, A. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, pp. 179-209, 2001.

_____. *Necropolítica*. Espanha: Editorial Melusina. 2011

_____. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. *Brutalismo*. Paris: La Découverte, 2020

_____. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MIRANDA, Deborah A. *Saying the Padre Had Grabbed Her: Rape is the Weapon, Story is the Cure*. Intertexts 14, no. 2, 2010.

MOLINA, Luísa Pontes. *Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, 2017.

MORGAN, Jennifer L. *Some Could Suckle over Their Shoulder: Male Travelers, Female Bodies, and the Gendering of Racial Ideology, 1500-1770*. The William and Mary Quarterly 54, no. 1, 1997.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

NADKARNI, Asha. *Eugenic Feminism: Reproductive Nationalism in United States and India*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Afrodiáspora Nos, 6-7, p. 41-49, 1985.

NDLOVO, Sifiso M. The Soweto Uprising. In: SOUTH AFRICA EDUCATION TURST. *The Road to Democracy in South Africa – Vol 2*. Joenesbugo, Pretoria: Unisa Press, 2013. p. 317 -368.

NKOSI, Morley Z. American Mining Engineers and the Labor Structure in the South African Gold Mines. *African Journal of Political Economy*, v. 1, n°2, p. 63-80, 1987.

NOBRE, Ana Luiza (Org.). *Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010

NOCENTELLI, Carmem. Discipline and Lova: Linschoten and the Estado da Índia. In: GREER, Margaret R. et al (ed.). *Rereading The Black Legend: The Discourses of Religious and Racial Difference in the Renaissance Empires*. Chicago And London: The University Of Chicago Press, 2007, p. 205-224.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

NTSEBEZA, Lungisile. “Land redistribution in South Africa: the property clause revisited”. In: NTSEBEZA, Lungisile & HALL, Ruth. *The Land Question in South Africa: The Challenge of Transformation and Redistribution*. Cape Town: HSRC Press, 2007. p. 107-131

NUNES, Jorge Luís Firmino. *A Ideia de Arquitetura no Pensamento de Ludwing Wittgenstein*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002.

NUTTALL, Sarah & MBEMBE, Achile. *Johannesburg: The Elusive Metropolis*. Johannesburg: Wits University Press, 2008.

OCDE. *Divided Cities: Understanding Intra-urban Inequalities*. OECD Publishing: Paris, 2018.

OLIVA, Anderson Ribeiro. O ensino da história da África em debate : uma introdução aos estudos africanos. In: RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro et. al (orgs.). *História e cultura afro-brasileira e africana na escola*. Brasília: Ágere, 2008.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *The Invention of Women: making a african sense of western gender discourses*. Londres: University of Minnesota Press, 1997.

PARKARD, Randall M. *White Plague, Black Labor*. Berkeley: University of California Press, 1989.

PAVIANI, Aldo (org). *Brasília: Moradia e Exclusão*. Brasília: Editora UnB, 1996.

PEREIRA, Josemeire A. *Para Além do Horizonte Planejado: Racismo e Produção dos Espaço Urbano Planejado em Belo Horizonte – Séculos XIX e XX*. Campinas: Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2019.

PINTO, Ana Flávia M. & SILVA, Andressa. Narrativas da Presença Negra no Distrito Federal – histórias vistas desde o nível da vida. In: SCHMIDT, Benito B & MALERBA, Jurandir (org.). *Fazendo História Pública*. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p. 17-40.

PINTO, João A. C. *Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1973)*, 2009

PIENAAR, Marguerite. Transatlantic exchange: lessons from Brazil in the Work of Norman Eaton. *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, v. 18, n. 18, 2018.

POSEL, Deborah. *The Making of Apartheid: 1948-1961*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

POVINELLI, Elizabeth. “Do Rock Listen? The Cultural Politics of Apprehending Australian Aboriginal Labor”. *American Anthropologist*, v. 97, nº 3, p. 505-518, set.1995.

_____. *Geontologies: A Requiem to Late Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 2016.

PRADO JR., Caio *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.

RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na costa africana: Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650)*. Lisboa: Vega Editora, 2003.

REINHARDT, Bruno. Poder, história e coetaneidade: os lugares do colonialismo na antropologia sobre a África. *Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo*, 57, 2014

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

RISELA, Max. *Raumplan versus Plan Libre: Adolf Loos and Le Corbusier, 1919-1930*. Delft: Delft University Press, 1988.

RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*. Londres: Howard University Press, 1972.

ROSEMBERG, Flávia & PIZA, Edith. Analfabetismo, gênero e raça no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, 28, p. 110-121, 1996.

RUBINO, Silvana B. Gilberto Freyre e Lucio Costa ou a boa tradição: O patrimônio intelectual do Sphan. In: GUERRA, Abílio (org.). *Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna Brasileira – Parte 1*. São Paulo: Romano Guerra, 2010: p. 299- 315.

SCHWARCZ, Lília M. *Espectáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SCULLY, Pamela. *Rape, Race, and Colonial Culture: The Sexual Politics of Identity in the Nineteenth-Century Cape Colony, South Africa*. *The American Historical Review* 100, no. 2, 1995.

SEEKINGS, Jeremy & NATTRASS, Nicoli. *Class, Race and Inequality in South Africa*. Michigan: Yale University, 2005.

SANTARÉM, Paulo H. S. *A cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2013.

SANTIAGO, A. Brasília: espaço urbano e segregação. *Cenário*, Brasília, v. 6, nº 10, p. 101-109, ago. 2018.

SANTOS, Antônio B. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília: INCT/UnB, 2015.

SANTOS, Milton. A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais”. *Contexto*. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Marcos V. *SHIS e Terracap Contra o Povo*, 2020

SANTOS, Roberto Eutáquio dos. *A Armação do Concreto no Brasil: história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SATO, TAKENO, HONMA, et al. Heme Oxygenase-1, a Potential Biomarker of Chronic Silicosis, Attenuates Silica-induced Lung Injury. *ATS Journal*, v. 174, p. 906-914, 2006.

SILVA, Denise Ferreira. *Toward a Global Idea of Race*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

_____. & DESIDERI, Valentina. Leituras (Po)éticas. *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, nº 19, p. 61 – 70, 2016.

_____. & Otoch, J. N. Em estado bruto. *ARS*, São Paulo, v.17, nº 36, 2019.

SILVA, José Fernando da. O *Tractatus* de Wittgenstein como Edifício com Traços Loosianos. *Princípios Revista de Filosofia*, v. 21, nº 35, p. 85-114, jun. 2014.

SMITH, Andrea & LADUKE, Winona. *Conquest: sexual violence and american indian genocide*. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

SMITH, Andrea. *Conquest: Sexual Violence and American Indian Genocide*. Cambridge: South End P, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1990.

SOUZA, 1971. Raça e Política no Brasil Urbano. *Revista de Administração e Empreendedorismo*, Rio de Janeiro, v. 11, n° 4, p. 61-70, out. 1971.

STENGERS, Isabelle. Introductory Notes on an Ecology of Practies. *Cultural Studies Review*, vol. 11, n. 1, pp. 184-196, 2005.

TAYLOR, Jean Gelman. *The Social Word of Batavia: Europeans and Eurasians in Colonial Indonesia*. 2. ed. London: The University Of Wisconsin Press, 2009.

TEISCH, Jessica. 'Home is not so very far away': Californian Engineers in South Africa, 1868-1915. *Australiam Economic History Review*, v. 45, n°2, jul. 2005

THOMAS, John L. Coping with the Past: Patrick Geddes, Lewis Mumford and the Regional Museum. *Environment and History*, v. 3, n° 1, pp. 97-116, fev. 1997.

TUFFNELL, Stephen. Engineering inter-imperialism: American miners and the transformation of global mining, 1871-1910. *Journal of Global Histoty*, v. 10, p. 53-76, 2015.

TURRELL, Rob. Kimberley's Model Compounds. *The Journal of African History*, n° 25, p 59-75, 1984.

VIDESOTT, Luisa. *Narrativas da Construção de Brasília: mídias, fotografias, projetos e história*. São Carlos: Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

VOIGT, Wolfgang. The garden city as eugenic utopia. *Planning Perspectives*, v.4, p.3, p. 295-312, 1989.

WEISS, Lindsay. Exceptional Space: Concentration Camps and Labour Compounds in Late Nineteenth-Century South Africa. In: MAYERS, Adrian & MOSHENSKA, Gabriel (org.). *Archibologies of Internment*. Nova York: Springer, 2011.

WELTER, Volker M. *biopolis: Patrick Geddes and the City of the Life*. Londres: MIT Press, 2002.

WORGER, William H. Convict labour, industrialists and the state in the US South and South Africa, 1870–1930. *Journal of Southern African Studies*, v. 30 n° 1, p. 63-86, 2004.

ZUBERI, Tukufu. *Thicker Than Blood: How Racial Statistics lie*. Minneapolis: The University Of Minnesota Press, 2001.